ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 19.527.639/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Minas Gerais", "EMG" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2020, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 11 de março de 2021.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:

Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2020	2019	Acréscimo
Subestações – nº	56	54	2
Capacidade instalada nas subestações – MVA	1.231	1.012	219
Linhas de transmissão – km	1.162	1.113	49
Redes de distribuição – km	28.181	27.340	841
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	65.102	64.557	545
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	1.218	1.195	23

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações

No Prêmio Abradee - Edição Especial 2020, da Associação Brasileira de Distribuidoras, a Energisa Minas Gerais apresentou evolução no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) em relação a 2019: de 73,9% 84,6% - acima da média nacional de 74,9%. Houve melhoria em todos os 29 atributos avaliados. A pesquisa com consumidores foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2020 por telefone por causa do distanciamento social. E no Prêmio Aneel de Ouvidoria, divulgado em julho de 2020, conquistou o terceiro lugar. Foi ainda reconhecida como uma das Melhores Empresas para Trabalhar, segundo o ranking do Great Place to Work (GPTW).

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2020	2019	Variação %
Resultados – R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.257,3	1.174,0	+ 7,1
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.165,2	1.116,1	+ 4,4
Receita Operacional Líquida	810,4	730,9	+ 10,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	718,3	673,0	+ 6,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	88,4	79,9	+ 10,6
EBITDA	127,1	117,7	+ 8,0
EBITDA Ajustado	140,2	130,0	+ 7,8
Resultado financeiro	(20,6)	(22,8)	- 9,5
Lucro Líquido	45,7	38,0	+ 20,4
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	1.114,4	919,6	+ 21,2
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	223,4	93,1	+ 139,9
Patrimônio Líquido	285,6	256,4	+ 11,4
Endividamento Líquido	314,6	300,2	+ 4,8
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	469,5	460,1	+ 2,0
Vendas de energia a consumidores cativos - (GWh) (1)	1.228,4	1.241,5	- 1,1
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) (1)	1.518,9	1.525,3	- 0,4
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%) (2)	17,3	17,8	- 0,5 p.p.

(1) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | (2) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Mercado de energia

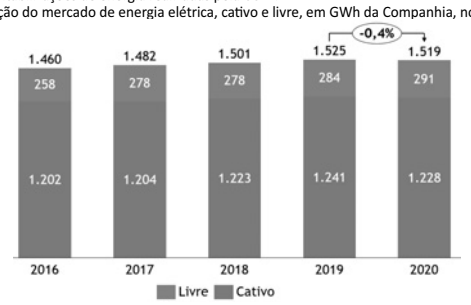
Em 2020, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.518,9 GWh, redução de 0,4% em relação a 2019. No 4T20, as vendas aumentaram 5,7% (22,1 GWh), esse resultado foi influenciado principalmente pelo consumo da classe residencial (+9,8% ou 13,4 GWh), impulsionado principalmente pelo clima mais quente na região; da classe industrial (+7,8% ou 7,7 GWh), puxado pelos setores têxtil e de móveis; e da classe rural (+10,0% ou 4,5 GWh), influenciada principalmente pelas atividades em torno da cultura do café.

A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Residencial	**150,3**	**136,9**	**+ 9,8**	**555,7**	**541,8**	**+ 2,6**
Industrial	**107,1**	**99,4**	**+ 7,8**	**387,8**	**390,7**	**- 0,7**
Cativo Industrial	30,5	29,3	+ 4,2	111,7	119,3	- 6,3
Livre Industrial	76,6	70,1	+ 9,3	276,1	271,5	+ 1,7
Comercial	**59,6**	**61,3**	**- 2,8**	**215,1**	**240,9**	**- 10,7**
Cativo Comercial	55,4	57,8	- 4,1	200,7	228,5	- 12,2
Livre Comercial	4,2	3,5	+ 17,9	14,4	12,4	+ 16,4
Rural	**49,9**	**45,4**	**+ 10,0**	**204,4**	**185,2**	**+ 10,4**
Cativo Rural	49,9	45,4	+ 10,0	204,4	185,2	+ 10,4
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	**39,9**	**41,7**	**- 4,4**	**155,9**	**166,7**	**- 6,5**
Cativo Outros	39,9	41,7	- 4,4	155,9	166,7	- 6,5
Livre Outros	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	**326,1**	**311,1**	**+ 4,8**	**1.228,4**	**1.241,5**	**- 1,1**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	80,8	73,7	+ 9,7	290,5	283,8	+ 2,3
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	**406,9**	**384,8**	**+ 5,7**	**1.518,9**	**1.525,3**	**- 0,4**
4 Fornecimento não faturado	1,2	4,7	- 74,1	1,5	1,1	+ 39,0
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**408,1**	**389,5**	**+ 4,8**	**1.520,4**	**1.526,4**	**- 0,4**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 469.456 unidades consumidoras cativas, número 2,0% superior ao registrado no fim de 2019 e com 72 consumidores livres.

3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

A Companhia consolidou a trajetória de redução observada no trimestre anterior e alcançou, em dezembro de 2020, o seu limite regulatório, fechando a perda total em 9,64%, reduções de 0,27 e 0,71 ponto percentual em relação a setembro de 2020 e dezembro de 2019, respectivamente. Esse resultado foi impulsionado pela redução de 0,21 ponto percentual na perda não técnica entre setembro e dezembro de 2020.

Últimos 12 meses

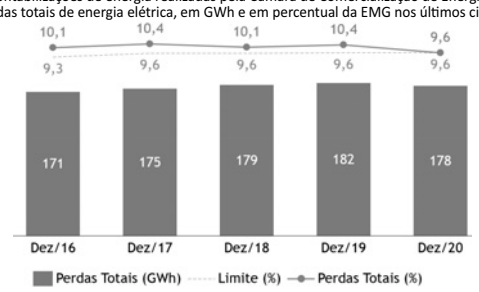
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	ANEEL
10,51	9,49	9,43	- 0,16	0,42	0,21	10,35	9,91	9,64	9,64

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	Var. (%)(1)
184,4	173,5	174,6	(2,8)	7,7	3,8	181,6	181,2	178,4	- 1,5

(1) Variação dezembro de 2020/setembro de 2020.

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da EMG nos últimos cinco anos:



3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)				
	dez/20	dez/19	Variação em p.p.	Dez /20 (sem PPECLD Covid)	Variação em p.p.
EMG	0,55	0,16	0,39	0,35	0,19

3.3.2. Taxa de Arrecadação

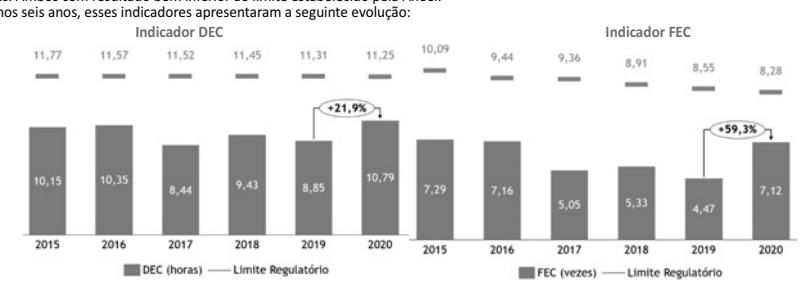
A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/20	dez/19	Variação em p. p.
EMG	98,41	98,75	- 0,34

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia apresentou aumento de 1,94 horas, nos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2020. O DEC, por sua vez, apresentou aumento de 2,65 vezes. Ambos com resultado bem inferior ao limite estabelecido pela Aneel.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional

Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R$ 1.165,2 milhões contra R$ 1.116,1 milhões registrados em 2019, acréscimo de 4,4% (R$ 49,1 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 6,7% (R$ 45,3 milhões) no período, para R$ 718,3 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**265,2**	**248,5**	**+ 6,7**	**948,4**	**941,7**	**+ 0,7**
✓ Residencial	133,8	121,4	+ 10,2	468,6	460,4	+ 1,8
✓ Industrial	23,5	22,1	+ 6,3	83,6	86,1	- 2,9
✓ Comercial	48,9	50,3	- 2,7	171,7	189,9	- 9,6
✓ Rural	35,7	30,5	+ 16,7	137,9	115,1	+ 19,8
✓ Outras classes	23,3	24,1	- 3,5	86,6	90,4	- 4,2
(+) Suprimento de energia elétrica	7,5	1,7	+ 339,4	23,8	22,4	+ 6,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	5,1	3,5	+ 46,6	9,3	5,4	+ 72,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	22,0	19,9	+ 10,3	81,8	73,0	+ 12,0
(+) Receitas de construção	26,7	8,8	+ 202,6	92,1	57,8	+ 59,2
(+) Constituição e amortização - CVA	0,8	(13,3)	-	10,2	(9,4)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	18,3	18,4	- 1,0	83,4	73,2	+ 13,9
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	0,9	0,5	+ 99,2	1,3	1,1	+ 20,7
(+) Outras receitas	2,0	2,5	- 18,8	7,0	8,7	- 19,5
(=) Receita bruta	**348,5**	**290,5**	**+ 20,0**	**1.257,3**	**1.174,0**	**+ 7,1**
(-) Impostos sobre vendas	101,3	92,8	+ 9,2	362,4	355,0	+ 2,1
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(0,7)	(2,2)	- 68,2	(1,5)	(6,1)	- 74,9
(-) Encargos setoriais	21,7	18,9	+ 15,1	86,1	94,2	- 8,6
(=) Receita líquida	**226,2**	**181,1**	**+ 24,9**	**810,4**	**730,9**	**+ 10,9**
(-) Receitas de construção	26,7	8,8	+ 202,6	92,1	57,8	+ 59,2
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**199,5**	**172,3**	**+ 15,8**	**718,3**	**673,0**	**+ 6,7**

Foram determinantes para esse desempenho:

i) Aumento de 6,7% (R$ 16,7 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (crescimento de 0,7% ou R$ 6,6 milhões em 2020 sobre 2019);

ii) Crescimento de 339,4% (R$ 5,8 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (crescimento de 6,6% ou R$ 1,5 milhão em 2020 sobre 2019).

iii) Aumento de 10,3% (R$ 2,1 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 12,0% ou R$ 8,8 milhões em 2020 sobre 2019); e

iv) Crescimento de 99,2% (R$ 0,5 milhão) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 20,7% ou R$ 0,2 milhão em 2020 sobre 2019).

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 629,8 milhões em 2020 e R$ 182,6 milhões no 4T20, aumentos de 17,5% (R$ 27,2 milhões) e 6,2% (R$ 36,8 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2019. Desse total, as despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram crescimento de 5,2% (R$ 2,1 milhões), totalizando R$ 42,1 milhões no 4T20. No acumulado essas despesas totalizaram R$ 125,8 milhões, decréscimo de 3,2% (R$ 4,2 milhões) ante os R$ 130,0 milhões registrados no 2019.

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**131,1**	**107,0**	**+ 22,5**	**460,1**	**425,5**	**+ 8,1**
1.1 Energia comprada	109,9	89,1	+ 23,3	381,3	354,2	+ 7,6
1.2 Transporte de potência elétrica	21,1	17,9	+ 18,3	78,7	71,3	+ 10,5
2 Custos e Despesas controláveis	**41,3**	**37,8**	**+ 9,3**	**129,5**	**129,1**	**+ 0,4**
2.1 PMSO	**42,1**	**40,0**	**+ 5,2**	**125,8**	**130,0**	**- 3,2**
2.1.1 Pessoal	20,1	19,8	+ 1,3	52,5	58,9	- 10,8
2.1.2 Fundo de pensão	0,1	0,3	- 61,6	0,4	1,7	- 78,9
2.1.3 Material	2,3	2,6	- 12,2	8,4	8,2	+ 2,1
2.1.4 Serviços de terceiros	16,8	13,9	+ 20,8	55,7	52,6	+ 5,9
2.1.5 Outras	2,8	3,3	- 16,5	8,9	8,6	+ 3,2
✓ Multas e compensações	0,1	0,0	+ 120,0	0,5	0,0	+ 1.689,3
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,3	0,8	- 59,2	1,1	1,8	- 42,2
✓ Outros	2,4	2,5	- 4,9	7,3	6,7	+ 8,7
2.2 Provisões/Reversões	**(0,8)**	**(2,2)**	**- 64,4**	**3,7**	**(1,0)**	**-**
2.2.1 Contingências	(0,5)	(1,7)	- 69,2	(2,0)	(2,6)	- 24,5
2.2.2 Devedores duvidosos	(0,3)	(0,5)	- 49,9	5,6	1,6	+ 248,0
3 Demais receitas/despesas	**10,2**	**10,6**	**- 3,6**	**40,2**	**38,5**	**+ 4,5**
3.1 Depreciação e amortização	9,9	9,6	+ 3,4	38,6	37,7	+ 2,4
3.2 Outras receitas/despesas	0,2	1,0	- 74,7	1,6	0,8	+ 109,6
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**182,6**	**155,4**	**+ 17,5**	**629,8**	**593,1**	**+ 6,2**
Custo de construção (*)	26,7	8,8	+ 202,6	92,1	57,8	+ 59,2
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**209,3**	**164,2**	**+ 27,4**	**721,9**	**650,9**	**+ 10,9**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T20	4T19	Var. %	Var. R$	2020	2019	Var. %	Var. R$
(=) Lucro Líquido	**10,4**	**7,4**	**+ 40,3**	**3,0**	**45,7**	**38,0**	**+ 20,4**	**7,7**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(5,0)	(4,0)	+ 27,7	(1,1)	(22,1)	(19,2)	+ 15,2	(2,9)
(-) Resultado financeiro	(1,5)	(5,5)	- 72,5	4,0	(20,6)	(22,8)	- 9,5	2,2
(-) Depreciação e amortização	(9,9)	(9,6)	+ 3,4	(0,3)	(38,6)	(37,7)	+ 2,4	(0,9)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**26,9**	**26,5**	**+ 1,6**	**0,4**	**127,1**	**117,7**	**+ 8,0**	**9,4**
(+) Receita de acréscimos moratórios	4,0	3,2	+ 25,1	0,8	13,1	12,4	+ 6,3	0,8
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**30,9**	**29,7**	**+ 4,1**	**1,2**	**140,2**	**130,0**	**+ 7,8**	**10,2**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	13,7	16,4	- 2,7 p.p.		17,3	17,8	- 0,5 p.p.	

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 222,2 milhões em dezembro, frente aos R$ 212,6 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos negativos de R$ 1,1 milhão em dezembro, contra R$ 1,7 milhão em setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 314,6 milhões, contra R$ 306,8 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado se manteve no mesmo patamar de 2,2 vezes em dezembro de 2020.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

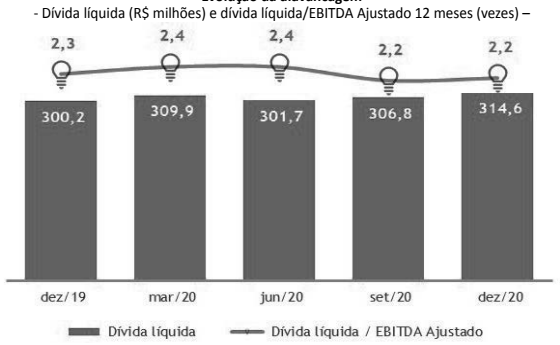
Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Circulante	**273,8**	**238,8**	**133,1**
Empréstimos e financiamentos	270,9	243,9	118,8
Debêntures	16,7	17,4	16,4
Encargos de dívidas	8,9	6,7	0,9
Benefícios pós emprego	1,0	2,1	2,1

Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(23,7)	(31,3)	(5,2)
Não Circulante	**263,0**	**280,6**	**300,8**
Empréstimos e financiamentos	2,6	39,6	138,5
Debêntures	267,1	243,6	182,5
Benefícios pós emprego	9,5	9,6	8,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(16,1)	(12,3)	(28,2)
Total das dívidas	**536,9**	**519,4**	**433,9**
(-) Disponibilidades financeiras	223,4	214,2	93,1
Total das dívidas líquidas	**313,5**	**305,2**	**340,7**
(-) Créditos CDE	16,8	16,8	12,4
(-) Créditos CVA	(17,9)	(18,4)	28,2
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**314,6**	**306,8**	**300,2**
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses [1]	2,2	2,2	2,3

[1] EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alavancagem

- Dívida líquida (R$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) –

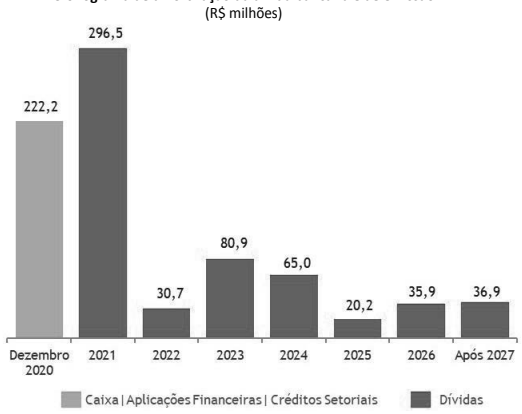


5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2020, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão

(R$ milhões)



6. INVESTIMENTOS

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu R$100,7 milhões em 2020, 34,4% maior que o mesmo período do ano anterior.

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Ativo Elétrico	24,8	9,7	+ 155,7	87,9	51,4	+ 71,0
Obrigações Especiais	1,1	-	-	4,7	8,7	- 46,0
Ativo não Elétrico	2,0	2,2	- 9,1	8,1	14,8	- 45,3
Total dos Investimentos	**27,9**	**11,9**	**+ 134,5**	**100,7**	**74,9**	**+ 34,4**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações no ano, visando à melhoria na qualidade do fornecimento de energia e flexibilidade operacional, destacaram-se os investimentos abaixo:

- ✓ Construção da LDAT de 138 kV Votorantim-Muriaé 2;
- ✓ Obras englobando a substituição de cabo 4 sem alma preservando a segurança das comunidades e colaboradores;
- ✓ Substituição dos transformadores de força de 138/69 kV nas Subestações Matipó e Nova Usina Maurício devido ao limite de capacidade;
- ✓ Adequação do limite de capacidade da Subestação Visconde do Rio Branco II com a instalação do transformador de força de 138/11,4 kV e retirada do transformador de força de 69/11,4 kV;
- ✓ Substituição dos transformadores de força de 69/22 kV na Subestação Usina Neblina e de 22/11,4 kV na Subestação Rio Novo devido a vida útil ultrapassada dos mesmos;
- ✓ Substituição do transformador de força de 69/11,4 KV na Subestação Ituerê devido a vida útil ultrapassada;
- ✓ Retrofit do sistema de automação das Subestações Recreio e Ubá 2;
- ✓ Instalação de chave motorizada nas LDATs Nova Usina Maurício-Cataguases 1, Cataguases 1-Cataguases 2; Cataguases 1-Muriaé 1, Manhuaçu-Matipó e São Miguel do Anta–Padre Fialho;
- ✓ Projeto em fase de estudo e desenvolvimento das iniciativas – Unificação das concessões Energisa Minas Gerais e Nova Friburgo.

7. DIVIDENDOS

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2020, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$ 43,4 milhões (R$ 53,0643227091 por ação ordinária), já tendo sido pagos R$ 8,8 milhões (R$ 10,7914200587 por ação ordinária), em 26 de março de 2020.

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 11 de março de 2021, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 34,6 milhões, equivalente a R$ 42,2729026504 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 12 de março de 2021.

8. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão do capital humano é uma das alavancas para a perenidade dos negócios. A Energisa Minas Gerais busca atrair, reter e capacitar profissionais que compartilhem de seus valores e contribuam para o alcance de seus objetivos e da qualidade dos serviços. A Empresa encerrou 2020 com 843 colaboradores próprios e 187 contratados de terceiros, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, desdobrado em ações de desenvolvimento de colaboradores em todos os níveis, das equipes de campo aos líderes e futuros líderes. No ano, foram investidos R$ 294,4 mil em treinamento e educação, com a média de 61 horas por empregado de cargos operacionais, 30,7 horas para cargos administrativos e 27,2 horas para cargos gerenciais.

No ano, com o cenário de pandemia, foi fundamental a Educativa Online, plataforma que compreende o modelo de capacitação por meio de trilhas para incentivar a mentalidade de autodesenvolvimento por meio de educação e treinamento direcionados a todos os negócios do Grupo Energisa. Em 2020, no Programa de Autodesenvolvimento, foram liberados mais de 50 novos cursos, a exemplo de desenvolvimento de sistemas, data analytics e customer experience.

Outro destaque de 2020 foi a criação de um grupo de trabalho para gerenciar a efetivação do programa de diversidade da Companhia. O trabalho constou de benchmarking com empresas de referência e construção do cenário de diversidade, como apoio ao posicionamento em relação ao tema.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Segurança é um valor inegociável para a Energisa Minas Gerais, que endereça iniciativas para a prevenção de acidentes, melhoria de indicadores e de uma cultura baseada no comportamento seguro.

No ano, houve expressiva redução nos indicadores de segurança da Companhia, destacando a taxa de frequência da força de trabalho (próprios e terceiros) , que passou de 4,42 em 2019 para 2,13 em 2020. A taxa de gravidade (próprios e terceiros), de 998,12 no ano anterior, foi de 165,69. Não ocorreu nenhum óbito no ano.

A principal iniciativa envolve o projeto Operar Seguro, que tem foco em reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Também são realizados workshops com lideranças e palestras com colaboradores e um Comitê Executivo de Saúde e Segurança garante que diretores e líderes abordem questões estratégicas de saúde e segurança. Todos os colaboradores e contratados de terceiros devem seguir as Regras de Ouro, um conjunto de procedimentos a observar em qualquer tarefa.

Em 2020, foi realizado um curso com informações sobre segurança ao conduzir os veículos e a nova telemetria do Grupo, quais as responsabilidades do condutor, detalhes sobre os equipamentos instalados e na frota. Realizados na plataforma de em sino a distância, os cursos contemplaram dados sobre o aplicativo disponível para monitoramento e melhorias no comportamento ao volante, entre outros temas. Está em desenvolvimento um projeto de realidade virtual, cujo objetivo é que eletricistas adquiram conhecimento inicial de forma a mitigar o risco atrelado ao trabalho.

E para saúde e qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, há o Programa Viva Energia, com os pilares de Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. O primeiro inclui ginástica laboral, campanhas para a promoção da saúde e prevenção de doenças, assim como monitoramento de exames periódicos. Em Saúde Assistencial são concedidos benefícios a portadores de doenças crônicas e de câncer. E o pilar Qualidade de Vida promove atividades que contribuem para saúde e bem-estar, como musculação e natação, por meio de parceria com academias em todo o território nacional. Em 2020, com o cenário de pandemia, foi dada atenção especial ao aspecto de saúde mental dos colaboradores.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A sustentabilidade está incorporada à estratégia do Grupo Energisa, pela consciência de seu potencial de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente, com o apoio de um modelo de negócio que visa a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Esse direcionamento permite à Companhia captar as oportunidades do setor e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Como reforço à sua estratégia, em 2020 o Grupo passou a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Nações Unidas (ONU) que fornece diretrizes para iniciativas que contribuam para impulsionar a sustentabilidade e a cidadania. Como empresa signatária, tem como compromisso contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030.

Também em 2020, o Grupo passou a fazer da Plataforma de Ação pelo Clima, da Rede Brasil do Pacto Global, norteado pelo ODS 7 (energia limpa e acessível) e pelo ODS 13 ação contra a mudança global do clima), por meio do atividades e projetos direcionados para a mitigação e adaptação a esse desafio.

10.1. Eficiência energética

A empresa investiu R$ 1,8 milhão em 2020 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 2.065 unidades consumidoras e permitiram economizar 797 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 300 residências com consumo médio mensal de 200 kWh. O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.

Já o projeto Energia em Foco beneficia órgãos públicos, incluindo iluminação urbana, e instituições de saúde. Em 2020, houve substituição de 824 pontos de iluminação por unidades LED nas prefeituras dos municípios de Miradouro, Dona Euzébia, Ervália, Piraúba, bem como investimento em projeto no Hospital Santa Isabel, que contemplou a troca de 408 lâmpadas, instalação de 48 refletores para LED na área externa, além de sistema de climatização das enfermarias, centros cirúrgicos e UTIs. A expectativa é gerar uma economia de 189,55 MWh/ano para o hospital.

Além disso, as instituições Apae Leopoldina, Lar dos Idosos São Vicente de Paulo, em Simonésia, e Lar Nossa Senhora das Mercês foram contempladas com a substituição de luminárias, freezer, geladeiras, ar-condicionado e a implantação de uma geradora fotovoltaica com capacidade de geração de 7,33 MW, que deve proporcionar economia de 11,72 MWh/ano.

10.2. Projetos socioculturais

Diante dos impactos da pandemia e atenta às demandas da sociedade, o Grupo Energisa criou o Energia do Bem, uma iniciativa de mobilização nacional contou com doação de alimentos e material de limpeza e higiene pessoal para instituições beneficentes. Houve doação de máscaras do tipo N95 a hospitais, assim como de recursos para viabilizar a aquisição de ventiladores pulmonares.

Os projetos socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados e é responsável pela gestão de espaços culturais mantidos em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Paraíba e no Mato Grosso do Sul.

Em 2020, em razão do distanciamento social devido à Covid-19, esses espaços foram fechados para o público a partir do mês de março. Em Cataguases, sede da EMG, estão instalados o Centro Cultural Humberto Mauro, equipado com Cine-Teatro; o Memorial Humberto Mauro, em homenagem ao pioneiro cineasta, com uma Sala Multiuso e Galeria de Arte; o Museu Energisa, dedicado à memória do Grupo Energisa, além de abrigar o Cineclube Stella Pérez Botelho e o Centro de Memória da Zona da Mata; e o Anfiteatro Ivan Müller Botelho, para a espetáculos teatrais e musicais. Na cidade de Leopoldina, ficam a Casa de Leitura Lya Maria Muller Botelho, com sala multimídia e dedicada à promoção da literatura infanto-juvenil e a exposições educativas, e o Memorial Ormeo Junqueira Botelho, em homenagem ao idealizador da Fundação.

A programação do ano foi toda virtual, com três projetos realizados online: A Escrita da Luz, um concurso de fotografias para estimular pré-adolescentes a enviar fotos captadas por celulares; Galeria Virtual da Usina Cultural Nova Friburgo, com duas mostras coletiva de artistas; e vídeos documentais Pessoas criativas, ideias inspiradoras, que registrou projetos de leopoldinenses sobre folclore, literatura, cinema, música, quadrinhos, teatro e preservação patrimonial.

10.3. Iniciativas ambientais

A atuação da Energisa Minas Gerais é orientada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que compreende diretrizes de responsabilidade no convívio com o meio ambiente e uso eficiente de recursos naturais. Os impactos são mitigados por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS), uma ferramenta compatível com as normas ISO 14001 e ISO 45001 e que fornece os subsídios para o adequado monitoramento dos aspectos socioambientais e de saúde e segurança.

A Companhia conta com uma área de Meio Ambiente responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos. Em 2020, foi contratada uma plataforma digital para monitorar e atualizar mensalmente a legislação ambiental (federal, estadual e municipal), além da execução de serviços de assessoria para gerenciamento de requisitos legais.

Alinhada com iniciativas de redução de emissões atmosféricas e descarbonização da economia, a Energisa Minas Gerais adquiriu carro elétrico que subsidiará o setor de frotas com informações relevantes para que, posteriormente, haja a substituição dos demais veículos da empresa.

O prédio que abriga a sede da empresa e o Centro de Serviços Energisa, em Cataguases, por exemplo, foi projetado com base em conceitos de sustentabilidade. Para a maior eficiência energética, aproveita a iluminação natural, com a instalação de vidros com películas, chapas metálicas perfuradas e brises, e usa lâmpadas LED, que consomem menos energia. Há captação e aproveitamento da água de chuva; descarte adequado dos resíduos sólidos; e uso racional dos recursos naturais, com redução de custos de água e energia.

O estacionamento da Companhia abriga um painel fotovoltaico orgânico ecológico. Ele é reciclável, com pegada de carbono 20 vezes menor do que a dos painéis tradicionais de silício, e proporcionou retorno energético em apenas dois meses.

Para proteger a biodiversidade, são utilizados cabos isolados nas redes em que a arborização pode ser mais afetada pelo contato com a baixa-tensão energizada. De forma a evitar podas indesejáveis e preservar o equilíbrio ecológico, cabos protegidos são instalados redes de média-tensão que têm proximidades com arborização. Nos casos em que há necessidade de corte de vegetação, há ações de reposição florestal para recompor a vegetação, em linha com a legislação ambiental vigente, como forma de compensar a supressão executada durante as obras.

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2020 foi de R$ 183 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2020			2019		
Receita líquida (RL)	810.354			730.856		
Resultado operacional (RO)	67.831			57.171		
Folha de pagamento bruta (FPB)	49.111			52.046		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	8.034	16,36%	0,99%	8.111	15,58%	1,11%
Encargos sociais compulsórios	10.819	22,03%	1,34%	11.081	21,29%	1,52%
Previdência privada	(205)	-0,42%	-0,03%	939	1,80%	0,13%
Saúde	1.726	3,51%	0,21%	1.591	3,06%	0,22%
Segurança e saúde no trabalho	989	2,01%	0,12%	1.139	2,19%	0,16%
Educação	72	0,15%	0,01%	92	0,18%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	295	0,60%	0,04%	480	0,92%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	326	0,66%	0,04%	361	0,69%	0,05%
Participação nos lucros ou resultados	6.338	12,91%	0,78%	7.525	14,46%	1,03%
Outros	465	0,95%	0,06%	623	1,20%	0,09%
Total - Indicadores sociais internos	**28.859**	**58,76%**	**3,56%**	**31.942**	**61,37%**	**4,39%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	178	0,26%	0,02%	440	0,77%	0,06%
Cultura	1.343	1,98%	0,17%	1.332	2,33%	0,18%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	22	0,03%	0,00%	35	0,06%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	818	1,21%	0,10%	214	0,37%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	**2.361**	**3,48%**	**0,29%**	**2.021**	**3,53%**	**0,27%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	338.192	498,58%	41,73%	333.300	582,99%	45,60%
Total - Indicadores sociais externos	**340.553**	**502,06%**	**42,02%**	**335.321**	**586,52%**	**45,87%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	43.514	64,15%	5,37%	44.141	77,21%	6,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**43.514**	**64,15%**	**5,37%**	**44.141**	**77,21%**	**6,04%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional				**2020**		**2019**
Nº de empregados(as) ao final do período				843		850
Nº de admissões durante o período				56		76
Nº de empregados(as) terceirizados(as)				187		110
Nº de estagiários(as)				20		30
Nº de empregados(as) acima de 45 anos				135		132
Nº de mulheres que trabalham na empresa				160		166

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2020	2019
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,11%	36,36%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	155	148
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	15,56%	15,90%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	24	23

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	59,72			59,72		
Número total de acidentes de trabalho	2			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(x) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 149.482	no Procon 140	na Justiça 380	na empresa 142.008	no Procon 100	na Justiça 350
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,73 %	no Procon 30%	na Justiça 10%	na empresa 100 %	no Procon 40%	na Justiça 20%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020**	**566.795**		**Em 2019:**	**574.124**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	77 % governo 8% colaboradores(as) 8% acionistas 7% terceiros 0% retido			76 % governo 9% colaboradores(as) 6% acionistas 8% terceiros 1% retido		

7 - Outras Informações	2020	2019
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos	-	-
7.1.1 - Investimento da União	-	-
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-
7.1.3 - Investimento do Município	-	-
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-	-
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-	-
7.2 - Programa de eficiência Energética	1.941	3.065
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	329	3.253
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**2.270**	**6.318**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	37.749	23.578
Aplicações financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.2	185.619	69.554
Consumidores e concessionárias	6	151.774	127.743
Estoques		3.231	2.914
Tributos a recuperar	7	18.460	30.455
Instrumentos financeiros derivativos	31	23.729	6.903
Ativo financeiro setorial	9	27.330	40.702
Outros créditos	10	36.362	38.226
Total do circulante		**484.254**	**340.075**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	33.966	30.442
Tributos a recuperar	7	6.437	4.978
Instrumentos financeiros derivativos	31	16.123	28.220
Cauções e depósitos vinculados	23.1	4.865	4.935
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	46.005	31.232
Ativo financeiro setorial	9	2.572	8.988
Outros créditos	10	7.090	227
		117.058	**109.022**
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	**14**	(2.792)	3.944
Investimentos		3.225	3.225
Imobilizado	15	8.592	6.579
Intangível	16	504.099	456.732
Total do não circulante		**630.182**	**579.502**
Total do ativo		**1.114.436**	**919.577**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	78.944	66.390
Encargos de dívidas	18	8.915	903
Empréstimos e financiamentos	18	270.867	118.807
Debêntures	19	16.743	16.393
Impostos e contribuições sociais	21	39.343	30.120
Encargos setoriais	22	9.759	11.801
Obrigações estimadas		7.348	6.424
Passivo financeiro setorial	9	45.717	16.911
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	1.734
Contribuição de iluminação pública		3.057	2.661
Benefícios pós-emprego	32	1.021	2.129
Arrendamentos operacionais	20	724	981
Outras contas a pagar		21.738	19.683
Total do circulante		**504.176**	**294.937**
Não circulante			
Fornecedores	17	1.614	1.525
Empréstimos e financiamentos	18	2.565	138.519
Debêntures	19	267.073	182.455
Impostos e contribuições sociais	21	20.233	18.270
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23.1	2.482	4.320
Créditos tributários	12	10.749	4.423
Encargos setoriais	22	4.048	1.814
Benefícios pós-emprego	32	9.527	8.041
Passivos financeiros setoriais	9	2.087	4.575
Arrendamentos operacionais	20	1.973	1.837
Outras contas a pagar		2.343	2.494
Total do não circulante		**324.694**	**368.273**
Patrimônio líquido			
Capital social	24.1	228.428	228.428
Reservas de capital	24.2	8.643	8.155
Reservas de lucros	24.3 24.4	17.757	15.471
Dividendos adicionais propostos	24.5	32.579	7.051
Outros resultados abrangentes	24.6	(1.841)	(2.738)
Total do patrimônio líquido		**285.566**	**256.367**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.114.436**	**919.577**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	25	1.166.765	1.122.258
Outras receitas	27	3.676	4.491
Receitas relativas a construção de ativos próprios	25 e 28	92.691	57.988
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	(5.641)	(1.621)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		505.347	465.113
Materiais e serviços de terceiros		66.884	62.328
Outros custos operacionais		100.905	66.957
		673.136	594.398
Valor adicionado bruto		584.355	588.718
Amortização e depreciação	26	38.624	37.719
Valor adicionado líquido		545.731	550.999
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	28	21.064	23.125
Valor adicionado total a distribuir		**566.795**	**574.124**
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		31.377	39.384
Benefícios		10.651	10.133
FGTS		2.489	2.779
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		92.249	90.288
Estaduais		256.270	253.696
Municipais		492	397
Obrigações intrassetoriais		86.124	94.211
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	28	41.305	44.974
Aluguéis		113	285
Remuneração de capitais próprios			
Reserva Legal	24.5	2.286	1.899
Dividendos adicionais propostos	24.5	32.579	7.051
Dividendos	24.5	10.860	29.027
		566.795	**574.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	25	810.354	730.856
Custo do serviço de energia elétrica	26	(460.067)	(425.520)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(201.750)	(160.641)
Lucro bruto		**148.537**	**144.695**
Despesas gerais e administrativas	26	(58.476)	(63.978)
Outras receitas	27	3.676	4.491
Outras despesas	27	(5.290)	(5.261)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**88.447**	**79.947**
Receitas financeiras	28	20.085	22.050
Despesas financeiras	28	(40.701)	(44.826)
Despesas financeiras líquidas		**(20.616)**	**(22.776)**
Lucro antes dos impostos		**67.831**	**57.171**
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(16.242)	(21.984)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(5.864)	2.790
Lucro líquido do exercício		**45.725**	**37.977**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$	29	**55,83**	**46,37**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		45.725	37.977
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado:		-	-
Outros resultados abrangentes	22.6	(897)	(1.475)
Total de outros resultados abrangentes do exercício		**44.828**	**36.502**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

			Reserva de Capital		Reserva de Lucros				Outros resultados	Recursos destinados e	
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Subvenção de investimentos	Legal	Retenção de lucros	Dividendos adicional proposto	Lucros acumulados	abrangentes	futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019		**228.428**	**76**	**7.921**	**13.572**	**18.964**	**8.207**	**-**	**(1.263)**	**-**	**275.905**
Pagamentos de dividendos	24.4 e 24.5	-	-	-	-	(18.964)	(8.207)	-	-	-	(27.171)
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	158	-	-	-	-	-	-	-	158
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	37.977	-	-	37.977
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:											-
Reserva legal	24.3	-	-	-	1.899	-	-	(1.899)	-	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	8834	-	(29.027)	-	-	(20.193)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	2026	7.051	(7.051)	-	-	2.026
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos											-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(2.234)	-	(2.234)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	759	-	759
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**228.428**	**234**	**7.921**	**15.471**	**10.860**	**7.051**	**-**	**(2.738)**	**-**	**267.227**
Pagamentos dividendos adicionais	24.4 e 24.5	-	-	-	-	-	(7.051)	-	-	-	(7.051)
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	488	-	-	-	-	-	-	-	488
Lucro líquido do exercício	24.3	-	-	-	-	-	-	45.725	-	-	45.725
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	24.5										
Reserva legal	24.5	-	-	-	2.286	-	-	(2.286)	-	-	-
Dividendos	24.5							(10.860)			(10.860)
Dividendos adicionais propostos	24.6	-	-	-	-	-	32.579	(32.579)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos											
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	1.358	-	1.358
Tributos sobre ganho e perda atuarial – pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(461)	-	(461)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**228.428**	**722**	**7.921**	**17.757**	**10.860**	**32.579**	**-**	**(1.841)**	**-**	**296.426**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	29	45.725	37.977
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	22.106	19.194
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		70.409	31.570
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(1.297)	(1.075)
Depreciação e amortização	26	38.624	37.719
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	5.641	1.621
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	(771)	726
Marcação a mercado da dívida	28	402	5.033
Marcação a mercado de derivativos	28	(407)	(5.059)
Instrumentos financeiros derivativos	28	(48.794)	(7.170)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	27	676	(120)
Programa de remuneração variável - ILP		488	158
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(32.364)	(8.949)
(Aumento) Diminuição de estoques		(317)	(759)
(Aumento) Diminuição de tributos a recuperar		17.621	(3.537)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		70	913
(Aumento) de ativo financeiro setorial		9.210	31.442
Recebimentos Despacho nº 2.177 - CONTA COVID		49.948	-
Diminuição (Aumento) de outros créditos		(9.101)	(4.670)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) Aumento de fornecedores		10.434	12.776
Aumento (Diminuição) de impostos e contribuições sociais		4.722	3.980
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.300)	(14.706)
Aumento de obrigações estimadas		924	1.042
Aumento (Diminuição) de encargos setoriais		3.546	(42)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(1.185)	(3.317)
(Diminuição) Aumento de passivo financeiro setorial		(13.325)	(19.731)
Aumento de outras contas a pagar		2.300	5.475
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**165.985**	**120.491**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(111.867)	26.556
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, Imobilizado e intangível	14, 15 e 16	(93.215)	(66.318)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	15 e 16	1.552	1.721
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(203.530)**	**(38.041)**
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	281.599	129.688
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(229.665)	(119.931)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(17.364)	(26.326)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		35.653	3.831
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	20	(596)	(755)
Pagamentos de dividendos	24.5	(17.911)	(56.198)
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de financiamentos		**51.716**	**(69.691)**
Variação líquida do caixa		14.171	12.759
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	23.578	10.819
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	37.749	23.578
Variação líquida do caixa		**14.171**	**12.759**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia" ou "EMG"), empresa integrante do Grupo Energisa, é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 469.528 consumidores. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais e obteve registro de Companhia Aberta em 17 de dezembro de 1969, mas desde 23 de maio de 1907 detém registro de negociação de suas ações na Bolsa de Valores. **1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015. O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios: I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira; III - Racionalidade operacional e econômica; e IV - Modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pela companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil limitado ao novo prazo de concessão. Para data base 31 de dezembro de 2020, a Companhia atingiu seus indicadores. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes aos reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção, ativos vinculados à concessão e a receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, 16, e 25, respectivamente. **1.2. Efeitos de COVID 19: Contexto:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e de unidades consumidoras que utilizam equipamentos especiais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, inicialmente provocaram queda no consumo e na arrecadação da Companhia, entretanto tem sido observado recuperação das atividades econômicas que tem contribuído na melhoria dos dois fatores. No entanto mesmo com o quadro de aumento da contaminação e que tem trazido transtornos a população do país é de ressaltar os esforços das autoridades em incrementar a

vacinação o que em breve trará resultados positivos a economia, as relações de trabalho, ao comercio e a indústria, com provável retorno ao normal. **a. Impactos observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** A pandemia da COVID-19 no Brasil produziu impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia elétrica, devido à retração do mercado consumidor, e ao incremento da inadimplência, agravada pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica. Esses efeitos impactaram diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo nas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD). Por outro lado, a Conta COVID tem neutralizado em parte os efeitos dos eventos no fluxo de caixa da Companhia e contribuído para atenuar as tarifas dos consumidores enquanto durar a pandemia. A Companhia realizou os cálculos de perdas esperadas da inadimplência, baseado em suas melhoras estimativas, tendo apurado o montante de R$2.050, reconhecidos a partir de março de 2020 no resultado do exercício. A implementação das ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativação e e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital, tem produzidos efeitos positivos que contribuíram sensivelmente na redução das provisões de perdas esperadas. A Companhia segue acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização de seu contas a receber, o qual foi ajustado para considerar as perdas esperadas em 31 de dezembro de 2020. **b. Sobrecontratação de energia elétrica:** O cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira. A Companhia segue atenta e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição. Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto 5.163/2004 de modo a reconhecer a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 apurada conforme regulação da Aneel como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL. **c. Equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia da COVID-19 são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. Com a publicação da Resolução Normativa nº 885, divulgada no diário oficial em 23 de junho de 2020 foi estabelecido o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos, instaurado a partir de agosto de 2020. A Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial de RTE em suas informações financeiras intermediárias. **d. Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento e acompanhamento da pandemia:** Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente no Brasil, o Grupo Energisa adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se: **Pessoas:** • Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes; • Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (Telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público; • Criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID19 para colaboradores e familiares; • Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testado positivo; • Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia; • Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações; • Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade; • Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas; • Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória nº 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP nº 936 foi transformada na Lei nº 14.020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. A última mudança que impacta na conhecida MP nº 936, agora Lei nº 14.020, foi publicada no DOU do dia 24 de agosto de 2020. Trata-se do Decreto nº 10.470, que prorroga mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei 14.020. **Sociedade:** A Companhia criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações em sua área de concessão. As principais ações são: • Doação de máscaras para hospitais; • Doação de produtos de higiene e limpeza para asilo; • Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0; • Realização de evento beneficente, para financiamento de artistas locais; • Doação para aquisição de ventiladores pulmonares a hospitais; • Doação de R$350 ao Projeto Estímulo 2020 que visa para viabilizar crédito rápido e barato para empreendedores de Micro e Pequenas Empresas, com intuito de preservação dos negócios durante a crise e preservar o maior número de empregos; • Criação da plataforma de streaming gratuito com filmes nacionais patrocinados pela Companhia; • Doação de R$150 para a Fiocruz na campanha "Unidos contra a Covid-19" no intuito de auxiliar a instituição na produção de testes rápidos para o diagnóstico da doença; e, • Doação de R$90 para a Unesco com o objetivo de viabilizar o combate a fome distribuindo toneladas de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social. **Financeiras:** • Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos, com a redução na ordem de R$12.800, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento da Companhia não sofreram impactos relevantes; • Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019; • Contratação de novos empréstimos e liquidados outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020; • Revisado o planejamento estratégico, a Companhia sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas demonstrações financeiras; • Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento das competências de março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 do PIS e da COFINS e da contribuição previdenciária patronal nos montantes de R$13.823 e de R$2.352, respectivamente, com impacto no caixa; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no valor total de R$787; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC no montante de R$688; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril à 30 de junho de 2020, prorrogada até 31 de julho de 2020, em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE; e, • Adesão a CONTA-COVID: a Companhia aderiu CONTA-COVID implementada através da Resolução Aneel n° 885, de 23 de junho de 2020 que dispôs critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa. **1.3. Capital circulante negativo:** A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2020 capital circulante líquido negativo, no montante de R$ -19.922(R$45.138 positivo em 2019). A Administração celebrou contrato de financiamento com o BNDES, em fevereiro de 2021, no montante de R$69.702, o recebimento dos recursos será realizado a partir de março de 2021, que possibilitará a Companhia voltar a apresentar capital circulante positivo. O financiamento concedido pelo BNDES possui prazo total de 14 anos e é destinado à implantação do Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários; IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão; V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 16 -Intangível; VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; VIII. Nota explicativa nº 26 - Custo de energia elétrica comprada para revenda; IX. Nota explicativa nº 31- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 32 - Benefícios pós emprego.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros**: ***Ativos financeiros:*** *Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Mensuração subsequente* - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - Nota explicativa nº 2.3; • Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 31. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e controlas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia e controladas para cálculo final das perdas esperadas. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2020, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de "hedge" em um "hedge" efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de "hedge" nas relações de "hedge" definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de "hedge" eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge":** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 31, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". *A partir de 1º de janeiro de 2018*, a documentação inclui a identificação do instrumento de "hedge", do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de "hedge" (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de "hedge" e como determinar o índice de "hedge"). Um relacionamento de "hedge" se qualifica para contabilidade de "hedge" se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de "hedge". • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de "hedge" da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de "hedge" que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os "hedges" que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de "hedge" são registrados conforme descrito abaixo: *"Hedges" de valor justo*: a mudança no valor justo de um instrumento de "hedge" é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de "hedge" atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para "hedges" de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do "hedge", utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de "hedge" for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias** - inclui o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13; **g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável; **j. Arrendamentos** - os contratos, são avaliados se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagament

histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **n. Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 31; **o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável; **p. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis**; q. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **r. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **s. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção corresponde às receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos. As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia; **t. Benefícios pós-emprego** - plano de suplementação de aposentadoria e pensões e outros benefícios pós emprego- A Companhia patrocina fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia patrocina plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido; **u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB -** ***International Accounting Standards Board:*** **(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia**:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1/CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8/CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7/CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39/CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro e a sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1. Caixa e equivalente de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 107,0% do CDI (102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Descrição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	**14.482**	**12.171**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**23.267**	**11.407**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	23.267	-
Operações compromissadas	-	11.407
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante (*)	**37.749**	**23.578**

(*) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2020 equivale a 88,4% do CDI (108,1% do CDI em 2019).

Descrição	2020	2019
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	**185.619**	**69.554**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.090	1.350
Fundo de Investimento (1)	9	11
Fundo de Investimentos Exclusivos (2)	**184.520**	**66.164**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.821	899
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	149	101
Compromissadas	-	4.438
Títulos Públicos	26.406	21.388
Fundo Multimercado	670	-
Fundo de Renda Fixa	32.027	7.627
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	43.623	28.950
Letra Financeira (LF)	13.968	13
Letra Financeira (LFS)	36.882	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1.689	829
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	23.900	1.919
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	3.385	-
Outros instrumentos	-	26
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC)	-	2.003
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)	**185.619**	**69.554**
Circulante	185.619	69.554

(1) Fundo de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercados e são remunerados de 2,6% até 17,2% (50,6% até 102,8% em 2019) do CDI e média ponderada 5,0% (87,5% em 2019) do CDI. (2) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas a 113,5% (105,2% em 2019) do CDI no Fundo FI Energisa e 63,5% (115,7% em 2019) do CDI no Fundo Zona da Mata e 83,8% e do CDI Fundo Cataguases. (3) Inclui R$1.148 (R$3.390 em 2019) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia, bloqueios judiciais e conselho do consumidor.

	2020	2019
Depósito judicial credores	10	11
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	2.003
FID	1.138	855
Outros	-	521
Total	**1.148**	**3.390**

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, principalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (4)	2020	2019
Valores correntes:									
Residencial	26.205	-	14.127	1.297	19	66	(2.356)	39.358	34.201
Industrial	13.911	-	589	11	144	1.210	(1.210)	14.655	13.816
Comercial	12.204	-	2.445	154	101	60	(240)	14.724	13.170
Rural	7.236	-	4.392	471	359	64	(224)	12.298	9.604
Poder público	1.833	-	210	30	3	2	(44)	2.034	2.127
Iluminação pública	2.197	-	23	-	-	-	(12)	2.208	2.565
Serviço público	2.687	-	17	-	-	-	(8)	2.696	2.294
Fornecimento não faturado	44.510	-	-	-	-	-	-	44.510	35.219
Arrecadação Processo Classificação	873	-	-	-	-	-	-	873	1.417
Valores renegociados:									
Residencial	1.490	2.717	779	122	80	917	(1.670)	4.435	1.151
Industrial	522	413	79	8	24	2.992	(3.034)	1.004	1.747
Comercial	492	2.871	239	34	17	254	(433)	3.474	3.019
Rural	271	500	142	25	25	101	(264)	800	326
Poder público	9	1.905	-	-	-	-	-	1.914	2.134
Iluminação pública	4	8	-	-	-	-	-	12	238
Serviço público	45	51	5	-	-	-	-	101	112
(-) Ajuste valor presente (1)	(9)	(515)	-	-	-	-	-	(524)	(1.215)
Subtotal-clientes	114.480	7.950	23.047	2.152	772	5.666	(9.495)		
Suprimento energia a concessionárias - Moeda Nacional (2)	6.647	-	-	-	-	6.873	(163)	13.357	10.880
Outros (3)	39	-	1.644	2.834	-	23.522	(228)	27.811	25.380
Total	**121.166**	**7.950**	**24.691**	**4.986**	**772**	**36.061**	**(9.886)**		
Circulante								33.966	30.442
Não Circulante									

(1) Ajuste a valor presente para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa do CDI de 1,90% a.a. (4,60% a.a. em 2019). **(2)** Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	2020	2019
Créditos a vencer	6.647	4.170
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	6.873	6.873
Sub-total créditos CCEE (*)	**13.520**	**11.043**
(-) Aquisições de energia na CCEE	(15.063)	(10.023)
(-) Encargos de serviços do sistema	(2.167)	(140)
Total créditos (débitos) CCEE	**(3.710)**	**880**

(*) O subtotal de R$13.520 (R$11.043 em 2019) não inclui a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa no valor de R$163 (R$163 em 2019). **(a)** Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à alteração, dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento.A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. **(3)** Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R$18.540 (R$17.038 em 2019), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante. **(4)** Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD)- a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. Na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência agravadas pelo cenário da pandemia do COVID-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador ao longo do exercício como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência, quando comparado com o mesmo período de 2019, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias passaram a ter a possibilidade de suspensão da energia a partir de 01 de janeiro de 2021. Outros fatores como as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores, aumento da arrecadação originada pelas medidas adotadas pelas controladas distribuidoras de energia elétrica que vem demonstrar a recuperação gradual das atividades econômicas, contribuíram em muito pelas apurações das perdas no exercício. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas. Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2020	2019
Saldo inicial - circulante -2019 e 2018	**7.868**	**8.422**
Provisões constituídas no exercício (*)	5.641	1.621
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(2.571)	(2.175)
Saldo final - circulante -2020 e 2019	**10.938**	**7.868**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	9.886	6.814
Títulos de créditos	748	748
Outros créditos - créditos a receber de terceiros	304	306

(*) Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro 2020 de R$5.641(R$1.621 em 2019), inclui R$2.050 decorrente do aumento de inadimplência identificado pelo impacto da COVID-19.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	16.032	13.469
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.306	13.570
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	801	4.782
Contribuições ao PIS e a COFINS	5.135	2.992
Outros	623	620
Total	**24.897**	**35.433**
Circulante	18.460	30.455
Não Circulante	6.437	4.978

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. REAJUSTE, REVISÕES TARIFÁRIAS E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

8.1. Reajuste tarifário: Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.696, de 17 de junho de 2020, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 22 de junho de 2020. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, o reajuste tarifário foi suspenso a pedido da Companhia até 30 de junho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 6,41%. **8.2. Revisão tarifária:** A revisão tarifária periódica ocorre a cada 05 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.092, de 21 de junho de 2016 aprovou o resultado da quarta revisão tarifaria da Companhia com reajuste médio percebido pelos consumidores de 2,16%, aplicados desde 22 de junho de 2016. **8.3. Bandeiras tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: Bandeira Tarifária Verde; Bandeira Tarifária Amarela; Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2. A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário. A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passa a ser de R$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam: Patamar 1: Com a aplicação de uma tarifa de R$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passa a ser de R$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh); Patamar 2: Com aplicação de uma tarifa de R$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passa a ser de R$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória n°2.551, com vigência a partir de junho de 2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima. Em função da pandemia, da COVID-19, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulgou medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Contudo, em reunião extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2020, a ANEEL decidiu reativar o sistema de bandeiras para o mês de dezembro de 2020 em razão da queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas associado a retomada do consumo de energia. Em 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2020	2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar I
Setembro	Verde	Vermelha Patamar I
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar I
Dezembro	Vermelha Patamar II	Amarela

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação: A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia). O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes. Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias. Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL. O grupo Energisa envidou seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%) durante o exercício. Para o exercício de 2020, também em função da pandemia, a Companhia apresentou um excedente ao limite regulatório (100% e 105%), porém sem expectativa de prejuízo. No intuito de minimizar os impactos de sobrecontração a Companhia vem realizando seus melhores esforços na utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) de Energia Existente e de Energia Nova, Mecanismos de Venda de Excedente (MVEs), bem como a realização de acordos bilaterais com geradores.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão conta Covid (9)	Resultado do Financeiro Remuneração	Transferência	Saldo em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (1)											
Energia Elétrica comprada para revenda	25.712	7.980	(24.066)	(37.971)	(194)	30.526	1.987	1.987	-	1.987	-
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	439	-	(384)	961	8	-	1.024	-	1.024	1.024	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	1.645	5.991	(1.372)	(3.385)	22	(34)	2.867	1.304	1.563	1.304	1.563
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	1.122	1.395	(935)	(1.191)	8	183	582	408	174	408	174
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.553	2.292	(8.758)	(5.928)	(87)	6.003	2.075	2.075	-	2.075	-
Encargo de Serviços de Sistema - ESS (6)	-	1.754	-	15.782	124	(2.243)	15.417	-	15.417	15.132	285
Componentes financeiros											
Sobrecontratação de energia (3)	-	9.061	-	(8.917)	(170)	26	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A (2)	4.590	3.678	(4.169)	(3.993)	16	2.307	2.429	2.429	-	2.429	-
CUSD	-	1.427	(229)	-	6	(11)	1.193	212	981	727	466
Exposição de submercados (4)	6.382	2.016	(5.825)	(4.222)	11	2.905	1.267	1.267	-	1.267	-
Garantias	314	328	(293)	-	6	-	355	178	177	271	84
Saldo a compensar (5)	933	726	(746)	-	17	(224)	706	706	-	706	-
Efeitos postergação tarifária (8)	-	919	-	(1.084)	(3)	168	-	-	-	-	-
Total de Ativos	**49.690**	**37.567**	**(46.777)**	**(49.948)**	**(236)**	**39.606**	**29.902**	**10.566**	**19.336**	**27.330**	**2.572**

Passivo Financeiro Setorial	Saldo em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão conta Covid (9)	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldo em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (1)											
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	1.146	(557)	-	15	-	604	604	-	604	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	264	-	(230)	-	-	(34)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(321)	-	-	(113)	6.003	5.569	-	5.569	5.428	141
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	(182)	-	-	(1)	183	-	-	-	-	-
Energia Elétrica comprada para revenda	-	(6.697)	-	-	5	30.526	23.834	-	23.834	23.834	-
Encargo de Serviços de Sistema - ESS (6)	13.499	10.055	(16.005)	-	113	(2.243)	5.419	5.419	-	5.419	-
Componentes financeiros											
Sobrecontratação de energia (3)	4.896	(1.115)	(2.967)	-	(1)	26	839	261	578	839	-
Neutralidade da Parcela A (2)	-	3.788	-	-	3	2.307	6.098	-	6.098	5.113	985
Exposição de submercados (4)	-	(746)	-	-	(9)	2.905	2.150	-	2.150	2.150	-
CUSD	53	-	(42)	-	-	(11)	-	-	-	-	-
Saldo a Compensar (5)	328	573	(286)	-	1	(224)	392	-	392	206	186
Devoluções Tarifárias (7)	2.446	2.634	(2.373)	-	28	-	2.735	1.102	1.633	1.960	775
Efeitos postergação tarifária (8)	-	-	-	-	(4)	168	164	-	164	164	-
Total Passivo	**21.486**	**9.135**	**(22.460)**	**-**	**37**	**39.606**	**47.804**	**7.386**	**40.418**	**45.717**	**2.087**
Saldo líquido	**28.204**	**28.432**	**(24.317)**	**(49.948)**	**(273)**	**-**	**(17.902)**	**3.180**	**(21.082)**	**(18.387)**	**485**

(1) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - a portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC; **(2) Neutralidade da Parcela A -** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; **(3) Repasse de sobrecontratação/ exposição involuntária de energia -** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo; **(4) Exposição de submercados -** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças de preços quando da transferência de energia entre Submercados e na sua apuração considera-se também as diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) dos submercados; **(5) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior-** conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada; **(6) Encargo de Serviço do Sistema - ESS -** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN. Inclui R$6.092 constituídos no segundo semestre referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do Covid-19; **(7) Devoluções Tarifárias -** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte. Efeitos postergação tarifária - devido a pandemia do COVID-19, as controladas da Energisa S.A que passaram por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitaram a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de setembro de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros; **(8)** Efeitos postergação tarifárias: devido a pandemia do COVID-19, a Companhia que passou por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitou a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em iguais montantes financeiros; e **(9) Adesão à CONTA-COVID-19** - A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor de R$49.949, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais foram disponibilizados conforme despachos ANEEL abaixo:

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	49.315
Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020	12 de agosto de 2020	634
Total recebido		**49.949**

A criação da CONTA-COVID foi foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B. O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados. De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

10. OUTROS CRÉDITOS

	2020	2019
Subvenção Baixa Renda (1)	5.368	4.482
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	5.203	6.358
Ordens de serviço em curso - outros	68	161
Adiantamentos	2.329	1.928
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	11.402	7.880
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	5.727	5.218
Adiantamento de benefícios pós-emprego	8.254	8.704
Despesas pagas antecipadamente	2.471	2.004
Fundos Patronais dos planos Previdenciários	195	-
Outros (3)	2.435	1.718
Total	**43.452**	**38.453**
Circulante	36.362	38.226
Não circulante	7.090	227

(1) **Subvenção Baixa Renda** - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro de 2020. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2020	2019
Saldo inicial - circulante- 2019 e 2018	**4.482**	**4.260**
Subvenção Baixa Renda	29.321	17.458
Ressarcimento e compensações pela CCEE	(28.435)	(17.236)
Saldo final - circulante - 2020 e 2019	**5.368**	**4.482**

(2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do exercício, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte. Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - circulante - 2019 e 2018	**7.880**	**10.198**
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	54.044	55.735
Ressarcimento e compensações pela CCEE	(50.522)	(58.053)
Saldo final - circulante - 2020 e 2019	**11.402**	**7.880**

A Companhia, desde 02 de setembro de 2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE. Desta forma, durante o exercício de 2020 não ocorreram valores a serem compensados ou ressarcidos (R$65.341 em 2019, referente à Subvenção CDE e R$16.887 em 2019, referente Subvenção Baixa Renda). (3) Inclui R$304 (R$306 em 2019) de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e R$2.739 (R$1.382 em 2019) referente a compartilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias e empresas: • Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB); • Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO); • Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE); • Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF); • Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO); • Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC); • Energisa Serviços Aéreos S/A; • Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda; • Energisa Soluções S/A (ESO); • Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; • Energisa Geração Usina Maurício S/A; • Parque Eólico Sobradinho Ltda; • Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e, • Voltz Capital S/A. A Controladora, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), Rede Energia S/A e Alsol Energias Renováveis S.A. (Alsol), que por sua vez possuem o controle indireto das Companhias: Controladas diretas da Energisa Transmissão de nergia S/A: • Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A; • Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A; e, • Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (nova denominação da Energisa Transmissora de Energia I). Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A: • Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS); • Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e, • QMRA Participações S/A. Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A: • Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol). Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Serviços contratados - Receitas	Disponibilização do sistema de transmissão (Despesa)	Comissão aval e debêntures (Despesa financeira) (4)	Saldo a pagar -fornecedores	Saldo a pagar Aval e debêntures - outras contas a pagar (4)	Saldo a pagar- Disponibilização de sistema de transmissão
Energisa S/A (1)	(12.962)	-	-	(11.443)	(1.205)	(90.963)	-
Multi Energisa Serviços S/A (2)	(1.808)	-	-	-	(292)	-	-
Energisa Soluções S/A (3)	(16.044)	-	-	-	(263)	-	-
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A.	(158)	-	-	-	-	-	-
Energisa Goias Transmissora de Energia I S.A.(5)	-	-	(29)	-	-	-	(3)
2020	**(30.972)**	**-**	**(29)**	**(11.443)**	**(1.760)**	**(90.963)**	**(3)**
2019	**(26.278)**	**126**	**-**	**(10.690)**	**(3.573)**	**(69.012)**	**-**

(1) Energisa S/A - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL. **(2) Multi Energisa Serviços S/A** - refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. **(3) Energisa Soluções S/A** - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. **(4)** A Companhia efetuou a a 8ª, 9ª e 13ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R$90.735 (R$68.903 em 2019). Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 monta em R$228 (R$109 em 2019). **(5) Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A.** - refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos administradores

	2020	2019
Remuneração Anual (a)	4.254	4.254
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	373	393
Remuneração da Diretoria	1.017	2.042
Outros Benefícios (b)	1.281	1.069

a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2020 foi aprovado na AGO de 29 de abril de 2020. b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas em 31 de dezembro de 2020, foram de R$45 e R$2 (R$45 e R$2 em 2019), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$10 (R$10 em 2019). **Programa de Remuneração Variável - (ILP):** A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; e (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total *Shareholder Return - TSR* Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. O 1 º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 10.054 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 10.843 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2020. A partir do exercício de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas (a)	10.054	10.843
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco (b)	8,2%	7,7%
Volatilidade (c)	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R$ 44,25	R$ 54,97

(a) Inclui redução de 2.271, referente a redistribuição de opções de ações outorgadas; (b) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022; (c) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total *Shareholder Return* - TSR -) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para período associados. No exercício de 2020, foram reconhecidos R$488 (R$158 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de custos e despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula ao final de 31 de dezembro de 2020 em R$722 (R$234 em 2019).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2020	2019
Ativo		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	3.531	8.622
Contribuição social sobre base negativa	2.532	4.338
Subtotal	**6.063**	**12.960**
Ativo - Diferenças temporárias		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	14.075	13.855
Total - não circulante	**20.138**	**26.815**
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	22.711	22.969
Contribuição social	8.176	8.269
Total - não circulante	**30.887**	**31.238**
Total líquido - ativo (passivo) não circulante	**(10.749)**	**(4.423)**

As diferenças temporárias são como segue:

	2020		2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativos e Passivos				
Prejuízos fiscais	14.123	3.531	34.488	8.622
Base negativa da CSLL	28.131	2.532	48.201	4.338
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.482	844	4.320	1.469
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa- PPECLD	10.938	3.719	7.868	2.675
Provisão ajuste atuarial	10.548	3.586	10.170	3.458
Outras provisões (Honorários, PEE, P&D e outras).	7.043	2.395	4.655	1.583
Ajuste a valor presente	524	178	1.215	413
Outras adições temporárias	9.697	3.297	12.294	4.181
Contratos e prestações de serviços	165	56	224	76
Marcação a mercado - derivativo	(39.852)	(13.550)	(33.389)	(11.352)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão	(50.990)	(17.337)	(58.489)	(19.886)
Total - ativo não circulante	**(7.191)**	**(10.749)**	**31.557**	**(4.423)**

As realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realizações de créditos fiscais
2021	7.046
2022	1.431
2023	1.090
2024	1.041
2025	1.114
2026 a 2027	2.917
2028 a 2030	5.499
Total	**20.138**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercicio, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2020	2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	67.831	57.171
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(23.063)	(19.438)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(850)	(224)
Lei do Bem	1.287	468
Outras exclusões permanentes (*)	520	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(22.106)**	**(19.194)**
Alíquota efetiva	32,59%	33,57%

(*) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela companhia e a Aneel. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$1.297 (R$1.075 em 2019). Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2020	2019
Ativo financeiro valor justo - 2019 e 2018	**31.232**	**23.791**
Adições no exercício (1)	13.486	6.377
Baixas no exercício	(10)	(11)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	1.297	1.075
Ativo financeiro valor justo - não circulante - 2020 e 2019	**46.005**	**31.232**

(1) Transferência do ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso para o ativo financeiro indenizável da concessão; (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldo 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	19.036	95.620	(89.198)	(13.656)	11.802
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	15.092	4.681	(5.009)	(170)	14.594
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**3.944**	**90.939**	**(84.189)**	**(13.486)**	**(2.792)**
	Saldo 2018	**Adição**	**Transferências (1)**	**Baixas (2)**	**Saldo 2019**
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	23.998	73.195	(71.584)	(6.573)	19.036
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	15.262	8.672	(8.646)	(196)	15.092
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**8.736**	**64.523**	**(62.938)**	**(6.377)**	**3.944**

(1) O montante de R$84.189 (R$62.938 em 2019), foram transferidos para o Intangível - contrato de concessão. (2) As baixas no montante de

R$13.486 (R$6.377 em 2019) referem-se às transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2019	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2020
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	209	-	-	-	-	209
Máquinas e Equipamentos	16,07%	14.559	-	2.057	-	-	16.616
Veículos	14,29%	344	-	-	(77)	-	267
Móveis e utensílios	6,25%	4.880	-	134	-	-	5.014
Total do imobilizado em serviço		**19.992**	**-**	**2.191**	**(77)**	**-**	**22.106**
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(203)	-	-	-	-	(203)
Máquinas e Equipamentos		(10.715)	-	-	-	(1.089)	(11.804)
Veículos		(328)	-	-	73	(12)	(267)
Móveis e utensílios		(2.239)	-	-	-	(273)	(2.512)
Total Depreciação acumulada		**(13.485)**	**-**	**-**	**73**	**(1.374)**	**(14.786)**
Subtotal Imobilizado		**6.507**	**-**	**2.191**	**(4)**	**(1.374)**	**7.320**
Imobilizado em curso		72	3.706	(2.506)	-	-	1.272
Total do Imobilizado		**6.579**	**3.706**	**(315)**	**(4)**	**(1.374)**	**8.592**

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2018	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2019
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	209	-	-	-	-	209
Máquinas e Equipamentos	16,11%	13.410	-	1.238	(89)	-	14.559
Veículos	14,29%	344	-	-	-	-	344
Móveis e utensílios	6,25%	4.577	-	303	-	-	4.880
Total do imobilizado em serviço		**18.540**	**-**	**1.541**	**(89)**	**-**	**19.992**
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(202)	-	-	-	(1)	(203)
Máquinas e Equipamentos		(9.392)	-	-	-	(1.323)	(10.715)
Veículos		(306)	-	-	-	(22)	(328)
Móveis e utensílios		(1.977)	-	-	-	(262)	(2.239)
Total Depreciação acumulada		**(11.877)**	**-**	**-**	**-**	**(1.608)**	**(13.485)**
Subtotal Imobilizado		**6.663**	**-**	**1.541**	**(89)**	**(1.608)**	**6.507**
Imobilizado em curso		-	1.613	(1.541)	-	-	72
Total do Imobilizado		**6.663**	**1.613**	**-**	**(89)**	**(1.608)**	**6.579**

16. INTANGÍVEL

	2020	2019
Intangível - contrato de concessão	495.245	447.421
Intangível - direito de uso	2.557	2.556
Intangível - software	6.297	6.755
Total	**504.099**	**456.732**

16.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa média de Amortização	Saldos 2019	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos 2020
Intangível em Serviço						
Custo	4,08%	1.087.183	89.198	(6.464)	-	1.169.917
Amortização Acumulada		(458.282)	-	4.926	(46.506)	(499.862)
Subtotal		**628.901**	**89.198**	**(1.538)**	**(46.506)**	**670.055**
(-) Obrigações vinculadas à concessão em Serviço						
Custo	3,75%	280.957	5.009	-	-	285.966
Amortização Acumulada		(99.477)	-	-	(11.679)	(111.156)
Subtotal		**181.480**	**5.009**	**-**	**(11.679)**	**174.810**
Total		**447.421**	**84.189**	**(1.538)**	**(34.827)**	**495.245**

(1) Transferências originadas do ativo contratual-infraestrutura em construção; (2) As baixas no montante de R$1.538 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$477 (R$403 em 2019).

	Taxa média de Amortização	Saldos 2018	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos 2019
Intangível em Serviço						
Custo	4,03%	1.023.370	69.194	(5.381)	-	1.087.183
Amortização Acumulada		(417.159)	-	3.761	(44.884)	(458.282)
Subtotal		**606.211**	**69.194**	**(1.620)**	**(44.884)**	**628.901**
(-) Obrigações vinculadas à concessão em Serviço						
Custo	3,74%	272.311	8.646	-	-	280.957
Amortização Acumulada		(88.238)	-	-	(11.239)	(99.477)
Subtotal		**184.073**	**8.646**	**-**	**(11.239)**	**181.480**
Total		**790.284**	**77.840**	**(1.620)**	**(56.123)**	**810.381**

(1) Transferências originadas do ativo contratual-infraestrutura em construção; (2) As baixas no montante de R$1.620 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais; (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$403 (R$335 em 2018). A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa 691 de 08 de dezembro de 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi de 4,08% (4,03% em 2019). O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são como segue:

	2020	2019
Contribuições do consumidor [1]	224.152	219.315
Participação da União - recursos CDE [2]	53.102	53.102
Participação do Governo do Estado [2]	14.669	14.669
Reserva para reversão [3]	940	1.096
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	8.085	8.085
(-) Amortização acumulada	(111.156)	(99.477)
Total	**189.792**	**196.790**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	388	218
Infraestrutura - Intangível em serviço	174.810	181.480
Ativo contratual - infraestrutura em construção	14.594	15.092
Total	**189.792**	**196.790**

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos. (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente. **16.2. Intangível - direito de uso:** Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldo 2020
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	21,6%	3.182	877	(132)	-	3.927
Amortização Acumulada		(626)	-	-	(744)	(1.370)
Total		**2.556**	**877**	**(132)**	**(744)**	**2.557**

	Taxa média de depreciação (%)	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Baixas	Amortização	Saldo 2019
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	21,9%	2.067	1.116	(1)	-	3.182
Amortização Acumulada		-	-	-	(626)	(626)
Total		**2.067**	**1.116**	**(1)**	**(626)**	**2.556**

16.3. Intangível - software

	Taxa média de Amortização	Saldos 2019	Adição	Transferência	Amortização	Saldos 2020
Intangível - software						
Custo	20,00%	22.781	-	336	-	23.117
Amortização Acumulada		(16.026)	-	-	(2.156)	(18.182)
Em curso		-	1.383	(21)	-	1.362
Total		**6.755**	**1.383**	**315**	**(2.156)**	**6.297**

	Taxa média de Amortização	Saldos 2018	Transferência	Amortização	Saldos 2019
Intangível - software					
Custo	20,00%	20.391	2.390	-	22.781
Amortização Acumulada		(13.783)	-	(2.243)	(16.026)
Total		**6.608**	**2.390**	**(2.243)**	**6.755**

17. FORNECEDORES

	2020	2019
Contratos Bilaterais	44.585	40.230
CCEE [1]	15.063	10.023
Operador Nacional do Sistema Elétrico [2]	2.655	1.910
Uso do sistema de transmissão/distribuição [2]	4.957	3.926
Conexão à rede [2]	900	720
Encargos de serviços do sistema [3]	2.167	140
Materiais e serviços e outros [4]	10.231	10.966
Total	**80.558**	**67.915**
Circulante	78.944	66.390
Não circulante	1.614	1.525

(1) Em 2020 a conta CCEE aumentou principalmente pela alta do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), próximo ao teto em novembro/20, altamente influenciada pela deterioração das condições hidrológicas e aumento do consumo de energia. O PLD além de precificar as operações de compra e venda de energia no MCP, valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Além disso, novembro/20 apresentou elevada diferença de PLDs entre os submercados, impactando o aumento da despesa no MCP pela compra de energia a preços maiores no MCP para as distribuidoras dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Sul e venda a preços menores no submercado Nordeste. (2) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias; (3) A variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. O bimestre relativo aos meses de novembro e dezembro/20 foi o pior histórico em termos de Energia Natural Afluente. Com isso, foram acionadas todas as termelétricas disponíveis no sistema, independentemente de preço, e importada energia da Argentina e do Uruguai para impedir redução dos armazenamentos dos reservatórios; e. (4) Referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	6.730	-	(2.441)	(232)	229	-	-	4.286
Pós Fixado	-	-	-	-	-	-	-	-
TJLP e TLP	723	-	(665)	(41)	38	-	-	55
CDI	79.158	188.333	(79.099)	(2.719)	10.882	-	-	196.555
Gastos com captação	(24)	-	-	-	336	(405)	-	(93)
Cesta de moedas	296	-	(349)	(16)	95	-	-	26
Total do custo	**86.883**	**188.333**	**(82.554)**	**(3.008)**	**11.580**	**(405)**	**-**	**200.829**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	170.485	-	(132.303)	(5.307)	48.374	-	-	81.249
Marcação a mercado	861	-	-	-	-	-	(592)	269
Total ao valor justo	**171.346**	**-**	**(132.303)**	**(5.307)**	**48.374**	**-**	**(592)**	**81.518**
Total	**258.229**	**188.333**	**(214.857)**	**(8.315)**	**59.954**	**(405)**	**(592)**	**282.347**
Circulante	119.710							279.782
Não circulante	138.519							2.565

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo							
Moeda Nacional							
Pré Fixado	10.651	-	(3.917)	(389)	385	-	6.730
TJLP e TLP	1.386	-	(662)	(117)	116	-	723
CDI	141.291	-	(61.640)	(10.052)	9.559	-	79.158
Gastos com captação	(48)	-	-	-	24	-	(24)
Cesta de Moedas	551	-	(268)	(36)	49	-	296
Total do custo	**153.831**	**-**	**(66.487)**	**(10.594)**	**10.133**	**-**	**86.883**
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	155.651	60.000	(53.444)	(7.095)	15.373	-	170.485
Marcação a mercado	337	-	-	-	-	524	861
Total ao valor justo	**155.988**	**60.000**	**(53.444)**	**(7.095)**	**15.373**	**524**	**171.346**
Total	**309.819**	**60.000**	**(119.931)**	**(17.689)**	**25.506**	**524**	**258.229**
Circulante	119.919						119.710
Não circulante	189.900						138.519

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total 2020	Total 2019	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros)(1)	Garantias [*]
FIDC Grupo Energisa III	-	5.791	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
Repasse BNDES I - Itaú BBA	39	510	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	9,62%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	26	296	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	3,85%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	16	213	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	10,82%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	25	324	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú BBA	4.261	6.406	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Nota Taxa Flutuante - FRN - Santander (2, 5)	-	73.367	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	4,09%	A
CCB Bradesco 24032020 (2)	79.212	-	CDI + 4,8005%	mar/21	Final	7,57%	A
CCB Itaú 25032020	40.671	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	6,77%	A
Santander FRN 4137169	38.336	-	CDI + 4,10%	jun/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4137171	38.336	-	CDI + 4,10%	dez/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(93)	(24)					
Total em Moeda Nacional	**200.829**	**86.883**					
Resolução 4131 - Itaú BBA (2,3)	-	36.283	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	32,73%	A
Resolução 4131 II - Citibank (2,3,5)	-	71.183	Libor + 0,72% a.a.	mai/21	Final	29,93%	A
Resolução 4131 - BBM Loan (2, 3)	81.249	63.019	2,77%a.a. (Pré)	abr/21	Final	31,70%	A
Marcação à Mercado de Dívida (4)	269	861					
Total em Moeda Estrangeira	**81.518**	**171.346**					
Total EMG	**282.347**	**258.229**					

(*) A = Aval Energisa, R = Recebíveis. (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. (2) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida/EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: ,25x até dez/20; 4,0x de março/21 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. (3) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). (4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). (5) Em 16 de Março de 2020 e em 24 de abril de 2020 a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R$160.122. **Garantias:** Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R$1.138 (R$2.003 em 2019) registrados na rubrica, "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante. Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas exercício:

Moeda/indicadores		2019
US$ x R$	28,93%	4,02%
TJLP	4,87%	6,17%
SELIC	2,76%	5,96%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%
UMBNB	0,10%	0,08%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	1.499
2023	869
2024	197
Total	2.565

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	115.110	60.000	(14.808)	(5.157)	5.339	-	-	160.484
IPCA	76.604	35.000	-	(3.892)	8.274	-	-	115.986
Gastos com captação	(1.840)	-	-	-	547	(1.329)	-	(2.622)
Marcação a mercado	8.974	-	-	-	-	-	994	9.968
Total do custo	198.848	95.000	(14.808)	(9.049)	14.160	(1.329)	994	283.816
Circulante	16.393							16.743
Não circulante	182.455							267.073

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixados							
CDI	45.042	70.000	(5.092)	5.160	-	-	115.110
IPCA	73.645	-	(3.545)	6.504	-	-	76.604
Gastos com captação	(1.986)	-	-	458	(312)	-	(1.840)
Marcação a mercado	4.465	-	-	-	-	4.509	8.974
Total do custo	**121.166**	**70.000**	**(8.637)**	**12.122**	**(312)**	**4.509**	**198.848**
Circulante	1.239						16.393
Não circulante	119.927						182.455

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2020	Total 2019	Emissão	Nº de Títulos Emitidos/circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	9.862	9.433	15/06/2017	8.392/8.392	IPCA+5,60% a.a	jun/22	Final	10,12%
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	8.855	8.469	15/06/2017	7.532/7.532	IPCA+5,6601% a.a	jun/24	Final	10,18%
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	4.152	3.973	15/10/2017	3.636/3.636	IPCA+4,4885% a.a	out/22	Final	9,01%
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	774	741	15/10/2017	678/678	IPCA+4,7110% a.a	out/24	Final	9,23%
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1.442	1.379	15/10/2017	1.261/1.261	IPCA+5,1074% a.a	out/27	Final	9,63%
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	29.743	44.908	15/10/2017	44.425/44.425	107,75% CDI	out/22	Anual após out/20	2,98%
Debêntures 10ª Emissão	54.994	52.609	15/09/2018	50.000/50.000	IPCA+5,0797% a.a	set/25	Anual após set/23	9,60%
Debêntures 11ª Emissão 1º Série	34.050	34.098	10/06/2019	34.000/34.000	CDI + 0,73% a.a	jun/24	Final	3,50%
Debêntures 11ª Emissão 2º Série	36.055	36.104	10/06/2019	36.000/36.000	CDI + 0,83% a.a	jun/26	Final	3,60%
Debêntures 12ª Emissão	60.636	-	15/02/2020	60.000/60.000	CDI + 0,95% a.a	fev/23	Final	3,72%
Debêntures 13ª Emissão 1º Série	4.112	-	11/10/2020	4.010/4.010	IPCA+4,2297% a.a	out/27	Final	8,75%
Debêntures 13ª Emissão 2º Série	31.795	-	11/10/2020	30.990/30.990	IPCA+4,4744% a.a	out/30	Anual após out/28	8,99%
Custo de captação incorrido na contratação	(2.622)	(1.840)						
Marcação à Mercado de Dívida	9.968	8.974						
Total	**283.816**	**198.848**						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou a sua 12ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor total de R$60.000. Com vencimento em 15 de fevereiro de 2023 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano. Os recursos captados com a emissão foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia. E a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A. Em 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 13ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R$35.000 sendo: R$4.010 referente a 1ª Série com vencimento em 11/10/2027 e remuneração de IPCA mais 4,2297% ao ano; R$30.990 referente a 2ª Série com vencimento em 11/10/2030 e remuneração de IPCA mais 4,4744% ao ano. Os recursos serão para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Companhia. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A. **Condições de covenants:** O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida/EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	29.226
2023	80.044
2024	64.853
2025	20.169
Após 2025	72.781
Total	**267.073**

20. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019. A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua

avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada. As movimentações do exercício são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldo em 2020
Arrendamentos operacionais								
- Imóveis	5	8,89%	2.818	877	(596)	(270)	(132)	2.697
Total			**2.818**					**2.697**
Circulante			981					724
Não circulante			1.837					1.973

Em 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	550
2023	400
Após 2024	1.023
Total	1.973

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	43.025	35.409
Encargos sociais	2.583	2.096
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	949	834
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	373	300
Contribuições ao PIS e a COFINS	8.117	5.345
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	529	764
Imposto sobre serviços - ISS	323	136
Outros	3.677	3.506
Total	**59.576**	**48.390**
Circulante	39.343	30.120
Não circulante	20.233	18.270

(*) Inclui R$18.540 (R$17.038 em 2019), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias do ativo não circulante.

22. ENCARGOS SETORIAIS

	2020	2019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.438	3.456
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	259	224
Ministério de Minas e Energia - MME	129	112
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	375	1.331
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (1)	4.416	4.239
Programa de Eficiência Energética - PEE (1)	5.190	4.253
Total	**13.807**	**13.615**
Circulante	9.759	11.801
Não circulante	4.048	1.814

(1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e tributária. **23.1. Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**419**	**3.901**	**4.320**	**6.738**
Constituições de Provisões	148	975	1.123	3.458
Reversão de provisões	(357)	(1.537)	(1.894)	(2.732)
Pagamentos realizados	(116)	(1.069)	(1.185)	(3.317)
Atualização monetária	3	115	118	173
Saldos finais - 2020 e 2019	**97**	**2.385**	**2.482**	**4.320**
Cauções e depósitos vinculados (*)			-	(236)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$4.865 (R$4.935 em 2019). Deste total, R$4.865 (R$4.699 em 2019), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto. · **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas discutem principalmente verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária. · **Cíveis:** Os processos cíveis discutem principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais envolvendo Danos Elétricos, Interrupção de Fornecimento, Reclamação de Consumo e Inscrição no Serasa. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. **23.2. Perdas possíveis:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão. Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**1.398**	**44.660**	**12.765**	**58.823**	**118.684**
Novos processos	3.973	1.969	3.419	9.361	6.102
Mudanças de Prognostico e Valor Pedido	47	1.322	39.457	40.826	(46.706)
Encerramento	(598)	(8.163)	(4.630)	(13.391)	(23.207)
Atualização monetária	139	1.658	258	2.055	3.950
Saldos finais - 2020 e 2019	**4.959**	**41.446**	**51.269**	**97.674**	**58.823**

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as avaliações consideradas: · **Trabalhistas:** As ações judiciais de natureza trabalhistas em sua grande maioria envolvem discussões de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias/contratuais. · **Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível em sua grande maioria estão relacionadas a discussões sobre valor de conta de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais, suspensão do fornecimento, irregularidades nos aparelhos de medição, interrupção de fornecimento, cobrança indevida, entre outros. · **Fiscais:** As ações de natureza fiscais referem-se basicamente à discussões sobre: (i) a quebra do diferimento do ICMS nas operações de venda de energia elétrica isenta ou não tributada; (ii) o aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes da aquisição do ativo imobilizado. Principais Processos: . Execução Fiscal nº 0087729-97.2016.8.13.0153, com montante envolvido de R$39.634 (R$37.409), onde se discute a quebra do diferimento do ICMS referente as aquisições de energia elétrica em consequência das saídas isentas e não tributadas para os consumidores de baixa renda e órgãos da administração pública estadual.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$228.428 (R$228.428 em 2019) e está representado por 818.607 (818.607 em 2019) ações ordinárias, todas sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 1.500 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão. **24.2. Reserva de capital:**

	2020	2019
Subvenção de investimentos	7.921	7.921
Programa de remuneração variável (ILP) (*)	722	234
	8.643	**8.155**

(*)Refere-se a implementação do programa de remuneração variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), conforme descrito na nota explicativa nº11. **24.3. Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **24.4. Reserva de lucros - retenção de lucros:** No exercício de 2019, o saldo da reserva de retenção de lucros no montante de R$18.964, foi distribuído como dividendos, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração do dia 08 de agosto de 2019, correspondente ao valor de R$ 23,1668474371 por ação. **24.5. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	45.725	37.977
Reserva legal (5%)	(2.286)	(1.899)
Lucro líquido ajustado	43.439	36.078
Dividendos obrigatórios (25%)	10.860	9.019
. Valores pagos em 29 de abril de 2020 - R$10,7914200587 por ação ordinária (*)	8.834	-
. Dividendos a pagar - R$2,474660625 por ação ordinária	2.026	-
. Dividendos adicionais propostos R$39,79824203 (R$10,02526 em 2019) por ação ordinária	32.579	7.051
. Valores pagos em 27 de junho de 2019 - R$18,9305458663 por ação ordinária	-	15.497
. Valores pagos em 21 de agosto de 2019 - R$10,1166802018 por ação ordinária	-	8.281
. Valores pagos em13 de novembro de 2018 - R$14,3819449 por ação ordinária	-	5.249
Total dos dividendos	**43.439**	**36.078**
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(*)Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de de 25 de março de 2020, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 29 de fevereiro de 2020. Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2020, aprovou a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do exercício de 2019, no montante de R$7.051, equivalentes a R$8,6134745610 por ação ordinária do capital social. Os dividendos foram pagos em de 26 de março de 2020. **24.6. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**(2.738)**	**(1.263)**
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	1.358	(2.234)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(461)	759
Saldo final - 2020 e 2019	**(1.841)**	**(2.738)**

25. RECEITA OPERACIONAL

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	353.886	555.678	468.602	344.849	541.837	460.373
Industrial	3.289	111.727	83.574	3.289	119.261	86.071
Comercial	35.045	200.708	171.723	35.357	228.491	189.857
Rural	71.990	204.357	137.864	71.351	185.152	115.050
Poder público	4.096	26.991	20.868	4.072	34.912	25.876
Iluminação pública	277	84.687	37.539	282	88.066	38.408
Serviço público	731	41.662	28.212	710	41.127	26.100
Consumo próprio	142	2.553	-	141	2.637	-
Subtotal	**469.456**	**1.228.363**	**948.382**	**460.051**	**1.241.483**	**941.735**
Suprimento de energia a concessionárias	-	166. 235	23.834	-	76.778	22.351
Fornecimento não faturado líquido	-	1.517	9.291	-	1.092	5.387
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	72	-	81.822	62	-	73.040
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	92.087	-	-	57.840
Penalidades Regulatórias		-	(3.111)	-	-	(1.041)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	1.297	-	-	1.075
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	10.207	-	-	(9.378)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	83.365	-	-	73.193
Outras receitas operacionais	-	-	10.139	-	-	9.768
Total - receita operacional bruta	**469.528**	**1.396.115**	**1.257.313**	**460.113**	**1.319.353**	**1.173.970**
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	255.546	-	-	253.090
PIS	-	-	19.007	-	-	18.137
COFINS	-	-	87.549	-	-	83.543
ISS	-	-	272	-	-	261
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT (2)	-	-	(1.539)	-	-	(6.128)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	2.846	-	-	2.660
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	712	-	-	666
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	77.807	-	-	86.389
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.424	-	-	1.330
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.424	-	-	1.330
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	712	-	-	666
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.199	-	-	1.170
Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**446.959**	**-**	**-**	**443.114**
Total - receita operacional líquida	**469.528**	**1.396.115**	**810.354**	**460.113**	**1.319.353**	**730.856**

(1) **Receita de construção da infraestrutura**: está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. (2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. As receitas auferidas pela Companhia referentes as Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 2020 foram de R$4.820 (R$17.634 em 2019) tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R$1.539 em 2020 (R$6.128 em 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia no exercício findo em 2020 foi de R$6.359 (R$23.762 em 2019).

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda	381.337	-	-	-	381.337	354.242
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	78.730	-	-	-	78.730	71.278
Pessoal e administradores	-	37.513	13	14.467	51.993	58.705
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	488	488	158
Benefício pós emprego	-	734	147	(515)	366	1.735
Material	-	4.509	34	3.854	8.397	8.225
Serviços de terceiros	-	24.986	-	30.728	55.714	52.615
Depreciação e amortização	-	33.653	-	4.971	38.624	37.719
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	-	5.641	-	-	5.641	1.621
Reversão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(1.956)	(1.956)	(2.591)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	92.087	-	92.087	57.840
Outras	-	2.421	12	6.439	8.872	8.592
Total	**460.067**	**109.457**	**92.293**	**58.476**	**720.293**	**650.139**

Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (**)		R$	
	2020	2019	2020	2019
Energia de Itaipú - Binacional	259.498	255.251	96.588	74.350
Energia de leilão	318.493	271.755	58.040	47.928
Energia bilateral	573.024	578.163	169.562	160.518
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	48.513	47.947	13.710	11.079
Energia de curto prazo - CCEE (*)	-	18.074	17.708	32.665
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1.410	344.889	332.069	47.041	45.065
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	30.013	30.037	10.644	13.055
Energia de Reserva - ERR	-	-	6.448	3.258
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(38.404)	(33.676)
Total	**1.574.430**	**1.533.296**	**381.337**	**354.242**

(*) Inclui, nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu, encargos de serviços do sistema e encargos de energia de reserva. (**) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

27. OUTROS RESULTADOS

	2020	2019
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	3.676	4.491
	3.676	**4.491**
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(4.352)	(4.371)
Outros	(938)	(890)
	(5.290)	**(5.261)**
Total	**(1.614)**	**(770)**

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receita de aplicações financeiras	4.198	6.990
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	13.139	12.357
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	(236)	482
Juros Selic s/ impostos a recuperar	556	930
Tributos s/ receitas financeiras	(979)	(1.075)
Outras receitas financeiras	3.407	2.366
Total receita financeira	**20.085**	**22.050**
Encargos de dívidas - juros	(26.446)	(26.637)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(47.668)	(10.991)
(-) Transferência para ordens em curso	604	148
Marcação a mercado da dívida	(402)	(5.033)
Marcação a mercado derivativos	407	5.059
Instrumentos financeiros derivativos	48.794	7.170
Ajuste a valor presente	832	(97)
Comissão de aval	(6.911)	(5.727)
Despesa de IOF/Bancárias	(3.099)	(972)
Atualização de contingência	(118)	(173)
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(37)	(588)
Atualização PEE e P&D	(72)	(172)
Juros/multa	(4.091)	(3.526)
Outras despesas financeiras	(2.494)	(3.287)
Total despesa financeira	**(40.701)**	**(44.826)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(20.616)**	**(22.776)**

29. LUCRO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	45.725	37.977
Média ponderada das ações	819	819
Lucro líquido básico e diluído por ação (*) - R$	**55,83**	**46,37**

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

			Prêmio Anual	
Ramos	**Data de Vencimento**	**Importância Segurada**	**2020**	**2019**
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	293	478
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	131	193
Auto - Frota	23/10/2021	Até R$360/veículo	45	104
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	90.905	272	217
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	15	13
Transporte Nacional	04/04/2021	Até R$2.000/ viagem	7	3
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	3	3
			766	**1.011**

(*) Importância Segurada relativa ao número de segurados no mês de janeiro/2021 e projeção de prêmio anualizado.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações em 2020 foram de R$1.297 (R$1.075 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

		2020		2019	
ATIVO	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		37.749	37.749	23.578	23.578
Consumidores e concessionárias		185.740	185.740	158.185	158.185
Ativos financeiros setoriais		29.902	29.902	49.690	49.690
		253.391	**253.391**	**231.453**	**231.453**
Valor justo por meio do resultado:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	185.619	185.619	69.554	69.554
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	46.005	46.005	31.232	31.232
Instrumentos financeiros derivativos	2	39.852	39.852	35.123	35.123
		271.476	**271.476**	**135.909**	**135.909**

		2020		2019	
PASSIVO	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado:					
Fornecedores		80.558	80.558	67.915	67.915
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		566.163	563.134	457.077	456.148
Arrendamentos operacionais		2.697	2.697	2.818	2.818
Passivos financeiros setoriais		47.804	47.804	21.486	21.486
		697.222	**694.193**	**549.296**	**548.367**
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	1.734	1.734
		-	-	1.734	1.734

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer

tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. ***Hedge Accounting:*** Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de "hedge") para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como "hedge accounting". Em 30 de setembro de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do "hedge") estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de "hedge" a Companhia documentou: (i) a relação de "hedge"; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o "hedge" e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do "hedge". Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado em R$994 (R$4.509 em 2019), reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. ***Fair Value Option:*** A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o período o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R$592 (R$624 em 2019) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de capital:** O índice de endividamento no final do exercício são:

	2020	2019
Dívida (*)	566.163	457.077
Caixa e equivalentes de caixa	(37.749)	(23.578)
Dívida líquida	528.414	433.499
Patrimônio líquido	285.566	256.367
Índice de endividamento líquido	1,85	1,69

(*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19. **a) Risco de liquidez:** A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		78.944	-	-	-	1.614	80.558
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	4,18%	251.942	61.401	141.666	147.203	53.964	656.176
Instrumentos Financeiros Derivativos		(22.815)	(914)	(6.252)	(9.476)	(395)	(39.852)
Total		**308.071**	**60.487**	**135.414**	**137.727**	**55.183**	**696.882**

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, bem como se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida por consequência é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seu contrato de compra de energia, reduza exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. A Companhia tem contrato de suprimento com a distribuidora que supre parte da região, contudo esse evento tende a não prospectar risco. Com base no histórico a carga demanda foi amplamente atendida e não gerou efeito de exposição ou sobrecontratação de energia elétrica. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído no segundo trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	37.749	23.578
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	185.619	69.554
Consumidores e concessionárias	6	185.740	158.185
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	46.005	31.232
Ativos financeiros setoriais líquido	9	(17.202)	28.204
Instrumentos financeiros derivativos	31	39.852	35.123

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentado na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 28,93% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R$5,1967/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 2020 era de 14,12%, enquanto em 2019 foi de 10,37%. Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2020 excluídos os efeitos dos custos a apropriar, de R$568.878 (R$458.941 em 2019), R$81.518 (R$171.346 em 2019), estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 18. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto prazo (último vencimento em abril de 2021) e custo máximo de 2,77% ao ano mais variação cambial. Em 31 de dezembro de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2020	2019
Ativo circulante	23.729	6.903
Ativo não circulante	16.123	28.220
Passivo circulante	-	1.734

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	**Notional (USD)**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**	**Vencimento**	**Designação**
Resolução 4131 - Bocom BBM	15.503	USD + 3,70%	CDI + 0,27%	09/04/2021	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	**Notional (BRL)**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**	**Vencimento**	**Designação**
Itaú BBA	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

A Companhia designa certos instrumentos de "*hedge*" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "*hedge*" de valor justo ("*fair value hedge*"), conforme demonstrado abaixo:

Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Hedge	**2020**	**2019**	**Descrição**	**2020**	**2019**
Dívida (Objeto de Hedge)	71.499	71.499	Taxa Pré-Fixada	(90.378)	(85.757)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	90.605	85.969
Swap de Juros			**Posição Passiva**		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(71.981)	(72.791)
	71.499	71.499	Posição Líquida Swap	18.624	13.178
			Posição Líquida Dívida + Swap	(71.754)	(72.579)

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "*fair value hedge*":

Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Option	**2020**	**2019**	**Descrição**	**2020**	**2019**
Dívida designada para "Fair Value Option"	60.000	150.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(81.511)	(171.330)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	81.511	171.330
Swap Cambial			Posição Passiva		
(Derivativo)			Taxa de Juros CDI	(60.283)	(151.119)
	60.000	150.000	Posição Líquida Swap	21.228	20.211
			Posição Líquida Dívida + Swap	(60.283)	(151.119)

Os empréstimos designados formalmente como "*Fair Value Hedge*" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido. O valor justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial em 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	**Exposição**	**Risco**	**Cenário I (Provável) (*)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(60.000)		(60.383)	(80.856)	(101.329)
Variação Dívida	-		(383)	(20.856)	(41.329)
Swap Cambial		Alta US$			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	81.511		81.894	102.367	122.840
Variação - USD e LIBOR	-		383	20.856	41.329
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(60.283)		(60.283)	(60.283)	(60.283)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	21.228		21.611	42.084	62.557
Total Líquido	(38.772)		(38.772)	(38.772)	(38.772)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R$38.772 (R$129.789 em 2019), que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente negativo de R$38.772 (R$129.789 em 2019) em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas em 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	**Exposição**	**Risco**	**Cenário I (Provável) (*)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(71.499)		(71.499)	(71.499)	(71.499)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	90.605		90.605	90.605	90.605
Variação - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(71.981)		(71.981)	(74.887)	(77.778)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(2.906)	(5.797)
Subtotal	18.624		18.624	15.718	12.827
Total Líquido	(52.875)		(52.875)	(55.781)	(58.672)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em 31 de dezembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,77% TJLP = 4,87% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário I (Provável) (*)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	208.886	Alta CDI	4.178	5.223	6.267
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(60.283)	Alta CDI	(1.206)	(1.508)	(1.809)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(357.039)	Alta CDI	(7.141)	(8.926)	(10.712)
	(81)	Alta TJLP	(4)	(5)	(6)
	(125.954)	Alta IPCA	(5.693)	(7.116)	(8.540)
Subtotal (**)	(543.357)		(14.044)	(17.555)	(21.067)
Total - (Perdas)	**(334.471)**		**(9.866)**	**(12.332)**	**(14.800)**

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (2,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de datada de 31 de dezembro de 2021, TJLP 4,55% ao ano e IPCA 4,52% 31 de dezembro de 2021. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$25.521. **Gerenciamento de risco de liquidez:** O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

32. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

32.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões: A Companhia é patrocinadora de 2 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, do Plano Sudeste de modalidade Contribuição Variável e do Plano Energisa de modalidade Contribuição Definida, ambos administrados pela ENERGISAPREV, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. O Plano Sudeste de contribuição variável é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Atualmente, somente 20 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas na parcela de benefícios concedidos (parte BD do plano). O Plano Energisa de contribuição definida, tem os benefícios de riscos totalmente repassados para uma seguradora, é reconhecido como plano de benefício pós-emprego e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33. A ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada pelas empresas do Grupo Energisa, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. **I. Plano Energisa Sudeste:** O plano Multibra/Bradesco a partir de 03 de junho de 2019 passou a ser administrado pela EnergisaPrev e sua nomenclatura foi alterada para ENERGISA SUDESTE. É um plano contribuição variável, e o ingresso de novos participantes será vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019. Atualmente, somente 20 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas na parcela de benefícios concedidos (parte BD do plano). **II. Plano Energisa CD:** O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2020 o plano possuía 203 (157 em 2019) participantes ativos, 1 assistido e 1 BPD. Em 2019 não possuía nenhum assistido ou BPD. Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1). A Companhia reconheceu em 2020 como despesa referente aos planos o montante de R$899 (R$900 em 2019). **32.1.1. Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial:** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:	**2020**	**2019**
	SUDESTE	**SUDESTE**
Número Participantes	-	-
Número Assistidos	4	4
Número Beneficiários Pensionistas	16	16

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:	**2020**	**2019**
	SUDESTE	**SUDESTE**
I - Premissas Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI - 85 Por sexo	MI - 85 Por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas		
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	3,21% a.a.	3,07% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	3,00% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	6,31% a.a.	6,68% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100,00%	100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos planos:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	**2020**	**2019**
	SUDESTE	**SUDESTE**
	Plano I	**Plano I**
Valor justo dos ativos em 2019 e 2018	**18.933**	**18.578**
Ganhos /(Perdas) dos ativos	(3.479)	(1.162)
Retorno esperado dos ativos do plano	1.259	1.694
Benefícios pagos	(180)	(177)
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**16.533**	**18.933**

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	**2020**	**2019**
	SUDESTE	**SUDESTE**
	Plano I	**Plano I**
Valor presente das obrigações em 2019 e 2018	**2.511**	**2.053**
Custo dos juros	162	180
(Ganhos)/Perdas atuariais	13	455
Benefícios pagos	(180)	(177)
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	**2.506**	**2.511**

Posição líquida dos planos	**2020**	**2019**
	SUDESTE	**SUDESTE**
	Plano I	**Plano I**
Valor justo dos ativos	16.533	18.933
Valor presente das obrigações	(2.506)	(2.511)
Posição líquida	**14.027**	**16.422**
Limite do Ativo	(14.027)	(16.422)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	-	-

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos	**2020**	**2019**
	SUDESTE	**SUDESTE**
Investimentos:		
Fundos de investimento	88,41%	99,12%
Empréstimos e financiamentos	1,26%	0,55%
Depósitos judiciais/recursais	0,25%	0,25%
Créditos privados e depósitos	10,08%	-
Outros realizáveis	-	0,08%
Total	100,00%	100,00%

e. Análise de Sensibilidade : A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Movimentação dos Saldos	**SUDESTE**
Valor presente das obrigações Atuariais real	2.506
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	2.577
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	2.439

32.2. Prêmio aposentadoria: A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio. O saldo de patrocínio do prêmio monta em R$5.515 (R$6.301 em 2019) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R$641 (R$963 em 2019) e no não circulante R$4.874 (R$5.338 em 2019). A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

Reconciliação	**2020**	**2019**
Posição líquida em 2019 e 2018	**6.301**	**6.006**
Efeito em ORA	(1.356)	(501)
Efeito no resultado do exercício	570	796
Posição líquida em 2020 e 2019	**5.515**	**6.301**
Circulante	641	963
Não Circulante	4.874	5.338

Demonstração das despesas para o exercício de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2021
Custo do serviço corrente	328
Juros sobre as obrigações atuariais	313
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**641**

32.3. Plano de saúde: A Companhia oferece benefício pós emprego - plano de saúde, em duas modalidades, conforme segue: • Reembolso de despesas médicas aos empregados lotados em sua sede, a razão de 60% do custo efetivo. Nessa modalidade, o desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício; • A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem

aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. A saldo atuarial do plano (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2020 é de R$5.033 (R$3.869 em 2019), tendo sido apurado no exercício de 2020 o montante de R$1.164 (R$2.865 em 2019) dos quais R$895 (R$39 em 2019) foi registrado na rubrica entidade de previdência privada - despesa de pessoal, R$271 (R$91 em 2019) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R$2 (R$2.735 em 2019) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R$2.394 (R$988 em 2019). Inclui R$895 (R$39 em 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2020	2019
Valor presente das obrigações no início do ano	3.869	1.004
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	895	39
Juros sobre obrigação atuarial	271	91
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(2)	2.735
Valor das obrigações calculadas no final do ano	5.033	3.869
Circulante	380	1.166
Não Circulante	4.653	2.703

Demonstração das despesas para o exercício de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2021
Custo do serviço corrente (com juros)	33
Juros sobre as obrigações atuariais	347
Valor das obrigações calculadas no final do ano	380

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2020			2019		
	UNIMED CUIABÁ	CNU	SULAMERICA	UNIMED CUIABÁ	CNU	SULAMERICA
Variáveis Econômicas						
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	3,80%	3,80%	3,80%	3,39%	3,39%	3,39%
Expectativa Real de Inflação Futura	3,00%	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	6,91%	6,91%	6,91%	7,01%	7,01%	7,01%
Taxa de Crescimento de Benefícios	3,00%	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	7,12%	7,12%	7,12%	7,64%	7,64%	7,64%
Taxa de Rotatividade	6,00%	6,00%	6,00%	5,00%	5,00%	5,0%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	0,00%	75,00%	75,00%	0,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	Nulo	3,00%	3,00%	0,00%	3,00%
Tábuas Biométricas						
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca) Crédito Unitário	LIGHT (Fraca) Crédito Unitário	LIGHT (Fraca) Crédito Unitário	LIGHT (Média) Crédito Unitário	LIGHT (Média) Crédito Unitário	LIGHT (Média) Crédito Unitário
Método de Financiamento	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*)

Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
2021 A 2054	376.417	372.737	372.439	376.855	4.554.211

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

34. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente dente as quais merecem destaque: 1. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança; 2. Os licenciamentos e gerenciamentos ambientais de empreendimentos e atividades atendem a todos os requisitos legais e normas aplicáveis; 3. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis; 4. Para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata ou área de preservação permanente, a empresa sempre estuda alternativas locacionais para desvio e apresenta aos órgãos ambientais os estudos necessários ao licenciamento/autorizações além das eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, para obter-se um diagnóstico favorável à sua execução. Para impactos mínimos necessários, são realizadas as devidas compensações, sempre promovendo plantio, recuperação de nascentes e cercamento de áreas para a promoção de regeneração natural. 5. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS. Todo o descarte de resíduos classe I é feito através de empresa especializada, devidamente licenciada junto ao órgão ambiental competente. A companhia possui implantada a coleta seletiva em suas unidades para separação e descarte dos resíduos classe II, realiza ainda logística reversa de materiais, tratamento de esgoto sanitário da sede, possui caixas separadoras de água e óleo nas subestações de energia e Kits de emergência para vazamento de óleo e produtos químicos nas unidades. 6. Atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores. Todas as unidades possuem treinamento de poda para o corpo técnico. 7. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente. 8. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Através do Programa Nossa Energia, juntamente com o Programa de Eficiência Energética, a Companhia desenvolve ações nas comunidades para o consumo consciente e redução de consumo de energia, além de troca de equipamentos pouco eficientes por outros que promovam a otimização do consumo. 9. Contratação de fornecedores: a Companhia contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida. 10. A Companhia realiza ações para redução da emissão de gases, possui política de renovação da frota, regra de velocidade máxima nos veículos, manutenção periódica, transporte solidário através do controle de viagens e procura utilizar o biocombustível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes investidos nos projetos acima descritos e nas práticas totalizaram R$43.514 (R$44.141 em 2019), sendo R$42.661 (R$43.516 em 2019) alocados no ativo intangível e R$853 (R$625 em 2019) em despesas operacionais. (*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2020	2019
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	13.486	6.377
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo	1.297	1.075
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	5.095	2.886
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	745	3.183
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	5.095	2.886
Intangível - CPC 06 (R2)	745	3.183

36. ATAQUE CIBERNÉTICO

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia sofreram ataques cibernéticos em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novas ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia contratou consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses, não tendo sido identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1. Bandeiras tarifárias: A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país. **37.2. Operações de cessões de títulos - FIDC:** A Companhia realizou no mês de janeiro de 2021, cessão de seus títulos recebíveis, que na sua maioria se encontravam totalmente provisionados, os quais foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico ("FIDC"), o qual possui somente créditos cedidos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos de uma instituição financeira que, conjuntamente com a controladora Energisa S.A. aportaram recursos no fundo. Os efeitos apurados em janeiro de 2021 impactaram o caixa em mais R$33.790 e com efeito no lucro líquido do período de R$22.301. **37.3. Empréstimos Contratados:** · Em 02 de fevereiro de 2021 a Companhia captou junto ao Bank of America N.A., R$84.199 em moeda estrangeira com vencimento em 02 de fevereiro de 2024, com remuneração de 1,83% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,75% a.a., retirando-se o risco cambial da operação. · Em fevereiro de 2021 a Companhia contratou junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social financiamento via repasse direto para financiamento dos investimentos de 2020/2021 no valor de R$ 69.702 com prazo de 14 anos, 153 meses de amortização e 15 meses de carência, sendo os juros pagos trimestralmente com taxa de TLP mais 3,00% a.a. **37.4. Pagamentos de dividendos do exercício:** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2021, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2020, no montante de R$34.065, equivalentes a R$ 42,2729026504 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 12 de março de 2021, com base na posição acionária da Companhia em 11 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivan Müller Botelho - Presidente
Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente
Marcílio Marques Moreira - Conselheiro Independente
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Conselheiro Independente
Marcelo Silveira da Rocha - Conselheiro
Maurício Perez Botelho - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Alves Mantovani - Diretor-Presidente
Maurício Perez Botelho - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Fabio Lancelotti - Diretor Técnico e Comercial
Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem designação específica
Vicente Côrtes de Carvalho - Contador - CRC-MG 042523/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. -** Cataguases - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica:** As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia. Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Administração para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 25, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica:** Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2020 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, (R$2.792) mil, R$46.005 mil, R$495.245 mil. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) Verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 13, 14 e 16.1 das demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13, 14 e 16.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões para riscos fiscais:** Conforme divulgado na nota explicativa 23.2, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R$ 97.674 mil em 31 de dezembro de 2020, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R$ 51.269 mil se referem a ações de natureza tributária. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 23.2 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

ENERGISA NOVA FRIBURGO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 33.249.046/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Nova Friburgo", "ENF" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2020, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2021.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:

111 mil	12	191 mil	935	159	1
Clientes Cativos	Clientes Livres	Habitantes	Km²	Colaboradores (116 próprios e 43 terceirizados)	Município (Nova Friburgo)

Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2020	2019	Acréscimo
Subestações - nº	5	5	0
Capacidade instalada nas subestações - MVA	119	119	0
Linhas de transmissão - km	18	19	-1
Redes de distribuição - km	2.087	2.028	59
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	3.685	3.656	29
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	173	171	2

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2020	2019	Variação %
Resultados - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	298,8	289,2	+ 3,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	282,7	280,8	+ 0,7
Receita Operacional Líquida	183,9	171,0	+ 7,5
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	167,8	162,7	+ 3,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	21,9	22,6	- 3,3
EBITDA	30,6	31,0	- 1,4
EBITDA Ajustado	32,4	33,7	- 4,1
Resultado financeiro	(6,1)	(3,6)	+ 67,1
Lucro Líquido	10,8	12,8	- 15,8
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	249,7	220,1	+ 13,4
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	72,3	34,8	+ 107,8
Patrimônio Líquido	93,5	87,7	+ 6,6
Endividamento Líquido	38,4	39,6	- 2,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	111,4	109,5	+ 1,7
Vendas de energia a consumidores cativos - (GWh) [1]	290,4	300,2	- 3,3
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) [1]	320,7	328,3	- 2,3
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%) [2]	17,6	19,7	- 2,1 p.p.

[1] Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | (2) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Mercado de energia

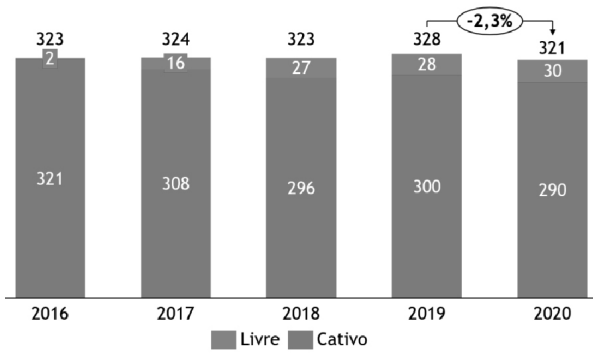
Em 2020, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 320,7 GWh, redução de 2,3% em relação a 2019.

A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição / Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Residencial	**44,5**	**41,5**	**+ 7,2**	**172,1**	**165,5**	**+ 3,9**
Industrial	**13,1**	**11,8**	**+ 11,2**	**45,6**	**47,7**	**- 4,3**
Cativo Industrial	6,4	6,4	- 1,2	22,1	26,3	- 15,9
Livre Industrial	6,8	5,4	+ 26,1	23,6	21,4	+ 9,8
Comercial	**16,9**	**17,7**	**- 4,4**	**60,4**	**69,5**	**- 13,1**
Cativo Comercial	16,2	17,1	- 5,5	58,0	67,2	- 13,7
Livre Comercial	0,8	0,6	+ 29,3	2,4	2,3	+ 4,4
Rural	**1,3**	**1,3**	**- 2,7**	**5,2**	**5,5**	**- 4,9**
Cativo Rural	1,3	1,3	- 2,7	5,2	5,5	- 4,9
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	**9,4**	**9,9**	**- 4,8**	**37,4**	**40,0**	**- 6,6**
Cativo Outros	8,4	8,8	- 5,2	33,0	35,7	- 7,4
Livre Outros	1,1	1,1	- 2,2	4,4	4,4	- 0,3
1 **Vendas de energia no mercado cativo**	**76,7**	**75,2**	**+ 2,0**	**290,4**	**300,2**	**- 3,3**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	8,6	7,1	+ 22,0	30,3	28,1	+ 7,8
3 **Mercado cativo + TUSD (1+2)**	**85,3**	**82,2**	**+ 3,7**	**320,7**	**328,3**	**- 2,3**
4 Fornecimento não faturado	-0,1	0,8	-	-0,4	0,3	-
5 **Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)**	**85,2**	**83,0**	**+ 2,6**	**320,4**	**328,6**	**- 2,5**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 111.365 unidades consumidoras cativas, número 1,7% superior ao registrado no fim do ano anterior e com 12 consumidores livres.

3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

A Companhia repete os bons resultados e consolidam a trajetória abaixo dos seus limites regulatórios. Veja a seguir as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual.

Últimos 12 meses

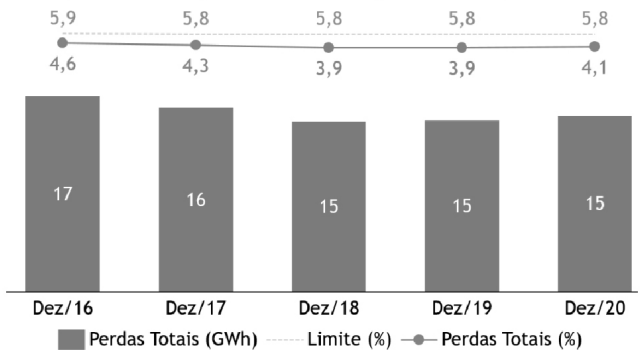
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	
4,77	5,09	5,10	-0,86	-0,96	-1,02	3,90	4,13	4,07	5,84

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	Var.(%) [1]
18,2	19,0	19,1	-3,3	-3,6	-3,8	14,9	15,4	15,3	- 0,6

(1) Variação dezembro de 2020/setembro de 2020.

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)				
	dez/20	dez/19	Variação em p.p.	Dez /20 (sem PPECLD Covid)	Variação em p.p.
ENF	0,85	0,23	0,62	0,67	0,44

3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

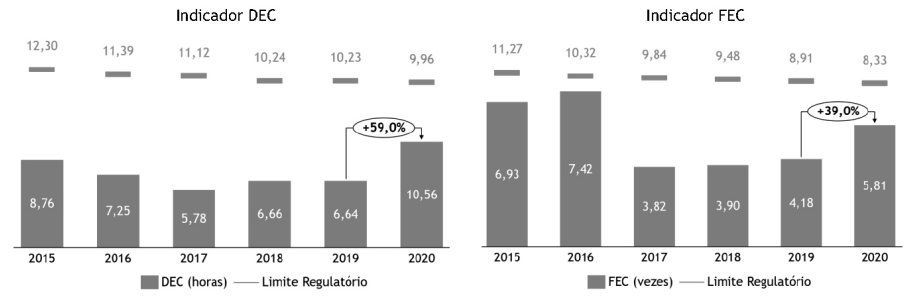
Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/20	dez/19	Variação em p. p.
ENF	97,70	98,56	- 0,87

A Companhia apresentou variação de -0,87 ponto percentual em decorrência da Lei 8.769/20 do Estado do Rio de Janeiro impedindo o corte durante todo o ano de 2020.

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia fecha 2020 com o DEC acima do limite regulatório devido a um evento atípico, externo ao seu sistema elétrico, que foi uma falha ocorrida em 02/10/2020 no sistema da supridora impactou em aproximadamente 3,7 horas o DEC da Energisa Nova Friburgo. Estão em curso providências nos âmbitos regulatório e jurídico visando expurgar o impacto dessa causa externa nos indicadores da empresa.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional

Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R$ 282,7 milhões contra R$ 280,8 milhões registrados em 2019, crescimento de 0,7% (R$ 1,9 milhão). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou aumento de 3,2% (R$ 5,1 milhões) no período, para R$ 167,8 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**68,6**	**66,8**	**+ 2,6**	**253,4**	**252,3**	**+ 0,4**
✓ Residencial	39,3	36,7	+ 7,2	148,3	138,4	+ 7,2
✓ Industrial	5,8	5,8	+ 1,6	20,1	22,2	- 9,5
✓ Comercial	16,1	16,8	- 4,2	56,9	62,9	- 9,6
✓ Rural	1,1	1,1	+ 2,4	4,3	4,2	+ 3,7
✓ Outras classes	6,2	6,5	- 4,5	23,8	24,7	- 3,4
(+) Fornecimento não faturado líquido	0,9	0,5	+ 71,0	0,6	1,7	- 62,9
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	5,0	4,3	+ 18,5	18,0	15,9	+ 13,8
(+) Receitas de construção	5,3	1,9	+ 173,0	16,1	8,4	+ 90,9
(+) Constituição e amortização - CVA	0,0	(4,4)	-	0,1	0,7	- 83,4
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	1,6	1,3	+ 26,6	6,8	6,0	+ 13,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	0,1	0,1	-	0,2	0,1	+ 100,0
(+) Outras receitas	1,0	1,0	- 8,0	3,5	4,1	- 13,0
(=) Receita bruta	**82,5**	**71,6**	**+ 15,1**	**298,8**	**289,3**	**+ 3,3**
(-) Impostos sobre vendas	26,4	24,1	+ 9,2	96,0	93,3	+ 2,9
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	0,9	0,7	+ 38,0	(0,5)	2,8	-
(-) Encargos setoriais	4,9	4,1	+ 18,5	19,5	22,1	- 11,9
(=) Receita líquida	**50,3**	**42,6**	**+ 18,1**	**183,9**	**171,0**	**+ 7,5**
(-) Receitas de construção	5,3	1,9	+ 173,0	16,1	8,4	+ 90,9
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**45,0**	**40,8**	**+ 10,4**	**167,8**	**162,7**	**+ 3,2**

Foram determinantes para esse desempenho:

i) Aumento de 2,6% (R$ 1,8 milhão) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (acréscimo de 0,4% ou R$ 1,1 milhão em 2020 sobre 2019);

ii) Aumento de 18,5% (R$ 0,8 milhão) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 13,8% ou R$ 2,2 milhões em 2020 sobre 2019); e

iii) Crescimento de 71,0% (R$ 0,4 milhão) no fornecimento não faturado líquido no 4T20 em relação ao 4T19 (redução de 62,9% ou R$ 1,1 milhão em 2020 sobre 2019).

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 145,9 milhões em 2020 e R$ 39,2 milhões no 4T20, aumentos de 4,2% (R$ 5,9 milhões) e 7,6% (R$ 2,8 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2019. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram redução de 12,3% (R$ 0,9 milhão), totalizando R$ 6,5 milhões no 4T20. No acumulado essas despesas totalizaram R$ 21,8 milhões, decréscimo de 9,7% (R$ 2,3 milhões) ante os R$ 24,1 milhões registrados no 2019.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais / Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**29,5**	**27,0**	**+ 9,3**	**112,5**	**107,1**	**+ 5,1**
1.1 Energia comprada	20,6	19,3	+ 6,4	78,0	76,6	+ 1,8
1.2 Transporte de potência elétrica	8,9	7,6	+ 16,6	34,5	30,4	+ 13,3
2 Custos e Despesas controláveis	**6,9**	**7,5**	**- 8,7**	**23,8**	**24,5**	**- 3,1**
2.1 PMSO	**6,5**	**7,4**	**- 12,3**	**21,8**	**24,1**	**- 9,7**
2.1.1 Pessoal	3,1	3,4	- 9,9	9,3	10,4	- 11,1
2.1.2 Fundo de pensão	0,1	0,0	+ 51,4	0,2	0,2	- 2,8
2.1.3 Material	0,5	0,5	- 7,9	1,7	1,7	+ 2,7
2.1.4 Serviços de terceiros	2,8	3,2	- 15,1	9,3	10,1	- 7,7
2.1.5 Outras	0,2	0,2	- 27,1	1,3	1,7	- 25,6
✓ Multas e compensações	0,0	0,0	- 66,7	0,0	0,0	- 40,0
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,1	0,0	+ 161,8	0,2	0,2	+ 8,2
✓ Outros	0,1	0,2	- 58,1	1,1	1,5	- 29,6
2.2 Provisões/Reversões	0,4	0,1	+ 249,0	2,0	0,5	+ 345,4
2.2.1 Contingências	(0,2)	0,1	-	(0,3)	(0,2)	+ 69,0
2.2.2 Devedores duvidosos	0,6	0,1	+ 1.007,8	2,3	0,6	+ 269,8
3 Demais receitas/despesas	**2,9**	**2,0**	**+ 47,1**	**9,6**	**8,4**	**+ 14,8**
3.1 Depreciação e amortização	2,4	2,1	+ 12,7	8,7	8,4	+ 3,8
3.2 Outras receitas/despesas	0,5	(0,2)	-	0,9	0,0	+ 4.204,5
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**39,2**	**36,4**	**+ 7,6**	**145,9**	**140,0**	**+ 4,2**
Custo de construção [*]	5,3	1,9	+ 173,0	16,1	8,4	+ 90,9
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**44,5**	**38,4**	**+ 16,0**	**162,0**	**148,4**	**+ 9,1**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa / Valores em R$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T20	4T19	Var. %	Var. R$	2020	2019	Var. %	Var. R$
(=) Lucro Líquido	**2,4**	**2,7**	**- 12,4**	**(0,3)**	**10,8**	**12,8**	**- 15,8**	**(2,0)**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(1,3)	(1,3)	- 1,8	0,0	(5,0)	(6,2)	- 18,8	1,2
(-) Resultado financeiro	(2,2)	(0,3)	+ 663,9	(1,9)	(6,1)	(3,6)	+ 67,1	(2,4)
(-) Depreciação e amortização	(2,4)	(2,1)	+ 12,7	(0,3)	(8,7)	(8,4)	+ 3,8	(0,3)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**8,2**	**6,4**	**+ 28,1**	**1,8**	**30,6**	**31,0**	**- 1,4**	**(0,4)**
(+) Receita de acréscimos moratórios	0,1	0,7	- 79,9	(0,6)	1,8	2,7	- 34,6	(1,0)
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**8,3**	**7,1**	**+ 17,0**	**1,2**	**32,4**	**33,7**	**- 4,1**	**(1,4)**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	16,6	16,7	- 0,1 p.p.		17,6	19,7	- 2,1 p.p.	

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 74,3 milhões em dezembro, frente aos R$ 59,0 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos positivos de R$ 2,0 milhões em dezembro, contra R$ 1,9 milhão em setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 38,4 milhões, contra R$ 43,7 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,4 vezes em setembro para 1,2 vezes em dezembro de 2020.

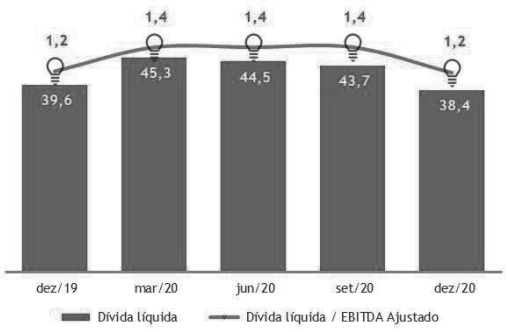
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Circulante	**50,6**	**33,7**	**26,3**
Empréstimos e financiamentos	48,5	32,4	25,6
Debêntures	0,5	0,1	-
Encargos de dívidas	1,5	1,1	0,1
Benefícios pós emprego	0,1	0,1	0,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	0,5
Não Circulante	**62,2**	**69,0**	**57,0**
Empréstimos e financiamentos	10,3	27,0	67,8
Debêntures	51,1	41,2	-
Benefícios pós emprego	0,8	0,8	0,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	(11,5)
Total das dívidas	**112,8**	**102,7**	**83,3**
(-) Disponibilidades financeiras	72,3	57,2	34,8
Total das dívidas líquidas	**40,5**	**45,5**	**48,5**
(-) Créditos CDE	0,9	0,7	0,9
(-) Créditos CVA	1,1	1,2	7,9
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**38,4**	**43,7**	**39,6**
Indicador relativo			
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses [1]	1,2	1,4	1,2

[1] EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alavancagem

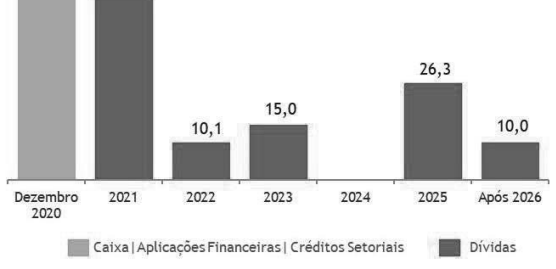
- Dívida líquida (R$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2021, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão
(R$ milhões)



6. INVESTIMENTOS

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu R$ 17,6 milhões em 2020, ante R$ 10,7 milhões do ano anterior. No quarto trimestre do ano, o valor chegou a R$ 5,4 milhões.

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Ativo Elétrico	3,9	2,1	+ 85,7	14,8	9,7	+ 52,6
Obrigações Especiais	(0,1)	(0,3)	- 66,7	0,3	(0,1)	-
Ativo não Elétrico	1,6	0,5	+ 220,0	2,5	1,1	+ 127,3
Total dos Investimentos	**5,4**	**2,3**	**+ 134,8**	**17,6**	**10,7**	**+ 64,5**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações no ano, destacaram-se:

- ✓ Reconfiguração da LDAT Julius Arp - Tadeu Aor de 69 kV: reconstrução de parte da LDAT, com desvio no trecho sobre residências, e recapacitação de circuito duplo para circuito simples;
- ✓ Melhorias no alimentador Julius Arp-Mury, Julius Arp-Amparo e Centenário-Lumiar 2 visando garantir a qualidade do Serviço e a segurança;
- ✓ Obras englobando a substituição de cabo 4 sem alma preservando a segurança das comunidade e colaboradores;
- ✓ Substituição de chaves seccionadoras nas Subestações de Julius Arp e Tadeu Aor devido a vida útil ultrapassada;
- ✓ Inclusão de medidas para reduzir perdas comerciais e conter inadimplência;
- ✓ Projeto em fase de estudo e desenvolvimento das iniciativas - Unificação das concessões Energisa Minas Gerais e Nova Friburgo.

7. DIVIDENDOS

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2020, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$ 10,2 milhões (R$ 339,8819750298 por ação), já tendo sido pagos: (i) R$ 1,9 milhão (R$ 64,604021450 por ação ordinária), em 26 de março; (ii) R$ 0,04 milhão, equivalentes a R$ 1,5486452384 por ação ordinária, em 13 de novembro.

Foi aprovado pela Diretoria, na reunião realizada em 11 de março de 2021, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 8,2 milhões, equivalente a R$ 273,7293053526 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 12 de março de 2021.

8. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão do capital humano é uma das alavancas para a perenidade dos negócios. A Energisa Nova Friburgo busca atrair, reter e capacitar profissionais que compartilhem de seus valores e contribuam para o alcance de seus objetivos e da qualidade dos serviços. A Empresa encerrou 2020 com 116 colaboradores próprios e 43 contratados de terceiros, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, desdobrado em ações de desenvolvimento de colaboradores em todos os níveis, das equipes de campo aos líderes e futuros líderes. No ano, foram investidos R$ 54,7 mil em treinamento e educação, com a média de 74 horas por empregado de cargos operacionais, 73 em cargos gerenciais e 20 horas de áreas administrativas.

No ano, com o cenário de pandemia, foi fundamental a Educativa Online, plataforma que compreende o modelo de capacitação por meio de trilhas para incentivar a mentalidade de autodesenvolvimento por meio de educação e treinamento direcionados a todos os negócios do Grupo Energisa. Em 2020, no Programa de Autodesenvolvimento, foram liberados mais de 50 novos cursos, a exemplo de desenvolvimento de sistemas, data analytics e customer experience.

Outro destaque de 2020 foi a criação de um grupo de trabalho para gerenciar a efetivação do programa de diversidade da Companhia. O trabalho constou de benchmarking com empresas de referência e construção do cenário de diversidade, como apoio ao posicionamento em relação ao tema.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Segurança é um valor inegociável para a Energisa Nova Friburgo, que endereça iniciativas para a prevenção de acidentes, melhoria de indicadores e de uma cultura baseada no comportamento seguro. Em 2020, não foram registrados acidentes com empregados próprios ou contratados de terceiros.

A principal iniciativa envolve o projeto Operar Seguro, que tem foco em reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Também são realizados workshops com lideranças e palestras com colaboradores e um Comitê Executivo de Saúde e Segurança garante que diretores e líderes abordem questões estratégicas de saúde e segurança. Todos os colaboradores e contratados de terceiros devem seguir as Regras de Ouro, um conjunto de procedimentos a observar em qualquer tarefa.

Em 2020, foi realizado um curso com informações sobre segurança ao conduzir os veículos e a nova telemetria do Grupo, quais as responsabilidades do condutor, detalhes sobre os equipamentos instalados e na frota. Realizados na plataforma de em sino a distância, os cursos contemplaram dados sobre o aplicativo disponível para monitoramento e melhorias no comportamento ao volante, entre outros temas. Está em desenvolvimento um projeto de realidade virtual, cujo objetivo é que eletricistas adquiram conhecimento inicial de forma a mitigar o risco atrelado ao trabalho.

E para saúde e qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, há o Programa Viva Energia, com os pilares de Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. O primeiro inclui ginástica laboral, campanhas para a promoção da saúde e prevenção de doenças, assim como monitoramento de exames periódicos. Em Saúde Assistencial são concedidos benefícios a portadores de doenças crônicas e de câncer. E o pilar Qualidade de Vida promove atividades que contribuem para saúde e bem-estar, como musculação e natação, por meio de parceria com academias em todo o território nacional. Em 2020, com o cenário de pandemia, foi dada atenção especial ao aspecto de saúde mental dos colaboradores.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A sustentabilidade está incorporada à estratégia da Energisa Nova Friburgo pela consciência de seu potencial de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente, com o apoio de um modelo de negócio que visa a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Esse direcionamento permite à Companhia captar as oportunidades do setor e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Como reforço à sua estratégia, em 2020 o Grupo Energisa passou a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Nações Unidas (ONU) que fornece diretrizes para iniciativas que contribuam para impulsionar a sustentabilidade e a cidadania. Como empresa signatária, tem como compromisso contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030.

Também em 2020, o Grupo passou a fazer da Plataforma de Ação pelo Clima, da Rede Brasil do Pacto Global, norteado pelo ODS 7 (energia limpa e acessível) e pelo ODS 13 ação contra a mudança global do clima), por meio do atividades e projetos direcionados para a mitigação e adaptação a esse desafio.

10.1. Eficiência energética

A empresa investiu R$ 330 mil em 2020 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 300 unidades consumidoras e permitiram economizar 17 MWh/ano. O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas.

10.2. Projetos socioculturais

Diante dos impactos da pandemia e atenta às demandas da sociedade, o Grupo Energisa criou o Energia do Bem, uma iniciativa de mobilização nacional contou com doação de alimentos e material de limpeza e higiene pessoal para instituições beneficentes. Houve doação de máscaras do tipo N95 a hospitais, assim como de recursos para viabilizar a aquisição de ventiladores pulmonares.

No ano, a Energisa Nova Friburgo patrocinou projeto de construção da Escola de Sustentabilidade da EcoModas no município. O local irá promover aulas sobre sustentabilidade por meio de oficinas de reciclagem, moda sustentável e outros. No lado externo será implantado um viveiro florestal para cultivar árvores nativas da Mata Atlântica.

Os projetos socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados e é responsável pela gestão de espaços culturais mantidos em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Paraíba e no Mato Grosso do Sul. Em 2020, em razão do distanciamento social devido à Covid-19, esses espaços foram fechados para o público a partir do mês de março.

A programação do ano foi toda virtual, com três projetos realizados online: A Escrita da Luz, um concurso de fotografias para estimular pré-adolescentes a enviar fotos captadas por celulares; Galeria Virtual da Usina Cultural Nova Friburgo, com duas mostras coletiva de artistas; e vídeos documentais Pessoas criativas, ideias inspiradoras, que registrou projetos de leopoldinenses sobre folclore, literatura, cinema, música, quadrinhos, teatro e preservação patrimonial.

10.3. Iniciativas ambientais

A atuação da Energisa Nova Friburgo é orientada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que compreende diretrizes de responsabilidade no convívio com o meio ambiente e uso eficiente de recursos naturais. Os impactos são mitigados por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS), uma ferramenta compatível com as normas ISO 14001 e ISO 45001 e que fornece os subsídios para o adequado monitoramento dos aspectos socioambientais e de saúde e segurança.

A Companhia conta com uma área de Meio Ambiente responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos. Em 2020, foi contratada uma plataforma digital para monitorar e atualizar mensalmente a legislação ambiental (federal, estadual e municipal), além da execução de serviços de assessoria para gerenciamento de requisitos legais.

Alinhada com iniciativas de redução de emissões atmosféricas e descarbonização da economia, a Energisa Nova Friburgo inaugurou no ano seu primeiro posto de abastecimento de veículos elétricos.

Para proteger a biodiversidade, são utilizados cabos isolados nas redes em que a arborização pode ser mais afetada pelo contato com a baixa-tensão energizada. De forma a evitar podas indesejáveis e preservar o equilíbrio ecológico, cabos protegidos são instalados redes de média-tensão que têm proximidades com arborização. Nos casos em que há necessidade de corte de vegetação, há ações de reposição florestal para recompor a vegetação, em linha com a legislação ambiental vigente, como forma de compensar a supressão executada durante as obras.

Em 2020, a Companhia lançou um cabo-piloto para posterior envio de cabos a linhas de alta tensão, com uso de drone, o que possibilitou realizar o serviço de um dia em poucos minutos e evitar o desmatamento de 450 metros de vegetação nativa. Anteriormente, o lançamento dos cabos era feito por terra, em mata fechada, sendo necessária a utilização de motosserras para o corte de árvores e arbustos.

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2020 foi de R$ 15 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2020	2019
Receita líquida (RL)	183.872	171.052
Resultado operacional (RO)	15.801	18.986
Folha de pagamento bruta (FPB)	7.875	8.732

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.432	18,18%	0,78%	1.423	16,30%	0,83%
Encargos sociais compulsórios	1.766	22,43%	0,96%	1.903	21,79%	1,11%
Previdência privada	61	0,77%	0,03%	53	0,61%	0,03%
Saúde	643	8,17%	0,35%	593	6,79%	0,35%
Segurança e saúde no trabalho	218	2,76%	0,12%	241	2,76%	0,14%
Educação	12	0,16%	0,01%	19	0,22%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	41	0,52%	0,02%	62	0,71%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	30	0,38%	0,02%	43	0,49%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	635	8,06%	0,35%	1.255	14,37%	0,73%
Outros	323	4,10%	0,18%	324	3,71%	0,19%
Total - Indicadores sociais internos	**5.161**	**65,53%**	**2,82%**	**5.916**	**67,75%**	**3,46%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	29	0,18%	0,02%	95	0,50%	0,06%
Cultura	231	1,46%	0,13%	213	1,12%	0,12%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	5	0,03%	0,00%	9	0,05%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	143	0,91%	0,08%	102	0,54%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade	408	2,58%	0,23%	419	2,21%	0,25%
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.588	79,67%	6,85%	89.111	469,35%	51,99%
Total - Indicadores sociais externos	**12.996**	**82,25%**	**7,08%**	**89.530**	**471,56%**	**52,24%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	8.271	52,34%	4,50%	5.682	29,93%	3,31%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**8.271**	**52,34%**	**4,50%**	**5.682**	**29,93%**	**3,31%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2020	2019
Nº de empregados(as) ao final do período	116	121
Nº de admissões durante o período	6	2
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	43	9
Nº de estagiários(as)	2	2
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	24	29
Nº de mulheres que trabalham na empresa	19	18
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	50,00%	50,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	21	21
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	0,00%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	3	3

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			2019		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	58,36			58,36		
Número total de acidentes de trabalho	0			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção ( ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)			( ) direção ( ) direção e gerências ( )todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as) ( ) todos(as) + Cipa			(x) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as) ( ) todos(as) + Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá ( ) seguirá as normas da OIT ( ) incentivará e seguirá a OIT			( ) não se envolverá (x) seguirá as normas da OIT ( ) incentivará e seguirá a OIT		
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)			( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)			( ) direção ( ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( ) são exigidos			( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( ) são exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve ( ) apóia ( ) organiza e incentiva			( ) não se envolve ( ) apóia ( ) organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 29.109	no Procon 48	na justiça 55	na empresa 27.654	no Procon 35	na justiça 45
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,54 %	no Procon 100%	na Justiça 26%	na empresa 100 %	no Procon 100%	na Justiça 30%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020:**	**139.033**		**Em 2019:**	**143.528**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	80% governo 6% colaboradores(as) 7% acionistas 7% terceiros 0% retido			79% governo 6% colaboradores(as) 9% acionistas 6% terceiros 0% retido		

7 - Outras Informações	2020	2019
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos		
7.1.1 - Investimento da União	-	-
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-
7.1.3 - Investimento do Município	-	-
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-	-
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-	-
7.2 - Programa de eficiência Energética	330	628
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	109	494
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	439	1.122

ENERGISA NOVA FRIBURGO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 33.249.046/0001-06

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	8.021	12.975
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	64.283	21.792
Consumidores e concessionárias	6	35.834	31.900
Estoques		708	709
Tributos a recuperar	7	8.439	8.738
Ativos financeiros setoriais	9	2.491	7.425
Outros créditos	10	4.687	4.857
Total do circulante		**124.463**	**88.396**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	2.002	1.644
Tributos a recuperar	7	1.122	4.524
Depósitos e cauções vinculados	23	2.311	2.131
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	-	11.454
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	6.714	3.927
Ativos financeiros setoriais	9	549	1.627
		12.698	**25.307**
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	(645)	(91)
Investimentos		79	79
Imobilizado	15	3.430	2.701
Intangivel	16	109.670	103.707
Total do não circulante		**125.232**	**131.703**
Total do ativo		**249.695**	**220.099**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	21.347	15.364
Encargos de dívida	18	1.546	74
Empréstimos e financiamentos	18	48.496	25.585
Debentures	19	454	-
Impostos e contribuições sociais	21	3.773	2.487
Dividendos	24.4	567	1.289
Encargos setoriais	22	1.138	1.406
Obrigações estimadas		869	729
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	31	-	506
Passivos financeiros setoriais	9	1.739	521
Benefícios pós-emprego	32	91	112
Arrendamentos Operacionais	20	280	240
Outras contas a pagar		4.568	5.337
Total do circulante		**84.868**	**53.650**
Não circulante			
Fornecedores	17	726	677
Empréstimos e financiamentos	18	10.283	67.755
Debentures	19	51.096	-
Impostos e contribuições sociais	21	1.678	1.276
Impostos e contribuições sociais diferidos	12	2.977	4.733
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	276	551
Encargos setoriais	22	1.860	1.230
Passivos financeiros setoriais	9	175	584
Benefícios pós-emprego	32	800	714
Arrendamentos Operacionais	20	579	393
Outras contas a pagar		876	821
Total do não circulante		**71.326**	**78.734**
Patrimônio líquido			
Capital social	24.1	63.343	63.343
Reserva de capital	24.2	11.440	11.312
Reserva de lucros	24.3	9.968	9.429
Dividendos adicionais propostos	24.4	7.677	2.589
Outros resultados abrangentes	24.5	1.073	1.042
Total do patrimônio líquido		**93.501**	**87.715**
Total do passivo e patrimônio líquido		**249.695**	**220.099**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	25	183.872	171.052
Custo do serviço de energia elétrica	26	(112.467)	(107.050)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(38.264)	(28.264)
Lucro bruto		**33.141**	**35.738**
Despesas gerais e administrativas	26	(10.314)	(13.093)
Outras receitas	27	1.159	465
Outras despesas	27	(2.106)	(487)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**21.880**	**22.623**
Receita Financeira	28	3.071	4.968
Despesa Financeira	28	(9.150)	(8.605)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(6.079)**	**(3.637)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**15.801**	**18.986**
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(9.830)	(4.223)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	4.804	(1.968)
Lucro líquido do exercício		**10.775**	**12.795**
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R$	29	**359,17**	**426,50**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	25	283.187	278.360
Outras receitas	27	1.159	465
Receitas relativas a construção de ativos próprios	25 e 28	16.209	8.461
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	(2.311)	(625)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia vendida		123.715	117.692
Materiais e serviços de terceiros		11.255	11.922
Outros custos operacionais		18.777	10.359
		153.747	139.973
Valor adicionado bruto		144.497	146.688
Amortização e depreciação	26	8.685	8.370
Valor adicionado líquido		135.812	138.318
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	28	3.221	5.210
Valor adicionado a distribuir		**139.033**	**143.528**
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		5.292	6.190
Benefícios		2.400	2.533
FGTS		419	428
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		21.329	22.918
Estaduais		70.065	67.845
Municipais		250	251
Obrigações Intrassetoriais		19.472	22.097
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		9.247	8.629
Aluguéis		(216)	(158)
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	24.4	2.559	9.566
Dividendos adicionais propostos	24.4	7.677	2.589
Reserva legal	24.3	539	640
Retenção de Lucros		-	-
		139.033	**143.528**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		10.775	12.795
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	24.5	31	298
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		**10.806**	**13.093**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	29	10.775	12.795
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	5.026	6.191
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		13.959	5.332
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	13	(161)	(149)
Amortização e depreciação	26	8.685	8.370
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	2.311	625
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	(90)	22
Marcação a mercado das dívidas		(743)	(122)
Marcação a mercado de derivativos		743	122
Instrumentos financeiros derivativos		(9.699)	(1.261)
Perda (Ganho) na alienação de bens do intangível	27	947	(128)
Pagamento baseado em ações		128	44
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(6.596)	(2.676)
Diminuição (aumento) de estoques		1	(102)
Diminuição de tributos a recuperar		6.686	1.255
(Aumento) de depósitos e cauções vinculados		(141)	(136)
Diminuição de ativo financeiro setorial	9	961	973
Recebimentos Despachos ANEEL - CONTA COVID		6.964	-
(Aumento) de outros créditos		(1.260)	(870)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		5.269	1.112
Aumento de impostos e contribuições sociais		1.842	387
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.877)	(3.956)
Aumento de obrigações estimadas		140	162
(Diminuição) de passivo financeiro setorial	9	(1.082)	(1.041)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(199)	(193)
Aumento de outras contas a pagar		91	336
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**37.680**	**27.092**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(41.462)	766
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infra-estrutura em construção		(16.557)	(10.911)
Alienação de bens do imobilizado e intangível		431	629
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(57.588)**	**(9.516)**
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 19	94.079	15.000
Pagamentos de empréstimos - principal	18 e 19	(87.647)	(13.762)
Pagamentos de empréstimos - juros	18 e 19	(2.240)	(5.116)
Recebimento (pagamento) pela liquidação de instrumentos financeiros derivativos		16.919	(737)
Pagamentos de dividendos		(5.870)	(11.464)
Pagamento arrendamento mercantil	20	(287)	(299)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**14.954**	**(16.378)**
Variação líquida do caixa		**(4.954)**	**1.198**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	12.975	11.777
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	8.021	12.975
Variação líquida do caixa		**(4.954)**	**1.198**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

			Reservas de capital			Reserva de Lucros						
	Nota	Capital social	Remuneração de imobilizado em curso	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Retenção de lucros	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019		**63.343**	**179**	**11.065**	**24**	**2.177**	**6.612**	**1.898**	**-**	**744**	**-**	**86.042**
Pagamento dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	**(1.898)**	-	-		**(1.898)**
Pagamento de Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	-	-	44	-	-	-	-	-	-	**44**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	12.795	-	-	**12.795**
Proposta de destinação do lucro líquido:												-
Reserva legal	24.3	-	-	-	-	-	640	-	(640)	-	-	-
Dividendos	24.4	-	-	-	-	-	-	-	(9.566)	-	-	**(9.566)**
Dividendos adicionais propostos	24.4	-	-	-	-	-	-	2.589	(2.589)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos												-
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	24.5	-	-	-	-	-	-	-	-	452	-	**452**
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	24.5	-	-	-	-	-	-	-	-	(154)	-	**(154)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**63.343**	**179**	**11.065**	**68**	**2.177**	**7.252**	**2.589**	**-**	**1.042**	**-**	**87.715**
Pagamento dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(2.589)	-	-		**(2.589)**
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	-	-	128	-	-	-	-	-	-	**128**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	10.775	-	-	**10.775**
Proposta de destinação do lucro líquido:												-
Reserva legal	24.3	-	-	-	-	-	539	-	(539)	-	-	-
Dividendos	24.4	-	-	-	-	-	-	-	(2.559)	-	-	**(2.559)**
Dividendos adicionais propostos	24.4	-	-	-	-	-	-	7.677	(7.677)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos												
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	24.5	-	-	-	-	-	-	-	-	47	-	**47**
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	24.5	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	-	**(16)**
Saldos em 31 dezembro de 2020		**63.343**	**179**	**11.065**	**196**	**2.177**	**7.791**	**7.677**	**-**	**1.073**	**-**	**93.501**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia" ou "ENF") - empresa integrante do Grupo Energisa - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 111.377 consumidores. A Companhia possui sede na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015. O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios: I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira; III - Racionalidade operacional e econômica; e IV - Modicidade tarifária. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes aos reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados a concessão contratual - infraestrutura em construção e a receita de construção, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13,14, 16.1 e 25, respectivamente. **1.2 Efeitos da COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e de unidades consumidoras que utilizam equipamentos especiais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, inicialmente provocaram queda no consumo e na arrecadação da Companhia, entretanto tem sido observado recuperação das atividades econômicas que tem contribuído na melhoria dos dois fatores. **a) Impactos observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** A pandemia da COVID-19 no Brasil produziu impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia devido a retração do mercado consumidor e ao incremento da inadimplência, agravada pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica. Esses efeitos impactaram diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo na provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD). Por outro lado, a CONTA COVID tem neutralizado, em parte, os efeitos dos eventos no fluxo de caixa da Companhia e contribuído para atenuar as tarifas dos consumidores, enquanto durar a pandemia. A Companhia realizou os cálculos de perdas esperadas com a inadimplência, baseado em suas melhoras estimativas, tendo apurado no o montante de R$494, reconhecidos a partir de março de 2020 no resultado do exercício. A implementação das ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de

conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital, tem produzidos efeitos positivos no incremento da arrecadação, que contribuíram na redução das provisões de perdas esperadas. A Companhia segue acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização de seu contas a receber, o qual foi ajustado para considerar as perdas esperadas em 31 de dezembro de 2020. **b) Equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. Com a publicação da Resolução Normativa nº 885, divulgada no diário oficial em 23 de junho de 2020 foi estabelecido o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos, instaurado a partir de agosto de 2020. A Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial de RTE, referente ao equilíbrio contratual, em suas demonstrações financeiras. **c) Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento e acompanhamento da pandemia:** Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se: **Pessoas:** • Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes; • Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público; • Criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID19 para colaboradores e familiares; • Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testados positivo; • Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia; • Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações; • Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade; • Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas; • Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP 936 foi transformada na Lei nº 14.020, publicada no DOU em 07 de julho de 2020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. O Decreto nº 10.470 de 24 de agosto de 2020, prorrogou mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei 14.020/2020. **Sociedade:** O Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na área de concessão onde a Companhia atua. As principais ações são: • Doação de máscaras para hospitais e protetores faciais; • Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0; • Como parte dos esforços de recuperação da economia após a pandemia, a Energisa selecionou uma série de cursos profissionalizantes em ação coordenada com parceiros, como a CNI/Sesi/Senai e IEL, a UNESCO, o Instituto Efort; • Realização de vento beneficente, para financiamento de artistas locais; • Disponibilidade de carros de som e ações em rádios locais como forma de comunicação mais efetiva quanto a ações de prevenção a pandemia em 223 cidades com baixo IDH; • Doação de R$90 para a Unesco com o objetivo de viabilizar o combate a fome distribuindo cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social; e **Financeiras:** • Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde, de forma prudente, diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos, com a redução na ordem de R$1.900, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento não sofreram impactos relevantes; • Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019; • Contratação de novos empréstimos com liquidação de outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020; • Revisado o planejamento estratégico, a Companhia sensibilizou suas premissas quanto ao valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras; • Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do PIS e Cofins e da contribuição previdenciária patronal das competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 no montante de R$3.641, recolhidos; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no valor total de R$95, recolhidos; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC, dos meses de março a junho no montante de R$89, compensados entre os meses de agosto a outubro de 2020; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 31 de julho de 2020 em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE; e • Adesão a CONTACOVID: a Companhia aderiu CONTA COVID implementada através da Resolução Aneel nº 885, de 23 de junho de 2020 que dispôs critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. O principal objetivo da instituição da CONTA COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico. Até 31 de dezembro de 2020 foi recebido o montante de R$6.964 de recursos da CONTA COVID. A Companhia segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de março de 2021. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: **I.** Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; **II.** Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais; **III.** Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários; **IV.** Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão; **V.** Nota explicativa nº 15 - Imobilizado; **VI.** Nota explicativa nº 16 - Intangível; **VII.** Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; **VIII.** Nota explicativa nº 26 - Custo de energia elétrica comprada para revenda; **IX.** Nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e **X.** Nota explicativa nº 32 - Benefícios pós emprego.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a**. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros e operações de hedge: Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração** - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - Nota explicativa nº 2.3; • Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 31. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2020, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração -** os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge:*** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 31, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: *Hedges de valor justo*: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias** - inclui o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde ao contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica que indica que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas parametricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13. **g. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 14); **h. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas que são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável; **i. Ativo contratual** - Infraestrutura em construção - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **j. Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20); **l. Redução a valor recuperável: Ativo não financeiro:** a Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não

dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia; **p. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **q. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **r. Dividendos -** os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação; **s. Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção corresponde às receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos. As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita com subvenção governamental somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota explicativa nº 10) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia; **s. Benefícios pós-emprego -** a Companhia possui plano de contribuição definida a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões na modalidade CD, prêmio de aposentadoria e plano de saúde. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de contribuição definida a realização do cálculo é efetuada anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido, líquido de tributos; **t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e 2. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB -** ***International Accounting Standards Board*****: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado do exercício reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS.

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 101,3% do CDI (102,5% do CDI em 2019).

Descrição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	**3.996**	**3.691**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**4.025**	**9.284**
Operações compromissadas	4.025	9.284
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante [1]	**8.021**	**12.975**

[1] As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 77,5% do CDI (108,0% do CDI em 2019).

	2020	2019
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB´s)	3	418
Fundo de Investimento (1)	2	2
Fundo de Investimentos Exclusivos (2)	**64.278**	**20.838**
Certificados de Depósito Bancário (CDB´s)	987	270
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	81	30
Operações Compromissadas	-	1.330
Títulos Públicos	3.337	6.896
Fundo Multimercado	280	-
Fundo de Renda Fixa	16.691	2.286
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.098	9.136
Letra Financeira (LF)	1.883	4
Letra Financeira (LFS)	15.434	-
Letra Financeira (LTN)	583	267
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	12.436	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	468	619
Fundo de investimento em direitos creditórios-FIDC (3)	-	534
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - Circulante (4)	**64.283**	**21.792**

(1) Fundo de Investimento - Incluí fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados a 17,2% (50,6% em 2019) do CDI. (2) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LTN, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 113,5% (105,2% em 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 63,5% (115,7% em 2019) do CDI Fundo Zona da Mata e 83,8% do CDI Fundo Cataguases. (3) Inclui R$5 (R$954 em 2019) referente a recursos vinculados a empréstimos, conselho consumidor e bloqueios judiciais.

	2020	2019
Depósito judicial credores	5	5
Fundo de Investimento em Direito Creditório - FIDC	-	534
Outros	-	415
Total	**5**	**954**

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (4)	2020	2019
Valores correntes:									
Residencial	8.107	-	4.476	642	-	10	(652)	12.583	10.965
Industrial	1.783	-	393	78	41	64	(134)	2.225	1.898
Comercial	4.897	-	787	125	99	98	(197)	5.809	5.199
Rural	165	-	130	15	17	5	(20)	312	270
Poder público	419	-	30	24	1	1	(1)	474	592
Iluminação pública	394	-	8	-	-	-	-	402	950
Serviço público	798	-	-	-	-	-	-	798	746
Fornecimento não faturado	10.258	-	-	-	-	-	-	10.258	9.620
Arrecadação Processo Classificação	230	-	-	-	-	-	-	230	285
Valores renegociados:									
Residencial	497	958	296	69	41	362	(761)	1.462	462
Industrial	294	189	64	20	1	145	(281)	432	390
Comercial	230	532	87	15	11	120	(246)	749	367
Rural	12	25	8	1	-	11	(20)	37	-
Poder público	-	-	-	-	-	6	(7)	(1)	109
(-) Ajuste valor Presente [1]	(3)	(23)	-	-	-	-	-	(26)	(33)
Subtotal -clientes	**28.081**	**1.681**	**6.279**	**989**	**211**	**822**	**(2.319)**	**35.744**	**31.820**
Suprimento Energia - Moeda Nacional [2]	-	-	-	-	-	302	-	302	302
Outros [3]	2	-	722	93	-	974	(1)	1.790	1.422
Total	**28.083**	**1.681**	**7001**	**1.082**	**211**	**2.098**	**(2.320)**	**37.836**	**33.544**
Circulante								35.834	31.900
Não Circulante								2.002	1.644

(1) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 1,90% a.a. (4,60% a.a. em 2019). (2) Inclui R$302 (R$302 em 2019) referente a energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE vinculadas a liminares de dezembro de 2002. (3) Outros - inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui o valor R$1.209 (R$902 em 2019) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante. (4) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Na constituição das perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência agravadas pelo cenário da pandemia do COVID-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador ao longo do exercício como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência, quando comparado com o mesmo período de 2019, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias passaram a ter a possibilidade de suspensão da energia a partir de 01 de janeiro de 2021. Outros fatores como as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores, aumento da arrecadação originada pelas medidas adotadas pela Companhia que vem demonstrar a recuperação gradual das atividades econômicas, contribuíram em muito pelas apurações das perdas no exercício. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas. Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**1.228**	**1.104**
Provisões constituídas no exercício [1]	2.311	625
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(1.074)	(501)
Saldo final- 2020 e 2019	**2.465**	**1.228**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	2.320	1.084
Outros créditos a receber	145	144

[1] Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R$2.311 (R$625 em 2019) inclui R$494 , decorrente do aumento de inadimplência identificado pelo impacto da COVID-19.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.066	6.531
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.672	3.079
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.624	1.163
Contribuições ao PIS e a COFINS	3.192	2.483
Outros	7	6
Total	**9.561**	**13.262**
Circulante	8.439	8.738
Não circulante	1.122	4.524

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. REAJUSTE E REVISÃO TARIFÁRIA E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

8.1. Reajuste tarifário: Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.560, de 18 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 22 de junho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de um acréscimo de 9,26%. **8.2. Revisão tarifária:** A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Resume-se, a seguir, a revisão tarifária em vigor:

Distribuidora	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (Início
ENF (*)	Resolução 2.628, de 17 de junho de 2020	2,39%	22 de junho de 2020

(*) A resolução 2.698, devido a pandemia do Covid-19, permitiu o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 da Companhia, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros. Os reajustes tarifários foram aplicados a partir do 01 de julho de 2020. **8.3. Bandeiras tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: Bandeira Tarifária Verde; Bandeira Tarifária Amarela; Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário. A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R$ 1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam: Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R$ 4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R$ 6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima. Em função da pandemia da COVID-19, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulgou medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Contudo, em reunião extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2020, a ANEEL decidiu reativar o sistema de bandeiras para o mês de dezembro de 2020 em razão da queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas associado a retomada do consumo de energia.

	2020	2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 1
Setembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Dezembro	Vermelha Patamar 2	Amarela

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação: A Companhia é suprida pela Enel RJ e o consumo dos últimos anos ficou dentro dos limites permitidos no contrato de compra e venda de energia elétrica, afastando qualquer impacto por exposição ou sobrecontratação.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão Conta Covid [vi]	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)											
Energia elétrica comprada para revenda	6.389	4.905	(5.508)	(5.268)	21	1.243	1.782	1.241	541	1.241	541
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	91	(34)	(79)	228	1	33	240	-	240	240	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.396	342	(2.326)	(1.151)	8	1.161	430	430	-	430	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (ii)	-	1.387	(100)	(664)	1	(531)	93	93	-	93	-
Saldo a compensar (iii)	52	143	(96)	-	1	(43)	57	41	16	49	8
CUSD	124	918	(607)	-	3	-	438	438	-	438	-
Efeitos postergação tarifária (iv)	-	94	-	(109)	-	15	-	-	-	-	-
Total Ativo	**9.052**	**7.755**	**(8.716)**	**(6.964)**	**35**	**1.878**	**3.040**	**2.243**	**797**	**2.491**	**549**

Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão Conta Covid [vi]	Resultado financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)											
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(47)	-	-	-	1.161	1.114	-	1.114	1.054	60
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	241	(135)	-	3	33	142	142	-	142	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	(1.242)	-	-	(1)	1.243	-	-	-	-	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (ii)	514	195	(15)	-	4	(531)	167	-	167	167	-
Devoluções Tarifárias (v)	516	417	(463)	-	6	-	476	235	241	361	115
Saldo a Compensar (iii)	75	(33)	-	-	1	(43)	-	-	-	-	-
Efeitos postergação tarifária (iv)	-	-	-	-	-	15	15	-	15	15	-
Total Passivo	**1.105**	**(469)**	**(613)**	**-**	**13**	**1.878**	**1.914**	**377**	**1.537**	**1.739**	**175**
Saldo líquido	**7.947**	**8.224**	**(8.103)**	**(6.964)**	**22**	**-**	**1.126**	**1.866**	**(740)**	**752**	**374**

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. **(ii) Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas. **(iii) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior: c**onforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada. **(iv) Efeitos postergação tarifárias:** devido a pandemia da COVID-19, a Companhia que passou por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitou a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em iguais montantes financeiros. **(v) Devoluções Tarifárias: r**eferem-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, atualizadas mensalmente e que estão sendo amortizadas em decorrência da assinatura do Novo Termo Aditivo. **(vi) Adesão a CONTA COVID:** A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA COVID no valor máximo de R$6.964 destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais todo o montante já recebidos, conforme Despachos ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020 e nº 2.353 de 11 de agosto de 2020. A criação da CONTA COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B. O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950/2020, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A,

adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados. De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

10. OUTROS CRÉDITOS

	2020	2019
Subvenção Baixa Renda [1]	447	340
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	965	1.008
Ordens de alienação e desativação em curso	78	65
Adiantamentos	846	841
Subvenção CDE - Desconto Tarifário [2]	444	591
Créditos com terceiros -Alienação de bens e direitos	1.517	1.579
Despesas pagas antecipadamente	375	370
Outros [3]	15	63
Total - Circulante	**4.687**	**4.857**

[1] **Subvenção Baixa renda**: esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro/2019. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo. Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial -2019 e 2018	340	333
Subvenção Baixa Renda	3.336	1.922
Ressarcimento e compensações realizadas pela CCEE-	(3.229)	(1.915)
Saldo final -2020 e 2019	**447**	**340**

[2] **Subvenção CDE** - **Desconto Tarifário**: refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte. Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**591**	**374**
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	3.436	4.048
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(3.583)	(3.831)
Saldo final - 2020 e 2019	**444**	**591**

[3] **Outros** - Inclui outras contas a receber de R$145 (R$144 em 2019) de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e R$1 referente a compartilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas: • Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB); • Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO); • Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE); • Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF); • Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO); • Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC); • Energisa Serviços Aéreos S/A; • Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda; • Energisa Soluções S/A (ESO); • Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; • Energisa Geração Usina Maurício S/A; • Parque Eólico Sobradinho Ltda; • Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e • Voltz Capital S/A. A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue: Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A: • Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; • Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A; • Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A; • Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (nova denominação da Energisa Transmissora de Energia I). Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A: • Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS); • Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); • QMRA Participações S/A; e Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A: • Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol). Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Comissão aval e debentures (Despesas financeiras) [3]	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar aval e debêntures - outras contas a pagar [3]
ENERGISA S/A [1]	(1.332)	(1.647)	(148)	(10.318)
Multi Energisa S/A [4]	(589)	-	(94)	-
Energisa Soluções S/A [2]	(1.587)	-	(15)	-
Alsol Energias Renováveis S/A [5]	(109)	-	-	-
2020	**(3.617)**	**(1.647)**	**(257)**	**(10.318)**
2019	**(3.811)**	**(1.308)**	**(655)**	**(45)**

(1) **Energisa S/A**: refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL. (2) **Energisa Soluções S/A:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. A Companhia efetuou a 2ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa n°19. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R$10.259. Além disto, inclui o custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 2020 é de R$59 (R$45 em 2019). (3) **Multi Energisa S/A:** refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. (4) **Alsol Energias Renováveis S/A:** refere-se a serviços de execução do projeto de P&D. **Remuneração dos administradores**

	2020	2019
Remuneração Anual (a)	1.011	1.011
Remuneração da Diretoria	333	660
Outros Benefícios (b)	154	188

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2020 foi aprovado na AGE de 30/04/2020. **(b)** Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes, relativa ao mês de dezembro, foram de R$19 e R$9 (R$19 e R$11 em 2019), e a média em 2020 foi de R$14 (R$15 em 2019).

Programa de Remuneração Variável (ILP): A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. O 1 º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 2.955 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 2.507 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2020. A partir do exercício de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	2.955	2.507
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco [a]	8,2%	7,7%
Volatilidade [b]	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R$ 44,25	R$ 54,97

(a) Para o 1º Progrma a Taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa a Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Progama - D11J2022); (b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total Shareholder Return (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados. No exercício de 2020, foram contabilizados R$128 (R$44 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de custos e despesas operacionais. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula ao final de 31 de dezembro de 2020 foi de R$192 (R$64 em 2019).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2020	2019
Ativo		
Imposto de renda s/ prejuízos fiscais	276	2.559
Contribuição social s/ base negativa	-	749
Ativo - Diferenças temporárias		
Imposto de Renda	1.990	1.598
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido	717	575
Total - não circulante	**2.983**	**5.481**
Passivo - Diferenças temporárias		
Imposto de Renda	4.382	7.510
Contribuição Social s/o Lucro Líquido	1.578	2.704
Total - não circulante	**5.960**	**10.214**
Total Líquido - Ativo e (passivo) não circulante	**(2.977)**	**(4.733)**

As diferenças temporárias são como segue:

	2020		2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	1.102	276	10.234	2.559
Base negativa da contribuição social	-	-	8.323	749
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	4.303	1.463	3.008	1.023
Provisão ajuste atuarial	891	303	826	281
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	2.465	838	1.228	418
Marcação a mercado da dívida	-	-	743	253
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.	276	94	551	187
Ajustes a valor presente	26	9	33	11
Outras exclusões temporárias	(738)	(251)	(356)	(122)
Marcação a mercado - derivativos	-	-	(10.948)	(3.722)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(16.790)	(5.709)	(18.736)	(6.370)
Total passivo e ativo não circulante	**8.465**	**(2.977)**	**(5.094)**	**(4.733)**

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2021	523
2022	267
2023	248
2024	250
2025 e 2026	543
2027 a 2030	1.152
Total	**2.983**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2020	2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	15.801	18.986
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	**(5.372)**	**(6.455)**
Ajustes:		
Despesas Indedutíveis (doações, brindes, multas, etc.)	(152)	(165)
Incentivo fiscal - Lei do Bem	259	285
Outras exclusões permanentes	239	144
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(5.026)**	**(6.191)**
Alíquota efetiva	31,81%	32,61%

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela companhia e a ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$161 (R$149 em 2019). Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2020	2019
Ativo financeiro valor justo - 2019 e 2018	**3.927**	**3.409**
Adições no exercício [1]	2.649	369
Baixas no exercício	(23)	-
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão [2]	161	149
Ativo financeiro valor justo - não circulante - 2020 e 2019	**6.714**	**3.927**

(1) Adições no exercício - refere-se as transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.
(2) Receita operacionai - os ativos financeiros indenizável da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2019	Adição	Transferências [1]	Baixas [2]	Saldos em 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	3.492	16.375	(14.242)	(2.656)	2.969
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	3.583	198	(160)	(7)	3.614
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**(91)**	**16.177**	**(14.082)**	**(2.649)**	**(645)**

	Saldos em 2018	Adição	Transferências [1]	Baixas [2]	Saldos em 2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	2.570	10.660	(9.367)	(371)	3.492
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	3.852	(91)	(176)	(2)	3.583
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**(1.282)**	**10.751**	**(9.191)**	**(369)**	**(91)**

(1) O montante de R$14.082 (R$9.191 em 2019) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão. (2) As baixas no montante de R$2.649 (R$369 em 2019) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Terrenos		44	-	-	-	44
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,98%	1.988	-	-	-	1.988
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	399	-	-	-	399
Máquinas e Equipamentos	9,29%	2.887	-	180	-	3.067
Móveis e utensílios	6,25%	1.028	-	273	-	1.301
Total do imobilizado em serviço		**6.346**	**-**	**453**	**-**	**6.799**
Depreciação acumulada						
Reservatório, Barragens e Adutoras		(707)	-	-	-	(707)
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(192)	-	-	-	(192)
Máquinas e Equipamentos		(1.875)	-	-	(143)	(2.018)
Móveis e utensílios		(736)	-	-	(40)	(776)
Total Depreciação acumulada		**(3.510)**	**-**	**-**	**(183)**	**(3.693)**
Subtotal Imobilizado		2.836	-	453	(183)	3.106
Imobilizado em curso		(135)	937	(478)	-	324
Total Ativo Imobilizado		**2.701**	**937**	**(25)**	**(183)**	**3.430**

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2019
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Terrenos		44	-	-	-	44
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,98%	1.988	-	-	-	1.988
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	399	-	-	-	399
Máquinas e Equipamentos	9,28%	2.716	-	171	-	2.887
Móveis e utensílios	6,25%	1.007	-	21	-	1.028
Total do imobilizado em serviço		**6.154**	**-**	**192**	**-**	**6.346**
Depreciação acumulada						
Reservatório, Barragens e Adutoras		(707)	-	-	-	(707)
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(192)	-	-	-	(192)
Máquinas e Equipamentos		(1.735)	-	-	(140)	(1.875)
Móveis e utensílios		(699)	-	-	(37)	(736)
Total Depreciação acumulada		**(3.333)**	**-**	**-**	**(177)**	**(3.510)**
Subtotal Imobilizado		2.821	-	192	(177)	2.836
Imobilizado em curso		-	57	(192)	-	(135)
Total Ativo Imobilizado		**2.821**	**57**	**-**	**(177)**	**2.701**

16. INTANGÍVEL

	2020	2019
Intangível - contrato de concessão	107.517	101.631
Intangível - direito	826	617
Intangível - software	1.327	1.459
Total	**109.670**	**103.707**

16.1. Intangível - Contrato de concessão

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2019	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2020
Intangível Em Serviço						
Custo	4,15%	189.431	14.242	(1.332)	-	202.341
Amortização Acumulada		(80.536)	-	924	(8.231)	(87.843)
Subtotal		108.895	14.242	(408)	(8.231)	114.498
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,81%	11.243	160	-	-	11.403
Amortização Acumulada		(3.979)	-	-	(443)	(4.422)
Subtotal		7.264	160	-	(443)	6.981
Total Ativo Intangível - Contrato de concessão		**101.631**	**14.082**	**(408)**	**(7.788)**	**107.517**

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção; (2) As baixas no montante de R$408 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$75 (R$67 em 2019).

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2018	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2019
Intangível Em Serviço						
Custo	4,08%	182.743	8.718	(2.030)	-	189.431
Amortização Acumulada		(73.979)	-	1.401	(7.958)	(80.536)
Subtotal		108.764	8.718	(629)	(7.958)	108.895
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,79%	11.067	176	-	-	11.243
Amortização Acumulada		(3.537)	-	-	(442)	(3.979)
Subtotal		7.530	176	-	(442)	7.264
Total Ativo Intangível - Contrato de concessão		**101.234**	**8.542**	**(629)**	**(7.516)**	**101.631**

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção; (2) As baixas no montante de R$629 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$67 (R$58 em 31 de dezembro de 2018).
Obrigações vinculadas a concessão: A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,15% (4,08% em 2019). O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2020	2019
Contribuição do consumidor [1]	13.240	13.042
Participação da União - recurso CDE [2]	230	230
Receitas de Ultrapassagem de Demanda [3]	1.556	1.556
(-) Amortização acumulada	(4.422)	(3.979)
Total	**10.604**	**10.849**
Alocação:		
Contas a receber do ativo financeiro indenizável da concessão	9	2
Infraestrutura - Intangível em serviço	6.981	7.264
Infraestrutura - Ativo contratual - infraestrutura em construção	3.614	3.583
Total	**10.604**	**10.849**

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. (3) **Receitas de Ultrapassagem de Demanda:** a Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA) - devoluções tarifárias conforme determina a Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016.

16.2. Intangível - Direito de uso: Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Saldos em 2020
Intangível - direito de uso - Imóveis					
Custo	23,30%	874	538	-	1.412
Amortização Acumulada		(257)	-	(329)	(586)
Total		**617**	**538**	**(329)**	**826**

	Taxa média de Amortização (%)	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Amortização	Saldos em 2019
Intangível - direito de uso - Imóveis					
Custo	29,41%	706	168	-	874
Amortização Acumulada		-	-	(257)	(257)
Total		**706**	**168**	**(257)**	**617**

16.3. Intangível - Software

	Taxa média de Amortização	Saldos 2019	Adição	Transferência	Amortização	Saldos 2020
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	5.012	-	70	-	5.082
Amortização Acumulada		(3.553)	-	-	(460)	(4.013)
Em curso		-	303	(45)	-	258
Total		**1.459**	**303**	**25**	**(460)**	**1.327**

	Taxa média de Amortização	Saldos 2018	Transferência	Amortização	Saldos 2019
Intangível - software e outros					
Custo	20,00%	4.363	649	-	5.012
Amortização Acumulada		(3.066)	-	(487)	(3.553)
Total		**1.297**	**649**	**(487)**	**1.459**

17. FORNECEDORES

	2020	2019
Enel RJ - CUSD [1]	4.499	3.805
Contratos bilaterais [1]	14.853	9.067
Materiais, serviços e outros [2]	2.721	3.169
Total	**22.073**	**16.041**
Circulante	21.347	15.364
Não circulante	726	677

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição da distribuidora Enel RJ, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
(2) Referem-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	809	-	(342)	(32)	31	-	-	466
TJLP e TLP	270	-	(269)	(14)	13	-	-	-
CDI	39.933	43.333	(24.871)	(995)	2.479	-	-	59.879
Gastos com captação	(7)	-	-	-	27	(40)	-	(20)
Cesta de moedas	109	-	(140)	(10)	41	-	-	-
Total do custo	**41.114**	**43.333**	**(25.622)**	**(1.051)**	**2.591**	**(40)**	**-**	**60.325**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	51.557	-	(62.025)	(510)	10.978	-	-	-
Marcação a mercado	743	-	-	-	-	-	(743)	-
Total ao valor justo	**52.300**	**-**	**(62.025)**	**(510)**	**10.978**	**-**	**(743)**	**-**
Total	**93.414**	**43.333**	**(87.647)**	**(1.561)**	**13.569**	**(40)**	**(743)**	**60.325**
Circulante	25.659							50.042
Não circulante	67.755							10.283

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo							
Moeda Nacional							
Pré Fixado	1.204	-	(394)	(49)	48	-	809
TJLP e TLP	538	-	(268)	(44)	44	-	270
CDI	37.901	15.000	(12.993)	(2.721)	2.746	-	39.933
Gastos com captação	(13)	-	-	-	6	-	(7)
Cesta de moedas	211	-	(107)	(18)	23	-	109
Total do custo	**39.841**	**15.000**	**(13.762)**	**(2.832)**	**2.867**	**-**	**41.114**
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	49.575	-	-	(2.284)	4.266	-	51.557
Marcação a mercado	865	-	-	-	-	(122)	743
Total ao valor justo	**50.440**	**-**	**-**	**(2.284)**	**4.266**	**(122)**	**52.300**
Total	**90.281**	**15.000**	**(13.762)**	**(5.116)**	**7.133**	**(122)**	**93.414**
Circulante	13.815						25.659
Não circulante	76.466						67.755

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total 2020	Total 2019	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)(**)	Garantias [1]
FIDC Grupo Energisa III	-	1.545	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
Repasse BNDES I - Itaú	-	191	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	9,62%	A
Repasse BNDES II - Itaú	-	109	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	3,85%	A
Repasse BNDES III - Itaú	-	79	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	10,82%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	-	126	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú	466	683	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
Nota Taxa Flutuante FNR - Santander [3 e 5]	-	23.344	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	4,09%	A
FRN 4131519 [3]	15.029	15.044	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	3,57%	A
FRN 4137167	12.198	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	6,87%	A
FRN 4137163	12.198	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87%	A
CCB Safra 001660057	20.454	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	5,27%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(20)	(7)					-
Total em Moeda Nacional	**60.325**	**41.114**					
Resolução 4131 - Citibank [2, 3 e 5]	-	51.557	LIBOR + 0,65 a.a 1,62% a.a.	set/22	Final	29,86% a 30,83%	A
Marcação à Mercado de Dívida [4]	-	743					
Total em Moeda Estrangeira	-	52.300					
Total	**60.325**	**93.414**					

(*) A = Aval Energisa S.A., R = Recebíveis. (**) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. (1) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R$534 em 2019, registrados na rubrica, "mantidas até o vencimento" no ativo não circulante. (2) Os referidos contratos possuem proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo. (3) Condições de *covenants* - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	4,25x até dez/20; 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. (4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 31). (5) Em 16 de Março e 24 de Abril de 2020 os contratos a Companhia efetuou a liquidação antecipada dos contratos no valor de R$86.272. Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2020	2019
US$ x R$	28,93%	4,02%
TJLP	4,87%	6,17%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%
UMBNB	0,10%	0,08%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	10.162
2023	90
2024	31
Total	10.283

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado					
CDI	41.300	(679)	1.136	-	41.757
IPCA	10.000	-	259	-	10.259
Gastos com captação	-	-	48	(514)	(466)
Total do custo	**51.300**	**(679)**	**1.443**	**(514)**	**51.550**
Circulante					454
Não circulante					51.096

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2020	Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	15.159	15/02/2020	15.000 / 15.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	3,72%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	26.598	15/02/2020	26.300 / 26.300	CDI + 1,15% a.a.	fev / 25	Final	3,92%
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	1.169	11/10/2020	1.140 / 1.140	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	9.090	11/10/2020	8.860 / 8.860	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%
Custo de captação incorrido na contratação	(466)						
Total	**51.550**						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou a 1ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de valor de R$41.300, sendo R$15.000 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de fevereiro de 2023 e remuneração de CDI mais 0,95% a.a.; R$26.300 referente a 2ª Série com vencimento em 15fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,15% a.a.. Os recursos foram utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A. Em 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 2ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R$10.000 sendo: R$1.140 referente a 1ª Série com vencimento em 11 de outubro de 2027 e remuneração de IPCA mais 4,2297% a.a.; R$8.860 referente a 2ª Série com vencimento em 11 de outubro de 2030 e remuneração de IPCA mais 4,4744% a.a.. Os recursos foram para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A. **Condições de *covenants:*** As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a:4,25 até dez/20; 4,0 de março/21 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. Vencimentos: As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2023	14.938
2025	26.263
Após 2025	9.895
Total	**51.096**

20. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a serem prestadas, por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos, concluindo quanto sua imaterialidade para as Demonstrações Financeiras do exercício. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. As movimentações do exercício são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2019	Adição	Amortização	Juros	Saldo em 2020
Imóveis	6	8,89%	**633**	538	(287)	(25)	859
Total			**633**				**859**
Circulante			**240**				280
Não circulante			**393**				579

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Adoção Inicial em 01/01/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldo em 2019
Imóveis	6	8,89%	706	168	(299)	58	633
Total							**633**
Circulante							240
Não circulante							393

Em 31 de dezembro de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	81
2023	67
Após 2024	431
Total	**579**

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2020	2019
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	1.895	943
Encargos sociais	513	479
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	270	420
Contribuição social s/ o lucro líquido - CSLL	97	186
Contribuições ao PIS e a COFINS	2.372	1.404
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	142	133
Outros	162	198
Total	**5.451**	**3.763**
Circulante	3.773	2.487
Não circulante	1.678	1.276

(*) Inclui R$1.209 (R$902 em 2019), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares (vide nota explicativa nº 6).

22. ENCARGOS SETORIAIS

	2020	2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	59	53
Ministério de Minas e Energia - MME	29	27
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	86	319
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D [1]	1.674	1.537
Programa de Eficiência Energética - PEE [1]	1.150	700
Total	**2.998**	**2.636**
Circulante	1.138	1.406
Não circulante	1.860	1.230

[1] Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscais. **Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Cíveis	Fiscais	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**533**	**18**	**551**	**706**
Constituições de provisões	276	-	276	298
Reversões de provisões	(361)	(5)	(366)	(276)
Pagamentos realizados	(199)	-	(199)	(193)
Atualização monetária	14	-	14	16
Saldo final - 2020 e 2019	**263**	**13**	**276**	**551**
Cauções e depósitos vinculados (*)			-	-

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R$2.311 (R$2.131 em 2019).
Cíveis: Nos processos cíveis discutem-se especialmente indenizações envolvendo: (i) recuperação de consumo; (ii) suspensão de fornecimento; (iii) reclamação de consumo; (iv) danos elétricos. **Fiscais:** Refere-se a discussões relacionadas principalmente a ISS. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento. **Perdas possíveis:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível e, consequentemente, não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**116**	**7.404**	**30.248**	**37.768**	**44.973**
Novos processos	-	579	-	579	2.324
Mudança de prognóstico e valores pedidos	-	91	(4.317)	(4.226)	(10.440)
Encerramento	(86)	(691)	-	(777)	(1.219)
Atualização monetária	4	303	815	1.122	2.130
Saldo final - 2020 e 2019	**34**	**7.686**	**26.746**	**34.466**	**37.768**

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhistas:** As ações de natureza trabalhista referem-se a discussão sobre rescisão advinda de demissão por justa causa. **Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; Interrupção de fornecimento e danos elétricos. **Fiscais:** As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se as discussões sobre: (i) a exigência do ICMS incidente sobre os valores subvencionados pelo poder público em razão da tarifa diferenciada vigente para os consumidores de baixa renda; (ii) a quebra do diferimento do ICMS nas operações de venda de energia elétrica isenta ou não tributada; e (iii) cobrança de crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$63.343 (R$63.343 em 2019) e está representando por 30.116 ações ordinárias (30.116 em 2019) todas nominativas e sem valor nominal. **24.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio:**

	2020	2019
Reserva especial de ágio [1]	11.065	11.065
Remuneração de imobilização	179	179
Programa de remuneração variável (ILP) [2]	192	64
Outras reservas de capital	4	4
Total	**11.440**	**11.312**

(1) **Reserva especial de ágio -** Constituída em face da incorporação da controladora. Representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia à medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente ao ágio que lhe deu origem. (2) **Programa de remuneração variável - ILP** - refere-se a implementação do Programa Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).
24.3. Reserva de lucros - reserva legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **24.4. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a distribuição de dividendos:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	10.775	12.795
Reserva legal (5%)	(539)	(640)
Lucro líquido ajustado	**10.236**	**12.155**
Dividendos obrigatórios (25%)	2.559	3.039
• Valores pagos em 25 de março de 2020 - R$64,604021450 por ação ordinária [1]	1.946	-
• Valores pagos em 12 de novembro de 2020 - R$1,5486452384 por ação ordinária [1]	46	-
• Dividendos a pagar a R$18,81782707 por ação ordinária	567	-
• Dividendos adicionais propostos R$254,9114813 (R$85,982218422 em 2019) por ação [2]	7.677	2.589
• Em 26 de junho de 2019 - R$155,0481212644) por ação	-	4.670
• Em 21 de agosto de 2019 - R$64,7540805551) por ação	-	1.950
• Em 11 de novembro de 2019 - R$97,8340652809) por ação	-	2.946
Total dos dividendos	**10.236**	**12.155**
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(1) Os dividendos antecipados aprovados pelas Reuniões de Diretoria de 12 de março de 2020, 12 de novembro de 2020 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2020 e 30 de setembro de 2020, respectivamente. (2) Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.
24.5. Outros resultados abrangentes: Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	1.042	744
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	47	452
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefício pós-emprego	(16)	(154)
Saldo final - 2020 e 2019	1.073	1.042

25. RECEITA OPERACIONAL

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	98.541	172.068	148.321	96.683	165.531	138.360
Industrial	718	22.084	20.052	712	26.251	22.168
Comercial	10.274	58.014	56.880	10.255	67.237	62.915
Rural	1.271	5.242	4.345	1.260	5.515	4.190
Poder público	393	5.554	5.343	392	7.330	6.694
Iluminação pública	13	18.947	10.946	13	19.332	10.696
Serviço público	135	8.283	7.529	132	8.721	7.276
Consumo próprio	20	250	-	20	299	-
Subtotal	**111.365**	**290.442**	**253.416**	**109.467**	**300.216**	**252.299**
Fornecimento não faturado líquido	-	(351)	638	-	289	1.719
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	12	-	18.045	9	-	15.861
Receita de construção da infraestrutura[1]	-	-	16.112	-	-	8.438
Penalidades regulatórias	-	-	(454)	-	-	(189)
Receita de Ativo Financeiro Indenizável da Concessão	-	-	161	-	-	149
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	121	-	-	730
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	6.772	-	-	5.970
Outras receita operacionais	-	-	3.992	-	-	4.256
Total - receita operacional bruta	**111.377**	**290.091**	**298.803**	**109.476**	**300.505**	**289.233**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	69.893	-	-	67.722
PIS	-	-	4.615	-	-	4.525
COFINS	-	-	21.257	-	-	20.843
ISS	-	-	191	-	-	197
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT [2]	-	-	(496)	-	-	2.796
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	656	-	-	637
Encargos de consumidor - Procel	-	-	164			159
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-		-	17.573	-	-	20.256
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	329	-	-	318
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos - FNDCT	-	-	329			318
Ministério das Minas e Energisa - MME	-	-	164			160
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	256	-	-	250
Total - dedução receita operacional	**-**	**-**	**114.931**	**-**	**-**	**118.181**
Total - receita operacional líquida	**111.377**	**290.091**	**183.872**	**109.476**	**300.505**	**171.052**

(1) Receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as Bandeiras Tarifárias em 2020 foram de R$1.068 (R$4.407 em 2019) tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o montante de R$496 (R$2.796 em 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$1.564 (R$ 1.611 em 2019).

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda	77.987	-	-	-	77.987	76.606
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	34.480	-	-	-	34.480	30.444
Pessoal e administradores	-	5.556	83	3.518	9.157	10.404
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	128	128	44
Benefício pós-emprego	-	84	36	53	173	178
Material	-	908	22	799	1.729	1.682
Serviços de terceiros	-	4.862	-	4.443	9.305	10.082
Depreciação e amortização	-	8.047	-	638	8.685	8.370
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	2.311	-	-	2.311	625
Reversão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(289)	(289)	(171)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	16.112	-	16.112	8.438
Outros	-	242	1	1.024	1.267	1.705
Total	**112.467**	**22.010**	**16.254**	**10.314**	**161.045**	**148.407**

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH (*)		R$	
	2020	2019	2020	2019
Energia bilateral	297.833	307.940	83.596	81.492
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	7.180	7.397	2.342	2.923
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(7.951)	(7.809)
Total	**305.013**	**315.337**	**77.987**	**76.606**

(*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

27. OUTROS RESULTADOS

	2020	2019
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	1.159	465
	1.159	**465**
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(2.106)	(337)
Outras	-	(150)
	(2.106)	**(487)**
Total	**(947)**	**(22)**

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.029	1.687
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	1.798	2.748
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	35	354
Juros Selic sobre impostos a recuperar	224	(26)
Atualização depósito judicial	39	28
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(150)	(242)
Outras	96	419
Total das receitas financeiras	**3.071**	**4.968**
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(4.324)	(5.133)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(10.688)	(2.000)
(-) Transferência para ordens em curso	97	23
Marcação a mercado da dívida	743	122
Marcação a mercado de derivativos	(743)	(122)
Instrumentos financeiros derivativos	9.699	1.261
Ajuste a valor presente - AVP	6	(11)
Comissão de aval	(1.388)	(1.308)
Despesas bancárias	(290)	(246)
Atualização PEE e P&D	(39)	(80)
Atualização monetária de provisão para riscos	(14)	(16)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(13)	(103)
Juros e multas	(356)	(205)
Outras	(1.840)	(787)
Total das despesas financeiras	**(9.150)**	**(8.605)**
Despesas financeiras líquidas	**(6.079)**	**(3.637)**

29. LUCRO POR AÇÃO

Cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	10.775	12.795
Média ponderada das ações	30	30
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	359,17	426,50

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 2020	Prêmio Anual 2019
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	34	59
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	32	43
Auto - Frota	23/10/2021	Até 360 / veículo	5	18
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	8.736	26	20
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	3	3
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	**1**	1
Transporte **Nacional**	**04/04/2021**	Até 2.000 / viagem	**1**	-
			102	**144**

(*) Importância segurada relativa ao mês de Janeiro de 2021 e projeção de prêmio atualizada.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R$161 (R$149 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

		2020		2019	
ATIVO	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		8.021	8.021	12.975	12.975
Consumidores e concessionárias		37.836	37.836	33.544	33.544
Ativos financeiros setoriais		3.040	3.040	9.052	9.052
		48.897	**48.897**	**55.571**	**55.571**
Valor justo por meio do resultado:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	64.283	64.283	21.792	21.792
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	6.714	6.714	3.927	3.927
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	11.454	11.454
		70.997	**70.997**	**37.173**	**37.173**

		2020		2019	
PASSIVO	**Nível**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Custo amortizado:					
Fornecedores		22.073	22.073	16.041	16.041
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		111.875	111.981	93.414	93.318
Passivos financeiros setoriais		1.914	1.914	1.105	1.105
Arrendamentos operacionais		859	859	633	633
		136.721	**136.827**	**111.193**	**111.097**
Valor justo por meio de resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	506	506

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de "swap" e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de "hedge") para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como "hedge accounting". Em 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do "hedge") estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de "hedge" a Companhia documentou: (i) a relação de "hedge"; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o "hedge" e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do "hedge". Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado em R$743 (R$122 em 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecida no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de capital:**

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2020	2019
Dívida [1]	111.875	93.414
Caixa e equivalentes de caixa	(8.021)	(12.975)
Dívida líquida	**103.854**	**80.439**
Patrimônio líquido	93.501	87.715
Índice de endividamento líquido	**1,11**	**0,92**

[1] A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo e encargos de dívidas (excluindo derivativos), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18.

a) Risco de liquidez: A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		21.347	-	-	-	726	22.073
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	4,47%	34.560	19.029	31.389	30.294	14.810	130.082
Total		**55.907**	**19.029**	**31.389**	**30.294**	**15.536**	**152.155**

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida por consequência é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seu contrato de compra de energia, reduza exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. A Companhia tem contrato de suprimento com a distribuidora que supre parte da região, contudo esse evento tende a não prospectar risco. Com base no histórico a carga demanda foi amplamente atendida e não gerou efeito de exposição ou sobrecontratação de energia elétrica. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	8.021	12.975
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	64.283	21.792
Consumidores e concessionárias	6	37.836	33.544
Ativos financeiros setoriais	9	3.040	9.052
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	6.714	3.927
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	11.454

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia não são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 28,93% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R$5,1967 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2020 era de 14,12%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 era de 10,37%. Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia já deduzidos dos custos a apropriar, em 2020, de R$112.361(R$93.421 em 2019), (R$52.300 em 2019) estão representados em dólares, conforme nota explicativa nº18. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira suscetíveis à variação cambial. Em 31 de dezembro de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2020	2019
Ativo não circulante	-	11.454
Passivo circulante	-	506

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Option	**2020**	**2019**	**Descrição**	**2020**	**2019**
Dívida designada para "Fair Value Option"	-	41.344	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	(52.294)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	52.294
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Derivativo)	-	41.344	Taxa de Juros CDI	-	(41.346)
			Posição Líquida Swap	-	10.948
			Posição Líquida Dívida + Swap	-	(41.346)

O valor justo dos derivativos contratados, pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes considerадas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram

obtidas na BM&F. a) **Variação das taxas de juros:** Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,77% e TJLP = 4,87% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	68.308	Alta CDI	1.366	1.708	2.049
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(101.636)	Alta CDI	(2.033)	(2.541)	(3.050)
	(10.259)	Alta IPCA	(464)	(580)	(696)
Subtotal (**)	**(111.895)**		**(2.497)**	**(3.121)**	**(3.746)**
Total - (Perdas)	(43.587)		(1.131)	(1.413)	(1.697)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (2,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2020, TJLP 4,55%. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$466.

Gestão de risco de capital: O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrenar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

32. BENEFÍCIOS PÓS- EMPREGO

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de 1 plano de benefício previdenciário a seus empregados, administrado pela EnergisaPrev, - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar, de modalidade de contribuição definida, aberto ao ingresso de novos participantes. I. Plano Energisa CD: O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, têm seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2020 o plano possui 15 (10 em 2019) participantes ativos e nenhum assistido ou pensionista. A Companhia reconheceu como despesa referente ao plano o montante de R$61 (R$53 em 2019). **b) Prêmio aposentadoria:** A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio. O saldo de patrocínio do prêmio monta em R$816 (R$826 em 2019) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R$82 (R$112 em 2019) e no não circulante R$734 (R$714 em 2019). Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia. A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

Reconciliação	2020	2019
Posição líquida em 2019 e 2018	**826**	**802**
Efeito em ORA	(122)	(101)
Efeito no resultado do exercício	112	125
Posição líquida em 2020 e 2019	**816**	**826**
Circulante	82	112
Não Circulante	734	714

Demonstração das despesas para os exercícios de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2021
Custo do serviço corrente (com juros)	37
Juros sobre as obrigações atuariais	45
Total da despesa bruta a ser reconhecida	**82**

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c) Plano de saúde:** A Companhia mantém benefício pós emprego - plano de saúde, em duas modalidades, conforme segue: • Reembolso de despesas médicas aos empregados lotados em sua sede, a razão de 60% do custo efetivo. Nessa modalidade, o desligamento e ou a aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício; • Benefício pós emprego e Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) de 2020 é de R$75 (em 2019 todo saldo havia sido revertido). Em 2019 foi registrado R$8 em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R$75 (R$351 em 2019) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as despesas com esse benefício foram de R$588 (R$575 em 2019). Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2020	2019
Valor presente das obrigações no início do ano	-	343
Juros sobre obrigação atuarial	-	8
(Ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	75	(351)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	75	-
Circulante	9	-
Não Circulante	66	-

Demonstração das despesas para o exercício de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

Descrição	2021
Custo do serviço corrente	4
Juros sobre as obrigações atuariais	5
Valor das obrigações calculadas no final do ano	9

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2020			2019	
	AUTO GESTÃO	SULAMERICA	CNU	AUTO GESTÃO	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS					
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	3,80%	3,80%	3,80%	3,39%	3,39%
Expectativa Real de Inflação Futura	3,00%	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	6,91%	6,91%	6,91%	7,01%	7,01%
Taxa de Crescimento de Benefícios	3,00%	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	7,12%	7,12%	7,12%	7,64%	7,64%

	2020			2019	
	AUTO GESTÃO	SULAMERICA	CNU	AUTO GESTÃO	SULAMERICA
Taxa de Rotatividade	5,50%	5,50%	5,50%	4,0%	4,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	0,00%	75,00%	75,00%	0,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	Nulo	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS					
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Média)	LIGHT (Média)
	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário
Método de Financiamento	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

	Contrato de compra de energia (*)				
Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
2021 a 2031	83.167	85.125	89.174	91.371	702.206

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2017 e foram homologados pela ANEEL.

34. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: 1. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança; 2. Os licenciamentos e gerenciamentos ambientais de empreendimentos e atividades atendem a todos os requisitos legais e normas aplicáveis; 3. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis; 4. Para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata ou área de preservação permanente, a empresa sempre estuda alternativas locacionais para desvio e apresenta aos órgãos ambientais os estudos necessários ao licenciamento/autorizações além das eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, para obter-se um diagnóstico favorável à sua execução. Para impactos mínimos necessários, são realizadas as devidas compensações, sempre promovendo plantio, recuperação de nascentes e cercamento de áreas para a promoção de regeneração natural. 5. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS. Todo o descarte de resíduos classe I é feito através de empresa especializada, devidamente licenciada junto ao órgão ambiental competente. A companhia possui implantada a coleta seletiva em suas unidades para separação e descarte dos resíduos classe II, realiza ainda logística reversa de materiais, possui caixas separadoras de água e óleo nas subestações de energia e Kits de emergência para vazamento de óleo e produtos químicos nas unidades. 6. Atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores. Todas as unidades possuem treinamento de poda para o corpo técnico. 7. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente. 8. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Através do Programa Nossa Energia, juntamente com o Programa de Eficiência Energética, a Companhia desenvolve ações nas comunidades para o consumo consciente e redução de consumo de energia, além de troca de equipamentos pouco eficientes por outros que promovam a otimização do consumo. 9. Contratação de fornecedores: contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida. 10. A Companhia realiza ações para redução da emissão de gases, possui política de renovação da frota, regra de velocidade máxima nos veículos, manutenção periódica, transporte solidário através do controle de viagens e procura utilizar o biocombustível. No exercício de 2020, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R$8.271 (R$5.682 em 2019), sendo R$7.822 (R$5.279 em 2019) alocados no ativo intangível e R$449 (R$403 em 2019) em custos e despesas operacionais.

(*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 2020 e 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2020	2019
Atividades operacionais		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de ativos	2.649	369
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	161	149
Fornecedores	1.259	496
Arrendamento mercantil - CPC 06(R2)	538	874
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	1.259	496
Arrendamento mercantil - CPC 06(R2)	538	874

36. ATAQUE CIBERNÉTICO

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novos ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia contratou consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses não tendo sido identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1. Bandeiras tarifárias: A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira amarela para o mês de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país. **37.2. Pagamento de dividendos do exercício 2020.** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2021, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2020, no montante de R8.244, equivalentes a R$273,7293053526 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 29 de março de 2021, com base na posição acionária da Companhia em 11 de março de 2021.

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Alves Mantovani - Diretor Presidente
Mauricio Perez Botelho - Diretor Financeiro
Fernando Cezar Maia - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Fabio Lancelotti - Diretor Técnico e Comercial
Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem designação específica
Vicente Côrtes de Carvalho
Contador - CRC-MG 042523/O-7 "S" RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.** Nova Friburgo - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

Mensagem do Presidente

Apresentar os resultados do **Grupo Energisa** em 2020 requer, inevitavelmente, avaliar o desempenho da companhia em meio aos impactos causados pela pandemia de COVID-19. Uma crise global sem precedentes que produziu efeitos devastadores sobre vidas humanas, com graves consequências na economia e nos negócios da Companhia. Na mesma medida, é fundamental exaltar a capacidade de adaptação e a agilidade com que as lideranças do Grupo e os nossos 19.946 colaboradores próprios e terceirizados encararam este cenário desafiador e construíram o resultado para o ano: EBITDA ajustado de R$ 4,3 bilhões, 13,6% acima do ano anterior, e lucro líquido de R$ 1,6 bilhão.

O primeiro desafio, sem dúvidas, foi entender como a **Energisa** poderia agir para resguardar a saúde das pessoas: colaboradores e seus familiares, parceiros e a sociedade de modo geral. Criamos protocolos rígidos de saúde, implementamos ferramentas para possibilitar o trabalho remoto e aceleramos o processo de digitalização no atendimento aos clientes. Contamos com o louvável empenho do nosso time de operações, com destaque para o trabalho das equipes de campo, para assegurar que o nosso serviço – essencial para sociedade – fosse mantido com qualidade e segurança.

Através do movimento *Energia do Bem* articulamos parceiros institucionais, voluntários e poder público para formar uma rede que pudesse responder às questões socioeconômicas mais prementes das regiões onde atuamos. Investimos cerca de R$ 8 milhões em iniciativas que resultaram em doações de 100 toneladas de alimentos, milhares de máscaras, centenas de respiradores para emergências dos hospitais, financiamento para pequenos e médios negócios em dificuldades, além de programação cultural em meio digital em apoio à classe artística.

Outro exemplo emblemático de como a nossa diretriz estratégica se traduz em ações práticas são as iniciativas em prol da descarbonização da Amazônia. Atualmente, parte dos nossos clientes na região é atendido por termoelétricas a diesel em sistemas isolados operadas por terceiros, ou seja, recebem uma fonte cara, poluente e não estão ligados ao Sistema Interligado Nacional. Estamos trabalhando para efetuar a interligação destas regiões e desligar plantas térmicas isoladas. Em 2020, desativamos 5 unidades. Até 2025, teremos desligado 19 térmicas isoladas. Em números, isso representa emissão evitada de 503 mil toneladas de CO_2, beneficiando diretamente 440 mil pessoas com acesso a uma energia de melhor qualidade e mais barata. A redução de custos anuais com subvenções pagas aos geradores térmicos é de R$ 665 milhões por ano ao término do programa, efeito que incidirá sobre as tarifas de todos os consumidores do Brasil.

A **Alsol**, empresa adquirida pela **Energisa** em 2019, pioneira em sistemas fotovoltaicos e geração distribuída de energia, também aponta para novas possibilidades em termos de opções de Energia 4D. No último ano, a empresa inaugurou seis fazendas solares em Minas Gerais e, em 2021, deve investir R$ 205 milhões, onde R$ 173 milhões serão usados para construir 15 novas plantas e alcançar a capacidade de gerar 73 MWp, energia suficiente para abastecer 70 mil residências que consomem em média 130 KWh/mês.

A **Alsol** também acaba de ser contemplada com o *Rushlight Awards*, uma premiação britânica que reconhece projetos de inovação e sustentabilidade. A iniciativa que alcançou este feito foi o *MoovAlsol*, o primeiro projeto de mobilidade elétrica do Brasil em que veículos elétricos são abastecidos com energia 100% solar. O potencial do mercado de veículos elétricos no Brasil é imenso e ainda está sendo explorado de forma incipiente.

Uma realização que nos traz muita inspiração é a implementação de uma rede *microgrid* movida a tecnologia fotovoltaica, baterias e biodiesel em Vila Restauração no estado do Acre, que fica no coração da Floresta Amazônica, para fornecer energia 24 horas a 600 pessoas que, até então, só tinham 3 horas diárias deste serviço. Este é um tipo de solução-piloto que pretendemos levar a outros locais não alcançados por redes elétricas e que pode impulsionar o desenvolvimento de regiões carentes de fornecimento de energia.

Nestes últimos anos, o **Grupo Energisa** vem avançando em integrar os aspectos ASG – Ambiental, Social e de Governança – na sua estratégia e inserir a sustentabilidade como um eixo do negócio. Em 2020, aderimos ao *Pacto Global da ONU*, assumindo o compromisso de orientar as operações em linha com os 10 princípios da agenda global de sustentabilidade. Além disso, em 2021, a empresa começará a reportar o seu relatório de sustentabilidade dentro do padrão *GRI (Global Reporting Initiative)*, o que significa que passamos a monitorar uma série de novos indicadores e os impactos das operações sobre o meio ambiente, economia e sociedade civil. Outra iniciativa é a adesão ao *Programa Brasileiro GHG Protocol* para contabilizar o inventário das emissões de gases de efeito estufa a partir das atividades do Grupo.

Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas para incrementar a robustez financeira do **Grupo Energisa**, com iniciativas de proteção ao caixa, como a captação de recursos de financiamento, a postergação de investimentos que não afetassem a continuidade das operações, a captação de recursos de capital de giro adicional, o alongamento da dívida de curto prazo e uma gestão ainda mais rígida de despesas e custos controláveis. Como resultado, concluímos o ano com um caixa de R$ 6,6 bilhões e uma redução de 11% no PMSO.

Por outro lado, foi preciso sensibilidade e uma série de ações para evitar a elevação demasiada do nível de inadimplência. A súbita retração econômica e a redução da renda da população, associadas ao fechamento de pontos de arrecadação como as casas lotéricas e bancos, num primeiro momento, provocaram dificuldades materiais e operacionais para o pagamento das faturas. Além disso, legislações em diferentes esferas restringiram temporariamente a possibilidade de corte de fornecimento por inadimplência.

A **Energisa** flexibilizou formas de pagamento e priorizou o atendimento via canais digitais, que ao final do ano passou a representar 76% do total de atendimentos, um crescimento de 10 p.p em relação ao período pré-pandemia. Ao final de 2020, a taxa de inadimplência consolidada do Grupo era de 1,64%, já em trajetória descendente em relação ao primeiro semestre.

Vale ressaltar que a dinâmica da economia nas áreas de atuação da **Energisa** possibilitou a manutenção de um crescimento diferenciado em relação à média nacional, com recuperação expressiva no 4º trimestre, quando os volumes de energia foram 5,2% maiores que no mesmo período de 2019, resultando em crescimento de 0,9% no ano, enquanto o mercado brasileiro apresentou uma retração de 1,6% no exercício. Este crescimento foi impulsionado especialmente pelo crescimento dos segmentos residencial e rural nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

É importante destacar também a manutenção dos indicadores de qualidade dos serviços em todas as 11 distribuidoras do Grupo, abaixo dos limites regulatórios do FEC, e em 9 delas abaixo dos limites regulatórios do DEC, atingindo em diversas empresas menores patamares históricos, mesmo durante um ano difícil de pandemia. As únicas duas exceções ocorreram com a **Energisa Rondônia** que, apesar da sua forte trajetória de melhora do DEC, ainda não alcançou este patamar, e com a Energisa Nova Friburgo, devido a um evento atípico e externo ao seu sistema elétrico. Aqui cabe um parêntese: a **Energisa Rondônia** e a **Energisa Acre** foram adquiridas recentemente, no final de 2018. Desde então, vêm passando por uma série de investimentos e mudanças na gestão para recuperar a saúde financeira e operacional, assim como fizemos com as concessionárias que pertenciam ao Grupo Rede e foram compradas pela **Energisa** em 2014. Hoje, estas empresas figuram entre as melhores do país, atestando a nossa capacidade de recuperar operações deficitárias e implementar novos modelos de gestão.

O plano de integração da **Energisa Acre** e **Energisa Rondônia** segue em curso e, neste ano, seus sistemas funcionarão em uma nova plataforma de TI com toda a suíte de ferramentas da **Energisa**, deixando-as em linha com o restante do Grupo.

A transformação digital do **Grupo Energisa** é um norte estratégico que visa aprimorar a eficiência operacional, a gestão de pessoas e a experiência dos nossos clientes, além de gerar inteligência e propiciar o desenvolvimento de novos negócios. A **Energisa** que vislumbramos no futuro é uma empresa que vai além da distribuição, geração e transmissão de energia, e se posiciona como uma plataforma de soluções *data driven*, com foco no cliente, em diálogo com o ecossistema do setor energético.

Nosso objetivo é ampliar o portfólio de soluções com um leque de ofertas de maior valor agregado através de modelos de negócios inovadores, centrados na transição energética que chamamos de *Energia 4D*, calcado em 4 pilares: Diversificação, Descentralização, Digitalização e Descarbonização.

Neste sentido, merece destaque a criação da *fintech* **Voltz**, que lançou a sua conta digital no início de 2021 e que irá oferecer serviços financeiros a clientes que atualmente estão fora do sistema bancário ou mal atendidos pelas instituições convencionais. A **Energisa** identificou um alto potencial de conversão dentro dos cerca de 20 milhões de habitantes em sua área de concessão, inicialmente focado no processo de meio de pagamento. Além disso, a nova empresa vai possibilitar transações dentro do sistema bancário, mantendo dentro do Grupo o volume de recursos que vinha sendo gasto com tarifas, emissão de boletos, taxas e outros custos bancários. De forma pioneira entre as empresas de serviço público, a Energisa introduziu em todas suas contas a possibilidade de pagamento com o PIX (forma de pagamento instantâneo do Banco Central do Brasil).

No segmento de transmissão, merece menção a conquista da **Energisa** no leilão do lote 11 promovido pela ANEEL, representando a incorporação de ativos que eram da empresa Amazonas Geração e Transmissão para a revitalização do atendimento à região metropolitana de Manaus e à região de Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas. A **Energisa** está presente neste segmento desde 2017 e agora passa a deter um total de 5 concessões de transmissão, com 1.761 km de extensão de linhas de transmissão. Em 2020, concluímos a entrega antecipada de dois projetos de transmissão nos estados de Goiás e Pará, viabilizando uma receita anual nestes projetos de R$ 95,6 milhões.

Todas estas realizações e resultados nos mantêm confiantes no propósito de ser protagonistas da transição energética do Brasil, criando a principal plataforma de energia do país, capaz de oferecer serviços completos, soluções sustentáveis de alta qualidade e boas experiências para o consumidor.

A **Energisa** é a maior empresa privada de capital nacional do setor elétrico e o 5º maior grupo de distribuição de energia elétrica do país. Estamos presentes em todas as regiões do Brasil e seguiremos atentos às oportunidades de mercado, sempre com a mesma ousadia e valores sólidos que marcam a nossa trajetória.

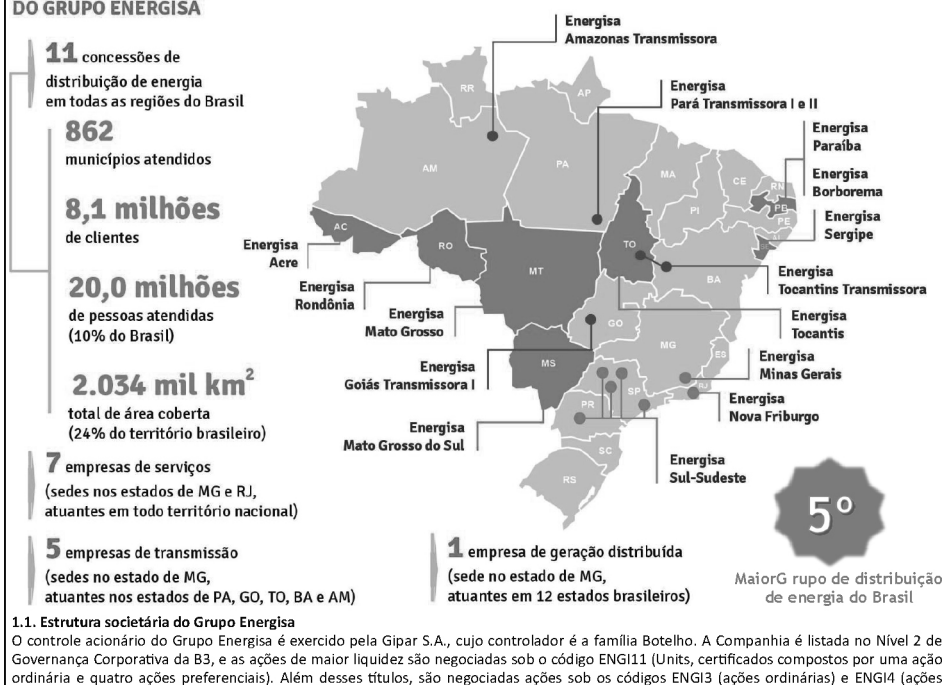
Ricardo Botelho
Presidente do Grupo Energisa
Cataguases, 11 de março de 2021.

1. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Grupo Energisa completou 116 anos em 26 de fevereiro de 2021 e é o quinto maior grupo distribuidor de energia elétrica do país, atendendo aproximadamente 8,1 milhões de consumidores em onze Estados ou o equivalente a 10% da população do Brasil.

A Companhia controla 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional.

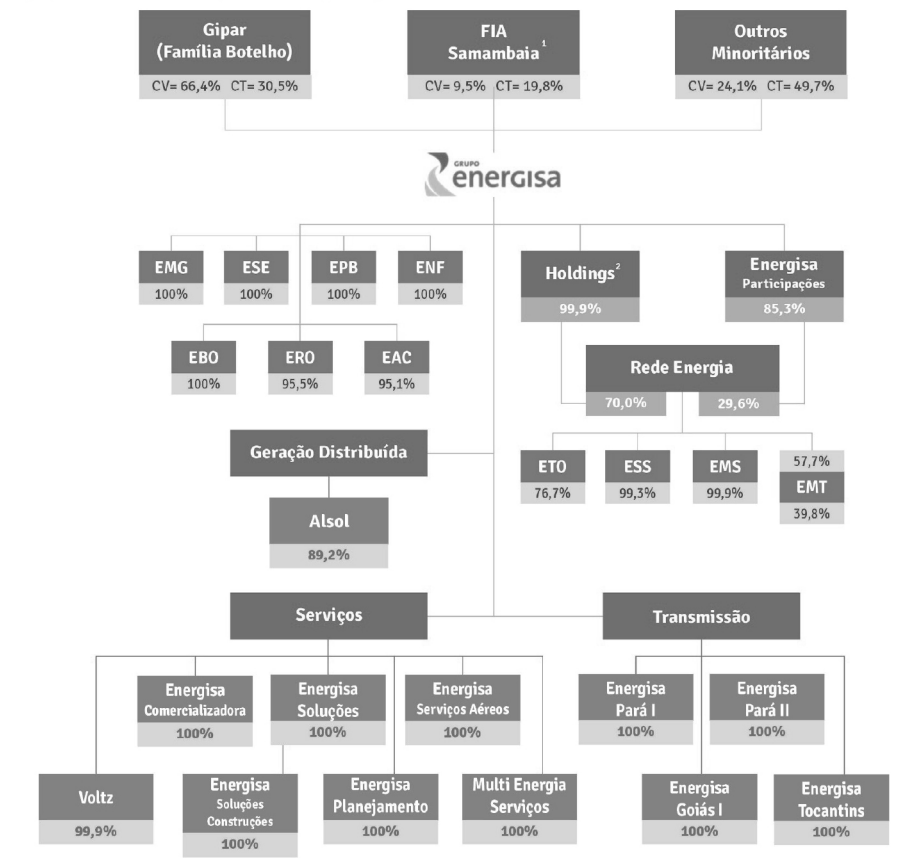
As atividades do Grupo Energisa também incluem a comercialização e a prestação de serviços relacionados à energia elétrica, a atuação no segmento de geração de energia elétrica distribuída, bem como ativos em transmissão de energia, decorrentes das adjudicações nos leilões de 2017, 2018 e 2020, isto é, Energisa Goiás Transmissora I, em operação desde 13 de março de 2020, Energisa Pará Transmissora I, em operação desde 2 de novembro de 2020, e três projetos em construção: Energisa Para Transmissora II, Energisa Tocantins Transmissora e Energisa Amazonas Transmissora, totalizando 1.761 km de linhas de transmissão.



1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



CV - Capital Votante | CT - Capital Total
(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.
(2) A Energisa detém através de holdings, indiretamente, 95,2% da Rede Energia.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1. Mercado de energia

Desempenho das vendas no 4º trimestre:

O consumo consolidado de energia elétrica no mercado cativo e livre apresentou crescimento de 5,2% no 4T20, quando comparado ao mesmo período de 2019, atingindo 9.877,5 GWh. Considerando o fornecimento não faturado, o crescimento no trimestre foi de 4,5% na mesma base de comparação, atingindo 9.913,9 GWh. Esta taxa foi a maior alta para o quarto trimestre dos últimos 3 anos. Foram determinantes para este resultado o bom desempenho do agronegócio, com destaque para a produção de soja, a continuidade da reabertura das atividades econômicas e as altas temperaturas nas regiões de atuação da Energisa.

Os segmentos de maiores destaques no 4T20 foram as classes residencial (+12,3%; 428,7 GWh), rural (+14,4%; 133,9 GWh) e industrial (+5,0; 92,0 GWh). Especificamente, as classes residencial e rural apresentaram alta acima da média com o melhor desempenho para o 4T dos últimos 15 anos e 13 anos, respectivamente. O consumo industrial também apresentou incremento acima da média, todavia, o que chama atenção na classe é a forte recuperação, após queda intensa no 2T20 (-8,6%).

No 4T20, as cadeias relacionadas as indústrias de construção e de alimentos se destacaram. De fato, a retomada do setor industrial foi direcionada pela progressiva flexibilização das medidas de distanciamento social e a surpreendente demanda por produtos industriais, impulsionada pelas medidas governamentais para a mitigação dos efeitos da pandemia, pelo processo de recomposição de estoques em parte dos setores, e pela transferência de renda para consumo de bens, com a redução dos gastos com serviços em geral e pelas exportações de commodities. Este movimento foi observado tanto no consumo de energia do Grupo, como nos indicadores econômicos, em especial na produção industrial brasileira, que apresentou crescimento de 3,4% no 4T20, em comparação ao 4T19. No auge da pandemia – 2T20 - este indicador apresentou redução de 19,4%, frente ao 2T19. Entretanto, a recuperação observada na classe industrial da Energisa foi mais intensa que no país, apoiada no perfil econômico dos consumidores nas áreas de concessão do Grupo vis-à-vis ao do Brasil – as atividades que se destacaram foram as dos segmentos alimentícios e produção de minerais não metálicos, que possuem maior participação no consumo industrial da Companhia do que na atividade produtiva do país.

Por sua vez, as classes, comercial (-3,3%) e poder público (-21,2%), seguiram com redução do consumo no 4T20, mas a intensidade do movimento perdeu força, principalmente na categoria comercial, a reboque da reabertura das atividades econômicas. A recuperação da classe comercial só não foi maior diante da resistência de alguns tipos de serviços, como educação, alojamento, audiovisuais/edição, dentre outros, que seguem afetados pela pandemia, e devido ao fechamento permanente de parte dos estabelecimentos. Vale destacar que a fragilidade do setor de serviços, desconsiderando o setor do comércio, também é observada nos indicadores do IBGE, que apresentam maior resistência para se recuperarem. Ressaltamos que a recuperação desta categoria é fundamental não apenas para o consumo comercial, mas também para a economia brasileira, uma vez que esta categoria representa cerca de 43% do PIB nacional (excluindo comércio e administração pública). Já a rubrica poder público, segue muita afetada pela ausência de aulas presencias em universidade e escolas públicas, e pela operação restrita do judiciário.

Em relação ao desempenho das distribuidoras, 10 das 11 avançaram, exceto a ESE (-0,9%) - afetada pela classe industrial, que vem de um longo processo de esvaziamento da atividade no Estado. O principal destaque foi a EMT, responsável por quase metade (45%) do incremento no consumo de energia elétrica no trimestre. A distribuidora do Centro-Oeste registrou alta de 8,8% (ou +217,9 GWh), frente ao 4T19. A ERO também contribuiu significativamente para a alta do consumo no trimestre (16%), avançando +9,5% ou 79,6 GWh, no mesmo período, assim como a ETO (+7,3% ou 44,3 GWh). Nestas concessões, o mercado residencial contribuiu bastante para o resultado, impulsionado por temperaturas elevadas e clima seco - causados pelo fenômeno climático La Niña- e por algum efeito da maior presença das famílias em suas residências.

A classe rural também se destacou nestas 3 concessões, sobretudo na EMT (+22,5% ou +79,1 GWh), direcionada pelo período de plantio de soja combinado à baixa pluviometria, que motivou o maior uso de irrigação mecânica. Além dessas classes, também houve aumento da industrial, atingindo 6,1% (32,1 GWh) na EMT, 6,9% (7,9 GWh) na ERO e 12,1% (8,8 GWh) na ETO. Foram determinantes para estes resultados o ramo de alimentos, com ênfase nos clientes relacionados à produção de proteína animal e derivados de soja (na EMT, principal produtor nacional), e o ramo de minerais não-metálicos, com destaque para as produtoras de cimento, que também registraram alta de vendas no país nos últimos meses do ano, segundo o sindicato da categoria, seguindo o desempenho da atividade de construção.

Desempenho das vendas no exercício de 2020:

Em 2020, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (36.454,5 GWh) cresceu 0,9% (+335,8 GWh). Foi determinante para este desempenho, o clima quente e seco, sobretudo no último quadrimestre, e a forte atividade na cadeia do agronegócio ao longo do ano, com destaque para as culturas de soja, milho, café, açúcar, produtores de ovos e de proteínas em geral. Neste contexto, as classes que determinaram o resultado positivo em 2020 foram a residencial (+7,1% e 936,4 GWh) e rural (+9,4% e 329,4 GWh).

Já a classe industrial, registrou queda de -0,2% (-11,7 GWh) frente a 2019, impactada pela performance do 2T20, direcionada pelas restrições derivadas da pandemia, e pela saída de um grande cliente para a rede básica em junho de 2019. Vale registrar que retirando o efeito deste grande cliente, a classe industrial passaria a crescer 1,1% (+81,7 GWh) e o mercado total do Grupo avançaria 1,2% (+429,2 GWh).

Por sua vez, as principais quedas em 2020 vieram das classes comercial (-8,1%), poder público (-19,3%) - ambas recuaram em todas as distribuidoras - e iluminação pública (-2,0%) – devido à redução do tempo de faturamento do consumo diário (Resolução Homologatória ANEEL 2590/2019), bem como projetos de eficiência energética aplicados em alguns municípios atendidos pela Energisa. Entre as classes que sofreram os maiores efeitos negativos das medidas de isolamento, como a comercial, poder público e industrial, a última foi a que registrou recuperação mais intensa.

Quanto ao desempenho das distribuidoras, 6 entre as 11 apresentaram alta, foram elas: EMT (+3,7%), ERO (+3,8%), EMS (+1,4%), ETO (+1,5%), EAC (+2,0%) e EBO (+0,9%). Em comum, todas elas apresentaram avanço nas classes residencial, rural e industrial, sobretudo no setor de alimentos e minerais não-metálicos das cinco primeiras, enquanto na EBO, no setor de produção de calçados. Já entre as 5 distribuidoras que recuaram no ano, a classe industrial acabou sendo o fiel da balança, uma vez que a classe caiu em todas estas, assim como o comercial e poder público. Neste contexto, as distribuidoras que apresentaram os piores resultados foram: ESE com redução de 6,0%, e sem o efeito de grande cliente que migrou para a rede básica de transmissão, esta queda foi de 3%, ENF (-2,3%) e a ESS (-1,3%).

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	8.185,2	7.870,0	+ 4,0	30.252,1	30.245,0	+ 0,0
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.692,4	1.521,8	+ 11,2	6.202,4	5.873,7	+ 5,6
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	**9.877,5**	**9.391,8**	**+ 5,2**	**36.454,5**	**36.118,7**	**+ 0,9**
✓ Consumo não faturado	36,4	96,1	- 62,2	28,0	106,8	- 73,8
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	**9.913,9**	**9.487,9**	**+ 4,5**	**36.482,5**	**36.225,5**	**+ 0,7**

2.2. Consumo por Classe

No 4T20, as principais classes de consumo apresentaram os seguintes comportamentos:

• Classe residencial (39,8% do mercado total cativo + livre): aumento de 12,3% (+428,7 GWh) todas as 11 distribuidoras registraram alta, sob influência do clima quente e seco, a região centro-oeste cresceu 11,7% (162,1 GWh), seguida pela região norte +17,8% (131,7 GWh), região nordeste +10,3% (81,5 GWh) e a região sul-sudeste +9,2% (53,5 GWh).

• Classe rural (10,8% do mercado total cativo + livre): acréscimo de 14,4% (+133,9 GWh), 9 das 11 distribuidoras avançaram, com exceção da ESE (-0,4%) e ENF (-2,7%). O principal desempenho ocorreu na concessão da EMT (+22,5%), com destaque para os clientes ligados à cultura de soja, que também impulsionou a ERO (+16,1%), ainda que periféricamente. Já a ETO (+18,7%) foi impulsionada pela produção de avicultura e açúcar, que também gerou impacto positivo na EPB (+10,5%). Diante do clima seco na maioria das regiões, também foi necessária a maior utilização de irrigação mecânica. Todas as regiões avançaram no 4T, Centro-Oeste (+16,9%), Norte (+16,7%), Sul-Sudeste (+10,1%) e Nordeste (+7,2%).

• Classe industrial (19,5% do mercado total cativo + livre): acréscimo de 5,0% (+92,0 GWh) impulsionado principalmente pelos segmentos de minerais não-metálicos e alimentícios. Entre as 11 distribuidoras, 9 avançaram, sobretudo a EMS (+12,8%), com destaque para empresas de metalurgia, produção de proteínas e derivados de soja/milho, e de cimento, a EMT (+6,1%), principalmente na produção de proteínas, de cimento e insumos agrícolas, a ETO (+12,1%), puxada pela produção de cimento e insumos agrícolas, e a ERO (+6,9%), cujo principais vetores foram a produção de proteínas e cimentos. Já na EMG (+7,8%) foi impulsionada pela retomada dos setores têxtil e moveleiro, enquanto a EBO (+15,6%) foi puxada pela produção de calçados, e por último, a ENF (+11,2%) direcionada por produtos de metal.

• Classe comercial (18,2% do mercado total cativo + livre): recuou 3,3% (-61,3 GWh) em relação ao mesmo período do ano anterior, 9 das 11 concessões registraram queda de consumo no período, impactadas pela falta de tração de algumas atividades. Contudo, essa classe vem mostrando evolução apoiada no processo de reabertura da economia, sobretudo na ERO e EAC.

• Demais classes (11,7% do mercado total cativo + livre): queda de 8,5% (-107,6 GWh), impactada por todas as regiões. Centro-Oeste (-8,3% ou -37,4 GWh), Norte (-12,2; -33,7 GWh), Nordeste (-7,1% ou -25,9 GWh) e Sul-Sudeste (-6,0% ou -10,6 GWh), sob influência da retração no consumo do poder público (-21,2%), sobretudo, e da iluminação pública (-2,6%).

O quadro, a seguir, mostra o comportamento consolidado das classes de consumo no quarto trimestre e acumulado do ano de 2019 e 2020:

Mercado Cativo Faturado por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Descrição / Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Residencial	**3.928,1**	**3.499,4**	+ 12,3	**14.203,9**	**13.267,5**	+ 7,1
Industrial	**1.925,8**	**1.833,8**	+ 5,0	**7.298,9**	**7.310,5**	- 0,2
Cativo Industrial	568,0	591,1	- 3,9	2.208,3	2.409,6	- 8,4
Livre Industrial	1.357,8	1.242,7	+ 9,3	5.090,5	4.900,9	+ 3,9
Comercial	**1.802,5**	**1.863,8**	- 3,3	**6.620,4**	**7.201,8**	- 8,1
Cativo Comercial	1.542,0	1.634,9	- 5,7	5.750,8	6.381,7	- 9,9
Livre Comercial	260,5	228,9	+ 13,8	869,6	820,1	+ 6,0
Rural	**1.062,3**	**928,4**	+ 14,4	**3.834,2**	**3.504,8**	+ 9,4
Cativo Rural	1.026,2	898,9	+ 14,2	3.727,0	3.423,4	+ 8,9
Livre Rural	36,0	29,5	+ 22,2	107,2	81,4	+ 31,7
Outros	**1.158,8**	**1.266,4**	- 8,5	**4.497,1**	**4.834,1**	- 7,0
Cativo Outros	1.120,8	1.245,6	- 10,0	4.362,1	4.762,9	- 8,4
Livre Outros	38,0	20,8	+ 83,0	135,0	71,3	+ 89,5
1 Vendas de energia no mercado cativo	**8.185,2**	**7.870,0**	**+ 4,0**	**30.252,1**	**30.245,0**	**+ 0,0**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	1.692,4	1.521,8	+ 11,2	6.202,4	5.873,7	+ 5,6
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	**9.877,5**	**9.391,8**	**+ 5,2**	**36.454,5**	**36.118,7**	**+ 0,9**
4 Fornecimento não faturado	36,4	96,1	- 62,2	28,0	106,8	- 73,8
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**9.913,9**	**9.487,9**	**+ 4,5**	**36.482,5**	**36.225,5**	**+ 0,7**

2.3. Consumo por região

Do total do consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre no 4T20, 42,6% são provenientes da região Centro-Oeste, 21,3% da região Nordeste, 19,0% da região Norte e 17,1% das regiões Sul e Sudeste. Todas as regiões registraram alta no 4T20 frente ao mesmo período de 2019. A região Centro-Oeste cresceu 6,4% (252,2 GWh), seguida pela região Norte +8,3% (143,0 GWh), região Nordeste +1,5% (31,2 GWh) e a região Sul-Sudeste +3,6% (59,5 GWh).

O mercado consolidado das distribuidoras da Energisa cresceu 2,5 pontos percentuais acima do consumo energia elétrica do Brasil em 2020, segundo a EPE. Nos últimos 12 anos, este diferencial foi na média 2,25 pontos percentuais por ano, sendo que em 11 desses 12 anos, o crescimento do mercado da Energisa superou a média nacional.

Mercado Cativo + TUSD (faturado) por Distribuidora e Região

Descrição / Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Região Norte	**1.873,7**	**1.730,7**	**+ 8,3**	**6.916,6**	**6.737,3**	**+ 2,7**
Energisa Tocantins (ETO)	654,9	610,6	+ 7,3	2.453,2	2.418,1	+ 1,5
Energisa Acre (EAC)	301,1	282,0	+ 6,8	1.102,6	1.080,8	+ 2,0
Energisa Rondônia (ERO)	917,6	838,0	+ 9,5	3.360,9	3.238,4	+ 3,8
Região Nordeste	**2.106,5**	**2.075,4**	**+ 1,5**	**7.890,7**	**8.084,5**	**- 2,4**
Energisa Paraíba (EPB)	1.183,6	1.156,2	+ 2,4	4.390,1	4.410,7	- 0,5
Energisa Sergipe (ESE)	742,3	749,2	- 0,9	2.830,5	3.009,9	- 6,0
Energisa Borborema (EBO)	180,6	169,9	+ 6,3	670,1	663,9	+ 0,9
Região Centro-Oeste	**4.207,7**	**3.955,5**	**+ 6,4**	**15.420,0**	**14.997,8**	**+ 2,8**
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.680,6	2.462,8	+ 8,8	9.651,9	9.311,0	+ 3,7
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.527,0	1.492,7	+ 2,3	5.768,1	5.686,8	+ 1,4
Região Sul/Sudeste	**1.689,7**	**1.630,2**	**+ 3,6**	**6.227,2**	**6.299,1**	**- 1,1**
Energisa Minas Gerais (EMG)	406,9	384,8	+ 5,7	1.518,9	1.525,3	- 0,4
Energisa Nova Friburgo (ENF)	85,3	82,2	+ 3,7	320,7	328,3	- 2,3
Energisa Sul-Sudeste (ESS)	1.197,5	1.163,1	+ 3,0	4.387,6	4.445,5	- 1,3
Total Energisa	**9.877,5**	**9.391,8**	**+ 5,2**	**36.454,5**	**36.118,7**	**+ 0,9**

2.4. Clientes por concessionária

A Energisa encerrou o 4T20 com 8.053.803 unidades consumidoras, um aumento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Número de consumidores Cativos e Livres por Região

Distribuidoras	Número de Consumidores								
	Cativos			Livres			Total		
	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %
Região Norte	**1.567.175**	**1.509.151**	**+ 3,8**	**178,0**	**107**	**+ 66,4**	**1.567.353**	**1.509.258**	**+ 3,8**
ETO	618.062	599.584	+ 3,1	84	44	+ 90,9	618.146	599.628	+ 3,1
EAC	278.575	264.436	+ 5,3	34	21	+ 61,9	278.609	264.457	+ 5,4
ERO	670.538	645.131	+ 3,9	60	42	+ 42,9	670.598	645.173	+ 3,9
Região Nordeste	**2.513.171**	**2.446.431**	**+ 2,7**	**221**	**148**	**+ 49,3**	**2.513.392**	**2.446.579**	**+ 2,7**
EPB	1.482.688	1.438.639	+ 3,1	98	66	+ 48,5	1.482.786	1.438.705	+ 3,1
ESE	805.820	788.265	+ 2,2	95	67	+ 41,8	805.915	788.332	+ 2,2
EBO	224.663	219.527	+ 2,3	28	15	+ 86,7	224.691	219.542	+ 2,3
Região Centro-Oeste	**2.572.088**	**2.497.281**	**+ 3,0**	**565**	**429**	**+ 31,7**	**2.572.653**	**2.497.710**	**+ 3,0**
EMT	1.506.604	1.458.048	+ 3,3	327	236	+ 38,6	1.506.931	1.458.284	+ 3,3
EMS	1.065.484	1.039.233	+ 2,5	238	193	+ 23,3	1.065.722	1.039.426	+ 2,5
Região Sul/Sudeste	**1.400.077**	**1.369.329**	**+ 2,2**	**328**	**252**	**+ 30,2**	**1.400.405**	**1.369.581**	**+ 2,3**
EMG	469.456	460.051	+ 2,0	72	62	+ 16,1	469.528	460.113	+ 2,0
ENF	111.365	109.467	+ 1,7	12	9	+ 33,3	111.377	109.476	+ 1,7
ESS	819.256	799.811	+ 2,4	244	181	+ 34,8	819.500	799.992	+ 2,4
Total Energisa	**8.052.511**	**7.822.192**	**+ 2,9**	**1.292**	**936**	**+ 38,0**	**8.053.803**	**7.823.128**	**+ 2,9**

No segmento Residencial, o Grupo Energisa apresentou crescimento de 215.259 clientes (+3,4%) entre os trimestres, sendo 159.918 clientes cadastrados como Baixa Renda. O cadastramento de clientes na tarifa social (baixa renda) representa 22,8% das unidades residenciais, além de ser um instrumento de política pública para redução da inadimplência.

Número de Clientes Residenciais – Convencional e Baixa Renda

Distribuidoras	Número de Clientes Residenciais								
	Convencional			Baixa Renda			Total de Clientes Residenciais		
	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %
Região Norte	**944.785**	**923.691**	**+ 2,3**	**288.655**	**253.038**	**+ 14,1**	**1.233.440**	**1.176.729**	**+ 4,8**
✓ ETO	368.900	364.041	+ 1,3	147.019	133.992	+ 9,7	515.919	498.033	+ 3,6
✓ EAC	161.829	157.041	+ 3,0	63.891	54.970	+ 16,2	225.720	212.011	+ 6,5
✓ ERO	414.056	402.609	+ 2,8	77.745	64.076	+ 21,3	491.801	466.685	+ 5,4
Região Nordeste	**1.446.438**	**1.439.897**	**+ 0,5**	**700.007**	**643.949**	**+ 8,7**	**2.146.445**	**2.083.846**	**+ 3,0**
✓ EPB	806.677	801.488	+ 0,6	419.519	383.673	+ 9,3	1.226.196	1.185.161	+ 3,5
✓ ESE	502.161	498.536	+ 0,7	226.098	212.975	+ 6,2	728.259	711.511	+ 2,4
✓ EBO	137.600	139.873	- 1,6	54.390	47.301	+ 15,0	191.990	187.174	+ 2,6
Região Centro-Oeste	**1.717.262**	**1.694.200**	**+ 1,4**	**335.907**	**291.976**	**+ 15,0**	**2.053.169**	**1.986.176**	**+ 3,4**
✓ EMT	1.006.284	987.435	+ 1,9	170.002	148.043	+ 14,8	1.176.286	1.135.478	+ 3,6
✓ EMS	710.978	706.765	+ 0,6	165.905	143.933	+ 15,3	876.883	850.698	+ 3,1
Região Sul/Sudeste	**973.933**	**969.289**	**+ 0,5**	**175.940**	**151.628**	**+ 16,0**	**1.149.873**	**1.120.917**	**+ 2,6**
✓ EMG	276.299	278.701	- 0,9	77.587	66.148	+ 17,3	353.886	344.849	+ 2,6
✓ ENF	90.627	90.318	+ 0,3	7.914	6.365	+ 24,3	98.541	96.683	+ 1,9
✓ ESS	607.007	600.270	+ 1,1	90.439	79.115	+ 14,3	697.446	679.385	+ 2,7
Total Energisa	**5.082.418**	**5.027.077**	**+ 1,1**	**1.500.509**	**1.340.591**	**+ 11,9**	**6.582.927**	**6.367.668**	**+ 3,4**

2.5. Balanço de Energia

Balanço de Energia - Distribuidoras da Energisa

Descrição / Valores (GWh)	2020					
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	ETO
(a) Energia Total Vendida (a=b+c+d)	**1.229,9**	**290,1**	**2.792,1**	**545,6**	**3.743,3**	**2.162,2**
(b) Energia vendida mercado cativo	1.228,4	290,4	2.433,8	547,0	3.746,1	2.158,7
✓ Residencial	555,7	172,1	1.160,0	276,6	1.912,4	1.121,9
✓ Industrial	111,7	22,1	184,5	50,9	176,7	92,3
✓ Comercial	200,7	58,0	424,6	119,9	621,9	368,7
✓ Rural	204,4	5,2	119,7	25,0	325,6	258,8
✓ Serviço público e consumo próprio	155,9	33,0	545,0	74,6	709,5	317,0
(c) Consumo não faturado	1,5	(0,4)	2,6	(1,5)	(2,7)	3,5
(d) Suprimento a concessionárias	-	-	355,7	-	-	-
(e) Energia injetada (e=a+f+g+h)	**1.850,8**	**375,1**	**3.751,1**	**763,7**	**5.371,3**	**2.854,1**
(f) Transporte energia clientes livres (TUSD)	290,5	30,3	396,7	123,1	644,1	294,5
(g) Intercâmbio de energia	123,2	38,1	197,1	40,3	199,9	9,1
(h) Perdas na distribuição	207,2	16,7	365,1	54,8	784,0	388,4
Geração Distribuída	36,5	1,8	28,2	7,8	75,3	41,0
(i) Perdas na Rede Básica	7,5	-	87,0	12,2	119,8	42,3
(j) Venda de Energia CCEE	166,2	-	160,1	29,8	103,3	68,2
(k) Energia Recebida Total (k=a+h+i+j)	**1.610,8**	**306,8**	**3.404,4**	**642,4**	**4.750,5**	**2.661,0**

Balanço de Energia - Distribuidoras da Energisa (continuação)

Descrição / Valores (GWh)	2020					
	EMT	EMS	ESS	ERO	EAC	Consolidado
(a) Energia Total Vendida (a=b+c+d)	**7.793,7**	**4.525,6**	**3.401,2**	**3.137,8**	**1.060,5**	**30.682,0**
(b) Energia vendida mercado cativo	7.778,0	4.519,0	3.352,6	3.141,0	1.057,1	30.252,1
✓ Residencial	3.364,0	2.084,5	1.565,5	1.441,2	550,0	14.203,9
✓ Industrial	641,0	292,1	310,1	291,8	35,1	2.208,3
✓ Comercial	1.482,2	946,6	668,6	649,4	210,2	5.750,8
✓ Rural	1.410,5	601,6	356,3	362,9	57,1	3.727,0
✓ Serviço público e consumo próprio	880,3	594,2	452,2	395,7	204,7	4.362,1
(c) Consumo não faturado	15,7	6,6	3,2	(3,9)	3,4	28,0
(d) Suprimento a concessionárias	-	-	45,5	0,7	-	401,9
(e) Energia injetada (e=a+f+g+h)	**11.674,4**	**6.795,2**	**4.870,6**	**4.603,4**	**1.350,8**	**44.260,5**
(f) Transporte energia clientes livres (TUSD)	1.873,7	1.249,0	1.035,0	219,9	45,4	6.202,2
(g) Intercâmbio de energia	3,8	23,7	71,0	5,0	-	711,2
(h) Perdas na distribuição	2.003,2	996,8	363,4	1.240,7	244,8	6.665,1
Geração Distribuída	401,0	130,2	59,1	35,1	-	816,0
(i) Perdas na Rede Básica	140,5	83,4	140,9	94,8	29,7	758,1
(j) Venda de Energia CCEE	968,2	286,8	154,1	408,1	314,3	2.659,2
(k) Energia Recebida Total (k=a+h+i+j)	**10.905,6**	**5.892,6**	**4.059,5**	**4.881,4**	**1.649,4**	**40.764,4**

2.6. Portfólio de Contratos

Portfólio de Contratos - Distribuidoras do Grupo Energia

Descrição / Valores (GWh)	2020					
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	ETO
(a) Energia comprada	**1.574,3**	**305,0**	**3.358,5**	**631,7**	**4.614,5**	**2.594,9**
✓ Bilaterais modelados	573,0	-	129,2	89,4	440,2	214,0
✓ Leilões de Energia e mecanismos	318,4	-	2.276,7	318,9	2.769,6	1.652,9
✓ Cotas de ITAIPU	259,5	-	-	-	-	-
✓ Cotas de PROINFA	30,0	7,2	67,7	13,2	90,2	50,7
✓ Cotas de ANGRA	48,5	-	105,2	27,9	150,4	75,7
✓ Cotas de Garantia Física (90%)	344,9	-	779,7	182,3	1.164,1	601,6
✓ Contratos de Suprimento	-	297,8	-	-	-	-
(b) Mini e microgeração distribuída	36,5	1,8	28,2	7,8	75,3	41,0
(c) Ger. Própria/Bilaterais não modelados/ Sist. Isolado	-	-	-	-	-	-
(d) Liquidação na CCEE	-	-	17,7	2,8	60,7	25,1
(e) Energia Comprada TOTAL (e=a+b+c+d)	**1.610,8**	**306,8**	**3.404,4**	**642,4**	**4.750,5**	**2.661,0**

Portfólio de Contratos - Distribuidoras do Grupo Energisa (continuação)

Descrição / Valores (GWh)	2020					
	EMT	EMS	ESS	ERO	EAC	Consolidado
(a) Energia comprada	**9.558,3**	**5.576,3**	**3.975,6**	**4.217,4**	**1.403,7**	**37.810,4**
✓ Bilaterais modelados	2.555,6	391,0	586,3	389,3	-	5.367,9
✓ Leilões de Energia e mecanismos	3.303,7	2.695,4	1.452,7	2.859,7	1.053,5	18.701,5
✓ Cotas de ITAIPU	1.404,7	933,2	772,1	-	-	3.369,5
✓ Cotas de PROINFA	178,8	107,1	80,7	72,3	24,6	722,7
✓ Cotas de ANGRA	262,6	174,5	144,3	121,0	34,3	1.144,3
✓ Cotas de Garantia Física (90%)	1.852,9	1.275,2	939,6	775,2	291,3	8.206,7
✓ Contratos de Suprimento	-	-	-	-	-	297,8
(b) Mini e microgeração distribuída	404,8	130,2	59,1	35,1	-	819,7
(c) Ger. Própria/Bilaterais não modelados/ Sist. Isolado	819,8	1,0	-	482,0	245,7	1.548,5
(d) Liquidação na CCEE	122,7	185,1	24,8	147,0	-	585,8
(e) Energia Comprada TOTAL (e=a+b+c+d)	**10.905,6**	**5.892,6**	**4.059,5**	**4.881,4**	**1.649,4**	**40.764,4**

2.7. Perdas de energia elétrica ("perdas")

As perdas totais somaram 6.012 GWh em dezembro de 2020, representando 13,74% da energia injetada, ficando 0,08 ponto percentual abaixo de setembro de 2020. O destaque deste trimestre foi a redução significativa da perda não técnica na comparação com o trimestre anterior, com queda de 42,7 GWh, sendo a maior redução registrada entre os trimestres de 2020. O bom resultado neste trimestre sinaliza que as medidas de contenção e combate às perdas não técnicas, que ficaram parcialmente impedidas no 2T20 e 3T20, foram retomadas com sucesso e estão trazendo os resultados esperados.

Conforme citado nos relatórios anteriores, as restrições derivadas da pandemia, os efeitos previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 878, somados aos decretos Estaduais e Municipais resultaram, a partir do segundo trimestre, na suspensão da emissão de faturas de irregularidade, na redução das ações de combate às perdas e na redução abrupta da energia faturada especialmente nos consumidores comerciais, serviços públicos, industriais e clientes Livres, que normalmente não geram perdas comerciais. Essa redução na energia faturada reflete-se em redução de mercado, gerando um efeito conhecido como "*impacto de base*", o que elevou percentualmente o indicador de perdas.

A seguir estão os destaques do trimestre.

A EMG consolidou a trajetória de redução observada no trimestre anterior e alcançou, em dezembro de 2020, dentro do seu limite regulatório, fechando a perda total em 9,64%, reduções de 0,27 e 0,71 ponto percentual em relação a setembro de 2020 e dezembro de 2019, respectivamente. Esse resultado foi impulsionado pela redução de 0,21 ponto percentual na perda não técnica entre setembro e dezembro de 2020.

A ENF, ESS e ETO repetem os bons resultados e consolidam a trajetória abaixo dos seus limites regulatórios.

A ESE também fechou o ano de 2020 abaixo do limite regulatório. O resultado de 10,53%, representa uma queda de 0,07 ponto percentual em relação a setembro de 2020. Esta redução é atribuída predominantemente às ações de combate às perdas não técnicas, intensificadas após a flexibilização das medidas restritivas impostas pela pandemia, que contribuíram com uma redução de 0,08 ponto percentual no indicador. O aumento de 0,36 ponto percentual em relação a dezembro de 2019 está associado a dois fatores: i) A migração de um grande consumidor para a Rede Básica, ocorrida em junho de 2019, que reduziu o volume de energia injetada impactando em um aumento de 0,29 ponto percentual; ii) A pandemia COVID 19, que causou o aumento motivado pelo "impacto de base" e maior aparecimento de novas fraudes, motivadas pela redução das ações de combate no período. Importante destacar que apesar do cenário desfavorável em 2020, a distribuidora conseguiu reduzir as suas perdas não técnicas em 0,16 pontos percentuais, evidenciado que as ações de controle e combate tem se mostrado eficientes.

A EPB apresentou ao longo do primeiro trimestre de 2020, uma reversão na trajetória de crescimento observada em 2019, porém voltou a apresentar crescimento a partir do segundo trimestre, desta vez motivada pelos efeitos causados pela pandemia. No quarto trimestre o indicador fechou em 13,53%, resultado 0,33 pontos percentuais acima de dezembro de 2019, causado pela redução brusca de mercado, que provocou o "efeito de base" e o aumento de novas formas de fraudes. Para fazer frente a estes aumentos, foi construído um plano de retomada, implementado após a flexibilização das medidas restritivas, que inclui a ampliação das equipes de inspeção, ampliação das medidas de blindagem e está alinhado com a estratégia que objetiva alcançar o nível de perda inferior ao referencial regulatório. As ações do plano de retomada ainda não geraram os benefícios suficientes para anular os efeitos causados pela pandemia, mas deram neste último trimestre uma sinalização importante de contenção do crescimento, dado que o índice de perdas se manteve quase que estável na comparação com o terceiro trimestre.

A EMT que vinha em uma trajetória decrescente e com perdas abaixo dos índices regulatórios nos três trimestres consecutivos anteriores ao 2T20, inverteu a trajetória, a partir deste trimestre, e passou a violar o limite regulatório. O resultado de 14,28% em dezembro é 0,08 pontos percentuais maior que o trimestre anterior. Apesar deste aumento, o resultado sinaliza uma redução de 77% na velocidade de crescimento entre o quarto e o terceiro trimestre, na comparação com os trimestres anteriores, o que demostra que as medidas adicionais implementadas para fazer frente aos efeitos da pandemia, e assegurar a retomada da trajetória de queda com o alcance do índice regulatório, estão surtindo efeitos.

A EMS, fechou o quarto quadrimestre de 2020 com índice de 13,11%. O resultado representa um aumento de 0,19 ponto percentual em comparação com setembro de 2020 e 0,82 ponto percentual em relação a dezembro de 2019, e é atribuído predominantemente ao crescimento da perda técnica, fruto da redução simultânea da geração térmica na região sul e redução da geração hídrica na região central, ambas próximas ao centro de carga. Esta redução implicou no aumento do fluxo de energia através de um longo intercâmbio, em 138 kV, localizado a cerca de 400 km do centro de carga. Cabe destacar o bom desempenho da perda não técnica, para a qual a distribuidora apresentou, mesmo num cenário desfavorável, uma redução de 0,11 ponto percentual na comparação com dezembro de 2019, o que sinaliza a inversão da trajetória de crescimento observada no primeiro trimestre e é fruto da intensificação das inspeções e regularização. Esse desempenho permitiu mitigar parcialmente o efeito do aumento da perda técnica, visando reduzir a distância para o limite regulatório.

A ERO, mesmo no cenário desfavorável da COVID, manteve a trajetória decrescente das perdas iniciada no terceiro trimestre de 2019, fechando dezembro com 0,47 ponto percentual menor que setembro de 2020, e 1,2 ponto percentual abaixo de dezembro de 2019. A distribuidora conseguiu um bom resultado em 2020, fruto da execução de um amplo plano de medidas, combinando capacitação e reforço de equipes, aplicação de técnicas mais assertivas de seleção de unidades consumidoras, inspeção em Unidades Consumidoras desligadas, ações de blindagem e ampliação das telemedições e telemonitoramentos nos grandes consumidores.

A EAC fechou 2020 com o índice de perda total de 18,23%, uma queda de 1,09 ponto percentual em relação a setembro de 2020 e 0,47 ponto percentual em relação a dezembro de 2019. Este resultado é 1,67 ponto percentual abaixo do limite regulatório e sinaliza uma inversão na trajetória crescente observada no segundo trimestre. Essa boa performance é atribuída predominantemente às perdas não técnicas, que respondem por 93% da redução total observada entre o terceiro e quarto trimestre, demonstrando que a estratégia de combate às perdas tem se mostrado bastante assertiva.

A seguir são apresentados os indicadores de perdas de energia elétrica das distribuidoras do Grupo Energisa:

Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras / % Energia Injetada (12 meses)	Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANELL	
	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20		
EMG	**10.51**	**9,49**	**9,43**	**-0,16**	**0,42**	**0,21**	10.35	**9,91**	**9,64**	**9,64**	●
ENF	**4,77**	**5,09**	**5,10**	**-0,66**	**-0,96**	**-1,02**	**3,90**	**4,13**	**4,07**	**5,84**	●
ESE	**7,49**	**8,00**	**6,01**	**2,68**	**2,60**	**2,52**	10.17	**10,60**	**10,53**	**10,55**	●
EBO	**5,72**	**5,56**	**5,57**	**0,66**	**0,77**	**0,78**	**6,37**	**6,33**	**6,36**	**7,44**	●
EPB	**8,85**	**8,84**	**8,82**	**4,35**	**4,67**	**4,71**	13,19	**13,51**	**13,53**	**12,76**	●
EMT	**9,64**	**9,44**	**9,47**	**3,93**	**4,75**	**4,60**	**13.58**	**14,20**	**14,26**	**13,64**	●
EMS	**9,41**	10.17	**10,34**	**2,68**	**2,75**	**2,77**	**12,29**	**12,93**	**13,11**	**12,97**	●
ETO	**11,47**	11,03	**10,94**	**1,15**	**1,71**	**1,50**	12,61	**12,74**	**12,45**	**13,91**	●
ESS	**6,24**	**6,17**	**6,15**	**-0,05**	**0,52**	**0,32**	**6,19**	**6,68**	**6,47**	**6,73**	●
ERO	**12,00**	**12,07**	**12,63**	**15,67**	**15,08**	**14,04**	**27,67**	**27,15**	**26,68**	**22,05**	●
EAC	**9,89**	10.11	**10,03**	**8,61**	**9,22**	**6,20**	**16,70**	**19,32**	**16,23**	**19,65**	●
Energisa Consolidada	**9,25**	**9,30**	**9,39**	**4,23**	**4,52**	**4,35**	**13,48**	**13,82**	**13,74**	**13,14**	●

Notas: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. O Mercado Livre A1 foi considerado no cálculo da Perda Total Realizada e Regulatória.

Perdas de Energia (Em GWh nos últimos 12 meses)

Perdas em 12 meses / Em GWh	Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	Var.(%)
EMG	184,4	173,5	174,6	-2,8	7,7	3,8	181,6	181,2	178,4	- 1,5
ENF	18,2	19,0	19,1	-3,3	-3,6	-3,8	14,9	15,4	15,3	- 0,6
ESE	256,6	261,0	260,7	91,8	84,6	82,0	348,4	345,7	342,7	+ 31,3
EBO	43,1	41,9	42,6	5,0	5,8	6,0	48,0	47,7	48,6	+ 1,9
EPB	472,1	471,4	473,8	231,9	249,2	252,7	704,0	720,6	726,5	+ 0,8
EMT	1.056,6	1.072,8	1.106,0	431,1	540,1	560,8	1.487,8	1.612,9	1.666,8	+ 3,3
EMS	618,6	682,2	702,8	189,3	184,7	188,5	807,9	866,9	891,2	+ 2,8
ETO	320,5	309,7	312,3	32,1	48,1	42,9	352,6	357,8	355,2	- 0,7
ESS	304,6	298,3	299,3	-2,6	24,9	15,7	302,1	323,2	315,0	- 2,6
ERO	542,3	546,5	580,4	717,1	682,4	645,3	1.259,5	1.228,9	1.225,7	- 0,3
EAC	132,3	135,5	135,7	117,8	123,6	110,9	250,2	259,0	246,5	- 4,8
Energisa Consolidada	**3.949,4**	**4.011,7**	**4.107,1**	**1.807,4**	**1.947,6**	**1.904,9**	**5.756,8**	**5.959,2**	**6.012,0**	**+ 0,9**

(1) Variação dezembro de 2020 / setembro de 2020.

2.8. Gestão da Inadimplência

2.8.1. Taxa de Inadimplência

No 4T20, a taxa de inadimplência consolidada da Energisa, dos últimos 12 meses, considerando os impactos da pandemia de Covid-19 e as medidas restritivas impostas pela ANEEL ao longo do ano, foi de 1,64%.

Assim como havia feito para as demais classes, com objetivo de conjugar a disciplina na cobrança com melhores condições para pagamento das faturas, a Energisa comunicou antecipadamente aos clientes da subclasse baixa renda sobre o fim da restrição à suspensão do fornecimento, reforçando a importância de efetuar o pagamento e mantendo condições de parcelamento mais flexíveis, facilitando bastante o acesso às negociações em especial por meio digital.

Com essa finalidade, implementamos e expandimos o parcelamento através do cartão de crédito, que atingiu mais de 34 mil transações no ano de 2020. Estas ações foram adicionadas às medidas que estavam em vigor e haviam sido intensificadas durante o ano, como o aumento do volume de envio de SMS, negativações, telecobrança, e-mails, cobrança via WhatsApp e uso de robôs na telecobrança.

Para o Grupo A e Poder Público, foram reforçadas as estruturas de cobrança, com instituição de células de negociação das faturas vencidas e vincendas, além de manter o rigoroso acompanhamento da régua de cobrança.

Os principais ofensores da inadimplência neste ano concentraram-se nas classes residencial e comercial, ainda em função do período de restrição da suspensão do fornecimento mencionadas e da pandemia já mencionada.

Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	Dez/20	Dez/19	Variação em p.p.
EMG	0,55	0,16	+ 0,39
ENF	0,85	0,23	+ 0,62
ESE	0,81	0,61	+ 0,20
EBO	0,66	0,84	- 0,17
EPB	1,45	0,99	+ 0,46
EMT	2,17	1,59	+ 0,59
EMS	1,53	0,76	+ 0,78
ETO	0,98	0,44	+ 0,54
ESS	0,34	0,09	+ 0,24
ERO	3,40	1,91	+ 1,49
EAC	2,58	(1,10)	-
Energisa Consolidada	**1,64**	**0,93**	**+ 0,71**

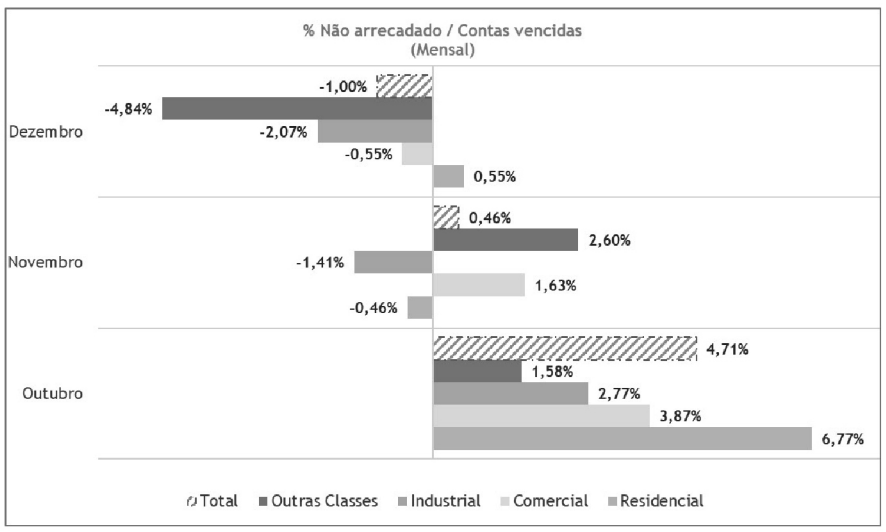
Considerando as razões expostas acima, registramos no exercício provisões para devedores duvidosos (PPECLD) de R$ 380,4 milhões no exercício de 2020 contra R$ 212,5 milhões no exercício de 2019.

2.8.2. Indicador de Inadimplência de Curto Prazo

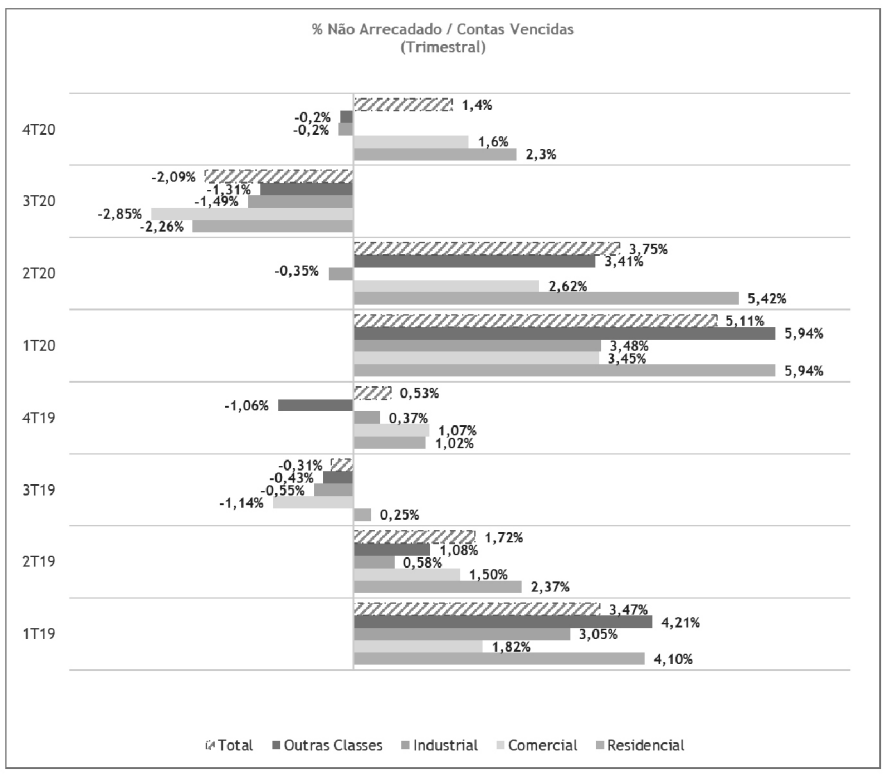
Conforme mencionado nos informativos anteriores, as distribuidoras do Grupo Energisa implantaram um indicador que mede a taxa de inadimplência de curto prazo, devido à crise global do Covid-19.

Este indicador, que considera o volume financeiro não arrecadado do total de contas vencidas no período de trinta dias e no trimestre através da média móvel, sobre o volume financeiro total das contas vencidas nesse mesmo período.

Os gráficos a seguir demonstram o percentual não arrecadado sobre as contas vencidas no 4T20. Quando há percentuais negativos, isso significa que a arrecadação foi superior ao vencido no período apurado.



O resultado de dezembro de 2020 apresentou trajetória de arrecadação maior que o vencido na maior parte dos segmentos, com exceção da classe residencial. Destaque em Dez/20 para recuperação no segmento "outras classes" em razão do bom desempenho nas classes públicas.



No 4T20, as classes residencial e comercial apresentaram redução da recuperação, realizando patamares próximos do realizado de 4T19. Vale ressaltar que, no 3T20, houve reversão expressiva nestas classes. Destaque para a manutenção da recuperação das classes Industrial e Outras.

Considerando valores acumulados, o volume não arrecadado desde o início da pandemia soma cerca de R$ 238,3 milhões, um aumento R$ 6,7 milhões em comparação ao trimestre anterior.

2.8.3. Taxa de Arrecadação

A Taxa de Arrecadação em 12 meses consolidada do Grupo Energisa no 4T20 alcançou 96,61%, 0,30 ponto percentual abaixo do 4T19, impactado pela pandemia de COVID 19 e pelas medidas decorrentes da Resolução Aneel 878/2020.No mês de dezembro findou a restrição à suspensão de fornecimento de energia elétrica para os clientes da subclasse residencial baixa renda, que estava em vigor desde 24 de março de 2020 pela Resolução acima mencionada. Para as demais classes a restrição havia findado em agosto de 2020. O impacto desta restrição representou no ano de 2020 efeito de aproximadamente 0,25 p.p. na taxa de arrecadação.

Embora na comparação com o 4T19 o resultado do 4T20 seja menor, as ações implementadas permitiram recuperação gradativa, e a expectativa é de manutenção da melhoria realizada. Destaque para a EAC, que, apesar das adversidades causadas pela pandemia, performou 0,46 ponto percentual melhor que dezembro de 2019, fruto das melhorias implementadas pelo grupo Energisa após a privatização. A ENF apresentou variação de -0,87 ponto percentual em decorrência da Lei 8.769/20 do Estado do Rio de Janeiro impedindo o corte durante todo o ano de 2020.

A seguir são apresentadas as taxas de arrecadação das distribuidoras do Grupo Energisa:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	Dez/20	Dez/19	Variação em p.p.
EMG	98,41	98,75	- 0,34
ENF	97,70	98,56	- 0,87
ESE	97,96	98,17	- 0,21
EBO	98,46	98,94	- 0,49
EPB	97,10	97,48	- 0,39
EMT	95,88	96,26	- 0,40
EMS	97,08	97,11	- 0,03
ETO	97,39	97,73	- 0,35
ESS	98,97	99,09	- 0,12
ERO	93,03	93,41	- 0,40
EAC	93,86	93,43	+ 0,46
Energisa Consolidada	**96,61**	**96,91**	**-0,30**

2.9. Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição – DEC e FEC

De forma geral, no 4T20, as distribuidoras do Grupo mantiveram excelente desempenho, apresentando indicadores abaixo dos limites regulatórios para o DEC e o FEC com exceção da ENF e ERO no DEC.

A EMT alcançou os menores valores da série histórica para o DEC. A ETO atingiu seu menor DEC da série histórica.

A EAC se destaca ao atingir o melhor FEC da série histórica.

A ERO manteve sua forte trajetória de melhora no segundo ano após a privatização. Na comparação com o realizado em dezembro de 2019, alcançou redução recorde de 12,88 horas (26,5%) no DEC e de 6,22 vezes (26,6%) no FEC. Observa-se assim, que a companhia se aproxima significativamente do limite regulatório no caso do DEC e se posiciona abaixo deste mesmo limite no caso do FEC.

A ENF fecha 2020 com o DEC acima do limite regulatório devido a um evento atípico, externo ao seu sistema elétrico, que foi uma falha ocorrida em 02/10/2020 no sistema da supridora, que impactou em aproximadamente 3,7 horas o DEC da Energisa Nova Friburgo. A EMG foi igualmente afetada pelo evento. Estão em curso providências nos âmbitos regulatório e jurídico visando expurgar o impacto dessa causa externa nos indicadores da empresa.

A ESS atingiu o menor índice de DEC de sua história e possui o melhor DEC do país entre as distribuidoras com mais de 500 mil clientes.

Distribuidoras % Energia Injetada (12 meses)	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/20	dez/19	Var. (%)	dez/20	dez/19	Var. (%)		
EMG	10,79	8,85	- 21,9	7,12	4,47	-59,3	11,25	8,28
ENF	10,56	6,64	- 59,0	5,81	4,18	-39,0	9,96	8,33
ESE	10,57	10,63	-0,6	4,99	4,81	-3,7	12,05	8,11
EBO	3,68	4,19	-12,2	2,29	3,15	-27,3	12,83	8,86
EPB	14,11	13,70	+ 3,0	5,57	5,28	- 5,5	15,97	9,50
EMT	17,48	19,85	-11,9	7,77	8,20	-5,2	21,47	17,05
EMS	10,00	10,81	-7,5	4,31	4,55	-5,3	11,50	8,16
ETO	18,00	21,55	-16,5	7,90	7,90	-	23,55	15,67
ESS	4,94	5,76	-14,2	4,29	4,40	-2,5	7,57	7,25
ERO	35,69	48,57	-26,5	17,18	23,40	-26,6	27,45	18,85
EAC	30,49	37,76	- 19,3	16,68	23,80	-29,9	43,98	35,06

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

Vale salientar que os resultados acima são especialmente marcantes considerando-se que foram alcançados em um cenário de pandemia. Manter produtividade das equipes em meio a movimentos de implantação de trabalho remoto, sobretudo para o time e operadores, denota capacidade superior de planejamento e execução do Grupo Energisa.

2.10. Comercialização de energia

A Energisa Comercializadora (ECO) apresentou, no 4T20, crescimento de 17,1% na venda de energia frente ao 4T19. No ano, a ECO comercializou cerca de 630 MW médios em 2020, o que representa um acréscimo de 17,3% em relação a 2019, maior valor do histórico da empresa. Embora os números demonstrem um cenário favorável, a pandemia da COVID-19 trouxe diversos desafios para a Energisa Comercializadora (ECO). As incertezas com relação à retomada das atividades fizeram com que vários consumidores suspendessem as negociações já em vias de fechamento e/ou solicitassem renegociações dos contratos já firmados. Nesse sentido, o time da ECO conduziu cerca de 70 negociações de forma ágil e diligente, reduzindo o impacto nos resultados e buscando adequar as demandas dos clientes. Outro fator importante para o alcance de resultados positivos foi a estratégia adotada pela mesa de operações, que conseguiu reverter a posição long da carteira a tempo de aproveitar as oportunidades com a volatilidade dos preços e conseguir aproveitar a queda nos preços naquele momento.

No tocante ao desempenho do consumo no mercado livre, apesar da situação de isolamento, a retomada da produção ocorrida a partir de outubro, junto com o aumento significativo do número de migrações do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), contribuíram para um crescimento de 2,8% na carga do ACL em 2020. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), 2020 teve média de 145 migrações realizadas por mês. Adicionalmente, o número de comercializadoras também alcançou 396 associadas, comprovando a expansão do segmento em 2020. A Energisa Comercializadora ocupa 23º lugar no ranking de volume negociado da CCEE.

Vendas realizadas em GWh, conforme quadro a seguir:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Vendas a consumidores livres (ECOM)	1.519	1.298	17,1	5.481	4.672	17,3

2.11. Transmissão

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de 5 lotes em leilões de 2017, 2018 e 2020.

No ano de 2020, apesar das dificuldades oriundas da pandemia, conseguimos entregar 2 projetos, Goiás I (13/03/2020) e Pará I (12/11/2020), com antecipações de prazo de 17 e 16 meses, respectivamente. Os investimentos nesses dois lotes representaram R$594,6 milhões, dos quais R$ 111,8 milhões foram em 2020. Esses projetos representam uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R$ 95,6 milhões.

Em 19/10/2020 duas linhas da Energisa Tocantins Transmissora (ETT) obtiveram suas licenças de instalação, e suas obras foram iniciadas, com investimentos realizados de R$ 33,3 milhões no exercício de 2020. O investimento total estimado da ETT é de R$ 627,4 milhões e RAP de R$ 66,3 milhões. Em 15/12/2020 a terceira linha no trecho entre Dianópolis (TO) e Barreiras (BA) recebeu a licença de instalação do IBAMA concluindo o licenciamento ambiental do projeto.

Adicionalmente, a Companhia sagrou-se vencedora do lote 11 no leilão de transmissão de dezembro de 2020. Esse projeto, denominado Energisa Amazonas (EAM), compreende a aquisição de ativos existentes e a construção, revitalização e modernização de subestações e linhas de transmissão. A finalidade desse empreendimento é atender à região metropolitana de Manaus e Presidente Figueiredo. O investimento estimado pela Aneel para o projeto é de R$ 882 milhões, dos quais, R$ 257,0 milhões representam a aquisição de ativos existentes, e o restante para as revitalizações e construções. Sua RAP total é de R$ 63,0 milhões.

Os cinco lotes somados possuem uma Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 261,9 milhões e investimento total estimado de R$ 2.501 milhões.

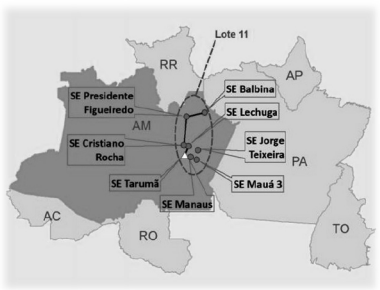
Em 16 de fevereiro de 2021, a Energisa Pará II (EPA II) teve um trecho de 72,3 km em 230 kV energizado do total de 139 km. Os investimentos dessa etapa totalizaram R$ 80,0 milhões, 20% do investimento total estimado, e sua RAP é de R$ 3,1 milhões, 8,6% da receita total do empreendimento. Esta operação foi antecipada em 25 meses, frente a data prevista de entrada em operação regulatória.

Segue abaixo quadro resumo desses projetos:

Lote	Nome	Data do Leilão	UF	Extensão (Km)	Emissão de Licença Ambiental	Entrada em Operação (Aneel)	Avanço Físico	Antecipação Estimada	Investimentos estimados pela Energisa (R$ milhões)	RAP proposta Ciclo 20-21 (R$ milhões)
3	Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	Abr/17	GO	136 (CD)	13/09/2018	mar/20	100%	17 meses	254,4	42,3
26	Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	Abr/17	PA	296 (CD)	02/10/2018	nov/20	100%	16 meses	340,2	53,3
19	Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	Jun/18	PA	139 (CD/CS)	06/05/2019	mar/23	73%	12 meses	396,7	36,9
4	Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	Dez/18	BA/TO	772 (CS)	19/10/2020 15/12/2020	mar/24	12%	14 meses	627,4	66,3
11	Energisa Amazonas Transmissora (EAM)	Dez/20	AM	418 (CD / CS)	-	Mar/26	-	12/18 meses	882,2	63,0
Total		-	-	**1.761**	-	-	-	-	**2.500,9**	**261,9**

Notas: Dados de investimento e receita anual permitida (RAP) atualizados para dezembro/2020. Dados de avanço físico atualizados para fevereiro/2021. CD – Circuito duplo / CS – Circuito Simples. Os dados da EGO I e da EPA I são realizados e não previstos. As antecipações de EPA II e ETT podem sofrer alterações dependendo da duração dos efeitos da pandemia de Covid-19. O investimento total da Energisa Amazonas Transmissora não considera otimizações e tem como base os valores estimados pela Aneel para o leilão de dezembro de 2020.

Lote 11 – Leilão dezembro 2020



Cronograma estimado de desembolso dos investimentos Aneel:

Lote	2021	2021	2023	2024	2025	2026
11	40%	8%	19%	26%	6%	1%

Cronograma estimado de recebimento da RAP:

Lote	2021	2021	2023	2024	2025	2026
11	30%	30%	30,0%	33,7%	33,7%	87,4%
	2027	**2028**	**2029**	**2030**		
	92,4%	94,9%	97,5%	100%		

2.12. ALSOL – Energias Renováveis

A ALSOL, adquirida em junho de 2019, atua nas atividades de geração distribuída, a partir de fontes renováveis, tais como biodiesel e biogás, com aplicações de armazenamento, como *microgrids*, monitoramento e mobilidade elétrica. Na geração distribuída, construímos e operamos fazendas solares próprias para atendimento a clientes MPE – micro e pequenas empresas, atendidos em baixa tensão, e no final do ano de 2020, através de uma parceria com o Banco Inter, passamos a oferecer esse produto também para clientes pessoa física.

Fechamos o ano de 2020 com uma capacidade instalada de 27 MW pico, dos quais inauguramos em 10 de novembro duas novas usinas fotovoltaicas nos municípios de Piumhi e Iraí de Minas no estado de Minas Gerais com capacidade de 5,9 MW pico de energia limpa e renovável, duas das seis usinas conectadas em 2020, que atendem a mais de 1.000 clientes.

No ano de 2020 investimos 89 milhões nos projetos da ALSOL e para 2021, de acordo com o plano de negócio divulgado este ano, estimamos investir mais R$ 205 milhões, que englobam 15 novas usinas em construção, totalizando mais de 46 MWp, e com conexão prevista ao longo do ano de 2021, o que nos leva ao patamar de 73 MWp até o final deste ano.

Dessas 15 usinas em construção, inicia operação, em março deste ano, nossa 1ª usina na área da Energisa -MG, em Cataguases, a UFV Aurora em Leopoldina, com potência de 3,1 MWp e com 100% das cotas alugadas a clientes pessoa jurídica. O investimento previsto para este projeto foi é de R$ 12 milhões.

Atualmente os projetos de P&D desenvolvidos pela ALSOL envolve produtos nas áreas de armazenamento de energia, mobilidade elétrica, micro grids, biodiesel e biogás."

3. DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1. Receita operacional bruta e líquida

No 4T20, a receita operacional líquida consolidada (contábil), sem a receita de construção, atingiu R$ 5.573,1 milhões, o que representa aumento de 25,2% (R$ 1.121,0 milhões) em relação ao registrado no 4T19. No ano de 2020, a receita operacional líquida, sem a receita de construção, foi de R$ 17.974,9 milhões, um acréscimo de 6,2% (R$ 1.051,7 milhões) comparado ao valor apurado em 2019.

A seguir, as receitas operacionais líquidas por segmento:

Receita operacional por segmento Descrição (R$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**6.071,5**	**5.752,7**	**+ 5,5**	**21.485,0**	**21.427,0**	**+ 0,3**
✓ Residencial	3.133,8	2.800,4	+ 11,9	10.771,8	10.246,6	+ 5,1
➢ Baixa renda	258,4	200,7	+ 28,8	705,7	711,5	- 0,8
✓ Industrial	410,9	423,3	- 2,9	1.545,7	1.664,6	- 7,1
✓ Comercial	1.250,5	1.291,9	- 3,2	4.530,1	4.973,3	- 8,9
✓ Rural	627,9	523,6	+ 19,9	2.207,0	1.916,4	+ 15,2
✓ Outras classes	648,4	713,6	- 9,1	2.430,4	2.626,0	- 7,5
(+) Suprimento de energia elétrica	476,6	136,8	+ 248,4	856,1	1.054,8	- 18,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	102,2	36,5	+ 180,2	282,1	204,5	+ 37,9
(+) Vendas pela comercializadora (ECOM)	312,0	256,8	+ 21,5	1.039,5	902,0	+ 15,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	452,6	420,7	+ 7,6	1.604,2	1.423,3	+ 12,7
(+) Receitas de construção	678,1	913,6	- 25,8	2.355,3	2.979,9	- 21,0
(+) Constituição e amortização – CVA	211,8	(396,1)	-	171,2	(525,7)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	360,1	322,5	+ 11,7	1.486,9	1.277,2	+ 16,4
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	159,8	89,1	+ 79,3	222,6	232,7	- 4,3
(+) Outras receitas	66,6	150,5	- 55,7	234,6	302,0	- 22,3
Receita Bruta	**8.891,3**	**7.683,2**	**+ 15,7**	**29.737,4**	**29.277,7**	**+ 1,6**
(-) Impostos sobre vendas	2.229,4	1.964,6	+ 13,5	7.775,2	7.509,9	+ 3,5
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(17,4)	(4,8)	+ 259,2	(42,2)	(17,7)	+ 138,6
(-) Encargos setoriais	428,1	357,8	+ 19,7	1.674,2	1.882,4	- 11,1
(=) Receita líquida	**6.251,1**	**5.365,7**	**+ 16,5**	**20.330,2**	**19.903,1**	**+ 2,1**
(-) Receitas de construção	678,1	913,6	- 25,8	2.355,3	2.979,9	- 21,0
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**5.573,1**	**4.452,1**	**+ 25,2**	**17.974,9**	**16.923,2**	**+ 6,2**

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por segmento Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
I - Distribuição de energia elétrica	**5.815,4**	**4.820,1**	**+ 20,6**	**18.861,5**	**18.328,6**	**+ 2,9**
✓ EMG	226,2	181,1	+ 24,9	810,4	730,9	+ 10,9
✓ ENF	50,3	42,6	+ 18,1	183,9	171,0	+ 7,5
✓ ESE	459,8	347,4	+ 32,4	1.403,5	1.408,2	- 0,3
✓ EBO	91,5	70,7	+ 29,5	282,5	283,5	- 0,4
✓ EPB	758,7	561,1	+ 35,2	2.256,7	2.143,8	+ 5,3
✓ EMT	1.605,8	1.306,9	+ 22,9	5.095,9	4.933,0	+ 3,3
✓ EMS	924,9	750,9	+ 23,2	2.922,1	2.819,6	+ 3,6
✓ ETO	428,8	440,0	- 2,6	1.453,0	1.696,3	- 14,3
✓ ESS	544,1	459,9	+ 18,3	1.824,7	1.749,6	+ 4,3
✓ ERO	520,6	449,9	+ 15,7	1.930,8	1.666,9	+ 15,8
✓ EAC	204,8	209,6	- 2,3	698,1	726,0	- 3,8
II - Comercialização e serviços de energia	**567,8**	**702,0**	**- 19,1**	**1.974,0**	**2.009,3**	**- 1,8**
✓ Energisa Comercializadora (ECOM)	283,4	233,2	+ 21,5	944,4	819,8	+ 15,2
✓ Energisa Soluções Consolidada (ESOL Consol.)	63,9	77,2	- 17,3	218,3	226,8	- 3,8
✓ Energisa S/A (ESA)	52,5	55,0	- 4,6	218,5	212,1	+ 3,0
✓ Multi Energisa	11,9	11,2	+ 6,6	43,2	39,4	+ 9,7
✓ Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	**25,6**	95,2	**- 73,1**	**91,0**	255,7	**- 64,4**
✓ Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	**59,5**	107,5	**- 44,7**	**192,1**	273,6	**- 29,8**
✓ Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	**38,0**	42,0	**- 9,5**	**175,8**	88,6	**+ 98,4**
✓ Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	**21,2**	18,5	**+ 14,6**	**47,3**	23,8	**+ 98,2**
✓ Outras	11,8	62,2	**- 81,0**	43,4	69,3	- 37,3
(=) Total (I+II)	**6.383,3**	**5.522,2**	**+ 15,6**	**20.835,5**	**20.337,8**	**+ 2,4**
Eliminações intercompany	**(132,1)**	**(156,6)**	**- 15,6**	**(505,3)**	**(434,7)**	**+ 16,2**
(=) Energisa Consolidada	**6.251,1**	**5.365,7**	**+ 16,5**	**20.330,2**	**19.903,1**	**+ 2,1**
(-) Receitas de construção	678,1	913,6	- 25,8	2.355,3	2.979,9	- 21,0
(=) Energisa Consol, s/ receita de construção	**5.573,1**	**4.452,1**	**+ 25,2**	**17.974,9**	**16.923,2**	**+ 6,2**

3.2. Ambiente Regulatório

deboConta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)

No 4T20, foi possível observar crescimento de R$ 607,9 milhões na constituição (líquida da amortização) da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) em relação ao 4T19. Em 2020, o aumento foi de R$ 696,9 milhões em relação a 2019.

A CVA é o mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/02, destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, ocorridas no período entre os eventos tarifários da distribuidora. O objetivo deste mecanismo é neutralizar os efeitos desses custos, denominados de "Parcela A" e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

3.2.1. Sobrecontratação

Em relação à sobrecontratação de energia de 2016 e 2017, a Companhia manteve o resultado acumulado e positivo de R$ 4,6 milhões. Em 2019, considerando as informações disponíveis referentes aos níveis contratuais de 2018, houve reconhecimento positivo de R$ 9,0 milhões na EMS no 1T19. Em 2020, não houve contabilização de efeito de sobrecontratação, o Grupo Energisa apresenta atualmente saldo positivo de R$ 13,6 milhões nessa rubrica.

3.2.2. Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em vigor o "Sistema de Bandeiras Tarifárias", que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo, diminuindo o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários. O funcionamento das bandeiras tarifárias é representado pelas cores verde, amarela ou vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade.

No 4T20, as receitas consolidadas auferidas pela Energisa provenientes das bandeiras tarifárias foram de R$ 118,4 milhões, ante os R$ 244,1 milhões registrados no 4T19. Em 2020, totalizaram R$ 157,1 milhões, contra R$ 473,0 milhões em 2019.

3.2.3. Revisões e reajustes tarifários

Entre 2016 e 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas ("4CRTP") das subsidiárias da Energisa S/A, exceto das distribuidoras ERO e EAC, adquiridas em agosto de 2018, ainda no aguardo das revisões para esse ciclo. Entre 2020 e 2023 será realizado o 5º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas ("5CRTP") das subsidiárias da Companhia.

Em 03 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.720 e Nota Técnica nº 109/2020 SGT/ANEEL, homologou a 5ª revisão tarifária da Energisa Tocantins, em vigor desde 04 de julho de 2020. Em 02 de fevereiro de 2021 foi aprovada a 5ª Revisão Tarifária Periódica da Energisa Borborema, começando em vigor a partir de 04 de fevereiro de 2021.

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora do Grupo Energisa foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio		
EMG	+ 6,56	+ 5,81	+ 6,41	01/07/2020	Reajuste Anual
ENF	+ 2,11	+ 3,68	+ 2,39	01/07/2020	Reajuste Anual
ESE	+ 1,05	+ 1,51	+ 1,20	01/07/2020	Reajuste Anual
EBO	+ 4,06	+ 8,61	+ 5,21	04/02/2021	Revisão Tarifária – 5ºC
EPB	+ 3,61	+ 6,60	+ 4,28	28/08/2020	Reajuste Anual
EMT	+ 2,40	+ 2,65	+ 2,47	01/07/2020	Reajuste Anual
EMS	+ 6,89	+ 6,93	+ 6,90	01/07/2020	Reajuste Anual
ETO	+ 8,54	+ 1,79	+ 7,17	04/07/2020	Revisão Tarifária – 5ºC
ESS	+ 4,03	+ 6,90	+ 4,87	12/07/2020	Reajuste Anual
ERO	- 9,85	- 16,12	- 11,29	13/12/2020	Reajuste Anual
EAC	+ 2,86	+ 3,42	+ 2,95	13/12/2020	Reajuste Anual

3.2.4. Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da "Base de Remuneração Regulatória" utiliza o método do "Valor Novo de Reposição – VNR", que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A evolução das "Bases de Remunerações Líquidas" (BRL) das distribuidoras do Grupo Energisa e as datas das Revisões Tarifárias (RT) são as seguintes:

Distribuidora	Base de Remuneração Líquida (BRL) Em R$ milhões			Data revisão tarifária		
	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
EMG	218,3	308,0	-	jun/12	jun/16	jun/21
ENF	69,2	95,0	-	jun/12	jun/16	jun/21
ESE	497,6	797,3	-	abr/13	abr/18	abr/23
EBO	67,0	117,7	160,7	fev/13	fev/17	fev/21
EPB	827,3	1.318,4	-	ago/13	ago/17	ago/21
EMT	1.693,5	3.459,8	-	abr/13	abr/18	abr/23
EMS	1.152,6	1.864,5	-	abr/13	abr/18	abr/23
ETO	257,1	596,2	1.370,5	jul/12	jul/16	jul/20
ESS	320,3	491,5	-	mai/12	mai/16	jul/21
ERO	382,6	1.566,9*	-	nov/13	dez/20	dez/23
EAC	230,2	596,0*	-	nov/13	dez/20	dez/23
Total	**5.715,7**	**11.211,3**	**1.531,2**			
WACC (antes de impostos)	**11,36%**	**12,26%**	**11,10%**			

* Considera atualização do IPCA de junho de 2020 a dezembro de 2020.

3.2.5. Parcela B

Distribuidora	Parcela B				
	DRA [1]	DRP [2]	Variação (R$ milhões)	Variação %	Processo Revisional
EMG	230,8	236,3	5,5	+ 2,4	Reajuste Anual
ENF	48,7	49,9	1,2	+ 2,5	Reajuste Anual
ESE	446,6	462,0	15,4	+ 3,5	Reajuste Anual
EBO	88,4	88,4	0,1	+ 0,1	Revisão Tarifária – 5ºC
EPB	763,3	820,4	57,1	+ 7,5	Reajuste Anual
EMT	1.664,9	1.777,2	112,3	+ 6,7	Reajuste Anual
EMS	968,1	1.035,1	67,0	+ 6,9	Reajuste Anual
ETO	560,0	641,6	81,6	+ 14,5	Revisão Tarifária – 5ºC
ESS	405,7	399,9	- 5,8	- 1,4	Reajuste Anual
ERO	435,3	654,7	219,4	+ 50,4	Reajuste Anual
EAC	228,1	287,8	59,7	+ 26,5	Reajuste Anual
Total	**5.839,9**	**6.453,3**	**613,4**	**+ 10,5**	

(1) DRA – Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela Aneel, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP – Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela Aneel, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário.

3.2.6. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

A Aneel também autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional. Os valores por distribuidora são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
EMG	18,3	18,4	- 1,0	83,4	73,2	+ 13,9
ENF	1,6	1,3	+ 26,6	6,8	6,0	+ 13,4
ESE	29,7	25,7	+ 15,4	112,7	92,4	+ 21,9
EBO	5,2	4,4	+ 19,4	22,0	17,9	+ 23,4
EPB	55,4	48,3	+ 14,8	236,8	185,1	+ 28,0
EMT	95,3	77,7	+ 22,7	395,3	327,5	+ 20,7
EMS	54,1	51,5	+ 4,9	228,6	204,3	+ 11,9
ETO	33,8	26,4	+ 27,9	141,0	113,8	+ 23,9
ESS	33,9	36,2	- 6,3	120,4	131,7	- 8,6
ERO	24,2	24,5	- 1,5	100,0	95,6	+ 4,5
EAC	8,3	8,0	+ 4,5	38,8	29,9	+ 29,7
ESA Consolidada	**360,1**	**322,5**	**+ 11,7**	**1.486,9**	**1.277,2**	**+ 16,4**

3.3. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 4.866,9 milhões no trimestre, aumento de 25,6% (R$ 992,4 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, esse valor chegou a R$ 15.518,5 milhões, 3,8% (R$ 561,1 milhões) acima do mesmo período do ano anterior.

A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**3.569,6**	**2.782,2**	**+ 28,3**	**11.264,1**	**10.889,9**	**+ 3,4**
1.1 Energia comprada	3.142,7	2.476,0	+ 26,9	9.805,8	9.753,4	+ 0,5
1.2 Transporte de potência elétrica	427,0	306,2	+ 39,5	1.458,3	1.136,5	+ 28,3
2 Custos e Despesas controláveis	**867,6**	**866,0**	**+ 0,2**	**2.883,4**	**2.931,0**	**- 1,6**
2.1 PMSO	**836,3**	**926,6**	**- 9,7**	**2.588,0**	**2.906,8**	**- 11,0**
2.2 Provisões/Reversões	**31,4**	**(60,6)**	**-**	**295,3**	**24,2**	**+ 1.122,6**
2.2.1 Contingências	(16,1)	(86,2)	**- 81,4**	**(85,0)**	**(188,3)**	**- 54,8**
2.2.2 Devedores duvidosos	47,4	25,6	+ 85,0	380,4	212,5	+ 79,0
3 Demais receitas/despesas	**429,6**	**226,3**	**+ 89,8**	**1.371,0**	**1.136,6**	**+ 20,6**
3.1 Depreciação e amortização	326,8	284,0	+ 15,0	1.228,7	1.157,9	+ 6,1
3.2 Outras receitas/despesas	102,8	(57,7)	-	142,3	(21,3)	-
Total (1+2+3, s/ construção)	**4.866,9**	**3.874,4**	**+ 25,6**	**15.518,5**	**14.957,4**	**+ 3,8**
Custo de construção	590,7	807,2	- 26,8	2.109,3	2.603,7	- 19,0
Total (1+2+3, c/ construção)	**5.457,5**	**4.681,6**	**+ 16,6**	**17.627,8**	**17.561,1**	**+ 0,4**

Nota: Os custos e despesas operacionais por distribuidoras se encontram no Anexo I.

3.3.1. Custos e Despesas operacionais não controláveis

Os custos e despesas não controláveis apresentaram acréscimo de 28,3% (R$ 787,5 milhões) no trimestre, atingindo R$ 3.569,6 milhões. No acumulado do ano, essa rubrica cresceu 3,4% (R$ 374,2 milhões).

3.3.2. Custos e Despesas operacionais controláveis

Os custos e despesas controláveis tiveram acréscimo de apenas 0,2% (R$ 1,7 milhão), atingindo R$ 867,6 milhões no trimestre. No acumulado do ano, esse valor sofreu redução de 1,6% (R$ 47,6 milhões).

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

As despesas com PMSO tiveram redução de 9,7% (R$90,3 milhões) e atingiram R$ 836,3 milhões no trimestre. No acumulado do ano, essa linha sofreu redução de 11,0% (R$ 318,8 milhões). A companhia implementou em 2020 um bem sucedido plano de redução de custos que compensou o aumento das provisões e a redução do mercado.

PMSO Consolidado Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Pessoal	490,2	460,1	+ 6,6	1.366,4	1.465,6	- 6,8
✓ Custos rescisórios	8,7	13,7	- 36,2	27,2	98,1	- 72,3
Fundo de pensão	(26,0)	12,1	-	10,0	63,7	- 84,3
Material	62,3	58,5	+ 6,5	198,0	192,2	+ 3,0
Serviços de terceiros	249,8	252,7	- 1,2	791,8	854,5	- 7,3
Outras	59,9	143,2	- 58,1	221,8	330,8	- 33,0
✓ Multas e compensações	2,4	7,8	- 68,9	21,1	22,4	- 5,7
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	34,2	34,2	- 0,0	81,2	110,0	- 26,1
✓ Outros	23,3	101,2	- 77,0	119,5	198,5	- 39,8
Total PMSO Consolidado	**836,3**	**926,6**	**- 9,7**	**2.588,0**	**2.906,8**	**- 11,0**
IPCA / IBGE (últimos 12 meses)	**4,52%**					
IGPM / FGV (últimos 12 meses)	**23,14%**					

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ **Despesas com Pessoal e Benefício Pós Emprego**

No trimestre, as despesas com pessoal e benefício pós-emprego atingiram R$ 464,2 milhões, redução de 1,7% (R$ 8,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Esse resultado foi impactado pelo efeito positivo na linha de Fundo de Pensão relacionado à redução do déficit atuarial em aproximadamente R$ 49,0 milhões. Além desse efeito, tivemos um aumento no provisionamento de PLR do grupo em função da adição das concessões de ERO e EAC, compensando parcialmente o efeito mencionado anteriormente.

No acumulado do ano, as despesas com pessoal e benefício pós emprego reduziram 10,0% (R$152,8 milhões), sendo que esse decréscimo está concentrado no 2T20 e 3T20, principalmente pelos menores custos com demissão, efeitos da MP 936 e redução nas indenizações trabalhistas.

✓ **Despesas com Materiais e Serviços de Terceiros**

No trimestre, as despesas com materiais e serviços de terceiros atingiram R$ 312,1 milhões, acréscimo de 0,3% (R$ 0,9 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, explicada:

(i) Pelo crescimento de 6,5% (R$ 3,8 milhões) nas despesas com **materiais**, principalmente na Energisa Soluções (+ R$ 5,8 milhões), em função de maiores gastos com construção e manutenção de rede de distribuição e transmissão.

(ii) Pelo decréscimo de 1,2% (R$ 2,9 milhões) nas despesas com **serviços terceirizados**.

No acumulado do ano, essas rubricas apresentaram decréscimo de 5,4% (R$ 57,0 milhões), concentrando no 2T20 e 3T20 explicado por menores gastos na ERO e EAC com consultorias regulatórias, e pela redução de corte e religação, manutenção corretiva e preventiva em grande parte das empresas do grupo em função da pandemia.

✓ **Outras Despesas**

No trimestre, as outras despesas atingiram R$ 59,9 milhões, 58,1% (R$ 83,3 milhões) abaixo do mesmo período do ano passado, em função:

(i) Do decréscimo de R$ 5,4 milhões em multas e compensações;

(ii) Da queda de R$ 77,9 milhões em outros, em função:

• Dos custos dos serviços prestados pela ALSOL de projetos Turn Key para clientes no valor R$ 45,3 milhões, registrados no 4T19. Vale ressaltar que há uma contrapartida para esse valor na receita líquida, de R$ 63,8 milhões.

• Dos custos derivados de acertos de passivos da ERO e EAC relacionados a reinvindicações anteriores a aquisição pela Energisa, no valor de R$ 10,8 milhões. Vale ressaltar, que essas negociações também possuem efeito na rubrica de contingências, o que será explicado no item 3.3.3.

A seguir, os valores das despesas com PMSO por empresa:

Despesas com PMSO das distribuidoras Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Distribuição de energia elétrica	**797,6**	**888,2**	**- 10,2**	**2.570,9**	**2.918,3**	**- 11,9**
EMG	42,1	40,0	+ 5,2	125,8	130,0	- 3,2
ENF	6,5	7,4	- 12,3	21,8	24,1	- 9,7
ESE	59,6	57,1	+ 4,3	178,5	182,9	- 2,4
EBO	11,8	12,9	- 8,7	38,6	39,9	- 3,3
EPB	94,4	97,5	- 3,1	284,5	305,6	- 6,9
EMT	155,5	160,8	- 3,3	523,9	576,8	- 9,2
EMS	136,0	137,4	- 1,1	404,8	438,5	- 7,7
ETO	86,1	85,9	+ 0,2	261,1	280,6	- 7,0
ESS	52,5	71,9	- 27,0	194,8	227,4	- 14,4
ERO	98,7	156,6	- 37,0	368,5	514,7	- 28,4
EAC	54,4	60,5	- 10,0	168,7	197,6	- 14,7
Comercialização, serviços de energia e outros	**164,4**	**192,1**	**- 14,4**	**491,4**	**476,9**	**+ 3,1**
ESA Controladora	78,8	64,0	+ 23,0	205,9	180,8	+ 13,9
ECOM	2,7	2,7	- 1,5	8,5	8,2	+ 3,5
ESO-CONSOL	57,7	60,2	- 4,1	197,7	191,2	+ 3,4
MULTI	8,8	7,8	+ 13,1	31,3	26,3	+ 19,1
Outras operacionais	**16,3**	**57,3**	**- 71,5**	**48,2**	**70,4**	**- 31,6**
Eliminações intercompany	**(125,7)**	**(153,7)**	**- 18,2**	**(474,3)**	**(488,3)**	**- 2,9**
Energisa Consolidada	**836,3**	**926,6**	**- 9,7**	**2.588,0**	**2.906,8**	**- 11,0**

3.3.3. Demais despesas operacionais

O grupo das demais despesas operacionais atingiu R$ 134,2 milhões no trimestre, contra uma reversão de R$ 118,3 milhões no mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, as Demais Despesas apresentaram aumento de 434,8 milhões.

Demais despesas Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Provisões/reversões	**31,4**	**(60,6)**	**-**	**295,3**	**24,2**	**+ 1.122,6**
Contingências	(16,1)	(86,2)	- 81,4	(85,0)	(188,3)	- 54,8
Devedores duvidosos	47,4	25,6	+ 85,0	380,4	212,5	+ 79,0
Outras receitas/despesas	**102,8**	**(57,7)**	**-**	**142,3**	**(21,3)**	**-**
Total ESA	**134,2**	**(118,3)**	**-**	**437,7**	**2,9**	**+ 15.044,7**

Obs: Valores negativos representam reversões.

Contingências

No trimestre, essa rubrica apresentou reversão de R$ 16,1 milhões, apresentando piora de R$ 70,2 milhões em relação à reversão de R$ 86,2 milhões no mesmo período do ano passado.

A tabela abaixo indica alguns eventos não recorrentes ocorridos no 4T19 e 4T20, que ajudarão a entender tal variação:

• Acertos de passivos da ERO e EAC do período pré aquisição, com efeito positivo de R$ 39,2 milhões no 4T19;

• Reversões de acordos trabalhistas, principalmente na EMS, no valor de R$ 11,5 milhões no 4T19;

• Despesas referentes a acordos trabalhistas, principalmente na EMS, no valor de R$ 10,4 milhões no 4T20.

Valores em R$ milhões	Trimestre			
	4T20	4T19	Var. %	Var. R$
Contingências	**(16,1)**	**(86,2)**	**- 81,4**	**- 70,2**
Acerto de Passivos (ERO e EAC)	-	39,2	-	-
Acordos trabalhistas	(10,4)	11,5	-	
Contingências sem não recorrentes	**(26,5)**	**(35,5)**	**- 25,5**	**+ 9,1**

Desconsiderando os eventos mencionados acima, essa linha teria melhorado em R$ 31,2 milhões, sendo impactada por:

• Piora de R$ 21,7 milhões na ERO, em função dos mutirões de acordos realizados no 4T19, levando a uma base inflada de reversões;

• Melhora de R$ 15,6 milhões na EAC, em vista do maior número de reversões trabalhistas no 4T20.

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

Aumento de R$ 21,8 milhões no trimestre resultante, principalmente:

• Da reversão de PPECLD reflexo das renegociações em andamento referentes a débitos gerados pela pandemia de Covid-19, no montante de R$ 8,9 milhões.

• Dos aumentos, já desconsiderando o efeito mencionado acima, de (i) R$ 15,1 milhões na ERO, em função de melhorias de cálculos das provisões em alinhamento com o conceito do grupo, gerando impacto no resultado de dez/20; e de (ii) R$ 11,4 milhões na EAC, em função de reversões, no 4T19, referentes a renegociações de dívidas antigas com poder público.

A tabela abaixo demonstra o valor provisionado de PPECLD decorrente da Covid por empresa:

PPECLD Covid Valores em R$ milhões	Períodos						
	1T20	2T20	6M20	3T20	9M20	4T20	2020
EMG	1,1	2,7	3,8	(0,2)	3,6	(1,5)	2,1
ENF	-	1,0	1,0	(0,2)	0,8	(0,3)	0,5
ESE	3,0	8,0	11,1	(2,2)	8,8	(3,0)	5,8
EBO	-	1,6	1,6	(0,7)	0,9	(0,1)	0,9
EPB	3,8	12,9	16,7	(10,4)	6,3	1,0	7,3
EMT	9,3	50,3	59,5	(12,5)	47,0	0,6	47,7
EMS	5,1	17,3	22,4	(11,5)	11,0	4,4	15,3
ETO	0,9	6,9	7,8	(2,2)	5,6	(0,5)	5,1
ESS	1,9	4,6	6,4	(1,6)	4,9	(1,7)	3,2
ERO	-	36,4	36,4	9,0	45,5	(6,2)	39,3
EAC	-	21,5	21,5	2,9	24,5	(1,8)	22,7
Energisa Consolidada	**25,2**	**163,2**	**188,4**	**(29,6)**	**158,9**	**(8,9)**	**149,9**

Outras Receitas / Despesas

Piora de R$ 160,5 milhões na linha de outras receitas/despesas, impactada pelos eventos não recorrentes mencionados abaixo, que serão explicados em maiores detalhes na seção de EBITDA.

Desconsiderando esses efeitos, essa linha teria sofrido uma redução de R$ 0,3 milhão.

Valores em R$ milhões	Trimestre			
	4T20	4T19	Var. %	Var. R$
Outras receitas/despesas	**102,8**	**(57,7)**	**-**	**+ 160,5**
Marcação a mercado Comercializadora (CPC 48)	(32,4)	73,4	-	-105,8
Ajustes de inventário após revisão extraordinária (ERO e EAC)	(45,7)	-	-	-
Provisão para Perdas Prováveis - combustível (ERO)	(9,4)	-	-	-
Outras receitas/despesas sem não recorrentes	**15,4**	**15,7**	**- 1,6**	**-0,3**

3.4. EBITDA

O EBITDA totalizou R$ 1.120,4 milhões no trimestre, incremento de 15,7% (R$ 152,2 milhões) em relação ao ano anterior. Esse valor está influenciado pelos seguintes efeitos não recorrentes:

• Positivos:

(i) Atualização financeira do VNR, sendo R$ 159,8 milhões nesse trimestre e R$ 89,1 milhões no mesmo período do ano anterior;

(ii) Adoção do IFRS 15 no segmento de transmissão com reconhecimento de Ativo de Contrato de R$ 74,2 milhões;

(iii) Registro adicional, na ERO, ao saldo da subvenção CCC no valor de R$ 61,1 milhões, líquido de PIS e COFINS, identificado durante o processo de refinamento da implementação de controles e de novas práticas;

• Negativo:

(i) Custos rescisórios de R$ 8,7 milhões nesse trimestre e R$ 13,7 milhões no mesmo trimestre do ano anterior;

(ii) Marcação a mercado do portfólio da Energisa Comercializadora, com efeito negativo de R$ 32,4 milhões nesse trimestre e positivo de R$ 73,4 milhões no mesmo período do ano passado (CPC 48);

(iii) Ajustes de inventário contabilizados após homologação da base de ativos de ERO e EAC pela Aneel em dez/20 no valor de R$ 45,7 milhões;

(iv) Recálculo da CVA da ERO devido à fiscalização realizada pela ANEEL referente ao reembolso de combustíveis (CCC) no valor de R$ 45,2 milhões;

(v) Provisão para perda referente a empréstimo de combustível realizado pela ERO no período pré aquisição no valor de R$ 9,4 milhões.

Excluindo os efeitos não recorrentes mencionados anteriormente, o EBITDA no trimestre seria de R$ 974,4 milhões, 53,6% (R$ 340,1 milhões) acima do registrado no ano anterior. Seguem alguns destaques (as análises abaixo já estão **desconsiderando os eventos não recorrentes / não caixa / caixa regulatório:**

• EMT: incremento de R$ 124,7 milhões em sua parcela B, e de R$ 129,8 milhões no EBITDA, impulsionado pelo crescimento de mercado e reajuste tarifário;

• ERO: acréscimo de R$ 38,1 milhões em sua parcela B, com aumento de R$ 64,9 milhões no EBITDA impulsionado pelo melhor resultado de PMSO (- R$ 50,8 milhões), e pela forte performance de seu mercado;

• EAC: melhora de R$ 45,7 milhões em sua parcela B, e de R$ 40,0 milhões no EBITDA, impulsionado pelo bom crescimento de seu mercado.

• EMS: aumento de R$ 11,7 milhões em sua parcela B, com queda de R$ 12,1 milhões no EBITDA, influenciado por uma reversão de processos trabalhistas relacionados a projeto especial no 4T19, levando a uma base de comparação inflada, e pelo crescimento mais modesto mercado;

• EBITDA Regulatório Transmissoras (EGO e EPA I): Com a entrada em operação dos projetos de transmissão da Energisa Goiás 1 e Pará 1, em 2020, o EBITDA regulatório consolidado neste trimestre foi de R$ 7,7 milhões, resultando no incremento de caixa para a Companhia.

Abaixo os efeitos **não recorrentes e não caixa** no EBITDA Consolidado no trimestre:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre		
	4T20	4T19	Var. %
(=) EBITDA	**1.120,4**	**968,1**	**+ 15,7**
Custos rescisórios	8,7	13,7	- 36,3
Marcação a mercado Comercializadora (CPC 48)	32,4	(73,4)	-
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(159,8)	(89,1)	+ 79,3
Adoção contábil IFRS 15 para transmissão	(74,2)	(138,0)	- 46,2
EBITDA Regulatório Transmissoras (EGO, EPA I)	7,7	-	-
Custos dos serviços prestados pela ALSOL de projetos Turn Key - 4T19	-	(18,6)	-
Acertos de Passivos (ERO e EAC) - 4T19	-	(28,4)	-
Complemento Subvenção CCC (ERO) - 2T20 e 4T20	(61,1)	-	-
Ajustes de inventário após revisão extraordinária (ERO e EAC) - 4T20	45,7	-	-
Ajuste de CVA após fiscalização Aneel referente a CCC (ERO) - 4T20	45,2	-	-
Provisão para Perdas Prováveis - combustível (ERO) - 4T20	9,4	-	-
(=) EBITDA com ajustes não caixa/regulatório Caixa / não recorrentes	**974,4**	**634,3**	**+ 53,6**

Obs: valores positivos impactaram o resultado negativamente, enquanto valores negativos tiveram impactos positivos.

No acumulado do ano, o EBITDA totalizou R$ 3.931,1 milhões, aumento de 12,3 % (R$ 431,2 milhões) em relação ao ano passado. Excluindo os efeitos não recorrentes **mencionados no anexo A.8**, o EBITDA no acumulado do ano seria de R$ 3.466,5 milhões, 20,6% (R$ 591,7 milhões) acima do ano passado.

Abaixo o EBITDA das distribuidoras desconsiderando os efeitos não recorrentes:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
EMG	26,0	26,2	- 0,4	125,7	117,2	+ 7,3
ENF	8,1	6,3	+ 28,6	30,3	30,9	- 1,9
ESE	75,7	57,8	+ 30,9	277,3	257,5	+ 7,7
EBO	13,2	11,3	+ 17,6	45,7	48,2	- 5,2
EPB	131,2	104,6	+ 25,4	482,7	432,3	+ 11,6
EMT	347,2	217,4	+ 59,7	1.102,2	963,7	+ 14,4
EMS	147,1	159,2	- 7,6	602,6	591,7	+ 1,8
ETO	104,1	59,0	+ 76,5	365,1	296,1	+ 23,3
ESS	78,6	55,5	+ 41,7	269,0	236,4	+ 13,8
ERO	90,0	(63,1)	-	(48,8)	(210,2)	+ 76,8
EAC	37,6	(2,4)	-	102,2	(3,8)	-
Distribuidoras	**1.058,8**	**631,6**	**+ 67,6**	**3.353,9**	**2.760,0**	**+ 21,5**

A seguir, os valores de **EBITDA e EBITDA Ajustado** trimestral por subsidiária nos períodos:

Descrição Valores em R$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	4T20	4T19	Var. %	4T20	4T19	Var. %
Distribuição de energia elétrica	**1.171,5**	**736,2**	**+ 59,1**	**1.277,8**	**824,1**	**+ 55,0**
EMG	26,9	26,5	+ 1,6	30,9	29,7	+ 4,1
ENF	8,2	6,4	+ 28,1	8,3	7,1	+ 17,0
ESE	89,0	62,8	+ 41,8	97,0	69,1	+ 40,4
EBO	15,3	12,3	+ 24,3	17,1	13,7	+ 24,6
EPB	149,9	114,9	+ 30,5	165,2	126,8	+ 30,2
EMT	429,6	260,3	+ 65,0	463,9	281,9	+ 64,6
EMS	178,6	176,3	+ 1,3	196,7	188,0	+ 4,6
ETO	104,6	66,6	+ 57,1	114,8	73,3	+ 56,6
ESS	80,4	56,1	+ 43,3	86,9	61,1	+ 42,2
ERO	68,2	(61,3)	-	71,7	(39,8)	-
EAC	20,8	15,3	+ 35,7	25,3	13,2	+ 91,7
Comercialização, serviços de energia e outros	**66,0**	**233,2**	**- 71,7**	**66,0**	**233,2**	**- 71,7**
ECOM	(16,9)	63,9	-	(16,9)	63,9	-
ESOL Consol.	7,8	19,3	- 59,6	7,8	19,3	- 59,6
MULTI	3,2	3,8	- 17,1	3,2	3,8	- 17,1
EGO	**24,3**	62,7	**- 61,3**	**24,3**	**62,7**	**- 61,3**
EPA I	**36,6**	62,2	**- 41,2**	**36,6**	**62,2**	**- 41,2**
EPA II	**9,0**	6,7	**+ 34,4**	**9,0**	**6,7**	**+ 34,4**
ETT	**5,0**	6,4	**- 22,7**	**5,0**	**6,4**	**- 22,7**
Outras	(2,9)	8,2	-	(2,9)	8,2	-
Holdings (sem equivalência patrimonial)	**(29,1)**	**(7,2)**	**+ 305,9**	**(29,1)**	**(7,2)**	**+ 305,9**
ESA Controladora	(26,2)	(6,7)	+ 288,9	(26,2)	(6,7)	+ 288,9
Rede Controladora	(0,3)	(0,4)	- 13,7	(0,3)	(0,4)	- 13,7
DENERGE	(0,0)	(0,0)	- 58,0	(0,0)	(0,0)	- 55,3
Demais holdings	**(2,6)**	(0,1)	**+ 3.851,1**	**(2,6)**	(0,1)	**+ 3.851,1**
Combinação de negócios	**(88,1)**	**5,9**	**-**	**(88,1)**	**5,9**	**-**
Energisa Consolidada	**1.120,4**	**968,1**	**+ 15,7**	**1.226,6**	**1.056,1**	**+ 16,1**
Margem EBITDA (%)	17,9	18,0	- 0,1 p.p.	19,6	19,7	- 0,1 p.p.

A seguir, os valores de **EBITDA e EBITDA Ajustado acumulado** por subsidiária nos períodos:

Descrição Valores em R$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %
Distribuição de energia elétrica	**3.757,3**	**2.956,4**	**+ 27,1**	**4.138,1**	**3.296,4**	**+ 25,5**
EMG	127,1	117,7	+ 8,0	140,2	130,0	+ 7,8
ENF	30,6	31,0	- 1,4	32,4	33,7	- 4,1
ESE	298,7	271,4	+ 10,0	325,5	295,1	+ 10,3
EBO	48,8	50,6	- 3,7	54,4	55,8	- 2,4
EPB	509,7	454,6	+ 12,1	559,5	499,9	+ 11,9
EMT	1.173,5	1.055,9	+ 11,1	1.289,3	1.145,1	+ 12,6
EMS	646,5	636,0	+ 1,7	706,9	681,2	+ 3,8
ETO	369,9	344,3	+ 7,4	399,3	369,0	+ 8,2
ESS	269,7	236,6	+ 14,0	293,0	257,6	+ 13,7
ERO	160,8	(254,1)	-	203,8	(185,3)	-
EAC	122,1	12,5	+ 880,5	133,7	14,3	+ 833,9
Comercialização, serviços de energia e outros	**246,5**	**384,5**	**- 35,9**	**246,5**	**384,5**	**- 35,9**
ECOM	(5,5)	56,2	-	(5,5)	56,2	-
ESOL Consol.	20,1	39,3	- 48,9	20,1	39,3	- 48,9
MULTI	11,9	13,7	- 12,7	11,9	13,7	- 12,7
EGO	**53,2**	129,3	**- 58,8**	**53,2**	129,3	**- 58,8**
EPA I	**112,9**	120,6	**- 6,4**	**112,9**	120,6	**- 6,4**
EPA II	**38,7**	14,9	**+ 160,4**	**38,7**	14,9	**+ 160,4**
ETT	**13,7**	8,0	**+ 71,2**	**13,7**	8,0	**+ 71,2**
Outras	1,5	2,5	- 41,6	1,5	2,5	- 41,6
Holdings (sem equivalência patrimonial)	**12,7**	**36,0**	**- 64,8**	**12,7**	**36,0**	**- 64,8**
ESA Controladora	16,4	33,5	- 50,9	16,4	33,5	- 50,9
Rede Controladora	(0,7)	(1,2)	- 37,4	(0,7)	(1,2)	- 37,4
DENERGE	(0,1)	(0,1)	+ 49,2	(0,1)	(0,1)	+ 49,2
Demais holdings	**(2,9)**	3,8	-	**(2,9)**	3,8	-
Combinação de negócios	**(85,3)**	**122,9**	**-**	**(85,3)**	**122,9**	**-**
Energisa Consolidada	**3.931,1**	**3.499,9**	**+ 12,3**	**4.312,0**	**3.839,9**	**+ 12,3**
Margem EBITDA (%)	19,3	17,6	+ 1,8 p.p.	21,2	19,3	+ 1,9 p.p.

3.5. Resultado financeiro

No trimestre, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R$ 495,7 milhões, contra R$ 231,4 milhões de despesas financeiras líquidas no mesmo período do ano anterior, aumento de R$ 264,3 milhões. No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R$ 655,8 milhões, contra R$ 1.360,4 milhões de despesas financeiras líquidas no mesmo período do ano passado, melhora de R$ 704,6 milhões.

Resultado Financeiro Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Receitas financeiras	**210,7**	**222,0**	**- 5,1**	**735,3**	**910,6**	**- 19,3**
Receita de aplicações financeiras	39,1	36,8	+ 6,1	105,4	177,4	- 40,6
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	106,3	88,0	+ 20,7	380,9	340,0	+ 12,0
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	1,1	25,8	- 95,7	33,7	84,9	- 60,3
Atualização de créditos tributários a recuperar	6,4	15,5	- 58,6	31,1	39,3	- 20,8
Atualização monetária dos depósitos judiciais	6,6	7,0	- 5,6	27,5	24,4	+ 12,8
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	(16,6)	(14,1)	+ 17,7	(52,9)	(56,3)	- 6,0
Outras receitas financeiras	**67,9**	63,0	+ 7,8	**209,6**	301,0	- 30,4
Despesas financeiras	**(706,4)**	**(453,3)**	**+ 55,8**	**(1.391,0)**	**(2.271,0)**	**- 38,7**
Encargos de dívidas – Juros	(205,6)	(180,4)	+ 14,0	(854,0)	(1.009,6)	- 15,4
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	156,8	10,5	+ 1.395,1	(1.362,4)	(303,8)	+ 348,4
Instrumentos financeiros derivativos	(183,6)	(87,6)	+ 109,5	1.312,4	115,8	+ 1.033,5
Ajuste a valor presente	(19,5)	(2,4)	+ 704,7	(5,5)	(13,2)	- 58,2
Marcação a mercado derivativos	(330,1)	(127,8)	+ 158,3	(5,4)	(435,1)	- 98,8
Marcação a mercado da dívida	(63,4)	(16,3)	+ 289,8	(39,2)	(191,2)	- 79,5
Atualização financeira de passivos regulatórios	(0,2)	2,7	-	(8,4)	(20,6)	- 59,3
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(1,2)	(3,0)	- 61,9	(6,5)	(16,7)	- 61,0
(-) Transferência de juros capitalizados para ordens em curso	6,7	3,6	+ 88,0	20,9	7,7	+ 171,8
Despesas bancárias	(3,7)	(3,5)	+ 6,0	(13,9)	(13,6)	+ 2,2
Incorporação de redes	(24,6)	(1,6)	+ 1.449,7	(49,2)	(27,5)	+ 79,2
Despesa de Aval	(2,1)	(3,1)	- 31,4	(11,2)	(12,3)	- 8,9
Outras despesas financeiras	(35,9)	(44,3)	- 19,1	(368,6)	(350,9)	+ 5,0
Resultado financeiro	**(495,7)**	**(231,4)**	**+ 114,2**	**(655,8)**	**(1.360,4)**	**- 51,8**

No trimestre, as receitas financeiras apresentaram redução de R$ 11,2 milhões.

Por sua vez, nesse trimestre, as despesas financeiras apresentaram incremento de R$ 253,1 milhões, influenciada, principalmente pelo impacto negativo, meramente contábil e sem efeito caixa das linhas de Marcação a Mercado de Derivativos e de Dívida, que somadas aumentaram R$ 249,5 milhões. Esse efeito é explicado pela contabilização da opção de conversibilidade do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S/A (1ª, 2ª e 3ª séries) com impacto negativo de R$ 393,9 milhões no 4T20, contra R$ 144,2 milhões no 4T19, sem efeito caixa.

No acumulado do ano, as receitas financeiras apresentaram redução de R$ 175,4 milhões.

Por sua vez, as despesas financeiras apresentaram redução de R$ 880,0 milhões no acumulado do ano, sendo que os efeitos da marcação a mercado da opção de conversibilidade do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S/A (1ª, 2ª e 3ª séries representou uma despesa de R$ 45,2 milhões no exercício de 2020, contra despesa de R$ 627,8 milhões no exercício de 2019.

3.6. Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R$ 192,0 milhões, redução de 45,6% (161,3 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Além dos efeitos mencionados no EBITDA, o lucro líquido também foi afetado pelos seguintes eventos:

• Efeito negativo e não caixa da marcação a mercado do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S.A no valor de R$ 393,9 milhões;

• Efeito positivo de reversão de perdas para controvérsia relativa à alienação de ativos de geração em 2014, no valor de R$ 88,5 milhões;

Desconsiderando os efeitos acima, o lucro líquido consolidado do trimestre seria de R$ 313,3 milhões, 87,2% (R$ 145,9 milhões) acima do registrado no mesmo período do ano passado.

Abaixo os efeitos não recorrentes no trimestre, líquidos de impostos:

Descrição (R$ milhões)	Trimestre		
	4T20	4T19	Var. %
(=) Lucro líquido do período	**192,0**	**353,3**	**- 45,6**
Custos rescisórios	6,3	9,4	- 32,6
Marcação a mercado Comercializadora (CPC 48)	21,4	(48,4)	-
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(127,8)	(71,3)	+ 79,3
Adoção contábil IFRS 15 para transmissão	(68,1)	(180,4)	- 62,3
Lucro Regulatório Transmissoras (EGO, EPA I)	2,0	-	-
Marcação a mercado debêntures 7ª emissão	393,9	144,2	+ 173,2
Custos dos serviços prestados pela ALSOL de projetos Turn Key - 4T19	-	(11,0)	-
Acertos de Passivos (ERO e EAC) - 4T19	-	(28,4)	-
Crédito PIS/COFINS CCC (ERO e EAC) - 1T20	(24,0)		
Complemento Subvenção CCC (ERO) - 2T20 e 4T20	(85,6)	-	-
Ajustes de inventário após revisão extraordinária (ERO e EAC) - 4T20	39,0	-	-
Ajuste de CVA após fiscalização Aneel referente a CCC (ERO) - 4T20	43,4	-	-
Provisão para Perdas Prováveis - combustível (ERO) - 4T20	9,4	-	-
Reversão de perdas para controvérsia relativa à alienação de ativos de geração em 2014 - 4T20	(88,5)	-	-
(=) Lucro líquido com ajustes não caixa / não recorrentes	**313,3**	**167,4**	**+ 87,2**

No acumulado do ano, o resultado consolidado foi um lucro líquido de R$ 1.607,5 milhões, 204,9% (R$ 1.080,3 milhões) acima do mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa especificados no **anexo A8**, o lucro no acumulado do ano teria sido de R$ 1.129,6 milhões, 93,8% (R$ 546,7 milhões) acima do mesmo período do ano passado.

A seguir, o lucro (prejuízo) líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro (prejuízo) líquido por Empresa Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Distribuição de energia elétrica	**682,9**	**383,7**	**+ 78,0**	**1.879,7**	**1.204,8**	**+ 56,0**
EMG	10,4	7,4	+ 40,3	45,7	38,0	+ 20,4
ENF	2,4	2,7	- 12,4	10,8	12,8	- 15,8
ESE	45,7	39,5	+ 15,6	163,5	147,1	+ 11,1
EBO	10,6	9,0	+ 17,1	34,4	36,7	- 6,3
EPB	108,0	85,3	+ 26,6	366,9	314,2	+ 16,8
EMT	268,7	171,0	+ 57,1	678,0	594,2	+ 14,1
EMS	97,3	101,4	- 4,1	342,4	333,2	+ 2,8
ETO	80,0	32,5	+ 146,2	206,6	178,4	+ 15,8
ESS	41,0	33,9	+ 21,0	124,3	116,1	+ 7,1
ERO	8,2	(97,3)	-	(143,8)	(516,0)	- 72,1
EAC	10,6	(1,9)	-	51,0	(49,7)	-
Comercialização, serviços de energia e outros	**53,3**	**240,4**	**- 77,8**	**175,9**	**321,9**	**- 45,3**
ECOM	(11,7)	41,8	-	(5,5)	36,1	-
ESOL Consolidado	2,7	10,2	- 73,7	4,5	16,1	- 72,1
MULTI	2,0	2,2	- 8,7	7,0	7,8	- 10,5
EGO	22,4	87,4	- 74,4	46,6	131,5	- 64,6
EPAI	32,8	82,2	- 60,2	104,4	120,7	- 13,5
EPAII	8,1	6,7	+ 20,9	32,5	12,1	+ 168,5
ETT	3,3	4,1	- 19,2	9,0	5,1	+ 76,5
Outras	(6,2)	5,7	-	(22,5)	(7,5)	+ 201,7
Holdings (sem equivalência patrimonial)	**(398,1)**	**(146,9)**	**+ 171,0**	**(135,7)**	**(777,2)**	**- 82,5**
ESA Controladora	(379,5)	(3,4)	+ 11.211,8	(85,5)	(607,3)	- 85,9
Rede Controladora	(5,3)	(137,6)	- 96,2	(17,0)	(142,4)	- 88,1
DENERGE	(11,3)	(9,0)	+ 26,3	(40,1)	(38,0)	+ 5,5
Demais holdings	(2,0)	3,0	-	6,9	10,5	- 34,7
Combinação de negócios - Ajustes "pro forma"	**(146,0)**	**(123,9)**	**+ 17,9**	**(312,5)**	**(222,4)**	**+ 40,5**
Energisa Consolidada	**192,0**	**353,3**	**- 45,6**	**1.607,5**	**527,2**	**+ 204,9**

3.6.1. Comparativo DRE Regulatório e DRE IFRS– Segmento de Transmissão

O EBITDA Regulatório do segmento de transmissão refletiu a entrada em operação da Energisa Goiás Transmissora de Energia I em março de 2020, e Energisa Pará 1 em 2 de novembro de 2020, com uma Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 41,0 milhões e R$ 53 milhões (ciclo 2020-21), respectivamente. O EBITDA consolidado regulatório neste trimestre e no ano de 2020 totalizou R$ 7,7 milhões e R$ 34,3 milhões, respectivamente. O EBITDA consolidado IFRS neste trimestre e no ano de 2020 totalizou R$ 60,9 milhões e R$ 166,1 milhões, respectivamente.

Valores em R$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20 Regulatório	Ajustes	4T20 IFRS	2020 Regulatório	Ajustes	2020 IFRS
Receita Líquida	10,5	74,6	85,1	39,6	243,5	283,1
Custos e despesas (inclui depreciação)	4,5	(2,4)	2,2	9,5	(4,1)	5,3
EBITDA	7,7	53,1	60,9	34,3	131,9	166,1
Lucro Líquido	2,0	53,2	55,2	23,9	127,0	151,0

O EBITDA Regulatório do segmento de transmissão demonstra maior proximidade à geração de caixa operacional efetiva do negócio.

4. ESTRUTURA DE CAPITAL

4.1. Operações financeiras no 2020

As contratações de financiamento pelo Grupo Energisa totalizaram R$ 5.940,91 milhões em 2020, com custo médio de 148,8% % do CDI e prazo médio de 3,57 anos.

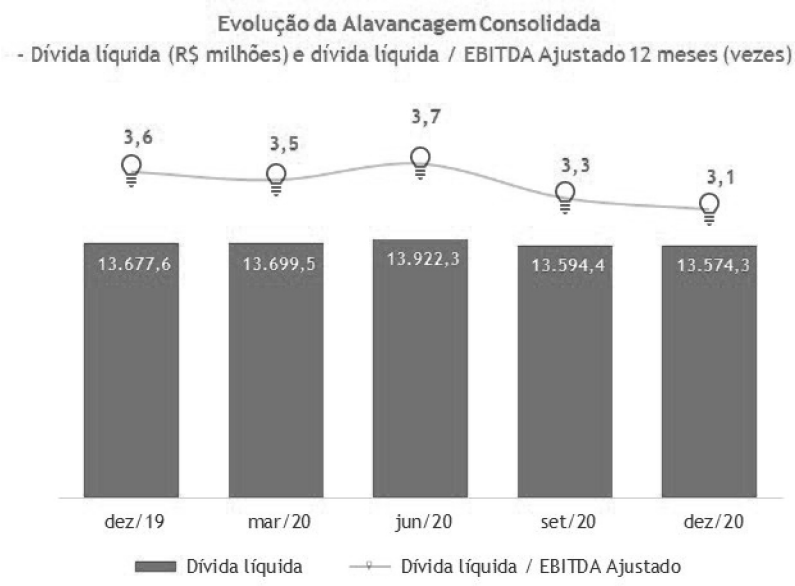
Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R$ milhões)	Custo Médio (a.a.)	Prazo Médio (anos)
ESS, EMT, ERO, ECOM, EBO, EMS, EMG, ENF e ETE	Lei 4.131	1.483,36	162,0%	2,42
EMT, EPB, EMG, EAC, ESS, ETO, ESA, EBO, EMS, ENF, EPAI, e EPA II	CCBs	1.008,6	190,0%	2,26
EMS e ESA	Notas Promissórias ICVM 476	370,0	147,8%	2,80
EMS, EPB, EBO, EMG, ENF, EMT, ESE, ESS, ETE e ESA	Debentures ICVM 476	3.079,0	129,1%	4,64
Total		**5.940,9**	**148,8%**	**3,57**

4.2. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 6.898,6 milhões em 31 de dezembro, frente aos R$ 5.527,5 milhões em 30 de setembro. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R$ 275,2 milhões em 31 de dezembro e R$ 52,6 milhões em 30 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 13.574,3 milhões, contra R$ 13.594,4 milhões em setembro e R$ 13.922,3 milhões em junho de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidado passou de 3,3 vezes em setembro para 3,1 vezes em dezembro de 2020. Em relação a dezembro/19 a redução do indicador foi de 0,5 vezes. Os limites dos covenants para o ano de 2020 estão em 4,25 vezes.

É importante mencionar que, até o 2T20, o indicador da tabela abaixo foi impactado positivamente pelo efeito da combinação de negócios, relacionada à aquisição da ERO e EAC, no valor de R$ 1.169,6 milhões no 3T19.



A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Circulante	**2.270,2**	**2.013,8**	**1.481,2**	**5.834,5**	**5.182,2**	**2.950,7**
Empréstimos e financiamentos	790,4	776,1	163,0	3.891,393	3.641,0	1.343,0
Debêntures	968,1	943,7	969,4	1.780,414	1.691,1	1.167,1
Encargos de dívidas	27,3	27,6	12,2	158,6	134,4	70,8
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	1,5	2,1	2,1	89,2	95,8	90,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	483,0	264,3	334,5	(85,1)	(380,2)	279,8
✓ Lei 4.131 (Swap e MTM)	(65,0)	(86,7)	(15,7)	(633,0)	(731,2)	(70,4)
✓ MTM 7ª emissão debêntures	548,0	351,0	350,2	548,0	351,0	350,2
Não Circulante	**3.764,9**	**3.038,8**	**3.869,5**	**14.638,4**	**13.939,7**	**15.221,3**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	399,8	150,0	613,1	5.913,196	6.165,4	6.836,2
Debêntures	2.803,8	2.526,3	2.565,6	8.596,403	7.789,7	7.771,6
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	12,1	10,3	8,7	657,3	771,1	711,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	549,2	352,2	682,1	(528,5)	(786,5)	(98,1)
✓ Lei 4.131 (Swap e MTM)	1,2	1,2	(19,4)	(1.076,4)	(1.137,5)	(799,6)
✓ MTM 7ª emissão debêntures	548,0	351,0	701,5	548,0	351,0	701,5
Total das dívidas	**6.035,0**	**5.052,6**	**5.350,7**	**20.472,9**	**19.121,9**	**18.172,0**
(-) Disponibilidades financeiras	2.655,0	2.261,6	2.554,8	6.623,4	5.474,9	3.036,3
Total das dívidas líquidas	**3.380,1**	**2.790,9**	**2.795,9**	**13.849,5**	**13.647,0**	**15.135,7**
(-) Créditos CDE	-	-	-	265,5	221,8	209,4
(-) Créditos CCC	-	-	-	244,0	98,1	179,1
(-) Créditos CVA	-	-	-	(234,2)	(267,3)	1.069,5
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**3.380,1**	**2.790,9**	**2.795,9**	**13.574,3**	**13.594,4**	**13.677,6**
Indicador Relativo						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses [1]	-	-	-	3,1	3,3	3,5

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses). As dívidas por distribuidoras estão no Anexo I.

O total de dívida líquida, deduzidas de créditos setoriais, reduziu R$ 20,1 milhões em comparação a setembro de 2020. A Companhia, de forma a enfrentar uma segunda onda do período da pandemia do Covid-19 e financiar o Capex 2021, no 4T20, realizou captações no montante de R$ 1,3 bilhão; e para reforço do capital de giro do Grupo, expandiu as disponibilidades de caixa em R$ 1.148,5 milhões, alcançando o total de R$ 6.623,4 milhões.

Ao longo dos últimos anos, a controladora Energisa S.A. emitiu Debêntures ICVM 400 e 476 para financiar os investimentos de suas distribuidoras, através da Lei 12.431. Os recursos foram repassados para as subsidiárias através de debêntures espelho, com distribuição privada, conforme tabela abaixo:

Debêntures Privadas das distribuidoras com a Controladora Energisa S.A.	Data da Captação	Valor de emissão (R$ milhões)	Saldo da Dívida em dez/20	Data Vencimento	Index	Spread (a.a.)
ESA 14ª Emissão - CVM 476: [1]	**27/10/2020**	**480,0**	**492,93**	**1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030**	**IPCA**	**1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%**
✓ EMS	27/10/2020	75,0	76,9	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ EMG	27/10/2020	35,0	35,9	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ ENF	27/10/2020	10,0	10,3	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ ETO	27/10/2020	60,0	61,6	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ ERO	27/10/2020	85,0	87,2	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ EAC	27/10/2020	40,0	41,0	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ EPB	27/10/2020	70,0	71,8	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ ESE	27/10/2020	30,0	30,8	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ ESS	27/10/2020	60,0	61,6	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
✓ EBO	27/10/2020	15,0	15,4	1ª série: 15/10/2027 2ª série: 15/10/2030	IPCA	1ª série: IPCA + 4,23% 2ª série: IPCA + 4,475%
ESA 11ª Emissão - CVM 476: [1]	**03/05/2019**	**500,0**	**547,8**	**15/04/2026**	**IPCA**	**4,62%**
✓ EAC	06/05/2019	175,0	214,5	14/04/2026	IPCA	4,62%
✓ ERO	06/05/2019	325,0	398,3	14/04/2026	IPCA	4,62%
ESA 8ª Emissão - CVM 400: [2]	**19/07/2017**	**374,9**	**440,7**	**1ª série - 15/06/2022 2ª série - 15/06/2024**	**IPCA**	**1ª série - 5,600% a.a. 2ª série - 5,6601% a.a.**
✓ EMT	19/07/2017	155,4	204,1	1ª série - 15/06/2022 2ª série - 15/06/2024	IPCA	1ª série - 5,600% a.a. 2ª série - 5,6601% a.a.
✓ ETO	19/07/2017	75,5	99,1	1ª série - 15/06/2022 2ª série - 15/06/2024	IPCA	1ª série - 5,600% a.a. 2ª série - 5,6601% a.a.
✓ ESS	19/07/2017	46,8	61,4	1ª série - 15/06/2022 2ª série - 15/06/2024	IPCA	1ª série - 5,600% a.a. 2ª série - 5,6601% a.a.
✓ ESS	19/07/2017	34,9	45,9	1ª série - 15/06/2022 2ª série - 15/06/2024	IPCA	1ª série - 5,600% a.a. 2ª série - 5,6601% a.a.
✓ EPB	19/07/2017	28,8	35,8	1ª série - 15/06/2022 2ª série - 15/06/2024	IPCA	1ª série - 5,600% a.a. 2ª série - 5,6601% a.a.
✓ ESE	19/07/2017	17,7	23,3	1ª série - 15/06/2022 2ª série - 15/06/2024	IPCA	1ª série - 5,600% a.a. 2ª série - 5,6601% a.a.
✓ EMG	19/07/2017	15,9	20,9	1ª série - 15/06/2022 2ª série - 15/06/2024	IPCA	1ª série - 5,600% a.a. 2ª série - 5,6601% a.a.
ESA 9ª Emissão - CVM 400: [3]	**31/10/2017**	**850,0**	**613,9**	**1ª série - 15/10/2022 2ª série - 15/10/2024 3ª série - 15/10/2027 4ª série - 15/10/2022**	**IPCA e CDI**	**1ª série - IPCA+4,4885% a.a 2ª série - IPCA + 4,7110% 3ª série - IPCA+5,1074% 4ª série - 107,75%CDI**
✓ EMG	31/10/2017	50,0	36,8	1ª série - 15/10/2022 2ª série - 15/10/2024 3ª série - 15/10/2027 4ª série - 15/10/2022	IPCA e CDI	1ª série - IPCA+4,4885% a.a 2ª série - IPCA + 4,7110% 3ª série - IPCA+5,1074% 4ª série - 107,75%CDI
✓ EMT	31/10/2017	145,0	119,6	1ª série - 15/10/2022 2ª série - 15/10/2024 3ª série - 15/10/2027 4ª série - 15/10/2022	IPCA e CDI	1ª série - IPCA+4,4885% a.a 2ª série - IPCA + 4,7110% 3ª série - IPCA+5,1074% 4ª série - 107,75%CDI
✓ EMS	31/10/2017	148,0	108,9	1ª série - 15/10/2022 2ª série - 15/10/2024 3ª série - 15/10/2027 4ª série - 15/10/2022	IPCA e CDI	1ª série - IPCA+4,4885% a.a 2ª série - IPCA + 4,7110% 3ª série - IPCA+5,1074% 4ª série - 107,75%CDI
✓ ESS	31/10/2017	118,0	86,9	1ª série - 15/10/2022 2ª série - 15/10/2024 3ª série - 15/10/2027 4ª série - 15/10/2022	IPCA e CDI	1ª série - IPCA+4,4885% a.a 2ª série - IPCA + 4,7110% 3ª série - IPCA+5,1074% 4ª série - 107,75%CDI
✓ ESE	31/10/2017	98,0	72,1	1ª série - 15/10/2022 2ª série - 15/10/2024 3ª série - 15/10/2027 4ª série - 15/10/2022	IPCA e CDI	1ª série - IPCA+4,4885% a.a 2ª série - IPCA + 4,7110% 3ª série - IPCA+5,1074% 4ª série - 107,75%CDI
✓ ETO	31/10/2017	131,0	96,4	1ª série - 15/10/2022 2ª série - 15/10/2024 3ª série - 15/10/2027 4ª série - 15/10/2022	IPCA e CDI	1ª série - IPCA+4,4885% a.a 2ª série - IPCA + 4,7110% 3ª série - IPCA+5,1074% 4ª série - 107,75%CDI
✓ EPB	31/10/2017	160,0	117,8	1ª série - 15/10/2022 2ª série - 15/10/2024 3ª série - 15/10/2027 4ª série - 15/10/2022	IPCA e CDI	1ª série - IPCA+4,4885% a.a 2ª série - IPCA + 4,7110% 3ª série - IPCA+5,1074% 4ª série - 107,75%CDI
Total	**2017-2020**	**2.204,9**	**2.241,5**			

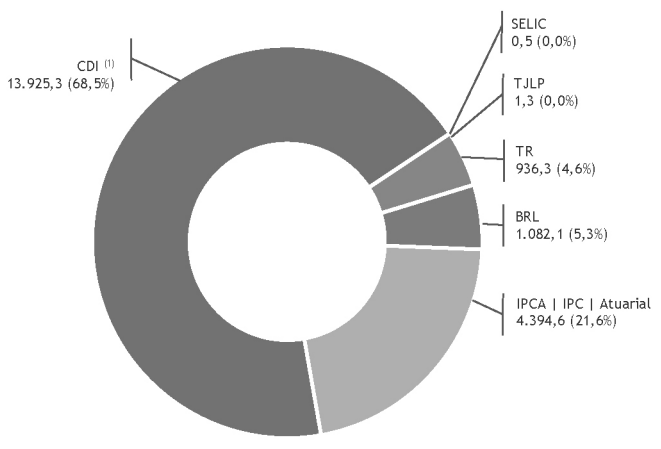
[1] Juros anual, amortização bullet;
[2] Juros anual, amortização bullet ao final de cada série;
[3] Juros anual, amortização bullet 1ª a 3ª série, 4ª serie tem amortização anual a partir de 2020.

4.3. Custo e prazo médio do endividamento

Ao fim de dezembro de 2020, o prazo médio da dívida bruta aumentou para 4,3 anos (ante 4,1 anos em setembro de 2020) e o custo médio da dívida bruta aumentou 0,37 ponto percentual, encerrando o período em 4,54% (238,69% do CDI), ante 4,17% (219,43% do CDI), em setembro de 2020.

Ao fim de dezembro de 2020, o prazo médio da dívida líquida aumentou para 6,9 anos (ante 6,0 anos em setembro de 2020) e o custo médio da dívida líquida cresceu 0,56 ponto percentual, encerrando o período em 5,18% (272,62% do CDI), ante 4,62% (243,37% do CDI) em setembro de 2020.

Dívida Bancária e de Emissão Consolidada por Indexador (R$ milhões)



(1) Dívida em dólar e euro convertida para CDI, sem limitador de proteção.

Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com *swaps* para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa.

4.4. Ratings

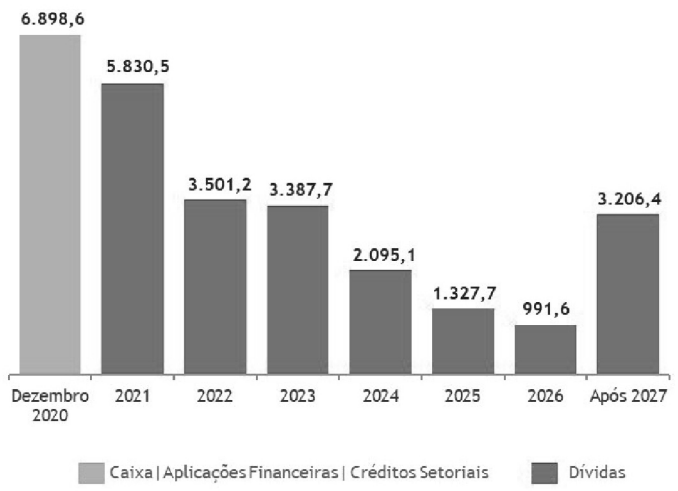
Os ratings atuais da Energisa S/A emitidos pelas agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings são:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Classificação Global/Perspectiva	Último Relatório
Standard & Poor's	brAAA (estável)	BB- (estável)	dez/20
Moody's	Aa2.br (estável)	Ba2 (estável)	set/20
Fitch Ratings	AAA (bra) (negativa)	BB+ (negativa)	jul/20

4.5. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2020, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão
(R$ milhões)



5. INVESTIMENTOS

No exercício de 2020, os investimentos totais foram 2.709,2 milhões, representando redução de 14,5%. No 4T20, os investimentos foram de R$ 677,3 milhões (32,1% menor que o 4T19). Na tabela abaixo encontram-se os investimentos realizados por unidade de negócios:

Investimentos Valores em R$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	4T20	4T19	Var. %	4T20	4T19	Var. %	4T20	4T19	Var. %	4T20	4T19	Var. %
EMG	24,8	9,7	+ 155,7	1,10	-	-	2,0	2,2	- 9,1	27,9	11,9	+ 134,5
ENF	3,9	2,1	+ 85,7	(0,1)	(0,3)	- 66,7	1,6	0,5	+ 220,0	5,4	2,3	+ 134,8
ESE	16,8	19,7	- 14,7	0,6	0,8	- 25,0	2,6	7,8	- 66,7	20,0	28,3	- 29,3
EBO	2,4	4,3	- 44,2	0,2	0,6	- 66,7	0,6	0,7	- 14,3	3,2	5,6	- 42,9
EPB	50,5	40,2	+ 25,6	2,6	3,0	- 13,3	2,5	9,8	- 74,5	55,6	53,0	+ 4,9
EMT	87,3	159,3	- 45,2	(4,5)	5,6	-	8,7	11,4	- 23,7	91,5	176,3	- 48,1
EMS	60,6	43,3	+ 40,0	2,5	3,5	- 28,6	3,9	5,6	- 30,4	67,0	52,4	+ 27,9
ETO	27,9	102,1	- 72,7	3,7	9,5	- 61,1	3,9	13,9	- 71,9	35,5	125,5	- 71,7
ESS	48,4	29,0	+ 66,9	3,8	5,8	- 34,5	3,5	7,5	- 53,3	55,7	42,3	+ 31,7
ERO	(130,5)	88,1	-	247,3	130,3	+ 89,8	33,8	19,5	+ 73,3	150,6	237,9	- 36,7
EAC	(169,9)	109,8	-	186,2	(11,8)	-	15,6	(9,0)	-	31,9	89,0	- 64,2
Total Distribuidoras	**22,2**	**607,6**	**- 96,3**	**443,4**	**147,0**	**+ 201,6**	**78,7**	**69,9**	**+ 12,6**	**544,3**	**824,5**	**- 34,0**
EPA I	22,1	44,8	- 50,7	-	-	-	0,1	0,6	- 83,3	22,2	45,4	- 51,1
EPA II	29,0	35,3	- 17,8	-	-	-	-	-	-	29,0	35,3	- 17,8
EGO I	0,0	31,1	-	-	-	-	-	0,7	-	-	31,8	-
ETT	16,0	12,1	+ 32,2	-	-	-	-	-	-	16,0	12,1	+ 32,2
ESOL Consolidada	-	2,5	-	-	-	-	3,8	-	-	3,8	2,5	+ 52,0
Outras	0,1	18,8	-	-	-	-	62,1	27,4	+ 126,6	62,0	46,2	+ 34,2
Total	**89,2**	**752,2**	**- 88,1**	**443,4**	**147,0**	**+ 201,6**	**144,7**	**98,6**	**+ 46,8**	**677,3**	**997,8**	**- 32,1**

Investimentos Valores em R$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %
EMG	87,9	51,4	+ 71,0	4,7	8,7	- 46,0	8,1	14,8	- 45,3	100,7	74,9	+ 34,4
ENF	14,8	9,7	+ 52,6	0,3	(0,1)	-	2,5	1,1	+ 127,3	17,6	10,7	+ 64,5
ESE	77,6	70,6	+ 9,9	2,9	4,8	- 39,6	7,7	14,0	- 45,0	88,2	89,4	- 1,3
EBO	14,8	14,3	+ 3,5	0,8	1,7	- 52,9	1,1	2,8	- 60,7	16,7	18,8	- 11,2
EPB	181,5	163,5	+ 11,0	5,8	13,8	- 58,0	10,5	15,2	- 30,9	197,8	192,5	+ 2,8
EMT	332,5	701,3	- 52,6	112,1	10,6	+ 957,5	21,7	31,4	- 30,9	466,3	743,3	- 37,3
EMS	193,6	204,7	- 5,4	19,1	15,4	+ 24,0	12,8	18,2	- 29,7	225,5	238,3	- 5,4
ETO	118,2	339,6	- 65,2	44,5	(13,0)	-	11,0	25,1	- 56,2	173,7	351,7	- 50,6
ESS	176,0	125,6	+ 40,1	13,2	16,5	- 20,0	12,1	17,0	- 28,8	201,3	159,1	+ 26,5
ERO	293,0	425,5	- 31,1	292,7	153,2	+ 91,1	48,2	43,3	+ 11,3	633,9	622,0	+ 1,9
EAC	(67,0)	216,6	-	204,3	(0,2)	-	30,5	(4,1)	-	167,8	212,3	- 21,0
Total Distribuidoras	**1.422,9**	**2.322,8**	**- 38,7**	**700,4**	**211,4**	**+ 231,3**	**166,2**	**178,8**	**- 7,0**	**2.289,5**	**2.713,0**	**- 15,6**
EPA I	77,9	151,4	- 48,5	-	-	-	0,1	0,6	- 83,3	78,0	152,0	- 48,7
EPA II	137,1	73,6	+ 86,3	-	-	-	-	-	-	137,1	73,6	+ 86,3
EGO I	33,8	123,3	- 72,6	-	-	-	-	0,8	-	33,8	124,1	- 72,8
ETT	33,3	15,9	+ 109,4	-	-	-	-	-	-	33,3	15,9	+ 109,4
ESOL Consolidada	-	7,3	-	-	-	-	10,9	4,1	+ 165,9	10,9	11,4	- 4,4
Outras	-	26,8	-	-	-	-	126,6	50,3	+ 151,7	126,6	77,1	+ 64,2
Total	**1.705,0**	**2.721,1**	**- 37,3**	**700,4**	**211,4**	**+ 231,3**	**303,8**	**234,6**	**+ 29,5**	**2.709,2**	**3.167,1**	**- 14,5**

6. FLUXO DE CAIXA

No trimestre, a geração de caixa operacional da Energisa foi R$ 5,9 milhões acima do mesmo período do ano anterior. As atividades de investimento aumentaram R$ 494,4 milhões, e as atividades de financiamento sofreram variação de R$ 381,0 milhões.

Fluxo de Caixa Consolidado Valores em R$ milhões	Trimestre		Acumulado	
	4T20	4T19	2020	2019
(a) Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.330,0**	**823,5**	**663,1**	**706,7**
(b) Caixa Líquido Atividades Operacionais (a=i+ii)	**829,3**	**823,5**	**4.806,5**	**2.577,3**
(i) Caixa Gerado nas Operações	**1.136,3**	**933,3**	**4.244,0**	**3.334,2**
Lucro (Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda das Operações Continuadas	297,9	452,7	2.046,7	981,6
Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	88,5	-	88,5	-
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	4,0	104,8	2.128,2	1.128,9
Provisões/reversões	77,5	108,5	433,7	193,2
Valor residual de ativos permanentes baixados	62,1	27,5	98,1	56,7
Depreciação e amortização	326,8	284,0	1.228,7	1.157,9
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(73,4)	106,2	(222,6)	(37,4)
Marcação a mercado e instrumentos derivativos	577,2	231,7	(1.267,8)	510,6
Programa de Remuneração Variável	6,9	1,2	10,2	3,7
Marcação a mercado dos contratos de energia comercializada	27,3	(72,1)	21,8	(64,4)
Remuneração do ativo de contrato (Transmissão)	(170,0)	(311,4)	(233,0)	(556,6)
Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-	-	-	(40,0)
Reversão de provisão (Operações Descontinuadas)	(88,5)	-	(88,5)	-
(ii) Variações nos Ativos e Passivos	**(307,0)**	**(109,8)**	**562,5**	**(756,8)**
Capital de giro	41,3	(155,5)	(620,6)	(670,7)
Tributos	(244,1)	(219,2)	(13,4)	(161,3)
Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	(46,1)	(216,8)	(144,7)	(216,8)
Impostos a recuperar	99,1	26,8	379,0	(183,2)
Ativos / passivos regulatórios	(211,7)	452,0	(22,3)	584,1
Cauções e depósitos vinculados	(127,0)	6,8	(163,2)	(56,3)
Recebimentos Despacho nº 2.177 - CONTA COVID	179,5	-	1.351,4	-
Outros	2,0	(3,9)	(203,5)	(52,5)
(c) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(1.854,6)**	**(1.360,2)**	**(5.374,5)**	**(1.396,8)**
Aplicações no imobilizado, ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(457,5)	(710,8)	(2.133,0)	(2.507,1)
Alienação de bens do imobilizado / intangível / ativos de geração	67,4	23,1	133,1	84,2
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(87,2)	(156,6)	(290,4)	(422,1)
Aplicações financeiras	(1.377,3)	(515,7)	(3.082,7)	1.448,2
Caixa e equivalente de caixa da combinação de negócios	-	(0,2)	-	(0,0)
Aumento de outros investimentos	1,5	-	-	-
Ágio pago na aquisição de controladas	(1,5)	-	(1,5)	-
(d) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**757,3**	**376,4**	**967,0**	**(1.224,1)**
Financiamentos obtidos	1.309,1	725,5	5.897,5	3.272,1
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(331,8)	(209,3)	(4.248,9)	(2.370,8)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(170,9)	(251,7)	(752,5)	(969,9)
Liquidação de derivativos	14,1	(26,6)	411,5	(18,4)
Dividendos	(22,7)	(89,8)	(303,0)	(454,9)
Parcelamento de impostos, fornecedores e encargos setoriais	(5,3)	(2,6)	25,2	(144,3)
Pagamento de incorporação de redes	(31,7)	(24,5)	(49,2)	(102,5)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	(3,4)	(4,5)	(13,7)	(18,1)
Liquidação da opção de venda de ações (Rede Energia Participações)	-	-	-	(614,3)
Aquisição de participação adicional de não controladores	-	-	-	(63,1)
Aumentos de capital com subscrição de ações	-	260,0	-	260,0
(e) Aumento (Redução) de Caixa (e=b+c+d)	**(267,9)**	**(160,4)**	**399,0**	**(43,6)**
(f) Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa (f=a+e)	**1.062,1**	**663,1**	**1.062,1**	**663,1**
(g) Saldo aplicações financeiras e créditos setoriais	5.836,6	3.831,2	5.836,6	3.831,2
(h) Saldo Final de Caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais (h=f+g)	**6.898,6**	**4.494,3**	**6.898,6**	**4.494,3**

Em dezembro de 2020 as aplicações financeiras somaram R$ 5.561,3 milhões e os créditos setoriais foram positivos em R$ 275,3 milhões, de forma que a posição consolidada de caixa totalizou R$ 6.898,6 milhões.

7. MERCADO DE CAPITAIS

7.1. Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram redução de -1,0% em 2020 e encerraram o exercício cotadas a R$ 52,36 por Unit. No mesmo período o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou alta de 1,68%, enquanto o IEE teve alta de 8,1%.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do exercício:

	Dezembro/20	Dezembro/19	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R$ milhões) (1)	32.851,58	34.329,45	-4,3
Valor de mercado no final do exercício (R$ milhões)	19.002,09	19.193,76	-1,0
Volume médio diário negociado no exercício – Units (R$ milhões)	81,9	62,4	31,2
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R$/Unit)	52,36	52,89	-1,0
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R$/ação)	17,01	13,6	25,1
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R$/ação)	8,50	10,2	-16,7
Indicadores relativos			
Dividend yield (ENGI11 (Units) - % (2)	2,65	1,01	+1,62 p.p
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) - %	-4,85	44,86	-
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	2,53	2,97	-14,9

(1) EV = Valor de mercado (R$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada;
(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

7.2. Distribuição de dividendos

Com base nos resultados alcançados em 2020, a administração da Energisa destinou R$ 500,8 milhões para pagamento de dividendos (R$ 0,276 por ação ordinária e preferencial ou R$ 1,38 por Unit) à conta do exercício, já tendo sido pagos: (i) em 26 de agosto de 2020, o valor de R$ 101,6 milhões (R$ 0,056 por ação ordinária e preferencial ou R$ 0,28 por Unit).

O dividendo complementar à antecipação realizada em agosto de 2020 no valor de R$399,2 milhões (R$ 0,22 por ação ordinária e preferencial ou R$ 1,10 por Unit) será pago em 30 de março, com base na posição acionária em 19 de março. Os dividendos totais do exercício representam 35,77% do lucro líquido da Controladora, ajustado pela reserva legal.

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

8.1. Operações de cessões de títulos – FIDC

A Companhia e as suas controladas realizaram no mês de janeiro de 2021, cessão de seus títulos recebíveis, que na sua maioria se encontravam totalmente provisionados, os quais foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico ("FIDC"), o qual possui somente créditos cedidos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos de uma instituição financeira que aportou ao fundo cerca de R$200 milhões, enquanto a controladora Energisa S/A., fez endereçar o montante de R$ 68,4 milhões, totalizando em R$268,4 milhões, dos quais R$264,4 milhões foram pagos à controladas e a própria controladora pelas cessões dos créditos.

Tanto a Energisa quanto a instituição financeira possuem cotas subordinadas do FIDC. A Energisa possui uma outorga de opção de compra das cotas da instituição financeira, e por sua vez possui uma outorga de opção de venda das suas cotas para a Energisa, ambas a partir do 4º ano da data de integralização das cotas do FIDC, sendo as demais características usais para esse tipo de operação.

Descrição	Valores Envolvidos – Controladas – R$ Milhões											
	ESA	ECOM	EMT	EMS	ETO	ESS	EPB	ESE	EMG	ERO	EAC	Total
Efeito Caixa	9,7	0,26	100,1	27,4	17,8	3,5	0,15	0,96	33,8	45,2	26,4	264,4
Efeito EBITDA	(64,6)	0,26	97,8	27,4	14,8	3,5	0,14	0,96	33,8	41,3	26,4	180,9
Efeito no resultado financeiro	74,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74,2
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	(0,88)	(33,3)	(9,3)	(5,0)	(1,2)	(0,47)	(0,32)	(11,5)	-	(6,3)	(66,7)
Efeito Lucro Líquido	9,7	0,17	64,6	18,1	9,8	2,3	0,91	0,64	22,3	41,3	20,1	188,4

8.2. Bandeiras Tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para os meses de janeiro à março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

8.3. Reajuste tarifário – controlada direta EBO

Em 02 de fevereiro de 2021 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.832/2021 e Nota Técnica nº 06/2021-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2021. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de (5,21%).

8.4. Empréstimos contratados

Em fevereiro de 2021 as controladas diretas e indiretas contrataram financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no montante total de R$ 1.487,1 milhões via repasse direto, e indireto junto a banco repassador, na modalidade FINEM, os recursos serão destinados ao financiamento dos investimentos de 2020/2021, conforme segue:

Controladas	Valor Captado (R$ milhões)	Vencimentos
Energisa Minas Gerais	100,0	02/02/2024
Energisa Mato Grosso do Sul	84,2	02/02/2024
Energisa Tocantins	84,2	02/02/2024
Total	**268,4**	

Em 11 de fevereiro de 2021 a controlada indireta EPA II obteve a liberação de R$ 77,2 milhões referente à segunda parcela do contrato de financiamento junto ao BASA firmado em 26 de junho de 2020.

Em fevereiro de 2021 as controladas diretas e indiretas contrataram financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), via repasse direto, e junto ao banco repassador, via repasse indireto, na modalidade FINEM, os recursos serão destinados ao financiamento dos investimentos de 2020/2021, conforme segue:

Controladas	Valor Captado (R$ milhões)	Prazo Total	Amortização	Carência	Juros	Custo de operação	Financiador
Energisa Mato Grosso	311,0	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Mato Grosso do Sul	255,2	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Tocantins	168,7	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Sul Sudeste	128,7	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Sergipe	101,4	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Paraíba	155,0	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3,23% a.a.	Banco Repassador
Energisa Minas	69,7	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3,23% a.a.	Banco Repassador
Energisa Rondônia	198,2	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3,23% a.a.	Banco Repassador
Energisa Acre	99,1	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3,23% a.a.	Banco Repassador
Total	**1.487,1**						

8.5. Energização da linha de transmissão na controlada EPA II

Em 16 de fevereiro de 2021, a controlada EPA II, energizou a linha de transmissão 230kV Xinguara II – Integradora Sossego, além das ampliações nos pátios de 230 kV das subestações Xinguara e Integradora Sossego. Esse trecho possui 72,3 quilômetros de linha de transmissão e Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 3,1 milhões para o ciclo 2020-2021. Esse trecho compõe a Função de Transmissão 1 da EPA II e representa 8,61% da RAP total do empreendimento. A obra foi concluída em 29 meses após a assinatura do contrato de concessão e a operação foi antecipada em 25 meses, frente a data prevista de entrada em operação regulatória. Os investimentos totalizaram cerca de R$80,0 milhões.

A EPA II é um empreendimento que compreende as instalações do lote 19 do leilão ANEEL 02/2018, situado no Pará, que compõe, além destas instalações, a implantação da elevação de tensão para 500 kV na subestação Integradora Sossego, LT 500 kV Integradora Sossego – Serra Pelada, com novo pátio de 138 kV na subestação Serra Pelada para rebaixamento de tensão e conexão do Usuário, que são as instalações das Funções de Transmissão 2 e 3 deste empreendimento.

8.6. Pagamentos de dividendos do exercício de 2020 - Controladas

As subsidiárias abaixo aprovaram os dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2020, conforme demonstrado a seguir, a serem pagos em 29 de março de 2021.

Controladas	Valor dividendos (R$ Milhões)	Valor por ação (R$)
Energisa Mato Grosso	446,56	2,039630825503/ação ordinária 2,411432326409/ação preferencial
Energisa Mato Grosso do Sul	273,36	422,499599824/ação ordinária
Energisa Tocantins	41,65	63,9218312/ação ordinária e preferencial
Energisa Sul Sudeste	95,69	985,342743121/ação ordinária
Energisa Paraíba	237,50	258,6724801341/ação ordinária
Energisa Sergipe	51,73	264,5798034873/ação ordinária
Energisa Borborema	22,84	77,9746158494/ação ordinária
Energisa Minas Gerais	34,61	42,2729026504/ação ordinária
Energisa Nova Friburgo	8,24	273,7293053526/ação ordinária
Rede Energia Participações	669,30	0,3171531231/ação ordinária
Energisa Participações Minoritárias – EPM (*)	417,8	0,58580782/ação ordinária 2,26874599/ação preferencial

(*) A data de pagamento dos dividendos da controlada Energisa Participações será determinada na AGO.

8.7. Lançamento Voltz

A Voltz, Fintech do Grupo Energisa, constituída em 2020, disponibilizará serviços financeiros através da sua conta digital, e lançou seu MVP (Minimum Viable Product) em janeiro de 2021, onde as funcionalidades disponíveis incluem transferências, depósitos, cartão na função crédito (físico e virtual) e pagamento de contas (boleto ou Pix). Seu foco inicial está concentrado nas áreas de concessão de atuação da Energisa com o propósito de promover a inclusão digital e financeira dos clientes, principalmente àqueles que são desbancarizados ou precariamente bancarizados. Vale reforçar que a Voltz não é caracterizada como Instituição Financeira ou Instituição de Pagamento, pois todas suas operações são realizadas por agente terceirizado que presta serviço de BaaS (Bank as a Service).

8.8. Usina UFV Aurora - ALSOL

No início de 2021 a ALSOL iniciou a montagem da usina UFV Aurora em Leopoldina, a área da Energisa -MG, com potência de 3,1 MWp e com 100% das cotas alugadas a clientes pessoa jurídica. O investimento previsto neste projeto é de R$ 12 milhões com previsão de entrada em operação a plena carga até a terceira semana de março de 2021. A Alsol tem mais 14 projetos em construção que totalizam 43 MWp, e com conexão prevista ao longo do ano de 2021, o que nos leva ao patamar de 73 MWp até o final deste ano.

8.9. Laudo de Avaliação - OPA Rede Energia

Em reunião do conselho de administração da Energisa S.A. realizada em 12 de novembro de 2020, foi aprovado o protocolo do requerimento de registro da oferta pública por aumento de participação para a aquisição - pela Energisa S.A. - de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Rede Energia Participações S.A. ("Rede Energia"), participação destinada a 0,43% do capital social da Rede, detidas por acionistas minoritários da Rede Energia ("OPA Rede Energia") na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em cumprimento ao determinado pela CVM no âmbito do Processo CVM nº 19957.0006377/2020-53, tendo sido protocolado junto a CVM e na B3 no dia seguinte aquela data.

Em 2 de março de 2021, a Companhia recebeu versão atualizada do laudo de avaliação das ações de emissão da Rede Energia, com preço de R$ 8,42/ação, elaborado pela Técnica Assessoria de Mercado de Capitais e Empresarial Ltda. ("Técnica"), instituição avaliadora indicada e nomeada no âmbito do procedimento de revisão de preço previsto no art. 4º-A da Lei das S.A. e art. 23 e seguintes da ICVM 361/02. Em 8 de março de 2021, a Companhia submeteu à CVM e à B3 a documentação atualizada da Oferta, considerando a versão atualizada do laudo de avaliação divulgado em 2 de março de 2021.

9. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 2020 foi de R$ 8,9 milhões.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO ANUAL – 2020 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2020	2019
Receita líquida (RL)	20.330.208	19.903.135
Resultado operacional (RO)	2.046.650	981.638
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.108.444	1.131.765

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	177.753	16,04%	0,87%	154.733	13,67%	0,78%
Encargos sociais compulsórios	257.146	23,20%	1,26%	269.248	23,79%	1,35%
Previdência privada	6.835	0,62%	0,03%	58.803	5,20%	0,30%
Saúde	95.411	8,61%	0,47%	91.212	8,06%	0,46%
Segurança e saúde no trabalho	32.601	2,94%	0,16%	34.616	3,06%	0,17%
Educação	1.497	0,14%	0,01%	1.203	0,11%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.504	0,68%	0,04%	7.776	0,69%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	4.066	0,37%	0,02%	4.365	0,39%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	136.016	12,27%	0,67%	104.168	9,20%	0,52%
Outros	22.237	2,01%	0,11%	34.294	3,03%	0,17%
Total - Indicadores sociais internos	**741.066**	**66,88%**	**3,64%**	**760.418**	**67,20%**	**3,82%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	3.950	0,19%	0,02%	8.885	0,91%	0,04%
Cultura	9.892	0,48%	0,05%	9.624	0,98%	0,05%
Esporte	597	0,03%	0,00%	1.386	0,14%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	10	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	6.977	0,34%	0,03%	4.731	0,48%	0,02%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Total das contribuições para a sociedade	**21.426**	**1,04%**	**0,10%**	**24.626**	**2,51%**	**0,12%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	7.141.265	348,94%	35,13%	6.847.272	697,54%	34,40%
Total - Indicadores sociais externos	**7.162.691**	**349,98%**	**35,23%**	**6.871.898**	**700,05%**	**34,52%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	292.683	14,30%	1,44%	273.348	27,85%	1,37%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	18.649	0,91%	0,09%	13.478	1,37%	0,07%
Total dos investimentos em meio ambiente	**311.332**	**15,21%**	**1,53%**	**286.826**	**29,22%**	**1,44%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2020	2019
Nº de empregados(as) ao final do período	14.672	14.672
Nº de admissões durante o período	2.351	2.710
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	5.176	5.939
Nº de estagiários(as)	143	270
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.710	1.715
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.761	2.825
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,36%	32,20%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	7.603	7.199
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	23,34%	21,01%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	502	492

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO ANUAL – 2020 (Em milhares de reais)

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	61,99			62,30		
Número total de acidentes de trabalho	52			47		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(x) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.469.871	no Procon 15.488	na Justiça 34.313	na empresa 2.346.382	no Procon 17.420	na Justiça 34.998
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99%	no Procon 94%	na Justiça 39%	na empresa 96%	no Procon 100%	na Justiça 26%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020:**	**13.246.265**		**Em 2019:**	**13.199.052**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	68% governo 9% colaboradores(as) 4% acionistas 11% terceiros 8% retido			68% governo 10% colaboradores(as) 2% acionistas 17% terceiros 3% retido		

7 - Outras Informações	2020	2019
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos		
7.1.1 - Investimento da União	50.959	116.556
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-
7.1.3 - Investimento do Município	-	-
7.1.4 - Investimento da Concessionária	22.559	62.016
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	**73.518**	**178.572**
7.2 - Programa de eficiência Energética	62.471	114.057
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	23.753	67.039
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**159.742**	**359.668**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	18.629	68.423	1.062.102	663.103
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	315.399	710.030	4.944.045	2.016.399
Clientes, consumidores e concessionárias	7	25.582	40.640	4.474.964	3.783.469
Títulos de créditos a receber	8	25	76	13.591	16.116
Estoques		286	183	118.761	122.975
Tributos a recuperar	10	58.370	99.837	674.326	1.021.209
Dividendos a receber	9	74.789	10.614	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	39	64.986	15.756	683.965	186.303
Ativos financeiros setoriais	12	-	-	368.033	1.175.623
Concessão do serviço público - ativo de contrato	16.2	-	-	87.063	-
Outros créditos	13	42.699	39.673	1.167.201	873.156
Total do circulante		**600.765**	**985.232**	**13.594.051**	**9.858.353**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	2.320.928	1.776.332	617.236	356.795
Clientes, consumidores e concessionárias	7	-	-	1.260.878	1.050.572
Títulos de créditos a receber	8	-	-	11.762	10.457
Ativos financeiros setoriais	12	-	-	904.543	913.347
Créditos com partes relacionadas	14	1.277.925	668.380	-	-
Tributos a recuperar	10	100.616	35.427	1.470.208	1.022.230
Créditos tributários	15	-	-	1.425.626	1.449.351
Depósitos e cauções vinculados	28	741	382	767.415	576.694
Instrumentos financeiros derivativos	39	-	19.481	1.329.233	1.004.467
Ativo financeiro indenizável da concessão	16.1	-	-	6.062.396	5.130.960
Concessão do serviço público - ativo de contrato	16.2	-	-	1.357.582	957.074
Outros créditos	13	150.497	62.020	569.312	308.380
		3.850.707	**2.562.022**	**15.776.191**	**12.780.327**
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	17	-	-	933.924	1.468.913
Investimentos	18	9.191.868	8.134.958	64.154	86.730
Imobilizado	19	66.164	63.922	417.640	284.567
Intangível	20	46.257	26.010	14.776.847	14.840.924
Total do não circulante		**13.154.996**	**10.786.912**	**31.968.756**	**29.461.461**
Total do ativo		**13.755.761**	**11.772.144**	**45.562.807**	**39.319.814**

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	21	12.643	17.462	2.445.104	1.988.149
Encargos de dívidas	22	27.323	12.232	158.563	70.813
Empréstimos e financiamentos	22	790.368	162.958	3.891.393	1.342.978
Debêntures	23	968.050	969.384	1.780.414	1.167.067
Arrendamentos operacionais	24	168	112	20.095	22.407
Impostos e contribuições sociais	25	13.501	13.021	812.733	640.023
Parcelamento de impostos	26	-	-	26.448	17.555
Encargos setoriais	27	-	-	203.865	245.903
Incorporação de redes	30	-	-	69.955	48.239
Instrumentos financeiros derivativos	39	547.963	350.243	598.882	466.128
Benefícios pós-emprego	40	1.452	2.127	62.732	72.416
Dividendos a pagar		389.891	78.839	420.948	127.582
Obrigações estimadas		12.520	9.949	118.574	106.114
Passivos financeiros setoriais	12	-	-	1.179.656	659.380
Taxa de iluminação pública		-	-	103.982	105.010
Outros passivos	31	79.056	76.739	507.926	454.613
Total do circulante		**2.842.935**	**1.693.066**	**12.401.270**	**7.534.377**
Não circulante					
Fornecedores	21	-	-	111.698	100.025
Empréstimos e financiamentos	22	399.790	613.133	5.913.196	6.836.190
Debêntures	23	2.803.788	2.565.631	8.596.403	7.771.559
Passivos financeiros setoriais	12	-	-	327.159	360.048
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	320.008	318.635	4.618.837	4.463.107
Provisão para perdas em participações societárias	18	152.133	-	-	-
Arrendamentos operacionais	24	715	607	42.481	30.061
Impostos e contribuições sociais	25	2.279	564	631.394	472.923
Parcelamento de impostos	26	-	-	49.752	33.412
Encargos setoriais	27	-	-	262.551	240.741
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	28	108	3.164	2.138.587	2.169.725
Incorporação de redes	30	-	-	152.778	150.283
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	31	-	-	1.053.993	658.796
Instrumentos financeiros derivativos	39	549.154	701.541	800.768	906.341
Benefícios pós-emprego	40	12.144	8.686	607.521	678.297
Outros passivos	31	23.970	168.859	338.750	451.709
Total do não circulante		**4.264.089**	**4.380.820**	**25.645.868**	**25.323.217**
Patrimônio líquido					
Capital social	32.1	3.363.685	3.363.685	3.363.685	3.363.685
Custo com emissão de ações	32.1 e 32.2	(65.723)	(65.723)	(65.723)	(65.723)
Reserva de capital	32.2	373.551	413.246	373.551	413.246
Reserva de lucros	32.3 a 32.5	3.263.561	2.290.754	3.263.561	2.290.754
Dividendos adicionais propostos	32.6	10.756	41.298	10.756	41.298
Outros resultados abrangentes	32.8	(297.093)	(345.002)	(297.093)	(345.002)
		6.648.737	**5.698.258**	**6.648.737**	**5.698.258**
Participação de acionistas não controladores	32.9	-	-	866.932	763.962
Total do patrimônio líquido		**6.648.737**	**5.698.258**	**7.515.669**	**6.462.220**
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.755.761**	**11.772.144**	**45.562.807**	**39.319.814**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	33	218.500	212.135	20.330.208	19.903.135
Custo do serviço de energia elétrica	34	-	-	(11.264.093)	(10.889.857)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	34	(126.714)	(83.509)	(5.408.595)	(5.761.884)
Lucro bruto		**91.786**	**128.626**	**3.657.520**	**3.251.394**
Despesas gerais e administrativas	34	(88.411)	(108.865)	(812.739)	(930.617)
Outras receitas	36	726	4.151	131.665	179.900
Outras despesas	36	-	(126)	(274.000)	(158.633)
Equivalência patrimonial	18	1.554.468	1.062.655	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		**1.558.569**	**1.086.441**	**2.702.446**	**2.342.044**
Receitas financeiras	37	228.703	409.475	735.250	910.603
Despesas financeira	37	(405.146)	(1.034.632)	(1.391.046)	(2.271.009)
Despesas financeiras líquidas		**(176.443)**	**(625.157)**	**(655.796)**	**(1.360.406)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**1.382.126**	**461.284**	**2.046.650**	**981.638**
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	-	(11.171)	(375.889)	(357.709)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(1.658)	5.260	(151.764)	(96.771)
Resultado de operações continuadas		**1.380.468**	**455.373**	**1.518.997**	**527.158**
Resultado de operações descontinuadas	45	88.477	-	88.477	-
Lucro líquido do exercício	31.6	**1.468.945**	**455.373**	**1.607.474**	**527.158**
Lucro atribuível a:					
Acionistas da controladora		1.468.945	455.373	1.468.945	455.373
Acionistas não controladores		-	-	138.529	71.785
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R$	46	0,81	0,25	0,81	0,25
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial das operações continuadas- R$	46	0,81	0,25	0,81	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício		1.468.945	455.373	1.607.474	527.158
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes	32.8	47.909	(121.430)	50.729	(130.994)
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		1.516.854	**333.943**	1.658.203	**396.164**
Atribuível a:					
Acionistas controladores		1.516.854	333.943	1.519.674	324.379
Acionistas não controladores		-	-	138.529	71.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Geração do valor adicionado:					
Receitas					
Receitas de vendas de energia e serviços	33	247.100	240.426	27.657.506	26.315.451
Outras receitas	36	726	4.151	131.665	179.900
Receitas relativas à construção de ativos próprios	33	-	-	2.143.007	2.976.627
Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e recuperação incobráveis	34	-	-	(380.390)	(212.492)
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Custo da energia elétrica vendida		-	-	12.383.244	11.941.028
Materiais e serviços de terceiros		62.915	54.392	1.028.959	1.086.168
Outros custos operacionais		(1.829)	3.708	2.452.711	2.842.300
		61.086	58.100	15.864.914	15.869.496
Valor adicionado bruto		186.740	186.477	13.686.874	13.389.990
Depreciação, amortização e realização de ágio	34	12.348	9.735	1.228.702	1.157.868
Valor adicionado líquido		174.392	176.742	12.458.172	12.232.122
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	18	1.554.468	1.062.655	-	-
Receitas financeiras	37	242.120	420.473	788.174	966.930
Valor adicionado total a distribuir		**1.970.980**	**1.659.870**	**13.246.346**	**13.199.052**
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal					
Remuneração direta		94.197	83.281	862.219	949.576
Benefícios		19.878	18.051	297.469	279.652
FGTS		5.711	5.140	69.693	116.855
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		55.674	54.745	2.171.131	2.097.341
Estaduais		256	205	5.201.319	5.023.856
Municipais		5.923	6.002	26.000	26.256
Obrigações intrassetoriais		-	-	1.674.151	1.882.368
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	34	405.146	1.034.632	1.411.972	2.278.707
Aluguéis		3.727	2.441	13.395	17.282
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	32.6	485.382	148.048	485.382	148.048
Dividendos adicionais propostos	32.6	10.756	41.298	10.756	41.298
Reserva legal	32.6	73.447	22.769	73.447	22.769
Lucros retidos		899.360	243.258	899.360	243.258
Resultado de operações descontinuadas		(88.477)	-	(88.477)	-
Participação dos acionistas não controladores nos lucros		-	-	138.529	71.786
		1.970.980	**1.659.870**	**13.246.346**	**13.199.052**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

					Reservas de lucros								
	Nota	Capital social	Custo com emissão de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Retenção de lucro acumulado originado de mudança de prática contábil	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2019		**3.363.685**	**(65.723)**	**260.452**	**206.842**	**1.778.572**	**62.539**	**5.346**	**-**	**(223.572)**	**5.388.141**	**659.387**	**6.047.528**
Pagamento de dividendos com utilização de reservas		-	-	-	-	(23.226)	-	-	-	-	(23.226)	-	(23.226)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	-	-	(5.346)	-	-	(5.346)	-	(5.346)
Dividendos prescritos de controladas	32.6	-	-	-	-	-	-	-	1.092	-	1.092	-	1.092
Ajuste efetuado por controladas, líquido de tributos		-	-	-	-	-	-	-	4.082	-	4.082	-	4.082
Novas aquisições de ações de controladas	32.2	-	-	89.975	-	-	-	-	-	-	89.975	-	89.975
Investimento PUT	32.2	-	-	62.576	-	-	-	-	-	-	62.576	184.893	247.469
Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	32.2	-	-	(6.362)	-	-	-	-	-	-	(6.362)	(2)	(6.364)
Reservas de Incentivos Fiscais-Reivestimentos	32.2	-	-	3.051	-	-	-	-	-	-	3.051	-	3.051
Programa de remuneração variável (ILP)	32.2	-	-	3.554	-	-	-	-	-	-	3.554	186	3.740
Lucro líquido do exercício	32.6	-	-	-	-	-	-	-	455.373	-	455.373	71.785	527.158
Proposta de destinação do lucro líquido:													
• Reserva Legal	32.3	-	-	-	22.769	-	-	-	(22.769)	-	-	-	-
• Dividendos	32.6	-	-	-	-	-	-	-	(153.222)	-	(153.222)	(142.723)	(295.945)
• Dividendos adicionais propostos	32.6	-	-	-	-	-	-	41.298	(41.298)	-	-	-	-
• Retenção de lucros	32.4	-	-	-	-	243.258	-	-	(243.258)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	32.8	-	-	-	-	-	-	-	-	(121.430)	(121.430)	(9.564)	(130.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**3.363.685**	**(65.723)**	**413.246**	**229.611**	**1.998.604**	**62.539**	**41.298**	**-**	**(345.002)**	**5.698.258**	**763.962**	**6.462.220**
Pagamento de dividendos	32.6	-	-	-	-	-	-	(41.298)	-	-	(41.298)	-	(41.298)
Dividendos prescritos de controladas	32.6	-	-	-	-	-	-	-	3.721	-	3.721	40	3.761
Reversão de outros resultados abrangentes de controladas - líquido de tributos		-	-	-	-	-	-	-	960	-	960	-	960
Transações com investimentos	32.2	-	-	(27.921)	-	-	-	-	-	-	(27.921)	(5.101)	(33.022)
Investimento PUT	32.2	-	-	(21.403)	-	-	-	-	-	-	(21.403)	-	(21.403)
Programa de remuneração variável (ILP)	32.2	-	-	9.629	-	-	-	-	-	-	9.629	541	10.170
Lucro líquido do exercício	32.6	-	-	-	-	-	-	-	1.468.945	-	1.468.945	138.529	1.607.474
Proposta de destinação do lucro líquido:											-		
• Reserva Legal	32.3	-	-	-	73.447	-	-	-	(73.447)	-	-	-	-
• Dividendos	32.6	-	-	-	-	-	-	-	(490.063)	-	(490.063)	(33.859)	(523.922)
• Dividendos adicionais propostos	32.6	-	-	-	-	-	-	10.756	(10.756)	-	-	-	-
• Retenção de lucros	32.4	-	-	-	-	899.360	-	-	(899.360)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	32.8	-	-	-	-	-	-	-	-	47.909	47.909	2.820	50.729
Saldos em 31 dezembro de 2020		**3.363.685**	**(65.723)**	**373.551**	**303.058**	**2.897.964**	**62.539**	**10.756**	**-**	**(297.093)**	**6.648.737**	**866.932**	**7.515.669**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		1.380.468	455.373	1.518.997	527.158
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		88.477	-	88.477	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15	1.658	5.911	527.653	454.480
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		217.974	(10.813)	2.128.195	1.128.860
Reversão de provisão para perdas de créditos e atualização monetária - operações descontinuadas		(88.477)	-	(88.477)	-
Provisão para ajustes a valor de realização de créditos a receber		-	-	-	(40.000)
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	16	-	-	(222.606)	(37.405)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão		-	-	(115.739)	(195.284)
Depreciação e amortização	34	12.348	9.735	1.228.702	1.157.872
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	34	-	-	380.390	212.491
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	34	497	2.286	53.331	(19.285)
(Ganho) perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	36	(726)	(241)	98.131	56.706
Remuneração do ativo de contrato		-	-	(117.246)	(361.353)
Marcação a Mercado dos contratos de compra / venda de energia comercializada		-	-	21.814	(64.384)
Equivalência patrimonial	18	(1.554.468)	(1.062.655)	-	-
Marcação a mercado da dívida	37	(1.880)	2.004	38.784	191.200
Marcação a mercado de derivativos	37	47.076	624.877	5.764	435.138
Instrumentos financeiros derivativos	37	(110.872)	(12.844)	(1.312.367)	(115.784)
Programa de remuneração variável - ILP		2.525	1.148	10.170	3.740
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante					
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		15.037	(5.798)	(1.240.172)	(1.029.825)
Diminuição de títulos de créditos a receber		51	146	5.483	4.783
(Aumento) diminuição de estoques		(103)	(79)	4.214	(47.523)
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar		(11.836)	(22.442)	378.955	(183.214)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(320)	(192)	(163.202)	(56.341)
Diminuição de ativos financeiros setoriais	12		-	117.440	726.282
Recebimentos Despachos ANEEL - CONTA COVID		-	-	1.351.408	-
Diminuição (aumento) de outros créditos		27.062	11.968	(223.687)	(175.494)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante					
(Diminuição) aumento de fornecedores		(4.819)	14.235	597.388	391.468
Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais		1.910	(1.140)	309.876	102.372
Imposto de renda e contribuição pagos		-	-	(323.316)	(263.656)
Aumento de obrigações estimadas		2.571	2.869	12.460	10.359
(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	12	-	-	(139.750)	(142.193)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(3.575)	(451)	(144.719)	(216.812)
Aumento de outras contas a pagar		3.105	5.519	20.162	122.955
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**23.683**	**19.416**	**4.806.513**	**2.577.312**
Atividades de investimentos					
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos		(7.666)	(669.608)	-	-
Agio pago na aquisição de controladas		(1.501)		(1.501)	-
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(1.623)	108.914	(3.082.688)	1.448.204
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	19, 20 e 41	(34.482)	(34.303)	(2.132.968)	(2.507.098)
Aplicações em linhas de transmissão de energia		-	-	(290.403)	(422.125)
Caixa e equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios		-	-	-	11.739
Partes relacionadas		-	(44)	-	-
Pagamentos pela combinação de negócios		-	-	-	(11.758)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	16, 19, 20 e 41	20	186	133.080	84.229
Recebimento de dividendos		457.475	990.617	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		**412.223**	**395.762**	**(5.374.480)**	**(1.396.809)**
Atividades de financiamento					
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	22 e 23	1.646.755	949.408	5.897.485	3.272.111
Pagamentos de empréstimos e debentures - principal	22 e 23	(1.194.146)	(590.971)	(4.248.858)	(2.370.770)
Pagamentos de empréstimos e debentures - juros	22 e 23	(234.193)	(291.729)	(752.486)	(969.920)
Partes relacionadas		(553.778)	(280.735)	-	-
Recebimento (pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		67.357	8.328	411.544	(18.389)
Novos parcelamentos de impostos		-	-	44.914	-
Pagamentos de dividendos		(217.431)	(391.495)	(303.038)	(454.877)
Aumento de capital com subscrição de ações		-	-	-	260.000
Aquisição de participação adicional de não controladores		-	(63.099)	-	(63.099)
Pagamento de incorporação de redes	30	-	-	(49.220)	(102.541)
Pagamento de parcelamento de fornecedores	21	-	-	-	(80.131)
Pagamento de parcelamento de encargos setoriais	27	-	-	-	(38.282)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(264)	(149)	(13.694)	(18.074)
Pagamento de parcelamento de impostos		-	-	(19.681)	(25.870)
Liquidação Opção de venda de ações Rede Energia Participações		-	-	-	(614.296)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento		**(485.700)**	**(660.442)**	**966.966**	**(1.224.138)**
Variação líquida do caixa		**(49.794)**	**(245.264)**	**398.999**	**(43.635)**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	6	68.423	313.687	663.103	706.738
Caixa mais equivalentes de caixa finais	6	18.629	68.423	1.062.102	663.103
Variação líquida do caixa		**(49.794)**	**(245.264)**	**398.999**	**(43.635)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas. A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("EMG")	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF")	Nova Friburgo (RJ)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("ESS")	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A ("ETO")	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A ("ESE")	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia ("EMT") (*)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ("EMS")	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ("EBO")	Campina Grande (PB)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("EPB")	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A ("ERO")	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A ("EAC")	Rio Brando (AC)	07/12/2018	06/12/2048

(*) A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027, muito embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal. As Distribuidoras controladas diretas e indiretas são empresas de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação. As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias, revisão tarifária extraordinária, bandeiras tarifárias e outros assuntos regulatórios, sobrecontratação, ativos e passivos financeiros setoriais, outros créditos, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção, ativos vinculados à concessão, e receita de construção da infraestrutura estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 13, 16.1, 17, 20.1 e 33, respectivamente.

Transmissão de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ("EGO I") (*)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	13/08/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I") (**)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Em construção

(*) **Início de operação:** a obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão, operação iniciada em 14/03/2020; e (**)**Início de operação:** a obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão, operação iniciado em 13/11/2020.

As Transmissoras controladas indiretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. **Leilão de Transmissão Nº 001/2020 -** em 17 de dezembro de 2020, a Energisa S.A. (controladora da ETE) sagrou-se vencedora do lote 11, de ativos de transmissão, conforme informações abaixo:

Lote	Local (UF)	Extensão	Investimento Estimado Aneel (R$ mil)	RAP1 Máxima (R$ mil)	RAP Proposta (R$ mil)	Deságio	Benefício Fiscal Aplicável
11	AM	33 km novos e 385 km existentes	888.315	119.712,58	63.000	47,37%	SUDAM

O lote contratado representa incorporação de ativos em serviço designado da empresa Amazonas Geração e Transmissão (AmGT) pela Portaria MME no. 776 de 15 de dezembro de 2016 e a revitalização e continuidade da prestação do serviço público de transmissão das instalações existentes e a expansão e reforço do sistema para atendimento à região metropolitana de Manaus e à região de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, como segue: **(i) Novos Empreendimentos:** - LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.; e **(ii) Empreendimentos Existentes Incorporados e que serão Revitalizados:** - Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4. O contrato de concessão será celebrado do final do mês de março de 2021, com prazo de explorar a concessão por 30 anos a partir de sua assinatura.

Geração de energia elétrica	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	Subsidiária possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
CGH Rio Vermelho	A subsidiária possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A subsidiária possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol")	Cerca de 57,1 MWp de sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e outros 46,5 MWp em fase de implementação, somando um portfólio total de 104,5 MWp, dos quais 72,2 MWp são de usinas próprias ALSOL.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho:			
EOL Alecrim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)

As Geradoras controladas diretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica e de implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficientização energética e à geração distribuída via sistemas fotovoltaicos e armazenamento de energia.

Comercializadora de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda ("ECOM")	Subsidiária integral que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A ("ESOL")	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A ("ESER")	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S.A.	Participação, prestação e desempenho de atividades dos serviços de tecnologia da informação - TI e prestação de serviços, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos.

Recuperação judicial de controladas: Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A ("REDE") publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial ("RJ"). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S/A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. ("EEVP"), incorporada posteriormente pela Denerge em 22/11/2019 e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. ("Denerge"). Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão "em recuperação judicial" da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, de modo que no momento aguarda-se a intimação para apresentação de contraminuta. A posição em 31 de dezembro de 2020 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R$607.653, dos quais R$464.795 refere-se a empréstimos, R$67.313 a debêntures e R$75.545 a fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge (*)	CTCE	Total
Saldos em 2018	**203.536**	**278.124**	**61.775**	**543.435**
(+) Atualização (1)	10.321	29.491	3.118	42.930
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	22.468	5.858	5.114	33.440
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(27.611)	(29.491)	(13.802)	(70.904)
Saldos em 2019	**208.714**	**283.982**	**56.205**	**548.901**
(+) Atualização (1)	4.466	29.654	(626)	33.494
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	27.307	7.152	25.789	60.248
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.573)	(961)	(34.990)
Saldos em 2020	**236.031**	**291.215**	**80.407**	**607.653**

(*) A EEVP foi incorporada pela Denerge, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/11/2019. A Cláusula 3.5 do Plano de Recuperação Judicial permite a incorporação de uma ou mais recuperandas, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo. (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. (2) Ajustes a Valor Presente: registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas. **Capital Circulante - controladora:** A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2020 capital circulante líquido negativo, no montante de R$2.242.170 (R$707.834 em 2019) na controladora. A Administração considera que os fluxos de dividendos futuros oriundos dos resultados das operações das controladas, associado ao processo de alongamento da dívida de curto prazo, atualmente em curso, deverão proporcionar os recursos financeiros necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo remanescentes da controladora. **1.1 Efeitos COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial

da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e de unidades consumidoras que utilizam equipamentos especiais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, inicialmente provocaram queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica do Grupo Energisa, entretanto tem sido observado recuperação das atividades econômicas que tem contribuído na melhoria dos dois fatores. **a) Impactos observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020: I. Distribuição de energia elétrica:** A pandemia da COVID-19 no Brasil produziu impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia e em suas controladas os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia devido a retração do mercado consumidor e incremento da inadimplência, agravada pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica. Esses efeitos impactaram diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo nas Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD). Por outro lado, a conta COVID tem neutralizado em parte os efeitos dos eventos no seu fluxo de caixa, da Companhia e suas controladas e contribuído para atenuar as tarifas dos consumidores enquanto durar a pandemia. As controladas distribuidoras de energia elétrica, baseado em suas melhores estimativas, realizaram os cálculos da provisão de perdas esperadas de liquidação duvidosa em decorrência dos impactos da COVID-19, conforme segue:

	Controladas											
Descrição	**EMT**	**EMS**	**ETO**	**ESS**	**EPB**	**ESE**	**EMG**	**EBO**	**ENF**	**ERO**	**EAC**	**Total**
Provisão perdas com inadimplência	47.629	15.317	5.140	3.181	7.333	5.866	2.050	876	493	39.311	22.709	149.905
Total	**47.629**	**15.317**	**5.140**	**3.181**	**7.333**	**5.866**	**2.050**	**876**	**493**	**39.311**	**22.709**	**149.905**

As controladas implementaram ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital, tem produzidos efeitos positivos no incremento da arrecadação, que contribuíram sensivelmente na redução das provisões de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas seguem acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização de suas contas a receber, o qual foi ajustado para refletir as perdas esperadas ocorridas até 31 de dezembro de 2020. **b) Sobrecontratação de energia elétrica:** O cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira. A Companhia e suas controladas seguem atentas e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição. Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto 5.163/2004 de modo a reconhecer a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 apurada conforme regulação da Aneel como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL. **c) Equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. Com a publicação da Resolução Normativa nº 885, divulgada no diário oficial em 23 de junho de 2020 foi estabelecido o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos, instaurado a partir de agosto de 2020. A Companhia e suas controladas não reconheceram ativo financeiro setorial de RTE, referente ao equilíbrio contratual em suas demonstrações financeiras. **II. Transmissão de energia elétrica:** A Administração segue monitorando as obras em andamento da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance do grupo para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Não foram identificados impactos no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento. **d) Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento e acompanhamento da pandemia:** Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente no Brasil, o Grupo Energisa adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se: **Pessoas:** • Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes; • Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (Telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público; • Criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID19 para colaboradores e familiares; • Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testado positivo; • Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia; • Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações; • Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade; • Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas; • Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP 936 foi transformada na Lei nº 14.020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. A última mudança que impacta na conhecida MP 936, agora Lei 14.020, foi publicada no DOU do dia 24 de agosto. Trata-se do Decreto nº 10.470 que prorroga mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei 14.020. **Sociedade:** O Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos 11 Estados onde o Grupo distribui energia (MG, RJ, SP, PR, MS, MT, TO, PB, SE, RO e AC), com investimentos até o momento de aproximadamente R$8.000. As principais ações são: • Doação de ventiladores pulmonar; • Doação de mais de 77 mil máscaras e 500 protetores faciais para a população de alto risco e hospitais; • Doação de álcool em gel para hospitais da região; • Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0; • Disponibilidade de carros de som e ações em rádios locais como forma de comunicação mais efetiva quanto a ações de prevenção a pandemia em 223 cidades com baixo IDH; • Criação de plataforma de streaming gratuito com filmes nacionais patrocinados pela Energisa; • Custeio de obras em hospitais para aumento de novos leitos e outros reforços estruturais para auxílio no atendimento de pacientes com COVID-19; • Doação de R$1.500 para a Fiocruz na campanha "Unidos contra a COVID-19" no intuito de auxiliar a instituição na produção de testes rápidos para o diagnóstico da doença; • As controladas EMG e ESS viabilizaram créditos de R$10.000 para o programa "Estímulo Minas 2020" com doação de R$1.905. O projeto está disponível para 77 cidades atendidas pelas controladas na Zona da Mata e no sul do Estado de Minas Gerais; • Doação de R$903 para a Unesco com o objetivo de viabilizar o combate a fome distribuindo mais de 100 toneladas de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social. **Financeiro:** • Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, o Grupo Energisa optou por postergar investimentos na ordem de R$557.300 ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento nas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica não sofreram impactos relevantes; • Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019; • Contratação de novos empréstimos com liquidação de outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020; • Revisado os planejamentos estratégicos e sensibilizado suas premissas quanto ao valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras; • Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do PIS e COFINS e da contribuição previdenciária patronal das competências de março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 nos montantes de R$306.104 e de R$36.293, respectivamente, com impacto no caixa; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no valor total de R$13.266; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC de R$14.941; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020, prorrogado até 31 de julho de 2020 em que as controladas, distribuidoras de energia elétrica, serão ressarcidas integralmente pelos recursos originários da conta CDE; e • Adesão a Conta COVID: a as controladas distribuidoras de energia elétrica aderiram a Conta COVID implementada através da Resolução Aneel n° 885, de 23 de junho de 2020 que dispôs critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. O principal objetivo da instituição da Conta-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. Até 31 de dezembro de 2020 foram recebidos cerca de R$1.351.408 de recursos da Conta COVID. O Grupo Energisa segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia e suas controladas avaliaram suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluíram que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 39. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: **I.** Nota explicativa nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; **II.** Nota explicativa nº 12 - Ativos e passivos financeiros setoriais; **III.** Nota explicativa nº 15 - Créditos tributários; **IV.** Nota explicativa nº 16 - Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato); **V.** Nota explicativa nº 19 - Imobilizado; **VI.** Nota explicativa nº 20 - Intangível; **VII.** Nota explicativa nº 28 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias; **VIII.** Nota explicativa nº 35 - Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado; **IX.** Nota explicativa nº 39 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e **X.** Nota explicativa nº 40 - Benefícios-pós emprego.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1 Principais mudanças nas políticas contabeis:** Em 01 de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta as transmissoras de energia elétrica quanto ao atendimento aos aspectos relevantes do CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os principais assuntos relevantes neste Ofício referem-se a : (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 - SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica especifica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional. Desde a implementação do CPC 47 e CPC 48, em 01 de janeiro de 2018, as controladas indiretas, transmissoras de energia elétrica vem adotando como política contábil, em consenso com o mercado de transmissão de energia elétrica, os requerimentos contidos nestes Pronunciamentos, como a taxa aplicada para a remuneração dos contratos de concessão que é definida no momento inicial de cada projeto e não sofre alterações posteriores. Desta forma, cada projeto possui atribuição de margens distintas para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção. Em consequência do Ofício CVM a Companhia adequou suas práticas contábeis, sendo percebido em 31 dezembro de 2020, em comparação com a prática anterior, um acréscimo no resultado em função da revisão da margem e taxa implícita não trouxe ajustes que pudessem modificar as demonstrações financeiras consolidadas. **3.2 Principais politicas contabeis:** a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b. Instrumentos financeiros e operações de hedge**: ***Ativos financeiros:*** *Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Mensuração subsequente* - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. **Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:**

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - Nota explicativa nº 2.3; • Clientes, consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 7; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 39. O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pelas Companhias para cálculo final das perdas esperadas. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2020, compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **2. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 39, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: *Hedges de valor justo*: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Clientes, consumidores e concessionárias -** inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras; A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Contrato de concessão de distribuição e transmissão de energia** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição e transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas, diretas e indiretas, que estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura enquanto para o segmento de transmissão de energia elétrica disponibiliza sua infraestrutura para transportar a energia sendo remunerada através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante o prazo do contrato. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da

distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas, distribuidoras de energia elétrica contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº16. • **Transmissão de energia elétrica:** Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo de contrato. O valor do ativo contratual de suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 11% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, , registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável; **g. Combinação de negócios** - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração. **h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público de energia elétrica, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso de concessão alcança aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas ESE, EPB, EBO, EMT, EMS, ERO e EAC, conforme citado nas notas explicativas nº1 e nº 20. Bem como, a mais valia dos bens tangíveis (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, 30 de outubro e 06 de dezembro de 2018) a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo das concessões; **j. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **k. Arrendamentos -** os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **l. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20) para a atividade de distribuição enquanto para as transmissoras adota-se em sua totalidade; **m. Redução a valor recuperável: Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: • **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. • **Ativos intangíveis:** ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. • **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: **(i) Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado; **(ii) Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e **(iii) Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **n. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **o. Derivativos** - são instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração do resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 39. **p. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido; Nas controladas do segmento de geração e transmissão o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia e suas controladas. **q. Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização. **r. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **s. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações; **t. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **u. Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. **Receita do segmento de distribuição:** A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção corresponde as receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida. As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. **Receita do segmento de transmissão:** As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são: • **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento. • **Remuneração do ativo de contrato**: refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 11% ao ano; • **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e • **Receita de operação e manutenção**: refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. **Demais receitas:** A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita com subvenção governamental somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota explicativa nº13) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. **v. Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego** - a Companhia e suas controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida da Companhia e de suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido; **w. Operações de compra e venda de energia - comercializadora -** a controlada ECOM tem como atividade principal a compra e venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL), além disso, trabalha com a representação e gestão de consumidores livres de energia. Desta forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõe seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, a controlada assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). A controlada tem flexibilidade para gerenciar os contratos destas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de riscos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. A Companhia e sua controlada ECOM não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício. **x. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e **y. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.3 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alteração ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida). • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas.

		% de participação	
	Ramo de atividade	2020	2019
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	Distribuição de energia	95,52	95,52
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	Distribuição de energia	95,09	95,09
Energisa Soluções S/A (ESOL)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (2)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100

	Ramo de atividade	% de participação 2020	2019
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A	Holding	85,31	85,31
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Transmissão de Energia S/A (1)	Holding	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energisa S/A (nova denominação social de Energisa Transmissora de Energia I S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia II S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia III S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	Geração de energia distribuída	89,21	89,21
Voltz Capital S.A (2) (a)	Serviços	100	-
Controladas indiretas			
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	95,21	95,21
Rede Power do Brasil S/A	Holding	95,2	95,2
QMRA Participações S/A	Holding	95,2	95,2
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	74,33	74,33
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (3)	Distribuição de energia	95,14	95,14
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	72,99	72,99
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	95,21	95,21
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	94,49	94,49
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	100	99,90
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	100
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	99,90	99,90

(a) Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Voltz Capital S.A., realizada em 02 de julho de 2020 que obteve aprovação, do estatuto social, alteração de atividades econômicas (principal e secundaria) e a alteração do objeto social, protocolado pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 16 de julho de 2020. (1) Companhias abertas. (2) Em fase pré-operacional. (3) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento: **a) Informações sobre segmentos:**

2020	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	18.819.845	1.822	506.086	944.409	58.046	20.330.208
Receitas Intersegmentos	21.535	-	1.115	-	415.180	437.830
Total	**18.841.380**	**1.822**	**507.201**	**944.409**	**473.226**	**20.768.038**
Receitas Financeiras	673.973	11	2.374	2.196	357.941	1.036.495
Despesas Financeiras	(1.137.484)	(12)	(21.129)	(4.721)	(528.945)	(1.692.291)
Total	**(463.511)**	**(1)**	**(18.755)**	**(2.525)**	**(171.004)**	**(655.796)**
Amortização e depreciação	**1.183.364**	**182**	**36**	**99**	**45.021**	**1.228.702**
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	**2.010.616**	**(93)**	**196.892**	**(8.125)**	**(152.640)**	**2.046.650**

2019	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	18.386.714	302	641.798	819.814	54.507	19.903.135
Receitas Intersegmentos	17.071	-	74.804	-	453.314	545.189
Total	**18.403.785**	**302**	**716.602**	**819.814**	**507.821**	**20.448.324**
Receitas Financeiras	829.473	2	6.347	3.000	495.807	1.334.629
Despesas Financeiras	(1.339.338)	(10)	(19.925)	(4.342)	(1.331.420)	(2.695.035)
Total	**(509.865)**	**(8)**	**(13.578)**	**(1.342)**	**(835.613)**	**(1.360.406)**
Amortização e depreciação	**1.114.950**	**118**	**32**	**44**	**42.724**	**1.157.868**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**1.376.268**	**(691)**	**258.962**	**54.819**	**(707.720)**	**981.638**

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	2020	2019
Ativos dos segmentos	**40.653.706**	**13.182**	**1.701.884**	**597.618**	**4.854.342**	**47.820.732**	**41.224.171**
Ativo circulante	11.891.945	916	248.687	277.362	1.616.343	14.035.253	10.240.247
Ativo não circulante	28.761.761	12.266	1.453.197	320.256	3.237.999	33.785.479	30.983.924
Passivos dos segmentos	**31.642.533**	**177**	**1.178.016**	**570.598**	**6.913.737**	**40.305.061**	**34.761.951**
Passivo circulante	9.597.605	165	50.811	216.498	2.977.387	12.842.466	7.916.276
Passivo não circulante	22.044.928	12	1.127.005	354.100	3.936.350	27.462595	26.845.675

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2020	2019
Receita		
Receita líquida total de segmentos	20.768.038	20.448.324
Eliminação de receitas intersegmentos	(437.830)	(545.189)
Receita líquida consolidada	**20.330.208**	**19.903.135**
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos	1.228.702	1.157.868
Amortização e depreciação consolidada	**1.228.702**	**1.157.868**
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	1.036.495	1.334.629
Eliminação de receitas intersegmentos	(301.245)	(424.026)
Receita financeira consolidada	**735.250**	**910.603**
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(1.692.291)	(2.695.035)
Eliminação de despesa intersegmentos	301.245	424.026
Despesa financeira consolidada	**(1.391.046)**	**(2.271.009)**
Total do resultado dos segmentos	2.046.650	981.638
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**2.046.650**	**981.638**
	2020	**2019**
Ativo		
Ativo total dos segmentos	47.820.730	41.224.171
Outros valores não alocados	(2.257.923)	(1.904.357)
Total Ativo consolidado	**45.562.807**	**39.319.814**
Passivo		
Passivo total dos segmentos	40.305.061	34.761.951
Outros valores não alocados	(2.257.923)	(1.904.357)
Total passivo consolidado	**38.047.138**	**32.857.594**

6. CAIXA, EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

6.1 Caixa e equivalentes de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 equivale a 104,3% do CDI (101,9 % do CDI em 2019).

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa e depósitos bancários à vista	**5.381**	**6.345**	**266.201**	**255.955**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**13.248**	**62.078**	**795.901**	**407.148**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.248	-	795.306	-
Operações compromissadas em debêntures	-	62.078	595	407.148
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante [1]	**18.629**	**68.423**	**1.062.102**	**663.103**

[1] As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

6.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado): A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB´s, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 150,4% do CDI (106,6% do CDI em 2019).

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	**2.636.327**	**2.486.362**	**5.561.281**	**2.373.194**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	11.510	14.022	128.081	36.277
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) [1]	-	-	10.466	15.046
Operações compromissadas em debêntures [2]	-	-	3.590	18.891
Debêntures [3]	2.094.921	1.811.399	-	-
Fundos de Investimentos [4]	30.409	26	75.876	54.408
Fundos de Investimentos Exclusivos [5]	**499.487**	**660.915**	**5.246.381**	**2.137.703**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.829	22.795	52.291	50.311
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	477	2.560	4.277	5.652
Operações compromissadas	-	112.459	-	248.215
Títulos públicos	51.946	27.990	572.226	418.379
Fundo Multimercado	2.085	-	24.723	-
Fundo de Renda Fixa	102.031	235.183	964.277	468.521
Letra financeira do Tesouro (LFT)	106.798	255.993	1.110.326	892.115
Letra financeira (LFS)	114.755	-	1.360.586	-
Letra financeira (LF)	27.850	338	305.535	746
Letra financeira (LTN)	4.771	1.086	55.869	16.226
Nota do tesouro nacional (NTNB)	76.127	2.511	720.805	37.538
Nota do tesouro nacional (NTNF)	6.818	-	75.466	-
Títulos CCBs [6]	74.219	74.591	74.219	74.591
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs	(74.219)	(74.591)	(74.219)	(74.591)
Fundos de Investimentos em direitos creditórios [7]	-	-	96.887	110.617
Outros instrumentos [8]	-	-	-	252
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados [9]	**2.636.327**	**2.486.362**	**5.561.281**	**2.373.194**
Circulante	315.399	710.030	4.944.045	2.016.399
Não Circulante	2.320.928	1.776.332	617.236	356.795

[1] Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - são aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 90,0% a 100,0% (90,0% a 100,0% em 2019) e média ponderada 99,7% (98,1% em 2019) do CDI; [2] Operações compromissadas em debêntures - são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 65,0% a 80,0% (65,0% a 80,0% em 2019 e média ponderada 66,5% (65,5% em 2019) do CDI e estão lastreadas em debêntures; [3] Debêntures - refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica; [4] Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -35,5% a 160,9% e média ponderada 102,6% do CDI. [5] Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 113,5% (105,2% em 2019) do CDI Fundo FI Energisa, 83,8% (109,7% em 2019) do CDI Fundo Cataguases e 63,5% (115,7% em 2019) do CDI Fundo Zona da Mata. [6] Cédula de Crédito Bancário - títulos CCBs; [7] Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034; [8] Outros Investimentos - inclui depósitos vinculados em poupança; e [9] Inclui na controladora R$15.478 (R$15.118 em 2019) e no consolidado R$276.991 (R$236.734 em 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
Recursos vinculados	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Depósito judicial credores	15.452	15.093	15.452	15.093
Bloqueio Judicial	26	25	6.482	5.563
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	-	96.887	110.617
Programa Luz para todos	-	-	116.100	62.853
Garantia com comercialização de energia	-	-	13.194	15.046
Conselho do consumidor	-	-	4.433	4.301
Outros	-	-	24.443	23.261
Total	**15.478**	**15.118**	**276.991**	**236.734**

7. CLIENTES, CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 14 - transações com partes relacionadas, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado								
			Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
	2020	2019	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (7)	2020	2019
Valores correntes: [1]											
Residencial	-	-	523.375	-	495.032	73.592	51.768	93.777	(250.101)	987.443	859.720
Industrial	-	-	176.683	-	27.226	5.593	12.012	56.984	(60.260)	218.238	233.911
Comercial	-	-	312.789	-	98.865	15.050	20.865	55.722	(79.923)	423.368	434.832
Rural	-	-	145.795	-	71.936	16.602	25.033	17.212	(26.645)	249.933	194.160
Poder público	-	-	97.533	-	12.705	1.555	2.133	9.097	(13.392)	109.631	134.155
Iluminação pública	-	-	48.386	-	6.709	2.252	1.296	11.565	(12.248)	57.960	59.558
Serviço público	-	-	63.046	-	13.030	9.456	10.818	84.698	(111.417)	69.631	64.607
Serviço taxado	-	-	4.112	-	-	-	-	-	-	4.112	3.264
Fornecimento não faturado	-	-	1.241.052	-	-	-	-	-	-	1.241.052	958.987
Fornecimento Liminar	-	-	1.598	-	-	-	-	-	-	1.598	1.649
Arrecadação Processo Classificação	-	-	23.241	-	-	-	-	-	-	23.241	(10.859)
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	70.398	196.944	38.096	10.734	10.799	64.258	(130.542)	260.687	165.725
Industrial	-	-	12.608	31.270	3.581	940	1.985	25.624	(34.728)	41.280	25.411
Comercial	-	-	25.394	134.976	12.795	3.377	4.341	25.117	(62.253)	143.747	104.906
Rural	-	-	9.534	32.579	4.576	1.578	2.499	6.501	(21.460)	35.807	27.844
Poder público (2)	-	-	23.714	350.388	5.661	174	183	2.264	(6.903)	375.481	400.896
Iluminação pública	-	-	4.825	52.707	552	145	99	74	(1.849)	56.553	47.963
Serviço público	-	-	3.775	7.425	178	49	69	3.523	(5.564)	9.455	14.701
(-) Ajuste valor Presente [2] e [3]	-	-	(469)	(111.613)	-	-	-	-	-	(112.082)	(118.452)
Subtotal-clientes	**-**	**-**	**2.787.389**	**694.676**	**790.942**	**141.097**	**143.900**	**456.416**	**(817.285)**	**4.197.135**	**3.602.978**
Suprimento energia a concessionárias- moeda nacional (4)	-	-	470.840	-	-	-	-	34.589	(4.882)	500.547	359.354
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.484
Serviços Especializados	25.582	40.640	31.238	-	4.421	-	-	-	(2.306)	33.353	43.928
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Energia Comercializadora com clientes livres	-	-	138.125	-	-					138.125	98.671
Outros (6)	-	-	63.048	53.516	324.101	39.346	2.448	392.894	(20.872)	854.481	712.425
Total	**25.582**	**40.640**	**3.490.640**	**748.192**	**1.119.464**	**180.443**	**146.348**	**896.100**	**(845.345)**	**5.735.842**	**4.834.041**
Circulante	25.582	40.640								4.474.964	3.783.469
Não Circulante	-	-								1.260.878	1.050.572

[1] Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos; [2] Poder Público - inclui valores de créditos a receber pelas as controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue: (i) controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997 no montante de R$13.369 (valores históricos), vencidas a partir das datas de emissão. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Em 19/12/2017, foi negociado acordo de pagamento do crédito que previa que a dívida renegociada totalizava em R$100.000, com vencimento em dezembro de 2019 e dezembro de 2020, com juros calculados de acordo com as variações da taxa Selic. O referido acordo não se concretizou, sendo mantida a ação judicial de cobrança. Ainda que frustrado o acordo, a Administração da controlada tem seu entendimento de serem certas a liquidez e a exigibilidade do crédito, uma vez que, na referida ação de cobrança a CODEVASF foi condenada a pagar o valor devido em primeira e segunda instância, e não recorreu dessa condenação. A discussão nos autos persiste unicamente pelo índice de correção aplicável a determinado período do débito, sendo certo que o Tribunal Regional Federal, em sua última decisão, limitou-se a aplicar a jurisprudência do STF e STJ proferidos no âmbito da Repercussão Geral Tema 810 e Recurso Repetitivo, sendo altamente improvável qualquer alteração nos cálculos. O pagamento do crédito se dará mediante a expedição de precatório federal, e o crédito deverá ser atualizado conforme os critérios estabelecidos no Julgamento do Tribunal. O crédito tem perspectiva de recebimento em até 9 anos, sendo o prazo de 8 anos, tempo estimado para a finalização do Processo, com a discussão exclusivamente do índice de correção, mais 1 ano para expedição do precatório e pagamento. Por se tratar da União Federal, o risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a Codevasf empresa pública dependente, com controle societário da União Federal. De acordo com suas Demonstrações Financeiras, 90,66% de seus recursos financeiros são provenientes da União Federal. Em 31 de dezembro de 2020 o valor a receber referente a esse crédito, com juros e correção monetária fixados no acordão do TRF, monta em R$118.162 (R$101.138 em 2019), que inclui R$17.024 de atualização monetária, reconhecidos na receita financeira- outros. Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R$23.332 (R$4.175 em 2019), contabilizados na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2,5% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações; e (ii) A controlada EMT- realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, liquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). Em 31 de dezembro de 2020 o valor a receber referente a esse crédito monta em R$86.271 (R$89.929 em 2019). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R$21.263 (R$18.334 em 2019), contabilizados na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. [3] Ajuste a valor presente - calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI de 1,90% a.a. (4,6% a.a. em 2019); [4] Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que se apresenta como segue:

	Consolidado	
Composição dos créditos da CCEE	**2020**	**2019**
Saldos a vencer	470.840	328.033
Créditos vinculados a liminares [a]	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE [*]	**505.429**	**362.622**
(-) Aquisição de energia na CCEE	(761.598)	(456.126)
(-) Encargos de serviços do sistema	(49.617)	(3.257)
Total débitos CCEE	**(305.786)**	**(96.761)**

(*) O subtotal de R$505.429 (R$362.622 em 2019) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R$4.882 (R$3.264 em 2019). [a] Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos., quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. [5] Redução do uso do sistema de distribuição - os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R$12.201 (R$12.201 em 2019), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor reconhecido em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado; [6] Outros - inclui o montante de R$490.704 (R$372.803 em 2019) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, contabilizado no ativo não circulante e suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de imposto sobre circulação de mercadora e serviços - ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 25) no passivo não circulante no consolidado, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores; [7] Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração; Na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência agravadas pelo cenário da pandemia do COVID-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador ao longo do exercício como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência, quando comparado com o mesmo período de 2019, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias passaram a ter a possibilidade de suspensão da energia a partir de 01 de janeiro de 2021 outros fatores como as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores, aumento da arrecadação originada pelas medidas adotadas pelas controladas distribuidoras de energia elétrica que vem demonstrar a recuperação gradual das atividades econômicas, contribuíram em muito pelas apurações das perdas no exercício. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	**2020**	**2019**
Saldo inicial - circulante -2019 e 2018	**872.812**	**773.926**
Saldo de aquisição da combinação de novos negócios	-	220
Provisões constituídas no exercício (*)	380.390	212.491
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis (**)	(126.796)	(113.825)
Saldo final - circulante -2020 e 2019	**1.126.406**	**872.812**
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	845.345	587.124
Títulos de créditos a receber (nota explicativa nº 8)	71.151	75.220
Outros créditos (nota explicativa nº 13)	209.910	210.468
Saldo final	**1.126.406**	**872.812**

(*) Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercicio findo em 31 de dezembro 2020 de R$380.390 (R$212.491 em 2019), inclui R$149.905 decorrente do aumento de inadimplência identificado pelo impacto da COVID-19.

8. TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	5.981	10.943
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	69.664	67.780
Títulos de créditos a receber (2 e 3)	25	76	43.567	45.972
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (1,2 e 3)	-	-	(71.151)	(75.220)
Ajuste a valor presente (1, 2 e 3)	-	-	(22.708)	(22.902)
Total	**25**	**76**	**25.353**	**26.573**
Circulante	25	76	13.591	16.116
Não circulante	-	-	11.762	10.457

Em 2020, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora 2020	Consolidado (*) 2020
Vencidos	-	6.701
2021	25	1.323
2022	-	7.558
2023	-	2.807
2024 em diante	-	78.115
Total	**25**	**96.504**

(*) Demonstrado líquido do ajuste a valor presente. [1] **Controlada indireta EMT**

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R$5.981 (R$10.943 em 2019): (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R$5.981 (R$10.943 em 2019) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 51 parcelas, restando 16 parcelas, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R$9 (R$11 em 2019), utilizando a taxa média anual de CDI 1,90% a.a. (4,60% a.a. em 2019). **Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais - R$69.664 (R$67.780 em 2019):** (ii) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dividas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R$69.664 (R$67.780 em 2019) , vencidos a partir de 27 de julho de 1998. O montante foi transferidos da rubrica de clientes, consumidores e concessionárias e todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. Do montante, R$59.910 (R$64.738 em 2019) encontra-se provisionado.

Prefeituras	2020	2019
Prefeitura Municipal de Alta Floresta (a)	2.297	3.042
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira (b)	7.457	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	55.889	56.590
Total	**69.664**	**67.780**

(a) Os títulos da Prefeitura Municipal de Alta Floresta foram renegociados em 09 de agosto de 2019, com o reconhecimento, no mesmo exercício, da atualização monetária na ordem de R$3.628, contabilizada em outras receitas financeiras e o recebimento de R$1.270. O montante remanescente será realizado em 45 parcelas mensais com juros de 0,93% a.m. Inclui ajuste a valor presente no valor R$16 em 2019 referente ao precatório de Alta Floresta. (b) Em 10 de agosto de 2020, com homologação na Central de Precatórios, a Companhia renegociou os títulos precatórios da Prefeitura de Juscimeira. O valor acordado foi de R$8.456, com entrada de R$1.000 e parcelamento do saldo remanescente em 250 parcelas, com juros de 0,4% a.m., sendo a primeira vencendo em abril de 2021. (2) **Títulos de créditos a receber - R$43.567 (R$45.972 em 2019): Controlada indireta EMT:** Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 31 de dezembro de 2020 saldo de R$1.625 (R$1.625 em de 2019) que se encontra totalmente provisionado. **Controlada indireta ESS:** (i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R$44.034 (R$44.034 em 2019), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1a Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R$21.400 (R$21.400 em 2019) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R$22.633 (R$22.633 em 2019). (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mútuo de postes e outros no montante de R$3.111 (R$3.231 em 2019). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R$762 (R$762 em 2019). (iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R$851 (R$852 em 2019), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório no montante de R$851 (R$290 em 2019). **Controlada indireta ETO:** A controlada indireta ETO registrou o montante de R$8.992 (R$11.466 em 2019), é como segue: (i) R$5.700 (R$8.088 em 2019) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Prefeituras	2020	2019
Paraíso	-	1.527
Taguatinga	2.957	3.945
Divinópolis (*)	258	258
Miranorte	-	386
Porto Nacional (*)	651	651
Sitio Novo (*)	771	771
Santa Fé do Araguaia (*)	773	260
Outras (*)	290	290
Total	**5.700**	**8.088**

(*) A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R$2.743 (R$2.227 em 2019). (ii) Inclui R$2.936 (R$3.029 em 2019), referente a créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO e o montante de R$356 (R$349 em 2019) referente à outros títulos de créditos. A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R$13 e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R$66 (R$137 em 2019) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado. (3) **Controladora e demais controladas:** (i) Na controladora o montante de R$25 (R$76 em 2019) refere-se à títulos a receber junto a Raizen do Brasil, enquanto no consolidado inclui R$6.354 (R$6.088 em 2019) referente a outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, ESE, Dinâmica e ERO. (ii) A controlada EMG constituiu no exercício perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Manhuaçu no montante de R$746 (R$746 em 2019). (iii) A controlada ERO constituiu no exercício perda do valor recuperável de R$4.501 (R$4.819 em 2019) e ajuste a valor presente de R$105 em 2019.

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Controladas	Controladora 2020	2019
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	567	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	9.025
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	304	274
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A	8.586	-
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	2.026	-
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	17.977	-
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	2.154	-
Energisa Soluções S/A	1.109	-
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	19.614	-
Energisa Participações Minoritários S/A	22.452	-
Dinâmica Direitos de Créditos S/A	-	26
Total - Ativo Circulante	**74.789**	**10.614**

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora 2020	2019	Consolidado 2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	316.148	306.481
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	150.367	129.283	424.347	695.985
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	7.410	4.221	77.271	167.575
Contribuições ao PIS e a COFINS	865	1.567	204.267	152.300
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (*)	-	-	1.065.087	665.780
Outros	344	193	57.414	55.318
	158.986	**135.264**	**2.144.534**	**2.043.439**
Circulante	58.370	99.837	674.326	1.021.209
Não circulante	100.616	35.427	1.470.208	1.022.230

(*) As controladas EPB, EBO, ETO, ESS e ESE possuem créditos de PIS e de COFINS a recuperar no montante de R$1.065.087 (R$665.780 em 2019), sendo R$449.919 (R$389.900 em 2019), R$72.030 (R$63.177 em 2019), R$250.926 (R$212.704 em 2019), R$29.729 e R$262.483 respectivamente, referente a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições em face das ações judiciais com trânsito em julgado, calculados com base na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que no exercício montou em R$84.233 (R$145.195 em 2019), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. Os valores das controladas ESE e ESS foram reconhecidos em junho de 2020. As controladas estabelecerão procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado as apurações, conforme nota explicativa nº 31. Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/ imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. REAJUSTES, REVISÕES TARIFÁRIAS E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS - CONSOLIDADO

11.1 Reajustes tarifários: Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.722, de 07/07/2020	4,87%	12/07/2020
EMG (*)	Resolução 2.696, de 17/06/2020	6,41%	22/06/2020
EBO	Resolução 2.665, de 28/01/2020	(1,78%)	04/02/2020
ENF (*)	Resolução 2.698, de 17/06/2020	2,39%	22/06/2020
EPB	Resolução 2.763, de 27/08/2020	4,28%	28/08/2020
ETO	Resolução 2.567, de 02/07/2019	-0,33%	04/07/2019
ESE (*)	Resolução 2.678, de 20/04/2020	1,20%	22/04/2020
EMS (*)	Resolução 2.671, de 07/04/2020	6,90%	08/04/2020
EMT (*)	Resolução 2.672, de 07/04/2020	2,47%	08/04/2020
ERO	Resolução 2.648, de 10/12/2019	0,11%	13/12/2019
EAC	Resolução 2.649, de 10/12/2019	(4,24%)	13/12/2019

(*) As resoluções nº 2.671, 2.672, 2.678, 2.696 e 2.698, devido a pandemia do COVID-19, permitiram o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 das controladas EMS, EMT, ESE, EMG e ENF tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros. Os reajustes tarifários foram aplicados a partir do 01 de julho de 2020. **11.2 Revisões tarifárias:** As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e, (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS [*], ETO, ERO e EAC. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.720, de 03/07/2020	7,17%	04/07/2020
ERO (*)	Resolução 2.819 de 08/12/2020	(11,29%)	13/12/2020
EAC (*)	Resolução 2.820 de 08/12/2020	2,95%	13/12/2020

(*) Em 08 de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou por meio das Resoluções 2.819 e 2.820, respectivamente a Revisão Tarifária Extraordinária das controladas diretas ERO, EAC, conforme estabelecido nos Contratos de Concessão 02/2018 e 03/2018.

11.3 Bandeiras tarifárias: A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: Bandeira Tarifária Verde; Bandeira Tarifária Amarela; Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário. A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam: Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima. Em função da Pandemia do COVID-19, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulga medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Em reunião extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu, reativar a sistemática de acionamento das Bandeiras Tarifárias. Aplicando a metodologia, ficou estabelecida a bandeira vermelha Patamar 2 no mês de dezembro de 2020. Em 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2020	2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 1
Setembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Dezembro	Vermelha Patamar 2	Amarela

11.4. Outros assuntos regulatórios: 11.4.1 Sobrecontratação: A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia). O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes. Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias. Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL e nem mesmo do Despacho ANEEL nº 2.508/2020 pode ser considerado como conclusivo, uma vez que seu mérito será avaliado pela Diretoria da Agência. Os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R$4.495 (R$4.495 em 2019) que deverão ser compensados. Para o exercício de 2020 e em função da pandemia, as controladas distribuidoras de energia EMT, EMG, ERO e EAC, vêm apresentando um excedente ao limite regulatório (100% e 105%), sem expectativa de prejuízo para o Grupo. Desta forma, no intuito de minimizar os impactos de sobrecontração a Companhia e suas controladas vem realizando seus melhores esforços na utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) de Energia Existente e de Energia Nova, Mecanismos de Venda de Excedente (MVEs), bem como a realização de acordos bilaterais com geradores. Estima-se que as demais controladas EMS, ETO, ESS, EPB, EBO, ESE e ENF encerraram o exercício dentro do limite regulatório.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS - CONSOLIDADO

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldos em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão conta COVID (12)	Resultado Financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	585.987	47.840	(401.131)	(667.439)	(739)	507.498	72.016	3.228	68.788	29.366	42.650
Transporte de energia elétrica - Rede básica	113.649	212.308	(57.910)	(205.457)	968	25.163	88.721	16.443	72.278	38.563	50.158
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	13.556	(34)	(9.912)	13.067	46	(8.560)	8.163	3.053	5.110	8.163	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	12.875	17.181	(7.959)	(19.753)	64	3.013	5.421	408	5.013	1.466	3.955
Conta de desenvolvimento energético - CDE	115.991	57.009	(90.613)	(78.021)	238	47.858	52.462	50.459	2.003	50.591	1.871
Encargo de serviços de sistema ESS	-	42.035	42.239	367.876	1.623	(295.393)	158.380	90.946	67.434	151.334	7.046
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	5.854	69.979	(8.704)	(49.646)	(24)	(4.091)	13.368	8.927	4.441	11.611	1.757
Sobrecontratação de energia (4)	13.406	180.653	(4.190)	(192.316)	93	66.480	64.126	-	64.126	21.498	42.628
CUSD	569	6.485	(1.381)	-	20	(111)	5.582	828	4.754	3.686	1.896
Exposição de submercados (6)	327.934	105.199	(204.718)	(231.441)	1.016	57.523	55.513	19.968	35.545	33.682	21.831
RGR designadas (7)	695.569	-	-	-	31.561	-	727.130	-	727.130	-	727.130
Garantias financeiras (8)	4.649	4.182	(4.047)	-	71	-	4.855	1.954	2.901	3.767	1.088
Saldo a compensar (9)	5.576	25.090	(12.535)	-	36	(2.004)	16.163	8.847	7.316	13.979	2.184
Efeitos postergação tarifárias (10)	-	61.659	-	(72.261)	(79)	10.681	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros (11)	193.355	-	(186.165)	(97.848)	(1.191)	92.525	676	-	676	327	349
Total Ativo	**2.088.970**	**829.586**	**(947.026)**	**(1.233.239)**	**33.703**	**500.582**	**1.272.576**	**205.061**	**1.067.515**	**368.033**	**904.543**

Passivo financeiro setorial	Saldos em 2019	Receita Operacional Adição	Receita Operacional Amortização	Adesão conta COVID (12)	Resultado Financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	3.006	10.393	(48.211)	-	691	507.498	473.377	353.417	119.960	465.935	7.442
Transporte de energia elétrica - Rede básica	1.511	4.251	19.570	-	-	25.163	50.495	40.443	10.052	48.945	1.550
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	23.242	(3.379)	-	257	(8.560)	11.560	11.301	259	11.559	1
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	355.192	239.635	(249.520)	-	4.297	(295.393)	54.211	32.968	21.243	48.678	5.533
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.106	(18.313)	17.753	-	(594)	47.858	64.810	39.049	25.761	63.155	1.655
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	(182)	2.047	-	-	3.013	4.878	4.878	-	4.878	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	72.882	83.124	(67.683)	-	368	(4.091)	84.600	26.595	58.005	75.780	8.820
Sobrecontratação de energia (4)	308.750	44.574	(290.217)	-	1.580	66.480	131.167	79.008	52.159	93.118	38.049
Devoluções Tarifárias (5)	231.560	88.321	(30.726)	-	1.845	-	291.000	21.366	269.634	27.686	263.314
CUSD	2.067	529	(2.368)	-	62	(111)	179	179	-	179	-
Exposição de submercados (6)	22	(3.278)	52.607	-	(27)	57.523	106.847	95.751	11.096	106.847	-
Saldo a compensar (9)	26.199	5.333	(20.909)	-	(585)	(2.004)	8.034	5.839	2.195	7.239	795
Efeitos postergação tarifárias (10)	-	834	-	-	(276)	10.681	11.239	-	11.239	11.239	-
Outros itens financeiros (11)	133	-	2.823	-	(126)	211.588	214.418	60.851	153.567	214.418	-
Antecipação da parcela B	-	-	-	118.169	-	894 (119.063)	-	-	-	-	-
Total Passivo	**1.019.428**	**478.463**	**(618.213)**	**118.169**	**8.386**	**500.582**	**1.506.815**	**771.645**	**735.170**	**1.179.656**	**327.159**
Saldo líquido	**1.069.542**	**351.123**	**(328.813)**	**(1.351.408)**	**25.317**	**-**	**(234.239)**	**(566.584)**	**332.345**	**(811.623)**	**577.384**

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA) -** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. Inclui R$51 referente à devolução do saldo remanescente da conta ACR, sendo que este será devolvido no próximo reajuste tarifário ao consumidor final; (2) **Encargo de serviço do sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional. Inclui-se R$148.791 constituídos referente ao recebimento CCEE Conta- COVID-19; (3) **Neutralidade da Parcela A** - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente**) - as distribuidoras de energia devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo; (5) **Devoluções tarifárias -** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP); (6) **Exposição de submercados -** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados; (7) **RGR designada** - em julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica da Companhia. Diante disso, o Ministério de Minas e Energia MME publicou a Portaria nº 388/2016, que definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário e designou a Companhia como prestadora temporária de serviço público de distribuição, fazendo jus aos recursos da RGR para operar, corrigidos pela taxa de 111% da SELIC. A ANEEL por meio do ofício 242 de junho de 2018 definiu que o novo concessionário terá o direito de receber via tarifa os recursos referentes aos aportes da RGR, mediante a sinalização do regulador. A Companhia constituiu Ativo Regulatório no mesmo montante das parcelas recebidas até novembro de 2018. O contrato de concessão 003/2018 assinado em 6 de dezembro de 2018 prevê que os recursos recebidos da RGR serão pagos mensalmente, em parcelas iguais, entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final do contrato de concessão; A Companhia ofertou 21% para ERO e 31% para EAC, de deságio sobre o saldo devedor dos empréstimos da RGR no montante de R$169.205, sendo R$101.038 e R$52.454, respectivamente captados até maio de 2018 conforme edital do leilão; (8) **Garantias financeiras -** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004; (9) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior** - conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada; (10) **Efeitos postergação tarifárias** - devido a pandemia do COVID-19, as controladas EMT, EMS, ESE, EMG e ENF passaram por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitaram a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste à partir de 01 de julho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros; (11) **Outros itens financeiros -** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC e diferimento do RTE 2018 da controlada ERO, cujo repasse tarifário foi aprovado para o RTE 2019, encontrando-se em amortização em 2020; e (12) **Adesão da conta COVID -** as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor máximo de R$1.359.388, dos quais R$5.461 correspondem ao diferimentos e parcelamentos da demanda contratada do Grupo A, R$121.089 de antecipação do ativo financeiro setorial relativo a Parcela B e R$1.232.838 destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais e demais itens constantes. No exercício de 2020, foram recebidos o montante de R$1.351.408 e o saldo remanescente estimado é de R$7.980, recebidos no mês de janeiro de 2021. Sendo assim, o montante total recebido da CONTA-COVID pelas controladas distribuidoras de energia elétrica foi de R$ 1.359.388. Segue os valores contratados pelas controladas:

					Entrada de recursos						
Controladas	**Parcelamentos de demanda (grupo A)**	**Adiantamento parcela B**	**Ativo financeiro setorial**	**Total**	**31/7/2020 (1)**	**12/8/2020 (2)**	**14/09/2020 (3)**	**13/10/2020 (4)**	**12/11/2020 (5)**	**14/12/2020 (6)**	**28/12/2020 (7)**
Energisa Mato Grosso	-	-	377.985	377.985	206.454	31.347	41.691	11.994	39.830	22.284	24.385
Energisa Mato do Grosso do Sul	-	-	296.268	296.268	231.492	24.574	21.279	9.293	9.630	-	-
Enegisa Tocantins	-	-	36.560	36.560	23.163	4.046	-	-	142	3.723	5.487
Energisa Sul Sudeste	-	-	97.396	97.396	97.396	-	-	-	-	-	-
Energisa Paraiba	-	-	86.992	86.992	61.996	11.637	8.348	5.011	-	-	-
Energisa Sergipe	-	-	46.995	46.995	46.995	-	-	-	-	-	-
Energisa Minas Gerais	-	-	49.949	49.949	49.315	634	-	-	-	-	-
Energisa Borborema	-	-	13.158	13.158	5.795	1.404	1.708	1.279	1.636	1.335	-
Energisa Nova Friburgo	-	-	6.963	6.963	6.738	225	-	-	-	-	-
Energisa Rondônia	3.964	71.410	205.425	280.799	201.402	8.011	19.902	13.384	2.801	27.319	-
Energisa Acre	1.497	49.679	15.147	66.323	66.323	-	-	-	-	-	-
Total	5.461	121.089	1.232.838	1.359.388	997.069	81.878	92.928	40.961	54.039	54.661	29.872

(1) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020; (2) Despacho ANEEL nº 2.353, de 11 de agosto de 2020; (3) Despacho ANEEL nº 2.640, de 11 de setembro de 2020; (4) Despacho ANEEL nº 2.914, de 09 de outubro de 2020; (5) Despacho ANEEL nº 3.197, de 11 de novembro de 2020; (6) Despacho ANEEL nº 3.490, de 10 de dezembro de 2020; e (7) Despacho ANEEL nº 3.621, de 21 de dezembro de 2020.

O Despacho ANEEL nº 46, de 11 de janeiro de 2021 fixou os valores dos recursos da CONTA COVID a repassar para a controlada ERO, em R$7.980 a ser recebido em 12 de janeiro de 2021. A criação da CONTA-COVID, foi instituído pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B. O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados. De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

13. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Subvenção créditos CCC				
Sub-rogação da CCC [1]	-	-	15.902	19.909
Aquisição de combustível p/ conta CCC [2]	-	-	4.417	99.069
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 [3]	-	-	174.307	66.310
Créditos CCC - ICMS a receber EAC [4]	-	-	55.817	55.817
Subtotal	-	-	**250.443**	**241.105**
Subvenção Baixa Renda [5]	-	-	89.303	72.740
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	178.650	204.134
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	18.573	20.759
Ordens de desativação em curso	-	-	7.526	6.336
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.341	1.377
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.319	866	63.654	78.767
Subvenção CDE - Desconto Tarifário [6]	-	-	176.171	136.688
Banco Daycoval [7]	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval [7]	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA [8]	-	-	85.106	90.106
(-) Ajuste a valor presente - CELPA [8]	-	-	(28.390)	(29.635)
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.254	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	-	1.663
Despesas pagas antecipadamente	8.361	12.705	63.379	65.771
Contas a receber de venda das empresas de geração [9]	150.497	113.500	150.497	113.500
Créditos a receber de terceiros [10]	-	-	45.282	53.603
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT [11]	-	-	20.390	18.365
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	3.962	8.539
Adiantamentos - Inergus [12]	-	-	79.354	68.914
Indenização à concessão - AIC indenizável [13]	-	-	328.745	-
Indenização à concessão - sobras Físicas [14]	-	-	98.054	-
Outros [15]	33.019	26.102	92.959	81.458
Provisão para perdas com créditos a receber	-	(51.480)	-	(64.618)
Total	**193.196**	**101.693**	**1.736.513**	**1.181.536**
Circulante	42.699	39.673	1.167.201	873.156
Não circulante	150.497	62.020	569.312	308.380

(1) **Sub rogação CCC** - a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

					A receber	
Obra	**Status**	**Valor aplicado**	**Valor sub-rogado**	**Recebido**	**2020**	**2019**
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	19.459	12.795	16.204
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	4.574	39	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	1.847	3.068	3.666
Total		**53.125**	**41.782**	**25.880**	**15.902**	**19.909**
Circulante (Principal)					5.374	5.481
Não circulante (Principal)					10.528	14.428

(2) **Aquisição de combustível da conta CCC** - a controlada EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que à ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. No exercício de 2019 foram reconhecidos o montante de R$44.329, sendo: R$30.885 reduzindo a rubrica custo do serviço de operação - outros e R$13.444 registrado no resultado financeiro na rubrica de outras receitas financeiras. O total a ser ressarcido pela CCEE, foi dividido em 12 parcelas mensais e consecutivas de R$8.163. No exercício foram recebidas 12 parcelas e o saldo monta em R$4.417 (R$99.069 em 2019). (3) **CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009** - os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas ERO e EAC junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. No exercício foram recebidos o montante de R$985.749, pelas controladas ERO e EAC referente aos meses de janeiro a dezembro/2020. (4) **Créditos CCC - ICMS a receber EAC** - refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. A administração tem expectativa de estar realizando o recebimento dos valores nos próximos exercícios. (5) **Subvenção Baixa renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de novembro e dezembro de 2020, a Administração não espera apurar perdas em sua realização. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção baixa renda	**EMG**	**ENF**	**ESE**	**EPB**	**EBO**	**EMT**	**ETO**	**EMS**	**ESS**	**ERO**	**EAC**	**Total**
Saldos consolidados em 2018	**4.260**	**333**	**8.850**	**10.451**	**1.811**	**8.831**	**7.097**	**7.893**	**4.446**	**3.381**	**11.374**	**68.727**
Subvenção baixa renda	17.458	1.922	47.862	95.452	9.461	43.494	40.276	39.581	19.213	18.148	13.959	346.826
Ressarcimento realizados pela CCEE	(17.236)	(1.915)	(48.256)	(89.768)	(9.532)	(44.018)	(40.399)	(39.865)	(19.327)	(18.329)	(14.168)	(342.813)
Saldos consolidados em 2019	**4.482**	**340**	**8.456**	**16.135**	**1.740**	**8.307**	**6.974**	**7.609**	**4.332**	**3.200**	**11.165**	**72.740**
Subvenção baixa renda	29.321	3.336	72.750	144.605	15.680	81.049	65.108	72.225	31.526	31.452	24.416	571.468
Ressarcimento realizados pela CCEE	(28.435)	(3.229)	(71.701)	(141.526)	(15.307)	(79.286)	(63.555)	(70.305)	(30.740)	(26.802)	(24.019)	(554.905)
Saldos consolidados em 2020	**5.368**	**447**	**9.505**	**19.214**	**2.113**	**10.070**	**8.527**	**9.529**	**5.118**	**7.850**	**11.562**	**89.303**

(6) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção CDE	**EMG**	**ENF**	**ESE**	**EPB**	**EBO**	**EMT**	**ETO**	**EMS**	**ESS**	**ERO**	**EAC**	**EGO**	**Total**
Saldos consolidados em 2018	**10.198**	**374**	**1.653**	**26.176**	**(404)**	**54.442**	**12.864**	**27.099**	**20.359**	**21.508**	**3.852**	**-**	**178.121**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	55.735	4.048	44.525	89.625	8.397	283.960	73.552	164.698	112.470	77.481	15.932	-	930.423
Ressarcimento realizados pela CCEE	(58.053)	(3.831)	(44.223)	(98.714)	(8.061)	(298.746)	(71.898)	(171.548)	(102.908)	(94.677)	(19.197)	-	(971.856)
Saldos consolidados em 2019	**7.880**	**591**	**1.955**	**17.087**	**(68)**	**39.656**	**14.518**	**20.249**	**29.921**	**4.312**	**587**	**-**	**136.688**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	54.044	3.436	39.912	92.244	6.358	314.254	75.935	156.379	88.861	68.499	14.350	1.129	915.401
Ressarcimento realizados pela CCEE	(50.522)	(3.583)	(41.611)	(91.607)	(7.462)	(282.205)	(73.947)	(161.630)	(99.360)	(50.251)	(12.845)	(895)	(875.918)
Saldos consolidados em 2020	**11.402**	**444**	**256**	**17.724**	**(1.172)**	**71.705**	**16.506**	**14.998**	**19.422**	**22.560**	**2.092**	**234**	**176.171**

(7) **Banco Daycoval** - refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, fugindo totalmente do controle da Administração das controladas. (8) **Outros créditos a receber da Celpa** - são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. (9) **Contas a receber de venda das empresas de geração** - a Energisa possui o montante a receber de R$113.500, contabilizados a valores históricos em seu ativo não circulante pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica ocorrido no ano de 2015, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda, firmados com a compradora São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners. Desde o ano de 2015, ocorreram disputas em procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia com as empresas compradoras, quais sejam, o procedimento nº 33/2016/SEC5, que já foi extinto, e o procedimento nº 79/2016/SEC5, em curso perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), com expectativa de encerramento para o ano de 2021. O objeto da controvérsia refere-se ao direito contratual puro e simples de um evento completo e acabado (a compra e venda das SPEs) e que não tem caráter contingente na discussão arbitral, somente uma mediação de uma divergência contratual, sendo a sentença arbitral inequívoca e inquestionável. Além disso, a decisão arbitral é a melhor avaliação disponível para o cumprimento dos requisitos do contrato de compra e venda. Em 20 de agosto de 2020, as partes apresentaram manifestação acerca do cálculo de liquidação do valor da condenação e em 16 de dezembro de 2020, foi proferida Ordem Processual encerrando a fase instrutória da liquidação de sentença, e, portanto, declarando não haver necessidade de produção de novas provas e informando que a sentença será proferida no prazo previsto no Termo de Arbitragem, contado a partir de 15 de dezembro de 2020, data da última manifestação das partes. Tendo em vista o reconhecimento pela empresa compradora em sua manifestação de que o valor devido seria de R$150.497, correspondente ao valor mínimo a ser recebido pela Companhia, a Administração procedeu a reversão da incontrovérsia de R$51.480, bem como reconheceu a atualização monetária de R$36.997 contabilizados em operações descontinuadas da demonstração do resultado do exercício, considerando o valor mínimo a ser recebido. A administração tem convicção de que seu pleito de receber o montante de R$240.936 e o mais assertivo. (10) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas. (11) **Créditos a receber das Centrais Elétrica Brasileiras** - a controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica. (12) **Adiantamento INERGUS** - refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS. (13) **Indenização a concessão - Ativo Imobilizado em curso** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas Nº219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 as controladas reconheceram no ativo não circulante a indenização a concessão em contrapartida da rubrica de Obrigações especiais vinculadas a concessão - pendente de recebimento, no consolidado no valor de R$317.267, sendo R$232.497 e R$84.770 de ERO e EAC, respectivamente, além de R$11.478 em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício consolidado. Os recebimentos dos valores se darão em até 36 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA até novembro de 2021 e a partir desta data com aplicação da taxa Selic a serem iniciadas no exercício de 2021. (14) **Indenização a concessão - Sobras físicas** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizado pela Portaria nº 438, de 07 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, , através das Notas Técnicas Nº219/2020 e N°220/2020-SFF/ANEEL que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 as controladas reconheceram no ativo circulante e não circulante a indenização a concessão em contrapartida da rubrica de outras receitas operacionais no total de R$87.613, sendo R$48.339 e de R$39.274, de ERO e EAC, respectivamente, além de R$10.441 em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado. Os recebimentos dos valores se darão em até 36 parcelas mensais, atualizadas pela taxa Selic, a serem iniciadas a partir do mês de março de 2021. (15) Outros - inclui, na controladora R$1.066 (R$674 em 2019) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R$33.119 (R$33.677 em 2019) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,50% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (86,23% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total. A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante). Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	2020		2019	
Controladora	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Clientes, consumidores e concessionárias - Serviços especializados	25.582	-	40.640	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	1.066	-	674	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	2.094.921	-	1.811.399	-
Mútuos (1):				
• Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	2.625	-	1.068	-
• Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	36.866	-	30.906	-
• Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	80.458	-	66.876	-
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (1)	140.488	-	99.654	-
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (1)	539.968	-	321.836	-
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	102.552	-	92.515	-
• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	2.066	-	1.708	-
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	51.352	-	39.712	-
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (1)	16.490	-	14.093	-
• Energisa Participações Minoritárias S/A (1)	-	-	12	-
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda (1)	35.771	-	-	-
• Denerge Desenvolvimento Energético S/A (1)	269.289	-	-	-
Total - não circulante	**1.277.925**	**-**	**668.380**	**-**
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):				
• Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	10	-
• Parque Eólico Sobradinho S/A	370	-	580	-
• Energisa Geração Usina Maurício S/A	1.080	-	3.915	-
• Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	6	-	11	-
• Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	6	-	12	-
• Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	6	-	11	-
• Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	6	-	12	-
• Energisa Transmissora de Energia S/A	3.475	-	50	-
• Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	470	-	963	-
• Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	150	-	17	-
• Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	-	132.937	-
• Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	747	-	350	-
• Energisa Amazonas Transmissora de Energisa S/A (nova denominação social de Energisa Transmissão de Energia I S/A	-	-	10	-
• Energisa Transmissão de Energia II S/A	-	-	10	-
• Energisa Transmissão de Energia III S/A	-	-	10	-
• Voltz Capital S.A.	1.313	-	-	-
	7.639	**-**	**138.898**	**-**
Total	**3.407.133**	**-**	**2.659.991**	**-**

(1) **Mútuos** - os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,4084 a.a. (CDI + 0,6051 a.a. em 2019), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65 a.a. e para ERO e EAC são remunerados a juros CDI + 2,5 a.a., respectivamente, e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia Participações e Rede Power; (2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta; (3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício as partes repactuaram a divida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano; e (4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos. **Condições de contratos:**

Controladas	**Taxa**	**Vencimento**
• Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2022
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2022
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2022
• QMRA Participações S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	24/01/2022
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2022
• Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
• Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
• Rede Energia Participações S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2022
• Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2022

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	**Serviços administrativos prestados (1)**	**Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)**	**Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)**	**Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (4)**
• Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	12.962	11.443	1.205	90.963
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	33.782	19.239	4.966	221.532
• Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	17.293	17.693	2.186	122.727
• Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	5.601	1.800	1.286	15.492
• Energisa Soluções S/A	2.608	-	263	-
• Energisa Nova Friburgo -Distribuidora de Energia S/A	1.332	1.647	148	10.318
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	54.128	22.800	6.113	287.354
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	32.735	7.368	3.896	183.834
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	22.676	14.849	2.502	244.870
• Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	27.087	15.071	2.774	242.779
• Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A.	1.318	-	142	-
• Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	6.034	-	-
• Multi Energisa Serviços S/A	2.089	-	184	-
• Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	7	-	1	-
• Energisa Serviços Aéreos e Aero Inspeção S/A	5	-	-	-
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	922	1.060	177	-
• Energisa Geração Usina Mauricio S/A	2	-	1	-
• Gipar S/A (2)	-	(11.212)	-	-
• Rede Energia Participações S/A	-	7.300	-	-
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	23.652	52.774	1.751	443.324
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	8.711	23.412	703	232.794
• Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	-	98	-	-
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	4.893	-	-
• Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	-	2.436	-	-
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	786	-	-
• QMRA Participações S/A	-	4	-	-
• Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	2	-
• Denerge	-	7.754	-	-
• Alsol Energias Renováveis S/A	52	-	50	-
2020	**246.962**	**207.249**	**28.350**	**2.095.987**
2019	**240.425**	**357.139**	**43.411**	**1.812.073**

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados

às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL; (2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a. para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.; Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2020, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R$8.590, registrados na rubrica de "despesas pagas antecipadamente" e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram contabilizados R$11.212 (R$12.307 em 2019) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do exercício. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2020 é de R$5.727 que será reconhecido até agosto de 2021; (3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato; e (4) A Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries incentivadas emitidas pelas controladas, conforme segue:

	Debêntures emitidas pelas controladas											
Descrição	**EMT**	**EMS**	**ETO**	**ESS**	**EPB**	**ESE**	**EMG**	**EBO**	**ENF**	**ERO**	**EAC**	**Total**
Taxa de remuneração média	IPCA + 4,7110% a.a à IPCA + 5,6601% a.a.	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,1074% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 5,6601% a.a e 107,75% do CDI	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,4744% a.a	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	IPCA + 4,2297% a.a à IPCA + 4,744% a.a	-
Vencimentos	Jun/2022 e 2024 e Out/2022, 2024 e 2027	Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Jun/2022 e 2024 e Out/2022, 2024, 2027 e 2030	Out/2027 e 2030	Out/2027 e 2030	Abr/2026 e out/202 e 20307	Abr/2026 e Out/2027 e 2030	-
Saldos em 2020	287.354	183.834	244.870	242.779	221.212	122.371	90.735	15.389	10.259	443.324	232.794	2.094.921
Saldos em 2019	322.582	150.965	218.464	212.185	195.572	119.871	68.903	-	-	339.857	183.000	1.811.399

Inclui, custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 monta em R$1.066 (R$674 em 2019). **Remuneração dos administradores:**

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Remuneração Anual [a]	8.911	9.380	80.193	82.578
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	811	798	4.755	4.676
Remuneração da Diretoria	1.531	4.758	20.524	40.192
Outros Benefícios [b]	1.929	1.684	17.909	15.793

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 28 de abril de 2020. Para o exercício de 2019 foi aprovado na AGO/E de 30 de abril de 2019. (b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2020, foram de R$101 e R$2 na controladora e R$199 e R$2 no consolidado (R$101 e R$1 na controladora e R$199 e R$2 no consolidado em 2019), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$13 na controladora e R$43 no consolidado (R$13 na controladora e R$46 no consolidado em 2019). Programa de Remuneração Variável (ILP): A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 *units*, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018. Atualmente, as Controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. O 1 º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite previsto de até 241.080 *units* e período de aquisição do direito *(vesting)* de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2 º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 210.754 *units* e período de aquisição do direito *(vesting)* de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. A partir do exercício de 2021 a Companhia e suas controladas realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuaram o valor justo das ações *(units)* restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. **Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:** Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Controladora		Consolidado	
	1º programa ILP	**2º programa ILP**	**1º programa ILP**	**2º programa ILP**
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	7.927	9.843	234.703	205.302
Opções de ações prescritas	6.377	5.452	18.360	5.452
Prazo de carência	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco [a]	8,2%	7,7%	8,2%	7,7%
Volatilidade [b]	29,29%	25,06%	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R$44,25	R$54,97	R$44,25	R$54,97

(a) Para 1º programa taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para 2º programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022. (b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados. No exercício 2020, foram contabilizados R$9.629 (R$3.554 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP) no consolidado, sendo R$2.525 (R$1.149 em 2019) e R$7.104 (R$2.405 em 2019) na controladora e no consolidado, respectivamente. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido ao final de 31 de dezembro de 2020 foi de R$14.591 (R$4.962 em 2019).

15. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras de R$106.847 (R$83.012 em 2019) na controladora e R$3.123.983 (R$3.014.573 em 2019) no consolidado.

	Consolidado	
	2020	**2019**
Ativo		
Prejuízos fiscais	195.977	210.404
Base negativa da contribuição social	72.852	77.870
Diferenças temporárias	1.156.797	1.161.077
Total - ativo não circulante	**1.425.626**	**1.449.351**

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	235.300	234.290	3.396.204	3.281.696
Contribuição Social	84.708	84.345	1.222.633	1.181.411
Total - passivo não circulante	**320.008**	**318.635**	**4.618.837**	**4.463.107**
Total líquido - ativo e (passivo) não circulante	**(320.008)**	**(318.635)**	**(3.193.211)**	**(3.013.756)**
Total líquido - ativo e passivo não circulante	**(318.635)**	**(277.778)**	**(3.013.112)**	**(2.984.300)**

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	2020		**2019**	
	Base de cálculo	**IRPJ + CSLL**	**Base de cálculo (*)**	**IRPJ + CSLL**
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Outras exclusões/adições	1.847	628	5.885	2.001
Total - Passivo Não Circulante	**(941.198)**	**(320.008)**	**(937.160)**	**(318.635)**

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	2020		**2019**	
	Base de Cálculo	**IRPJ + CSSL**	**Base de Cálculo (*)**	**IRPJ + CSSL**
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	783.907	195.977	841.614	210.404
Base negativa da contribuição social	809.462	72.852	865.225	77.870
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	792.870	269.576	658.950	224.043
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	889.724	302.506	876.353	297.960
Créditos fiscais - ágio (1)	215.700	73.338	240.615	81.809
Provisão ajuste atuarial	730.151	248.251	807.132	274.425
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	465.744	158.353	534.695	181.796
Marcação a mercado da dívida	237.407	80.718	220.287	74.898
Outras adições temporárias	70.751	24.055	76.886	26.146
Intangível - mais valia (2)	(7.295.739)	(2.480.551)	(7.585.952)	(2.579.224)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(1.315.186)	(447.163)	(1.115.840)	(379.386)
Ajustes a valor presente (4)	(2.302.384)	(782.811)	(2.367.238)	(804.861)
Marcação a mercados - derivativos	(1.246.315)	(423.747)	(726.704)	(247.080)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(89.317)	(30.368)	(110.657)	(37.623)
Remuneração do ativo de contrato	(146.243)	(49.721)	(88.941)	(30.239)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Ganhos pelo valor de indenização	(76.672)	(26.068)	-	-
Receita de transmissão básica	18.488	6.286	-	-
Total	**(8.589.104)**	**(3.193.211)**	**(8.005.027)**	**(3.013.756)**
Total - Ativo Não Circulante	4.995.716	1.425.626	5.121.757	1.449.351
Total - Passivo Não Circulante	(13.584.820)	(4.618.837)	(13.126.784)	(4.463.107)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

(1) Os créditos fiscais - ágio - no montante de R$73.338 (R$81.809 em 2019) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear. (2) Intangível mais valia - inclui R$1.811.690 (R$1.876.717 em 2019) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de ERO e EAC, deduzido de R$65.027 (R$65.027 em 2019) de amortização realizada no exercício. (3) Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações - refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF, ESS e ETO que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização. (4) Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B. Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	**Consolidado**
2021	122.601
2022	131.579
2023	112.391
2024	99.796
2025	98.603
2026 a 2027	214.448
2028 a 2030	646.208
Total	**1.425.626**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2020	**2019**
Resultados antes dos tributos sobre o lucro (*)	1.382.126	461.284
Resultado de operações descontinuadas	88.477	-
Base de calculo	**1.470.603**	**461.284**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(500.005)	(156.837)
Ajustes:		
Equivalência patrimonial	533.659	366.443
Marcação a mercado - bônus de subscrição (**)	(15.367)	213.460
Créditos tributários não constituído	(19.945)	(432.479)
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no exercício	-	3.351
Outras adições	-	151
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**(1.658)**	**(5.911)**
Alíquota efetiva	0,11%	1,28%

(*) Exclui R$88.477 referente as operações descontinuadas. (**) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 23.

	Consolidado	
	2020	**2019**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (*)	2.046.650	981.638
Resultado de operações descontinuadas	88.477	-
Base de calculo	**2.135.127**	**981.638**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(725.943)	(333.757)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	(10.314)	(5.393)
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM e SUDENE (1)	271.762	254.321
Marcação a mercado - bônus de subscrição (**)	(15.367)	213.460
Efeito do regime tributário - lucro presumido	53.255	85.423
Benefícios fiscais - Lei do Bem	19.202	15.940
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no exercício	(32.218)	34.463
Créditos tributários de períodos anteriores não constituídos	(65.059)	(683.124)
Outras exclusões / (adições) permanentes (2)	(22.971)	(35.813)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(527.653)**	**(454.480)**
Alíquota efetiva	24,71%	46,30%

(*) Exclui R$88.477 referente as operações descontinuadas. (**) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 23. (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novos pedidos para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. As controladas ESE, EBO e EPB tiveram seus respectivos benefícios ampliados para 31/12/2027, 31/12/2028 e 31/12/2029, junto a SUDENE. As controladas EMT e ETO, ainda aguardam a análise de seus pedidos que foram formalizados junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Com a publicação da Lei n°13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas EMT e ETO, tenham os benefícios garantidos por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, ampliando o prazo de fruição em mais de 7 anos. Em dezembro de 2020 as controladas ERO e EAC protocolaram pedido junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazonas - SUDAM, solicitando a concessão de redução de até 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R$271.762 (R$254.321 em 2019). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda no patrimônio líquido das controladas (nota explicativa nº 32.7). (2) Outras exclusões/adições permanentes - referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pelas Companhia controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

16. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO E CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO DE CONTRATO) - CONSOLIDADO

16.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (Distribuição de energia elétrica): Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$222.606 (R$232.689 em 2019). Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldos em 2019	**Adições (1)**	**Baixas**	**Receitas operacionais ativo financeiro indenizável da concessão (2)**	**Saldos em 2020**
Energisa Minas Gerais (EMG)	31.232	13.486	(10)	1.297	46.005
Energisa Paraíba (EPB)	640.976	96.162	(680)	26.448	762.906
Energisa Sergipe (ESE)	466.695	56.622	(1.010)	21.310	543.617
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.927	2.649	(23)	161	6.714
Energisa Borborema (EBO)	74.014	6.967	(151)	2.976	83.806
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	395.689	(15.059)	113.759	3.183.825
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.792	(110)	5.176	40.155
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	114.844	(2.740)	44.129	1.251.680
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	36.561	(23)	2.807	101.425
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	29.027	5.275	(5.405)	2.649	31.546
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	9.829	662	(1.668)	1.894	10.717
Saldo Não Circulante	**5.130.960**	**735.709**	**(26.879)**	**222.606**	**6.062.396**

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão. **(2)** Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

	Saldos em 2018	**Adições (1)**	**Baixas**	**Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)**	**Transferência para intangível - contrato de concessão (3)**	**Saldos em 2019**
Energisa Minas Gerais (EMG)	23.791	6.377	(11)	1.075	-	31.232
Energisa Paraíba (EPB)	548.227	69.134	(681)	24.296	-	640.976
Energisa Sergipe (ESE)	412.032	39.968	(647)	15.342	-	466.695
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.409	369	-	149	-	3.927
Energisa Borborema (EBO)	63.360	7.938	(66)	2.782	-	74.014
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	483.455	(10.874)	98.012	-	2.689.436
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.116	246.664	(21.990)	40.739	(1.389.232)	28.297
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	141.274	(3.059)	41.388	-	1.095.447
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	14.700	(37)	2.069	-	62.080
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	15.419	12.179	(23)	1.452	-	29.027
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	3.020	1.424	-	5.385	-	9.829
Saldo Não Circulante	**5.301.409**	**1.023.482**	**(37.388)**	**232.689**	**(1.389.232)**	**5.130.960**

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão. **(2)** Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo. **(3)** O contrato de concessão vigente da controlada ETO em 31 de dezembro de 2019 tem seu vencimento em 30 de janeiro de 2020. Contudo o mesmo teve sua renovação, através do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para o qual foi assinado em 06 de dezembro de 2019, o que concedeu à Companhia a prorrogação do prazo, por mais 30 anos, para distribuição de energia elétrica, tendo o novo vencimento em 31 de dezembro de 2049. A controlada Energisa Tocantins de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada efetuou novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos de amortizações, tendo reclassificado em dezembro de 2019 o montante de R$1.389.232 do Ativo financeiro indenizável da concessão para o intangível em serviço.

16.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica): Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

	Controladas indiretas				
Descrição	**EGO I**	**EPA I**	**EPA II**	**ETT**	**Consolidado**
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia	LT 500 kV, Serra Pelada; LT 230 KV Sossego - Xinguara II	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II; LT 230 KV Dianópolis - Gurupi; LT 230 KV Dianópolis - Palma	-
Margem de construção	67,38%	67,27%	21,97%	51,03%	-
Margem de operação e manutenção	11,39%	9,99%	10,30%	9,50%	-
Taxa de remuneração	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	-
Custos incorridos até 31/12/2020	255.912	318.257	213.477	49.169	836.815
RAP anual	36.703	46.320	33.515	62.854	179.392
Ativo de contrato em 31/12/18	160.769	142.649	3.874	-	307.292
Ajuste ofício CVM	5.711	10.549	(286)	-	15.974
Ativo de contrato em 01/01/2019	**166.480**	**153.198**	**3.588**	**-**	**323.266**
Receita de remuneração do ativo de contrato	26.666	26.637	2.247	393	55.943
Receita das margens da obrigação de performance de construção	40.846	35.057	5.061	10.570	91.534
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	38.647	61.366	8.564	(4.100)	104.477
Receita de construção da infraestrutura	130.209	157.816	76.370	17.459	381.854
Ativo de contrato em 31/12/2019	**402.848**	**434.074**	**95.830**	**24.322**	**957.074**
Receita de remuneração do ativo de contrato	46.208	52.278	15.077	3.683	117.246
Receita das margens da obrigação de performance de construção	42.092	81.468	12.186	18.929	154.675

	Controladas indiretas				
Descrição	**EGO I**	**EPA I**	**EPA II**	**ETT**	**Consolidado**
Receita de operação e manutenção	4.496	1.026	-	-	5.522
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(20.311)	(32.007)	13.181	(5.321)	(44.458)
Receita de construção da infraestrutura	35.091	80.869	142.180	36.722	294.862
Recebimento RAP	(33.375)	(6.901)	-	-	(40.276)
Ativo de contrato em 31/12/2020	**477.049**	**610.807**	**278.454**	**78.335**	**1.444.645**
Circulante	**38.084**	**48.979**	-	-	**87.063**
Não Circulante	**438.965**	**561.828**	**278.454**	**78.335**	**1.357.582**

17. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO - CONSOLIDADO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.701.625	2.138.427	(1.308.861)	(785.750)	1.745.441
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	232.712	700.277	(71.431)	(50.041)	811.517
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**1.468.913**	**1.438.150**	**(1.237.430)**	**(735.709)**	**933.924**

	Saldos em 2018	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.651.479	2.676.043	(1.534.832)	(1.091.065)	1.701.625
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	314.168	211.109	(224.982)	(67.583)	232.712
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**1.337.311**	**2.464.934**	**(1.309.850)**	**(1.023.482)**	**1.468.913**

(1) Do montante de R$1.237.430, cerca de R$1.232.319 (R$1.309.850 em 2019) foram transferidos para o intangível enquanto o montante de R$2.007 foram reclassificados para o intangível - softwares e outros e R$3.104 para o imobilizado; (2) As baixas no montante de R$735.709 (R$1.023.482 em 2019) referem-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão.

18. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Participação em controladas	9.139.523	8.061.348	-	-
Outros	52.345	73.610	64.154	86.730
Total	**9.191.868**	**8.134.958**	**64.154**	**86.730**

Participação em controladas:

2020

	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	**%**	**Nº ações / cotas detidas / mil**	**Capital social**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado do exercício**	**Equivalência Patrimonial**	**Investimentos**
Distribuição de Energia Elétrica								**327.726**	**3.099.432**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.114.436	828.870	285.566	45.725	45.725	285.566
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.424.403	1.938.764	485.639	163.477	163.477	485.639
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.293.088	2.171.139	1.121.949	366.935	366.935	1.121.949
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	449.105	290.748	158.357	34.369	34.369	158.357
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	247.080	153.579	93.501	10.775	10.775	93.501
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096.300	863.943	3.896.700	2.892.999	1.003.701	9.541	9.072	954.420
Energisa Rondônia (ERO) (1)	95,52	4.004.678	3.440.348	7.949.888	8.108.307	(158.419)	(316.805)	(302.627)	-
Geração de Energia Elétrica								**(1.963)**	**52.979**
Parque Eólico Sobradinho	100	9.871	9.871	4.958	46	4.912	(139)	(139)	4.912
Energisa Geração Usina Maurício	100	5.704	5.704	6.380	87	6.293	444	444	6.293
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.024	1.024	319	-	319	(7)	(7)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	79	70	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	1.136	1.136	1.353	34	1.319	(242)	(242)	1.319
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	190	190	145	10	135	(164)	(164)	135
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	222.622	177.781	44.841	(2.052)	(1.831)	39.997
Transmissão de Energia Elétrica								**(6)**	**24**
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Comercialização de Energia Elétrica								**(5.492)**	**27.020**
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	597.618	570.598	27.020	(5.492)	(5.492)	27.020
Prestação de Serviços								**4.449**	**138.668**
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	220.062	85.221	134.841	4.486	4.486	134.841
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.663	6.663	1.533	1.004	529	(1.144)	(1.144)	529
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.158	1.497	5.661	1.901	1.107	3.298
Holdings e demais Companhias								**1.244.872**	**5.661.292**
Dinâmica Direitos Creditórios	100,00	1.955	1.877	1.860	1	1.859	(18)	(18)	1.859
Denerge S/A	99,97	776	2.063.475	2.952.218	717.623	2.234.595	605.421	603.031	2.234.053
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.707	32.706	1.707.446	1.183.580	523.866	175.531	175.531	523.866
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.428.799	27.823	3.400.976	549.083	468.445	2.901.514
Voltz Capital S.A.(1)	99,90	1	1	27	832	(805)	(2.119)	(2.117)	-
Ágio pago na aquisição de controladas								**(15.118)**	**160.108**
Total								**1.554.468**	**9.139.523**

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto no montante de R$152.133 das suas controladas Energisa Rondônia Distribuidora de Energisa S/A no valor de R$151.330 e R$803 da Voltz Capital S.A., respectivamente, registrados em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

2019

	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	**%**	**Nº ações / cotas detidas / mil**	**Capital social**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado do exercício**	**Equivalência Patrimonial**	**Investimentos**
Distribuição de Energia Elétrica								**(59.706)**	**3.027.209**
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	919.577	663.210	256.367	37.977	37.977	256.367
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	1.975.317	1.619.945	355.372	147.099	147.099	355.372
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.841.801	1.911.238	930.563	314.225	314.225	930.563
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	358.964	223.352	135.612	36.675	36.675	135.612
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	220.099	132.384	87.715	12.795	12.795	87.715
Energisa Acre (EAC) (atual denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)	95,09	230.096.300	863.943	3.371.290	2.332.620	1.038.670	(80.792)	(74.467)	987.672
Energisa Rondônia (ERO) (atual denominação Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)	95,52	4.004.678	3.440.348	7.668.461	7.381.721	286.740	(568.548)	(534.010)	273.908
Geração de Energia Elétrica								**3.566**	**52.719**
Parque Eólico Sobradinho	100	9.291	9.291	4.724	126	4.598	(148)	(148)	4.598
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.789	1.789	5.124	355	4.769	(402)	(402)	4.769
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.014	1.014	316	-	316	(12)	(12)	316
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	68	59	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	69	60	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	69	60	1	-	1	(12)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	68	59	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	173	173	1.108	17	1.091	(45)	(45)	1.091
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	173	173	165	16	149	(41)	(41)	149
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	220.221	173.374	46.848	4.775	4.260	41.792
Transmissão de Energia Elétrica								**(3)**	**30**
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	-	-	10	-	10	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Comercialização de Energia Elétrica								**36.100**	**32.272**
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	524.383	492.111	32.272	36.100	36.100	32.272
Prestação de Serviços								**14.861**	**133.234**
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	215.909	86.647	129.262	16.057	16.057	129.262
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	1.760	1.000	760	(2.292)	(2.292)	760
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.145	1.632	5.513	1.881	1.096	3.212
Holdings e demais Companhias								**1.082.955**	**4.660.371**
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.982	27	1.955	181	181	1.955
Denerge S/A	99,97	726	1.930.538	2.206.611	423.868	1.782.742	402.313	402.216	1.782.341
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.657	32.657	1.027.142	682.545	344.597	259.381	308.751	344.592
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.018.686	51.437	2.967.249	424.468	371.807	2.531.482
Voltz Capital S.A	99,90	1	1	-	-	-	-	-	1
Ágio pago na aquisição de controladas								**(15.118)**	**155.513**
Total								**1.062.655**	**8.061.348**

Movimentação dos investimentos 2020:

Controladas	**Saldo em 2019**	**Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital**	**Ganho/ Perda aquisição de ações (1)**	**Dividendos**	**Outros Resultados Abrangentes (2)**	**Equivalência Patrimonial**	**Saldo em 2020**
Distribuição de Energia Elétrica	**3.027.209**	**-**	**(160.584)**	**(277.412)**	**31.163**	**327.726**	**3.099.432**
Energisa Minas Gerais (EMG)	256.367	-	488	(17.911)	897	45.725	285.566
Energisa Sergipe (SE)	355.372	-	405	(60.417)	26.802	163.477	485.639
Energisa Paraíba (EPB)	930.563	-	1.049	(182.070)	5.472	366.935	1.121.949
Energisa Borborema (EBO)	135.612	-	223	(11.866)	19	34.369	158.357
Energisa Nova Friburgo (ENF)	87.715	-	128	(5.148)	31	10.775	93.501
Energisa Acre (EAC)	987.672	-	(41.958)		(366)	9.072	954.420
Energisa Rondônia (ERO)	273.908	-	(120.919)		(1.692)	(302.627)	-
Geração de Energia Elétrica	**52.719**	**2.104**	**65**	**-**	**54**	**(1.963)**	**52.979**
Parque Eólico Sobradinho	4.598	370	-	-	83	(139)	4.912
Energisa Geração Usina Maurício	4.769	1.080	-	-	-	444	6.293
Energisa Geração Solar Coremas	316	10	-	-	-	(7)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.091	470	-	-	-	(242)	1.319
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	149	150	-	-	-	(164)	135
Alsol Energias Renováveis	41.792	-	65	-	(29)	(1.831)	39.997
Transmissora de Energia Elétrica	**30**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6)**	**24**
Energisa Transmissora de Energia I S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia II S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia III S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Comercialização de Energia Elétrica	**32.272**	**-**	**107**	**-**	**133**	**(5.492)**	**27.020**
Energisa Comercializadora	32.272	-	107	-	133	(5.492)	27.020
Prestação de Serviços	**133.234**	**747**	**426**	**(2.126)**	**1.938**	**4.449**	**138.668**
Energisa Soluções	129.262	-	426	(1.110)	1.777	4.486	134.841
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	760	747	-	-	166	(1.144)	529
Energisa Planejamento	3.212	-	-	(1.016)	(5)	1.107	3.298
Holdings e demais Companhias	**4.660.371**	**4.815**	**(24.435)**	**(241.269)**	**16.135**	**1.244.872**	**5.661.292**
Dinâmica Direitos Creditórios	1.955	-	-	(78)	-	(18)	1.859
Denerge S/A	1.782.341	27	(3.754)	(156.425)	8.833	603.031	2.234.053
Energisa Transmissora de Energia S/A	344.592	3.475	163	-	105	175.531	523.866
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.531.482	-	(20.844)	(84.766)	7.197	468.445	2.901.514
Voltz Capital S.A	1	1.313	-	-	-	(2.117)	-
Ágio pago na aquisição de controladas	**155.513**	**19.713**	**-**	**-**		**(15.118)**	**160.108**
Total	**8.061.348**	**27.379**	**(184.421)**	**(520.807)**	**49.423**	**1.554.468**	**9.139.523**

(1) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Denerge, Energisa Participações Minoritárias e Energisa Transmissora de Energia, reflexos de (perdas) no montante de R$27.921, refere-se a: (i) R$22.136 da Energisa Participações minoritárias, cerca de R$21.364 refere-se perda na distribuição de dividendos para as ações preferenciais e R$772 de perdas-reflexo de redução de participação apurada pelo o aumento de capital realizado pela controlada indireta EMT; (ii) R$7 de ganho com a controlada Energisa Transmissora de Energia S/A por conta do reflexo da mudança de percentual da controlada Energisa Tocantins Transmissora e; (iii) R$5.792, apurado pela Denerge, referente a parcela de equivalência reflexa na controladora Rede Energia e a aumento de capital da EMT. Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R$7.104 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas. Inclui, como redução dos investimentos os montantes de R$111.046 e R$40.304 das controladas ERO e EAC, respectivamente, referente a obrigação de ressarcimento a Eletrobrás por conta dos valores contabilizado no Ativo Imobilizado em Curso (AIC) na data base de fevereiro de 2017. Originalmente a Companhia havia reconhecido o montante R$163.604 a ser ressarcido a Eletrobrás calculado de acordo com a melhor estimativa da administração. Com a aprovação da Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas, foram apurados os novos valores de indenização que montaram R$151.350, resultado das aplicações de participação em cada controlada que passaram a ser responsável pelo pagamento da indenização, por consequência a Companhia reverteu a diferença de R$12.254 diretamente contra a mais valida dos ativos, conforme detalhamento na nota explicativa nº 31. (2) Refere-se aos valores reflexo de Outros Resultado abrangentes (ORA) contabilizado diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

Movimentação dos investimentos 2019:

Controladas	**Saldo em 2018**	**Aquisição/ Adiantamento Futuro aumento de capital (1)**	**Ganho/ Perda aquisição de ações (2)**	**Transações de capital (3)**	**Dividendos**	**Outros Resultados Abrangentes (5)**	**Equivalência Patrimonial**	**Saldo em 2019**
Distribuição de Energia Elétrica	**3.343.444**	**100.983**	**79.171**	**-**	**(396.540)**	**(40.143)**	**(59.706)**	**3.027.209**
Energisa Minas Gerais (EMG)	275.905	-	158	-	(56.199)	(1.474)	37.977	256.367
Energisa Sergipe (SE)	346.353	-	114	-	(108.635)	(29.559)	147.099	355.372
Energisa Paraíba (EPB)	812.723	-	3.404	-	(190.330)	(9.459)	314.225	930.563
Energisa Borborema (EBO)	128.731	-	69	-	(29.914)	51	36.675	135.612
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.040	-	44	-	(11.462)	298	12.795	87.715
Energisa Acre (EAC) (atual denominação social da Companhia de Eletricidade do (ACRE) (*)	949.463	64.693	47.983	-	-	-	(74.467)	987.672
Energisa Rondônia (ERO) (atual) denominação social Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) (*)	744.229	36.290	27.399	-	-	-	(534.010)	273.908
Geração de Energia Elétrica	**5.816**	**43.204**	**205**	**-**	**-**	**(72)**	**3.566**	**52.719**
Parque Eólico Sobradinho	4.238	580	-	-	-	(72)	(148)	4.598
Energisa Geração Usina Maurício	1.256	3.915	-	-	-	-	(402)	4.769
Energisa Geração Solar Coremas	318	10	-	-	-	-	(12)	316
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	11	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	12	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	12	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	1.136	-	-	-	-	(45)	1.091
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	190	-	-	-	-	(41)	149
Alsol Energias Renováveis (6)	-	37.327	205	-	-	-	4.260	41.792
Transmissora de Energia Elétrica	**113.920**	**(113.887)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3)**	**30**
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/a	60.201	(60.201)	-	-	-	-	-	-
Energisa Goias Transmissora de Energia I S/A	52.771	(52.771)	-	-	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/a	948	(948)	-	-	-	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Comercialização de Energia Elétrica	**18.476**	**-**	**14**	**-**	**(22.437)**	**119**	**36.100**	**32.272**
Energisa Comercializadora	18.476	-	14	-	(22.437)	119	36.100	32.272
Prestação de Serviços	**118.589**	**351**	**161**	**-**	**(1.014)**	**286**	**14.861**	**133.234**
Energisa Soluções	112.604	-	161	-	-	440	16.057	129.262
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	2.934	351	-	-	-	(233)	(2.292)	760
Energisa Planejamento	3.051	-	-	-	(1.014)	79	1.096	3.212
Holdings e demais Companhias	**3.324.402**	**747.803**	**73.098**	**(6.362)**	**(479.302)**	**(82.223)**	**1.082.955**	**4.660.371**
Dinâmica Direitos Creditórios	1.800	-	-	-	(26)	-	181	1.955
Denerge S/A	1.164.971	747.233	3.756	(6.362)	(479.276)	(50.197)	402.216	1.782.341
Energisa Transmissora de Energia S/A	31.154	579	4.150	-	-	(42)	308.751	344.592
Energisa Participações Minoritárias S/A (4)	2.126.477	(10)	65.192	-	-	(31.984)	371.807	2.531.482
Voltz Capital S.A	-	1	-	-	-	-	-	1
Ágio pago na aquisição de controladas	**160.877**	**9.754**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(15.118)**	**155.513**
Total	**7.085.524**	**788.208**	**152.649**	**(6.362)**	**(899.293)**	**(122.033)**	**1.062.655**	**8.061.348**

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) e da Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) passando a vigorar a seguinte redação: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC) e Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), respectivamente. **(1)** Refere-se; (i) aquisição da Alsol (R$37.327); (ii) aumento de capital da controlada direta ERO e EAC R$100.983; (iii) transferência realizada de AFAC para mutuo das controladas indiretas EPA I, EPA II e EGO I de R$113.920; (iv); (iv) aumento de capital da controlada direta Denerge no montante de R$747.233. **(2)** Refere-se: (i) a ganho apurado no aporte de capital realizado da ERO de R$27.244, EAC de R$47.839 e Alsol de R$194; (ii) transações entre sócios da Energisa Transmissora de Energia contabilizado diretamente no patrimônio líquido - Impacto da adoção do CPC 47/IFRS15, líquido de tributos (reflexo) no valor de R$4.095; (iii) reserva de incentivo fiscal reflexa da EPB de R$3.051; (iv) transações entre sócios da Denerge e Energisa participações reflexas no valor de R$3.075 (ganho), R$64.745 (ganho); e (v) valor de R$2.407 de implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo. **(3)** Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente a variação do instrumento financeiro derivativo de R$6.362, apurado no período de 01 de janeiro a 08 de março de 2019, vide nota explicativa nº 39, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido. **(4)** Em novembro de 2019, a EPM recebeu aporte primário de R$260.000 relativo a subscrição de ações preferenciais por acionista minoritário. Com o aporte a participação passou a ser de 85,31% (87,70% em 2018) no capital social da EPM. Com resultado da operação a Companhia passou a deter indiretamente 95,21% (92,7% em 2018) do capital total da Rede Energia e 88,9% (88,4% em 2018) no capital social na EMT. A redução do percentual resultou na perda de participação R$65.747 contabilizado na partida de transações entre sócios no patrimônio líquido. Desde dezembro de 2018 a Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquirida por acionistas minoritários. O preço da compra caso incorrido pela Companhia, será o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação (101% da taxa DI) reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de venda cabendo o *equity risk* do investimento do minoritário estando no controle da Companhia no exercício e não da sua opção de compra. **(5)** Refere-se aos valores reflexo de Outros Resultado abrangentes (ORA) contabilizado diretamente no patrimônio líquido pelas controladas; **(6) Combinação de negócios 2019 - Alsol Energias Renováveis.** Em 17 de junho de 2019, foi formalizada a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, sendo todas as condições suspensivas usuais para transações dessa natureza satisfeitas e/ou dispensadas. A Administração da Companhia observa um crescimento significativo do mercado de geração distribuída, ainda fragmentado e imaturo no Brasil, e dado no seu histórico bem-sucedido de operações no setor, acredita que poderá adquirir escala e expandir a oferta de novos produtos e serviços no segmento de geração distribuída.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA): A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo dos ativos intangíveis e passivos para alocação do preço de aquisição da Alsol de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination" na data da aquisição. Em 30 de junho de 2020, a Companhia procedeu revisão de suas estimativas resultando na apuração de ágio pago na aquisição de R$29.467, originado principalmente pelas clausulas especificas de contrato de compra e venda que contém definições quanto a parcela de contraprestação variável. Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, são os seguintes:

	Alsol
Valor justo dos ativos adquiridos	2.058
% de participação	87%
Valor da participação	1.792
Valor de aquisição	27.675
Ágio apurado	**29.467**

A contabilização da aquisição realizada em 17 de junho de 2019 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination". O ágio apurado na aquisição da controlada Alsol foi de R$29.467 reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado, que inclui parcela variável estimada de R$17.671 a serem pagos nos próximos 4 anos, registrados em contrapartida de outros passivos. O Ágio apurado na aquisição do negócio é devido a expectativa de crescimento do segmento de geração distribuída no Brasil. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias:**

A Companhia reconheceu o montante de R$1.668, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios. Segue as informações das demonstrações financeiras da empresa Alsol adquirida com posição em 31 de maio de 2019.

	Alsol
Caixa e equivalente de caixa	11.739
Clientes, consumidores e concessionárias	28.407
Estoques	4.703
Outros créditos	8.932
Imobilizado	5.622
Intangível	5.473
Fornecedores	12.100
Empréstimos e financiamentos	116
Arrendamentos operacionais	4.831
Tributos e contribuições sociais	2.910
Impostos de renda e contribuição social diferido	1.385
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.177
Outros passivos	39.299
Participação de acionistas não controladores	266

• **Outras informações das participações: Mais valia dos ativos intangíveis e ágio:** A Companhia reconheceu a amortização dos bens intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro 2020, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue:

	EMT	ETO	EMS	ERO	EAC	Total 2020	Total 2019
Amortização no exercício	(63.867)	(5.303)	(71.409)	(128.398)	(62.857)	(331.834)	(390.165)
IR e CSSL	21.715	1.803	24.279	43.655	21.371	112.823	132.657
Amortização Líquida de tributos	**(42.152)**	**(3.500)**	**(47.130)**	**(84.743)**	**(41.486)**	**(219.011)**	**(257.508)**

Participações indiretas: A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

2020

Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	3.254.520	2.357.856	896.664	123.737
Energisa Mato Grosso	74,33	9.575.653	6.619.979	2.955.674	378.166
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	4.231.365	2.914.660	1.316.705	210.409
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.397.394	1.774.998	622.396	83.293
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	25.033	11.828	13.205	4.931
QMRA Participações S.A.	95,20	2.707	348	2.359	9
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	497.373	52.160	445.213	75.605
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	5.338	205.611	(200.273)	(16.362)

2019

Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	2.854.749	2.069.352	785.397	141.215
Energisa Mato Grosso	74,33	8.021.896	5.610.822	2.411.074	391.755
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	3.940.328	2.705.860	1.234.468	196.577
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.064.383	1.490.935	573.448	82.195
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	29.562	14.619	14.943	5.558
QMRA Participações S.A.	95,20	2.359	264	2.095	(99)
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	460.600	48.289	412.311	75.823
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	17.952	202.967	(185.015)	(5.476)

19. IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

Controladora

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,07%	25.072	-	1.074	-	-	26.146
Veículos	14,29%	16.990	-	574	(78)	-	17.486
Móveis e utensílios	6,89%	16.161	-	322	-	-	16.483
Total do imobilizado em serviço		**86.894**	-	1.970	(78)	-	88.786
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(3.807)	-	-	-	(945)	(4.752)
Máquinas e equipamentos		(10.766)	-	-	-	(3.158)	(13.924)
Veículos		(11.022)	-	-	58	(1.372)	(12.336)
Móveis e utensílios		(13.426)	-	-	-	(304)	(13.730)
Total Depreciação acumulada		**(39.021)**	-	-	58	(5.779)	(44.742)
Subtotal Imobilizado		**47.873**	-	1.970	(20)	(5.779)	44.044
Imobilizado em curso		16.049	8.041	(1.970)	-	-	22.120
Total do Imobilizado		**63.922**	**8.041**	**-**	**(20)**	**(5.779)**	**66.164**

Controladora

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2019
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	27.348	-	717	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,22%	22.317	-	2.759	(4)	-	25.072
Veículos	14,29%	17.116	-	247	(373)	-	16.990
Móveis e utensílios	7,41%	15.577	-	584	-	-	16.161
Total do imobilizado em serviço		**82.964**	**-**	4.307	(377)	**-**	**86.894**
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.885)	-	-	-	(922)	(3.807)
Máquinas e equipamentos		(7.837)	-	-	-	(2.929)	(10.766)
Veículos		(9.875)	-	-	191	(1.338)	(11.022)
Móveis e utensílios		(13.097)	-	-	-	(329)	(13.426)
Total Depreciação acumulada		**(33.694)**	**-**	**-**	191	(5.518)	**(39.021)**
Subtotal Imobilizado		**49.270**	**-**	4.307	(186)	(5.518)	**47.873**
Imobilizado em curso		1.798	18.558	(4.307)	-	-	16.049
Total do Imobilizado		**51.068**	**18.558**	**-**	**(186)**	**(5.518)**	**63.922**

Consolidado

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	-	-	-	3.962
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,30%	66.260	-	955	(62)	-	67.153
Máquinas e equipamentos	13,07%	264.985	-	89.874	(3.121)	-	351.738
Veículos	14,27%	77.557	-	5.585	(2.028)	-	81.114
Móveis e utensílios	6,49%	90.921	-	248	(148)	-	91.021
Total do Imobilizado em Serviço		**508.237**	**-**	**96.662**	**(5.359)**	**-**	**599.540**
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(881)	-	-	-	(75)	(956)
Edificações e benfeitorias		(24.961)	-	-	66	(1.748)	(26.643)
Máquinas e equipamentos		(166.870)	-	(33)	(4.716)	(22.928)	(194.547)
Veículos		(49.032)	-	(45)	2.034	(7.920)	(54.963)
Móveis e utensílios		(63.222)	-	529	4.017	(3.124)	(61.800)
Total Depreciação acumulada		**(304.966)**	**-**	**451**	**1.401**	**(35.795)**	**(338.909)**
Subtotal Imobilizado		**203.271**	-	97.113	(3.958)	(35.795)	260.631
Imobilizado em curso		81.296	186.772	(111.059)	-	-	157.009
Total do Imobilizado		**284.567**	**186.772**	**(13.946)**	**(3.958)**	**(35.795)**	**417.640**

(1) Do montante de R$(13.946), R$3.104 refere-se às reclassificações para o ativo contratual e R$(17.050) refere-se às reclassificações para o intangível - software. (2) O montante de R$(3.958), refere-se às baixas realizadas no exercício que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Consolidado

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências (*)	Baixas (**)	Depreciação	Saldos em 2019
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	2.550	-	-	1.412	-	-	3.962
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,68%	2.774	-	-	1.778	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	2,92%	58.821	19	-	7.420	-	-	66.260
Máquinas e equipamentos	13,19%	279.268	5.656	1.245	(20.579)	(605)	-	264.985
Veículos	14,26%	74.275	242	-	4.011	(971)	-	77.557
Móveis e utensílios	6,31%	83.721	188	-	7.034	(22)	-	90.921
Total do Imobilizado em Serviço		**501.409**	**6.105**	**1.245**	**1.076**	**(1.598)**	**-**	**508.237**
Depreciação acumulada:								-
Reservatório, Barragens e Adutoras		(824)	-	-	7	2	(66)	(881)
Edificações e benfeitorias		(21.972)	(5)	-	(4.470)	10	1.476	(24.961)
Máquinas e equipamentos		(175.061)	(414)	-	41.725	229	(33.349)	(166.870)
Veículos		(43.704)	(835)	-	1.880	754	(7.127)	(49.032)
Móveis e utensílios		(58.279)	(55)	-	(1.834)	2	(3.056)	(63.222)
Total Depreciação acumulada		**(299.840)**	**(1.309)**	**-**	**37.308**	**997**	**(42.122)**	**(304.966)**
Subtotal Imobilizado		**201.569**	**4.796**	**1.245**	**38.384**	**(601)**	**(42.122)**	**203.271**
Imobilizado em curso		8.043	826	107.715	(35.288)	-	-	81.296
Total do Imobilizado		**209.612**	**5.622**	**108.960**	**3.096**	**(601)**	**(42.122)**	**284.567**

(*) O montante de R$3.096 refere-se a reclassificações entre o imobilizado e o intangível das controladas EAC e ERO, efetuado após análise dos itens que compõe os ativos elétricos das controladas. (**) O montante de R$(601) - refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

20. INTANGÍVEL

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Intangível - contrato de concessão	-	-	14.171.278	14.301.242
Direito de concessão	-	-	314.013	334.046
Direto de uso	838	694	60.372	50.812
Intangível - Software e Outros	45.419	25.316	231.184	154.824
Total	**46.257**	**26.010**	**14.776.847**	**14.840.924**

20.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2020
Intangível						
Em serviço:	10,80%	28.441.118	1.302.215	(553.130)	-	29.190.203
Amortização Acumulada		(11.000.550)	577	317.730	(1.363.013)	(12.045.256)
Total Intangível		**17.440.568**	**1.302.792**	**(235.400)**	**(1.363.013)**	**17.144.947**
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,80%	5.773.053	71.431	-	-	5.844.484
Amortização Acumulada		(2.633.727)	(13)	-	(237.075)	(2.870.815)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		**3.139.326**	**71.418**	**-**	**(237.075)**	**2.973.669**
Total Intangível		**14.301.242**	**1.231.374**	**(235.400)**	**(1.125.938)**	**14.171.278**

(1) Do montante de R$1.231.734, R$1.232.319 são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção e R$(945) são reclassificações para o intangível - softwares; (2) O montante de R$235.400, referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) As controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$37.206 (R$36.499 em 2019), que não inclui o montante de R$3.386 referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

Intangível	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2018	Adição	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferências	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2019
Em serviço:	10,27%	24.757.715	-	2.311.260	1.574.507	(202.364)	-	28.441.118
Amortização Acumulada		(9.770.441)	-	-	(93.747)	156.117	(1.292.479)	(11.000.550)
Total Intangível		**14.987.274**	**-**	**2.311.260**	**1.480.760**	**(46.247)**	**(1.292.479)**	**17.440.568**
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço								
Custo	3,79%	4.606.612	-	934.118	232.323	-	-	5.773.053
Amortização Acumulada		(2.378.095)	(16.408)	-	(1.135)	-	(238.089)	(2.633.727)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		**2.228.517**	**(16.408)**	**934.118**	**231.188**	**-**	**(238.089)**	**3.139.326**
Total Intangível		**12.758.757**	**16.408**	**1.377.142**	**1.249.572**	**(46.247)**	**(1.054.390)**	**14.301.242**

(1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R$2.311.260 e de obrigações vinculadas à concessão - R$934.118, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº16. (2) As baixas no montante R$46.247 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. (3) A controladas registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R$36.499 (R$35.478 em 2018).

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,80% (10,27% em 2019). **Obrigações vinculadas a concessão:** O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	2020	2019
Contribuições do consumidor (1)	4.869.007	4.415.160
Participação da União - recursos CDE (2)	1.856.097	1.926.170
Participação do Governo do Estado (2)	336.031	336.031
Participação da União - recursos RGR (3)	317.267	-
Reserva para reversão (4)	7.678	8.442
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	329.713	329.713
(-) Amortização acumulada	(2.870.815)	(2.633.727)
Total	**4.844.978**	**4.381.789**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.059.792	1.009.751
Infraestrutura - Intangível em serviço	2.973.669	3.139.326
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	811.517	232.712
Total	**4.844.978**	**4.381.789**

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. O saldo contempla o efeito da devolução da 4ª Tranche de LPT da controlada EAC em dezembro/2019. (3) Indenização a concessão - ativo imobilizado em curso - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR , autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas Nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL (nota explicativa nº 13). (4) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

20.2. Direito de concessão - consolidado:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	298.589	298.589
Aquisição participação (3)	96.825	77.112
Amortização acumulada	(619.413)	(579.667)
Subtotal	**314.013**	**334.046**

A movimentação é como segue:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Saldo inicial	**334.046**	**364.038**
Aquisição participação	19.713	9.754
Amortização no exercício	(39.746)	(39.746)
Saldo final	**314.013**	**334.046**

(1) Intangível reconhecido por controlada: Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a amortizar pela controlada é de R$153.908 (R$178.533 em 2019). **(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:** Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R$96.210 (R$106.071 em 2019). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear. A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R$7.022 (R$7.022 em 2019). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial. **(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação:** Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças. O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição. Do montante do ágio de R$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R$96.345, totalizando o montante de R$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R$6.361. Até 31 de dezembro de 2020 foram amortizados R$39.952 (R$34.692 em 2019). Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R$4.512 e em. Em 17 de junho de 2019, formalizou a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, com apuração de ágio de R$29.467. A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2021 e 2022	34.634	8.373
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	55.484	10.466
2029 e 2030	24.145	-
2031 e 2032	13.572	-
2033 em diante	37.600	-
Total	**314.013**	**52.329**

20.3. Intangível - direito de uso: Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

Controladora

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Saldos em 2020
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	21,63%	795	375	-	1.170
Amortização Acumulada		(101)	-	(231)	(332)
Total		**694**	**375**	**(231)**	**838**

Controladora

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições	Amortização	Saldos em 2019
Direito de Uso - Imóveis						
Custo	12,81%	-	777	18	-	795
Amortização Acumulada		-	-	-	(101)	(101)
Total		**-**	**777**	**18**	**(101)**	**694**

Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Direito de Uso - Imóveis						
Custo	20,31%	66.588	31.551	(6.605)	-	91.534
Amortização Acumulada		(15.776)	-	-	(15.386)	(31.162)
Total		**50.812**	**31.551**	**(6.605)**	**(15.386)**	**60.372**

Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2018	Saldo de aquisição	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2019
Direito de Uso - Imóveis								
Custo	27,75%	-	4.829	39.693	24.196	(2.130)	-	66.588
Amortização Acumulada		-	(74)	-	-	-	(15.702)	(15.776)
Total		**-**	**4.755**	**39.693**	**24.196**	**(2.130)**	**(15.702)**	**50.812**

20.4. Intangível - software e outros

Controladora

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2019	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 2020
Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	36.983	-	4.416	-	41.399
Amortização Acumulada		(18.146)	-	-	(6.338)	(24.484)
Em Curso		6.479	26.441	(4.416)	-	28.504
Total		**25.316**	**26.441**	**-**	**(6.338)**	**45.419**

Controladora

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2018	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 2019
Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	27.376	-	9.607	-	36.983
Amortização Acumulada		(14.030)	-	-	(4.116)	(18.146)
Em Curso		341	15.745	(9.607)	-	6.479
Total		**13.687**	**15.745**	**-**	**(4.116)**	**25.316**

Consolidado	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Custo dos Softwares							
Em serviço	20,00%	440.222	711	47.768	(1.219)	-	487.482
Amortização Acumulada		(295.858)	-	(430)	538	(45.657)	(341.407)
Em curso		10.460	101.985	(27.336)	-	-	85.109
Total		**154.824**	**102.696**	**20.002**	**(681)**	**(45.657)**	**231.184**

(1) Do montante de R$20.002, R$945 refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão, R$17.050 são reclassificações para o imobilizado e R$2.007 para o ativo contratual.

Consolidado	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2018	Saldo de aquisição	Adição	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2019
Custo dos Softwares									
Em serviço	20,00%	366.987	992	-	12.090	75.021	(14.868)	-	440.222
Amortização Acumulada		(261.827)	(274)	-	-	(6.132)	14.868	(42.493)	(295.858)
Em curso		4.353	-	17.814	-	(11.707)	-	-	10.460
Total		**109.513**	**718**	**17.814**	**12.090**	**57.182**	**-**	**(42.493)**	**154.824**

(1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R$12.090, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa n° 16.

21. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CCEE (1)	-	-	761.598	456.126
Contratos Bilaterais (2)	-	-	1.266.962	1.088.994
Uso de rede básica	-	-	103.553	73.548
Conexão à rede	-	-	23.062	17.352
Encargo de serviços do sistema (3)	-	-	49.617	3.257
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	-	-	33.278	22.013
Ampla - CUSD	-	-	4.499	3.805
Materiais, serviços e outros (4)	12.643	17.462	314.233	423.079
Total	**12.643**	**17.462**	**2.556.802**	**2.088.174**
Circulante	12.643	17.462	2.445.104	1.988.149
Não Circulante	-	-	111.698	100.025

(1) CCEE- em 2020 a conta CCEE foi incrementada principalmente pela alta do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), próximo ao valor/teto de novembro/2020, altamente influenciada pela deterioração das condições hidrológicas e aumento do consumo de energia. O PLD além de precificar as operações de compra e venda de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Além disso, novembro/20 apresentou elevada diferença de PLDs entre os submercados, impactando o aumento da despesa no MCP pela compra de energia a preços maiores para as distribuidoras dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Sul e venda a preços menores no submercado Nordeste. Para as distribuidoras do submercado Nordeste o impacto negativo foi no tratamento de exposições, regra de comercialização que neutraliza os resultados positivos referente às liquidações de energia entre submercados; (2) Contratos bilaterais - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC); (3) Encargos serviços de sistema - a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. O bimestre relativo aos meses de novembro e dezembro/20 foi o pior histórico em termos de Energia Natural Afluente. Com isso, foram acionadas todas as termelétricas disponíveis no sistema, independentemente de preço, e importada energia da Argentina e do Uruguai para impedir redução dos armazenamentos dos reservatórios; e (4) Materiais, serviços e outros - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição, transmissão, comercialização e demais serviços de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias.

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

Controladora	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pós Fixado								
CDI	460.574	535.000	(2.950)	(9.373)	25.080	-	-	1.008.331
Gastos com captação	(424)	-	-	-	3.040	(4.554)	-	(1.938)
Total do custo	**460.150**	**535.000**	**(2.950)**	**(9.373)**	**28.120**	**(4.554)**	**-**	**1.006.393**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	324.115	-	(219.088)	(15.901)	119.784	-	-	208.910
Marcação a mercado	4.058	-	-	-	-	-	(1.880)	2.178
Total ao valor justo	**328.173**	**-**	**(219.088)**	**(15.901)**	**119.784**	**-**	**(1.880)**	**211.088**
Total	**788.323**	**535.000**	**(222.038)**	**(25.274)**	**147.904**	**(4.554)**	**(1.880)**	**1.217.481**
Passivo Circulante	175.190							817.691
Passivo Não Circulante	613.133							399.790

Controladora	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
CDI	-	450.000	-	-	10.574	-	-	460.574
Gastos com captação	-	-	-	-	168	(592)	-	(424)
Total do custo	**-**	**450.000**	**-**	**-**	**10.742**	**(592)**	**-**	**460.150**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	467.308	-	(162.052)	(19.761)	38.620	-	-	324.115
Marcação a mercado	2.054	-	-	-	-	-	2.004	4.058
Total ao valor justo	**469.362**	**-**	**(162.052)**	**(19.761)**	**38.620**	**-**	**2.004**	**328.173**
Total	**469.362**	**450.000**	**(162.052)**	**(19.761)**	**49.362**	**(592)**	**2.004**	**788.323**
Passivo Circulante	158.008							175.190
Passivo Não Circulante	311.354							613.133

Consolidado	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	932.744	-	(17.497)	(3.129)	48.197	-	-	960.315
TJLP e TLP	3.263	-	(1.999)	(219)	210	-	-	1.255
Selic	890	-	(424)	(34)	54	-	-	486
CDI	2.384.337	2.161.667	(698.075)	(62.081)	153.612	-	-	3.939.460
TR	928.876	-	-	(72.749)	80.157	-	-	936.284
Cesta de moedas	405	-	(489)	(26)	136	-	-	26
Gastos com captação	(3.024)	-	-	-	5.668	(8.816)	-	(6.172)
Outros	259.042	103.590	(17.548)	(16.793)	24.245	-	-	352.536
Total do custo	**4.506.533**	**2.265.257**	**(736.032)**	**(155.031)**	**312.279**	**(8.816)**	**-**	**6.184.190**
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	3.119.021	473.725	(1.696.767)	(106.502)	964.814	-	-	2.754.291
Euro	598.586	122.972	(13.207)	(12.017)	303.068	-	-	999.402
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	754	-	-	(1.096)
Marcação a mercado	27.691	-	-	-	-	-	(1.326)	26.365
Total ao valor justo	**3.743.448**	**596.697**	**(1.709.974)**	**(118.519)**	**1.268.636**	**-**	**(1.326)**	**3.778.962**
Total	**8.249.981**	**2.861.954**	**(2.446.006)**	**(273.550)**	**1.580.915**	**(8.816)**	**(1.326)**	**9.963.152**
Passivo Circulante	1.413.791							4.049.956
Passivo Não Circulante	6.836.190							5.913.196

Consolidado	Saldos em 2018	Aquisição	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	1.249.918	116	-	(358.091)	(9.152)	49.953	-	-	932.744
TJLP e TLP	8.283	-	-	(4.541)	(531)	52	-	-	3.263
Selic	22.793	-	-	(19.112)	(3.220)	429	-	-	890
CDI	2.337.094	-	1.034.900	(972.831)	(174.407)	159.581	-	-	2.384.337
TR	922.846	-	-	-	(72.667)	78.697	-	-	928.876
Gastos com captação	(984)	-	-	-	-	1.348	(3.388)	-	(3.024)
Cesta de Moedas	762	-	-	(375)	(54)	72	-	-	405
Outros	232.786	-	132.488	(108.332)	(12.553)	14.653	-	-	259.042
Total do custo	**4.773.498**	**116**	**1.167.388**	**(1.463.282)**	**(272.584)**	**304.785**	**(3.388)**	**-**	**4.506.533**
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	3.117.921	-	385.000	(508.874)	(137.753)	262.727	-	-	3.119.021
Euro	351.794	-	240.000	(3.028)	(3.771)	13.591	-	-	598.586
Gastos com captação	(2.606)	-	-	-	-	756	-	-	(1.850)
Marcação a mercado	20.017	-	-	-	-	-	-	7.674	27.691
Total ao valor justo	**3.487.126**	**-**	**625.000**	**(511.902)**	**(141.524)**	**277.074**	**-**	**7.674**	**3.743.448**
Total	**8.260.624**	**116**	**1.792.388**	**(1.975.184)**	**(414.108)**	**581.859**	**(3.388)**	**7.674**	**8.249.981**
Passivo Circulante	1.649.423								1.413.791
Passivo Não Circulante	6.611.201								6.836.190

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Empresa / Operação	Total 2020	Total 2019	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
Energisa S/A							
Nota Promissória 4ª Emissão (1)	320.370	310.043	CDI +0,55% a.a	jun/21	Final	3,32%	-
FRN Santander - 4130335 (1)	70.260	70.447	CDI +0,8948% a.a	nov/22	Final	3,66%	-
FRN Santander - 4132130 (1)	80.081	80.084	CDI +0,90% a.a	nov/24	Semestral a partir de nov/21	3,67%	-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 4ª Série	99.136	-	CDI +2,75% a.a	abr/21	Final	5,52%	-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 3ª Série	1.451	-	CDI +2,75% a.a	jan/21	Final	5,52%	-
ESA X PACTUAL - CCB91/20	151.431	-	CDI +2,50% a.a	abr/21	Final	5,27%	-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 1ª Série (1)	67.188	-	CDI +2,30% a.a	dez/23	Final	5,07%	-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 2ª Série (1)	133.373	-	CDI +2,30% a.a	dez/24	Final	5,07%	-
ESA X BANCO DA CHINA BRASIL -CCB - L0036-2020 (1)	85.041	-	CDI +2,15% a.a	dez/23	Final	4,92%	-
Custo de captação incorrido na contratação	(1.938)	(424)					
Total em Moeda Nacional	**1.006.393**	**460.150**					
Resolução 4131 - Itau (1)	208.910	324.115	4,0375% a.a.	mai/21	Anual	32,97%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.178	4.058	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	**211.088**	**328.173**					
Total Energisa S/A	**1.217.481**	**788.323**					
Energisa Sergipe							
FIDC Grupo Energisa III	-	5.794	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
FINAME - Itaú BBA	5.584	8.243	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Parcelamento INERGUS	12.162	12.520	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	11,14%	F
Parcelamento INERGUS - Migração	94.033	110.200	IPCA +5,78% a.a	jun/26	Mensal	10,30%	F
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	152.307	147.034	CDI + 0,80%	mar/22	Final	3,57%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(171)	(333)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	**263.915**	**283.458**					
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	286.476	Libor + 0,72% a 0,73% a.a.	abr/21	Final	29,93% a 29,94%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	178.877	139.230	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	30,41%	A
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	44.849	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	30,03%	A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	18.786	14.587	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final	30,51%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(582)	489	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	**197.081**	**485.631**					
Total Energisa Sergipe	**460.996**	**769.089**					
Energisa Paraíba							
FIDC Grupo Energisa III	-	23.564	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
FINAME - Itaú	10.029	15.125	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Parcelamento FUNASA	3.143	3.492	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal	10,46%	-
CCB Bradesco 24032020 (1)	139.414	-	CDI + 4,8005	mar/21	Final	7,57%	A
CCB Itaú 25032020	20.333	-	CDI + 4,10	mar/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(179)	(97)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	**172.740**	**42.084**					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	-	102.803	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	32,73%	A
Resolução 4131 -Citibank (1,4)	-	75.242	Libor + 0,73%% a.a.	jan/21	Final	29,94%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	208	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	**-**	**178.253**					
Total Energisa Paraíba	**172.740**	**220.337**					
Energisa Minas Gerais							
FIDC Grupo Energisa III	-	5.791	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
Repasse BNDES I - Itaú BBA	39	510	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	9,62%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	26	296	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	3,85%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	16	213	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	10,82%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	25	324	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú BBA	4.261	6.406	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1, 4)	-	73.367	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	4,09%	A
CCB Bradesco 24032020 (1)	79.212	-	CDI + 4,8005%	mar/21	Final	7,57%	A
CCB Itaú 25032020	40.671	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	6,77%	A
SANTANDER FRN 4137169	38.336	-	CDI + 4,10%	jun/21	Final	6,87%	A
SANTANDER FRN 4137171	38.336	-	CDI + 4,10%	dez/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(93)	(24)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	**200.829**	**86.883**					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	-	36.283	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final	32,73%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1,4)	-	71.183	Libor + 0,72% a.a.	mai/21	Final	29,93%	A
Resolução 4131 - BBM Loan (4)	81.249	63.019	2,77%a.a. (Pré)	abr/21	Final	31,70%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	269	861	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	**81.518**	**171.346**					
Total Energisa Minas Gerais	**282.347**	**258.229**					
Energisa Nova Friburgo							
FIDC Grupo Energisa III	-	1.545	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
Repasse BNDES I - Itaú	-	191	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	9,62%	A
Repasse BNDES II - Itaú	-	109	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	3,85%	A
Repasse BNDES III - Itaú	-	79	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	10,82%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	-	126	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú	466	683	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1, 4)	-	23.344	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	4,09%	A
FRN 4131519 (1)	15.029	15.044	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	3,57%	A
FRN 4137167	12.198	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	6,87%	A
FRN 4137163	12.198	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87%	A
CCB Safra 001660057	20.454	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	5,27%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(20)	(7)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	**60.325**	**41.114**					
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	51.557	LIBOR + 0,65 a 1,62% a.a.	set/22	Final	29,86% a 30,83%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	743	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	**-**	**52.300**					
Total Energisa Nova Friburgo	**60.325**	**93.414**					
Energisa Borborema							
FIDC Grupo Energisa III	-	1.931	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,47%	R
FINAME - Itaú BBA	955	1.417	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1, 4)	-	26.679	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	4,09%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1, 4)	-	20.595	CDI + 0,92%	jul/20	Final	3,69%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	15.029	15.044	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	3,57%	A
Safra CCB 001660031	20.454	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	5,27%	A
Santander FRN 4137155	13.940	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4137161	13.940	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4137241	20.904	-	CDI + 4,10% a.a.	jul/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(20)	(8)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	**85.202**	**65.658**					
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	24.840	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	30,18%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	55					
Total em Moeda Estrangeira	**-**	**24.895**					
Total Energisa Borborema	**85.202**	**90.553**					
Energisa Mato Grosso							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.498	353.402	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	481.684	482.682	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	3,47%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	-	450.626	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	4,02% a 4,09%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	304.361	293.823	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	3,57%	A
Santander FRN 4133870 (1)	192.161	-	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	3,72%	A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	137.301	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	7,57%	A
CCB ITAÚ 1011200300114	30.499	-	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4135786	332.290	-	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	7,37%	A
Santander FRN 4137163	69.701	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87%	A
Santander FRN 4137165	69.700	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(518)	(641)					
Total em Moeda Nacional	**1.970.677**	**1.579.892**					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	128.375	214.059	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	30,41% a 30,81%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	74.624	57.899	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	74.619	57.892	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Citibank Loan - 4131 (1,4)	-	128.422	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	30,03%	A
J P MORGAN Loan (1)	139.083	108.167	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	30,26%	A
Merryl Lynch Loan (1)	68.115	48.387	0,6870% a.a.	dez/22	Final	41,47%	A
Scotiabank Loan (1)	255.699	198.327	2,1964% a.a.	dez/22	Final	31,13%	A
Citibank Loan 56416 (1)	60.347	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	29,81%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1)	88.973	-	2,83% a.a.	jan/21	Final	31,76%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(328)	(547)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	8.059	3.238					
Total em Moeda Estrangeira	**897.566**	**815.844**					
Total Energisa Mato Grosso	**2.868.243**	**2.395.736**					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.571	291.492	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	219.794	220.250	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	3,47%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander (4)	-	66.602	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	3,66%	A
Nota Promissória (1)	71.866	-	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	3,72%	A
CCB Safra 001660014	81.816	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	5,27%	A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	67.937	-	CDI + 4,10% a.a.	ago/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(230)	-					
Total em Moeda Nacional	**732.754**	**578.344**					
Loan Citi - 4131 (1)	75.142	58.398	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	30,91%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	75.125	58.367	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	31,01%	A
Loan Citi 4131 (1,4)	-	69.151	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	30,04%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	72.278	51.345	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	41,77%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(314)	(535)	-	-	-	-	
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.202	2.339	-	-	-	-	-

Empresa / Operação	Total 2020	Total 2019	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
Total em Moeda Estrangeira	**223.433**	**239.065**					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	**956.187**	**817.409**					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	4.293	8.486	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%	R
CCB ITAÚ 101120030007500	20.335	-	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	6,77%	R
Total em Moeda Nacional	**24.628**	**8.486**					
Resolução 4131 - Itaú (1)	270.261	209.563	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	33,28%	R
Loan Citi - 4131 (1)	58.349	45.358	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	58.331	45.329	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Merrill lynch Loan (1)	161.733	125.885	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	30,41%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(297)	(507)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.349	6.729	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	**551.726**	**432.357**					
Total Energisa Tocantins	**576.354**	**440.843**					
Energisa Sul Sudeste							
CCB ITAÚ	40.672	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	6,77%	A
Total em Moeda Nacional	**40.672**	**-**					
Loan Citi - 4131 (1)	35.654	27.663	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	35.656	27.663	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Merrill lynch Loan (1,4)	-	120.883	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	30,31%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1,4)	-	64.834	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	30,48%	A
Merrill lynch Loan (1)	102.546	79.656	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	30,41%	A
Merrill lynch Loan (1)	155.944	110.774	0,87% Pré a.a	jun/22	Final	41,65%	A
Scotiabank Loan (1)	63.925	49.582	2,1964% Pré a.a	dez/22	Final	31,13%	A
Merrill lynch Loan (1)	170.425	-	0,7257% Pré a.a	jan/23	Final	29,66%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(157)	(261)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.042	3.622	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	**568.035**	**484.416**					
Total Energisa Sul Sudeste	**608.707**	**484.416**					
Energisa Rondônia							
CCEE - Eletrobrás	681.980	649.693	5,00% a.a	out/48	Mensal a partir de 2024	5,00%	R
FRN 4131614 (1)	49.911	50.048	CDI + 0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	3,67%	A
Total em Moeda Nacional	**731.891**	**699.741**					
Scotiabank Loan (1)	63.925	49.582	2,1964% a.a.	dez/22	Final	31,13%	A
Citibank Loan 56545 (1)	71.172	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	29,81%	A
Citibank Loan 56737 (1)	150.744	-	Libor + 0,74% a.a.	mar/23	Final	29,95%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.914	(155)					
Total em Moeda Estrangeira	**288.755**	**49.427**					
Total Energisa Rondônia	**1.020.646**	**749.168**					
Energisa Acre							
CCEE - Eletrobrás	225.730	215.043	5,00% a.a	dez/48	Mensal a partir de 2024	5,00%	R
CCB BRADESCO 24032020 (1)	66.538	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	7,57%	R
Custo de captação incorrido na contratação	(78)						
Total em Moeda Nacional	**292.190**	**215.043**					
Merrill lynch Loan (1)	491.770	359.045	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	42,18%	R + A
Merrill lynch Loan (1)	40.870	29.035	0,7619% a.a.	dez/21	Final	41,54%	R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.329	5.281					
Total em Moeda Estrangeira	**538.969**	**393.361**					
Total Energisa Acre	**831.159**	**608.404**					
Energisa Soluções							
FINAME - Itaú BBA	1.086	1.779	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
Total em Moeda Nacional	**1.086**	**1.779**					
Banco BBM Loan 4131	27.637	21.420	2,96% a.a.	mar/21	Final	31,89%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	19	220					
Total em Moeda Estrangeira	**27.656**	**21.640**					
Total Energisa Soluções	**28.742**	**23.419**					
Energisa Soluções Construções							
FINAME - Itaú BBA	795	2.422	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	6,00%	A
FINAME - Itaú BBA	486	890	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	7,90% a 7,96%	A
FINAME - Itaú BBA	1.200	2.270	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	9,67% a 9,74%	A
Total em Moeda Nacional	**2.481**	**5.582**					
Total Energisa Soluções Construções	**2.481**	**5.582**					
Energisa Transmissão							
ETE X CITIBANK LOAN 56417 (1)	162.939	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	29,81%	A + R + S
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.046)	-					
Total em Moeda Estrangeira	**161.893**	**-**					
Total Energisa Transmissão	**161.893**	**-**					
Energisa Pará I							
BASA - CCB 048-19/0002-0 (5)	168.174	132.830	IPCA + 1,8854% a.a	jul/39	Mensal a partir de 2023	6,41%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.362)	(1.490)					
Total em Moeda Nacional	**166.812**	**131.340**					
Total Energisa Pará I	**166.812**	**131.340**					
Energisa Pará II							
BASA - CCB 128-20/0050-8 (5)	75.024	-	IPCA + 1,6834% a.a	jul/40	Mensal a partir de 08/24	6,20%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.563)	-					
Total em Moeda Nacional	**73.461**	**-**					
Total Energisa Pará II	**73.461**	**-**					
Energisa Comercializadora							
SANTANDER FRN 4127249	41.808	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87%	A
Total em Moeda Nacional	41.808	-				33,52%	
SANTANDER 4131 (4)	-	42.208	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final		-
BBM Loan - 4131	31.610	24.529	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final	29,77%	F
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(368)	3					
Total em Moeda Estrangeira	**31.242**	**66.740**					
Total Energisa Comercializadora	**73.050**	**66.740**					
Rede Energia S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	6.320	5.788	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Credores "RJ" - BNB	13.929	12.757	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Total em Moeda Nacional	**20.249**	**18.545**					
Total Rede Energia S.A.	**20.249**	**18.545**					
Denerge S.A.							
FI-FGTS (Reestruturado)	291.215	283.982	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	4,00%	-
Total em Moeda Nacional	**291.215**	**283.982**					
Total Denerge S.A.	**291.215**	**283.982**					
Cia Téc. de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	4.862	4.452	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	**4.862**	**4.452**					
Total Cia Téc. de Comerc.de Energia	**4.862**	**4.452**					
Em Moeda Nacional	**6.184.190**	**4.506.533**					
Em Moeda Estrangeira	**3.778.962**	**3.743.448**					
Energisa Consolidada	**9.963.152**	**8.249.981**					

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis, S= Seguro. Condições restritivas financeiras (*Covenants*): (1) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual
EBTIDA ajustado / Resultado Financeiro	Maior ou igual a: 2,5 em 2020 em diante	Trimestral e Anual

(*) Para 6ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A e empréstimo via CCB entre o Bank of China e a Energisa S/A, com vencimento em Dez/23 possuem limite de 4,25x até o vencimento. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 39 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 39 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 39 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. (4) Em 17 de janeiro, 16 e 31 de março e 24 e 27 de abril de 2020 as controladas abaixo relacionadas, efetuaram a liquidação dos contratos de empréstimos e financiamentos no valor total de R$1.834.835, conforme segue:

Empresa	Valor liquidados antecipadamente
Energisa Mato Grosso (EMT)	610.519
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	150.712
Energisa Sul Sudeste (ESS)	201.140
Energisa Sergipe (ESE)	397.998
Energisa Minas Gerais (EMG)	160.122
Energisa Paraiba (EPB)	90.378
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.272
Energisa Borborema (EBO)	77.883
Energisa Comercializadora (ECOM)	59.811
Total Liquidado	**1.834.835**

(5) Em julho de 2019 e em junho de 2020 as controladas Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I) e a Energisa Pará Transmissora II S/A (EPA II) contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. O descumprimento desse índice pode implicar em vencimentos antecipados da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

Garantias: Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R$96.887 (R$110.617 em 2019), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado. Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 39 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2020	2019
US$ x R$	28,93%	4,02%
TJLP	4,87%	6,17%
SELIC	2,76%	5,96%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%
UMBNB	0,10%	0,08%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	5,64%	4,38%
Euro	40,78%	2,06%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2022	69.351	1.881.846
2023	174.685	1.201.552
2024	155.754	271.864
2025	-	139.871
Após 2025	-	2.418.063
Total	**399.790**	**5.913.196**

23. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora						
	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixados							
CDI	1.230.730	639.896	(561.340)	(43.589)	43.998	-	1.309.695
IPCA	2.306.799	480.000	(410.768)	(165.330)	255.438	-	2.466.139
Gastos com captação	(2.514)	-	-	-	2.105	(3.587)	(3.996)
Total ao custo	**3.535.015**	**1.119.896**	**(972.108)**	**(208.919)**	**301.541**	**(3.587)**	**3.771.838**
Passivo Circulante	969.384						968.050
Passivo Não Circulante	2.565.631						2.803.788

	Controladora					
	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixados						
CDI	1.466.938	-	(233.333)	(101.846)	98.971	1.230.730
IPCA	1.916.183	500.000	(195.586)	(170.122)	256.324	2.306.799
Gastos com captação	(4.849)	-	-	-	2.335	(2.514)
Total ao custo	**3.378.272**	**500.000**	**(428.919)**	**(271.968)**	**357.630**	**3.535.015**
Passivo Circulante	492.103					969.384
Passivo Não Circulante	2.886.169					2.565.631

	Consolidado							
	Saldos em 2019	Captação (*)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Marcação mercado da divida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixados								
Pré fixado	55.507	-	-	(3.339)	8.438	-	-	60.606
Pós fixado								
CDI	4.917.344	2.328.954	(1.392.084)	(225.386)	210.355	-	-	5.839.183
IPCA	3.736.006	750.000	(410.768)	(250.211)	399.205	-	-	4.224.232
Gastos com captação	(53.566)	-	-	-	17.524	(34.607)	-	(70.649)
Marcação a mercado	283.335	-	-	-	-	-	40.110	323.445
Total ao custo	**8.938.626**	**3.078.954**	**(1.802.852)**	**(478.936)**	**635.522**	**(34.607)**	**40.110**	**10.376.817**
Passivo Circulante	1.167.067							1.780.414
Passivo Não Circulante	7.771.559							8.596.403

(*) Emissão de debêntures realizadas no exercício de 2020:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	63.500	05/05/2020	Única	12ª	6,57%
ESA	576.396	25/08/2020	Única	13ª	5,07%
ESA	480.000	15/10/2020	1ª e 2ª	14ª	8,75%
EMT	130.000	15/02/2020	Única	11ª	3,72%
EMS	75.000	22/01/2020	Única	13ª	3,50%
EBO	20.000	15/02/2020	Única	1ª	3,72%
ENF	41.300	15/02/2020	1ª e 2ª	1ª	3,72% e 3,92%
EPB	60.000	15/02/2020	Única	7ª	3,72%
ESE	275.000	15/02/2020	Única	8ª	3,72%
EMG	60.000	15/02/2020	Única	12ª	3,72%
ESS	60.000	15/02/2020	Única	5ª	3,92%
EMT	381.354	25/08/2020	Única	12ª	5,07%
EMS	139.471	25/08/2020	Única	14ª	5,07%
EPB	146.933	25/08/2020	Única	8ª	5,07%
ETE	140.000	15/10/2020	1ª e 2ª	2ª	8,75% e 8,99%
EMT	130.000	15/10/2020	1ª e 2ª	13ª	8,75% e 8,99%
ERO	100.000	18/11/2020	Única	4ª	4,97%
EAC	200.000	18/11/2020	Única	13ª	4,97%
Total	**3.078.954**				

	Consolidado							
	Saldos em 2018	Captação (*)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da divida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixados								
Pré fixado	51.089	-	-	(3.340)	7.758	-	-	55.507
Pós fixado								
CDI	4.152.522	1.000.000	(233.333)	(331.404)	329.559	-	-	4.917.344
IPCA	3.277.293	500.000	(195.586)	(221.068)	375.367	-	-	3.736.006
Gastos com captação	(53.439)	-	-	-	16.762	(16.889)	-	(53.566)
Marcação a mercado	99.809	-	-	-	-	-	183.526	283.335
Total ao custo	**7.527.274**	**1.500.000**	**(428.919)**	**(555.812)**	**729.446**	**(16.889)**	**183.526**	**8.938.626**
Passivo Circulante	526.593							1.167.067
Passivo Não Circulante	7.000.681							7.771.559

(*) Emissão de debêntures realizadas no exercício de 2019:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	500.000	15/04/2019	Única	11ª	8,93%
EMT	150.000	10/06/2019	1ª e 2ª	10ª	6,69% e 7,01%
EMS	110.000	10/06/2019	Única	12ª	6,69%
ETO	400.000	10/06/2019	1ª e 2ª	5ª	6,91% e 7,11%
EPB	120.000	10/06/2019	1ª e 2ª	6ª	6,69% e 6,79%
ESE	50.000	10/06/2019	Única	7ª	6,69%
EMG	70.000	10/06/2019	1ª e 2ª	11ª	6,69% e 6,79%
ALSOL	100.000	07/10/2019	Única	1ª	7,16%
Total	1.500.000				

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2020	Total 2019	Emissão	Nº de Títulos Emitidos/ circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
ENERGISA S/A									
Debêntures 7ª Emissão/1ª Série	-	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	13,27%	F
Debêntures 7ª Emissão/2ª Série (*)	218.550	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	13,27%	F
Debêntures 7ª Emissão/3ª Série (*)	218.550	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	13,27%	F
Debêntures 7ª Emissão/4ª Série	-	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	14,77%	F
Debêntures 7ª Emissão/5ª Série	219.669	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	14,77%	F
Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	219.669	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	14,77%	F
Debêntures 8ª Emissão/1ª Série	232.219	222.106	15/06/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	10,12%	R
Debêntures 8ª Emissão/2ª Série	208.486	199.407	15/06/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	10,18%	R
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	70.585	67.526	15/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	9,01%	R
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	13.162	12.591	15/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	9,23%	R
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	24.513	23.451	15/10/17	2.472 /2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	9,63%	R
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	505.641	763.463	15/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%	R
Debêntures 10ª Emissão	157.200	467.266	20/06/18	70.000 / 47.121	CDI+1,10% a.a	jun / 21	Anual após Jun/19	3,87%	-
Debêntures 11ª Emissão	547.811	523.130	15/04/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a	abr / 26	Final	9,14%	-
Debêntures 12ª Emissão	64.054	-	05/05/20	63.500 / 63.500	CDI+3,80% a.a	mai / 21	Final	6,57%	-
Debêntures 13ª Emissão	582.800	-	25/08/20	576.396 / 573.396	CDI+2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	5,07%	-
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	56.460	-	15/10/20	55.000 / 55.000	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	8,75%	-
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	436.465	-	15/10/20	425.000 / 425.000	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	8,99%	-
Custos de captação	(3.996)	(2.515)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S/A	**3.771.838**	**3.535.015**							

Operações	Total 2020	Total 2019	Emissão	Nº de Títulos Emitidos/ circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (**)
ENERGISA SERGIPE									
							Anual após		
6ª Emissão	71.491	68.393	15/09/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	set/23	9,60%	A
7ª Emissão	50.073	50.143	10/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,50%	A
				275.000 /					
Debêntures 8ª Emissão	277.916		15/02/20	275.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,72%	A
Custos de captação	(1.514)	(1.194)							
Total ENERGISA SERGIPE	**397.966**	**117.342**							
ENERGISA PARAÍBA									
Debêntures 4ª Emissão	33.882	184.243	15/02/18	18.000 / 3.352	CDI+1,00% a.a	fev / 21	Final	3,77%	A
				135.000 /			Anual após		
Debêntures 5ª Emissão	148.483	142.048	15/09/18	135.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	set/23	9,60%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	72.104	72.204	10/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,50%	A
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	48.072	48.139	10/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	3,60%	A
Debêntures 7ª Emissão	60.636	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,72%	A
				146.933 /			Anual após		
Debêntures 8ª Emissão	148.566	-	25/08/20	146.933	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	ago/23	5,07%	A
Custos de captação	(1.899)	(2.822)							
Total ENERGISA PARAÍBA	**509.844**	**443.812**							
REDE ENERGIA									
4ª Emissão	60.606	55.507	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov / 35	Final	1,00%	-
Total REDE ENERGIA	**60.606**	**55.507**							
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL									
							Anual após		
Debêntures 8ª Emissão	201.202	304.713	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	set/20	2,98%	A
Debêntures 10ª Emissão	11.066	153.506	15/02/18	15.000 / 1.095	CDI +0,95%	fev / 21	Final	3,72%	A
				155.000 /			Anual após		
Debêntures 11ª Emissão	170.480	163.092	15/09/18	155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	set/23	9,60%	A
				110.000 /					
Debêntures 12ª Emissão	110.160	110.312	10/06/19	110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,50%	A
Debêntures 13ª Emissão	56.905	-	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	3,50%	A
				139.471 /			Anual após		
Debêntures 14ª Emissão	141.021	-	25/08/20	139.471	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	ago/23	5,07%	A
Custos de captação	(2.171)	(2.844)	-	-	-	-	-	-	
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL	**688.663**	**728.779**							
ENERGISA MATO GROSSO									
Debêntures 8ª Emissão	87.547	481.259	15/02/18	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	3,87%	A
				385.000 /			Anual após		
Debêntures 9ª Emissão	423.451	405.099	15/09/18	385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	set/23	9,60%	A
				117.500 /					
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	117.668	117.833	10/06/19	117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,50%	A
							Anual após		
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.553	32.598	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	jun/27	3,82%	A
				130.000 /					
Debêntures 11ª Emissão	131.378	-	15/02/20	130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,72%	A
				381.354 /			Anual após		
Debêntures 12ª Emissão	385.591	-	25/08/20	381.354	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	ago/23	5,07%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	61.696	-	15/10/20	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	8,75%	A
							Anual após		
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	71.786	-	15/10/20	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	out/28	8,99%	A
Custos de captação	(6.157)	(8.742)							
Total ENERGISA MATO GROSSO	**1.305.513**	**1.028.047**							
ENERGISA MINAS GERAIS									
							Anual após		
Debêntures 10ª Emissão	54.994	52.609	15/09/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	set/23	9,60%	A
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	34.050	34.098	10/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	3,50%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	36.055	36.104	10/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a	jun / 26	Final	3,60%	A
Debêntures 12ª Emissão	60.636	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,72%	A
Custos de captação	(999)	(1.257)							
Total ENERGISA MINAS GERAIS	**184.736**	**121.554**							
ENERGISA TOCANTINS									
				240.000 /			Anual após		
Debêntures 4ª Emissão	263.969	252.529	15/09/18	240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	set/23	9,60%	A
				237.596 /					
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	237.970	238.300	10/06/19	237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	3,72%	A
				162.404 /					
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	162.677	162.902	10/06/19	162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	3,92%	A
Custos de captação	(4.495)	(5.669)							
Total ENERGISA TOCANTINS	**660.121**	**648.062**							
ENERGISA SUL SUDESTE									
							Anual após		
Debêntures 4ª Emissão	76.992	73.655	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	set/23	9,60%	A
Debêntures 5ª Emissão	60.681	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	3,92%	A
Custos de captação	(1.075)	(1.362)							
Total ENERGISA SUL SUDESTE	**136.598**	**72.293**							
ENERGISA TRANSMISSÃO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	81.840	82.022	15/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a	dez / 25	Final	9,44%	A
							Anual após		
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	55.788	56.025	15/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a	dez / 28	dez/26	9,66%	A
				123.038 /					
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	133.371	133.733	15/12/18	123.038	IPCA+4,9761% a.a	dez / 25	Final	9,50%	A
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	58.924	133.733	15/10/20	57.400 / 57.400	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	8,75%	A
							Anual após		
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	84.828	133.733	15/10/20	82.600 / 82.600	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	out/28	8,99%	A
Custos de captação	(6.389)	(2.676)							
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	**408.362**	**536.570**							
ENERGISA TRANSMISSÃO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	15.159	-	15/02/20	15.000 / 15.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,72%	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	26.598	-	15/02/20	26.300 / 26.300	CDI + 1,15% a.a	fev / 25	Final	3,92%	A
Custos de captação	(155)	-							
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	**41.602**	**-**							
ENERGISA BORBOREMA									
Debêntures 4ª Emissão	20.213	-	15/02/20	20.000 / 20.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	3,72%	A
Custos de captação	(61)	-							
Total ENERGISA BORBOREMA	**20.152**	**-**							
ENERGISA BORBOREMA									
				155.000 /					
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	1.507.576	1.559.152	26/11/18	155.000	CDI+1,65% a.a	nov / 23	Final	4,42%	A
Debêntures 4ª Emissão	100.274	1.559.152	18/11/20	100.000 /100.000	CDI+2,20% a.a	nov / 23	Final	4,97%	A
Custos de captação	(1.896)	(2.868)							
Total ENERGISA RONDÔNIA	**1.605.954**	**3.115.436**							
ENERGISA ACRE									
				200.000 /					
Debêntures 3ª Emissão	200.548	-	18/11/20	200.000	CDI+2,20% a.a	nov / 23	Final	4,97%	A
Custos de captação	(1.006)	-							
Total ENERGISA ACRE	**199.542**	**-**							
ALSOL									
				100.000 /					
Debêntures 1ª Emissão	100.711	101.109	23/10/19	100.000	CDI+1,20% a.a	out / 24	Final	3,97%	A
Custos de captação	(293)	(370)							
Total ALSOL	**100.418**	**100.739**							
TOTAL	**10.124.021**	**8.708.857**							
Custos de captação	**(38.543)**	**(21.247)**							
Custos de captação	**(32.106)**	**(32.319)**							
Total dos custos de captação	**(70.649)**	**(53.566)**							
Marcação à Mercado de Dívida	**323.445**	**283.335**							
Total em moeda nacional	**10.376.817**	**8.938.626**							
CONSOLIDADO	**10.376.817**	**8.938.626**							

(*) O montante de R$129.368 (R$179.663 em 2019) refere-se ao valor de mercado das debêntures conjugadas com bônus de subscrição. (**) F= Fiança Gipar, R = Recebíveis e A = Aval Energisa S/A. No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa 1ª, 2ª e 3ª), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira. No exercício de 2020 e 2019 foram reconhecidas perdas com os títulos da ordem de R$45.196 (R$627.823 em 2019) registrados na demonstração do resultado do exercício em despesa financeira - Marcação a mercado derivativo, totalizando o saldo do instrumento financeiro em R$1.095.925 (R$1.050.729 em 2019). O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R$17,96, enquanto teve preço de fechamento de a R$52,36/unit em 30 de dezembro de 2020. Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo. Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de energia elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica. **Condições de covenants:** As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas RestritiLvas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual
EBTIDA ajustado / Resultado Financeiro	Maior ou igual a: 2,5 em 2020 em diante	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA ajustado (**)	Menor ou igual a: 4,75 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

(*) Para a 7ª emissão de debêntures da Energisa S/A, o limite é de 4,0 em 2021 e 3,5 de março de 2022 em diante para indicador Dívida líquida/ Ebtida. (*) Para as debêntures contratadas no 2º semestre de 2020, o limite é de 4,25x até o vencimento. (**) Sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2022	969.870	1.619.341
2023	191.521	2.186.142
2024	406.806	1.823.207
2025	191.725	1.187.809
Após 2025	1.043.866	1.779.904
Total	**2.803.788**	**8.596.403**

24. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Os arrendamentos referentes aos terrenos são referentes a controlada Alsol que contrata para construção dos projetos de usinas fotovoltaicas. A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento, e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode ocasionar distorções relevantes na informação a serem prestadas, por conta disto. A Companhia e suas controladas avaliaram estes efeitos e concluíram quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras do exercício. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações do exercício são como segue:

Controladora

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2020
Arrendamentos operacionais - imóveis			719	375	(264)	53	883
Total			**719**				**883**
Passivo Circulante			112				168
Passivo Não Circulante			607				715

Controladora

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Adoção Inicial em 01/01/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2019
Arrendamentos operacionais - imóveis	6	8,89	777	18	(149)	73	719
Total							**719**
Passivo Circulante							112
Passivo Não Circulante							607

Consolidado

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldos em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2020
Arrendamentos operacionais - imóveis			48.208	20.933	(12.556)	(1.782)	(6.605)	48.198
Arrendamentos operacionais - terrenos			4.260	10.618	(1.138)	638	-	14.378
Total			**52.468**	**31.551**	**(13.694)**	**(1.144)**	**(6.605)**	**62.576**
Passivo Circulante			22.407					20.095
Passivo Não Circulante			30.061					42.481

Consolidado

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Adoção Inicial em 01/01/2019	Saldo de aquisição	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldos em 2019
Arrendamentos operacionais - imóveis	4,57	8,89	39.692	-	22.701	(17.992)	3.818	(11)	48.208
Arrendamentos operacionais - terrenos			-	4.831	1.503	(82)	134	(2.126)	4.260
Total			**39.692**	**4.831**	**24.204**	**(18.074)**	**3.952**	**(2.137)**	**52.468**
Passivo Circulante									22.407
Passivo Não Circulante									30.061

Em 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora 2020	Consolidado 2020
2022	104	10.532
2023	102	5.739
Após 2024	509	26.210
Total	**715**	**42.481**

25. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	975.515	694.669
Encargos Sociais	5.239	3.194	60.330	56.046
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	46.301	41.273
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	31.056	29.635
Contribuições ao PIS e a COFINS	4.336	2.623	255.621	203.439
PIS e COFINS- sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	10.668	6.752
Imposto Sobre Serviços - ISS	985	1.186	18.964	24.011
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	2.334	4.711	3.461	7.017
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.734	1.268	14.518	17.416
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	591	1.109
Outros	1.152	603	27.102	31.579
Total	**15.780**	**13.585**	**1.444.127**	**1.112.946**
Circulante	13.501	13.021	812.733	640.023
Não Circulante	2.279	564	631.394	472.923

(a) Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R$37.043 (R$34.486 em 2019), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R$490.704 (R$372.803 em 2019), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante com contrapartida na rubrica fornecimento no ativo não circulante.

• Programa de Parcelamento - Refis estadual - Energisa Acre: Em 28/06/2019 e 21/12/2018, a controlada direta EAC aderiu ao plano de parcelamento de débitos fiscais do ICMS, publicado pela Secretaria de Estado da Fazendo do Acre, autorizado pela Lei nº 3.479 de 24 de maio de 2018 e pelo convênio ICMS 79/18, onde optou para pagamento à vista de débitos fiscais no montante de R$71.339 e R$102.044, em 06/2019 e 12/2018 respectivamente, conforme segue:

Descrição	2019
ICMS - Valor principal	55.817
Multas e juros	105.118
Redução de juros e multas	(89.596)
Pagamento à vista de créditos fiscais	(71.339)
	-

Em 2019 o montante de R$55.817 do valor principal de ICMS foi registrado pela controlada EAC na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante, por se tratar de créditos de ICMS recuperar, incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre a serem ressarcidos junto a CCC. As multas e juros no montante de R$105.118 foram contabilizadas em outras despesas financeiras no resultado do exercício de 2019 no consolidado, deduzidas da redução de R$89.596. A controlada possuía em junho de 2019 provisão de contingências fiscais de R$46.380 que em razão dos pagamentos realizados, foram revertidas no resultado operacional do exercício de 2019, no consolidado, na rubrica de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios no montante de R$14.973 e, R$31.407 em outras despesas financeiras, reduzindo o impacto dos juros e multas. O efeito líquido no resultado do exercício consolidado foi de R$27.658, líquido de PIS e COFINS.

26. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS - CONSOLIDADO

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo no montante R$37.278 (R$50.517 em 2019). A controlada Denerge, possui resíduo de parcelamento ordinário de débitos junto à Receita Federal do Brasil no montante de R$999 a serem liquidados em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No exercício foram efetuados pagamentos de R$191 (R$550 em 2019). Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do parcelamento é de R$359 (R$450 em 2019) e o número de parcelas a serem quitadas são de 9 (21 em 2019). A controlada ERO, em março de 2020, parcelou débitos de ICMS junto ao Estado de Rondônia, referente a processos tributários de créditos de faturas canceladas, no montante de R$44.914, a ser pago em 60 parcelas mensais corrigidos pela Unidade Padrão Fiscal-UPF/RO. Os valores foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, no consolidado, nas rubricas de dedução da receita operacional - ICMS de R$2.784 e em outras despesas financeiras de R$42.130 pelo valor de juros, multa e atualizações monetárias. Adicionalmente foram revertidas provisões de contingências fiscais de R$16.899. No exercício foram efetuados pagamentos de R$6.351. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do parcelamento é de R$38.563 e o número de parcelas a serem quitadas são de 51. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado, que são como segue:

	Consolidado ERO	ESS	DENERGE	2020	2019
ICMS	38.563	37.278	-	75.841	50.517
COFINS/PIS - PRT	-	-	359	359	450
Total	**38.563**	**37.278**	**359**	**76.200**	**50.967**
Circulante	8.983	17.314	151	26.448	17.555
Não Circulante	29.580	19.964	208	49.752	33.412

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
ICMS, COFINS/PIS-PRT e INSS RETIDO NA FONTE		
Principal	24.540	22.351
Multa	46.569	24.640
Juros	5.091	3.976
Total	**76.200**	**50.967**
Circulante	26.448	17.555
Não Circulante	49.752	33.412

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado 2020
2021	26.387
2022	15.373
Após 2023	34.440
Total	**76.200**
Circulante	26.448
Não Circulante	49.752

27. ENCARGOS SETORIAIS - CONSOLIDADO

	2020	2019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.438	3.456
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	6.889	5.421
Ministério de Minas e Energia - MME	3.425	2.691
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	9.198	31.527
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D [1]	185.545	185.461
Programa de Eficiência Energética-PEE [1]	256.442	256.609
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	1.479
Total	**466.416**	**486.644**
Circulante	203.865	245.903
Não circulante	262.551	240.741

[1] Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de ordem de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

28. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS E REGULATÓRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória. **Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa a do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros

ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	
Controladora	**2020**	**2019**
Saldos iniciais - não circulante -2019 e 2018	3.164	**1.286**
Constituições de provisões	3.599	2.668
Reversões de provisões	(3.102)	(382)
Pagamentos realizados	(3.575)	(451)
Atualização monetária	22	43
Saldos finais - não circulante -2020 e 2019	**108**	**3.164**
Depósitos e cauções vinculados (*)	(301)	(360)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R$741 (R$382 em 2019). Deste total, R$440 (R$22 em 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Regulatórias**	**2020**	**2019**
Saldos iniciais - não circulante -2019 e 2018	**218.481**	**615.106**	**1.229.870**	**106.268**	**2.169.725**	**2.393.125**
Saldo de Combinação de negócios	-	-	-	-	-	**2.177**
Constituições de provisões	148.289	236.010	223.580	41	607.920	606.609
Reversões de provisões	(95.242)	(194.441)	(260.757)	(4.149)	(554.589)	(625.894)
Pagamentos realizados	(66.550)	(78.169)	-	-	(144.719)	(216.812)
Atualização monetária	8.654	17.945	28.596	5.055	60.250	10.520
Saldos finais - não circulante -2020 e 2019	**213.632**	**596.451**	**1.221.289**	**107.215**	**2.138.587**	**2.169.725**
Depósitos e cauções vinculados (*)					(56.145)	(93.772)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R$767.415 (R$576.694 em 2019). Deste total, na controlada indireta ESS possui depósitos de ICMS incidentes sobre a subvenção econômica do baixa renda que encontra-se em discussões judiciais de R$43.845 (R$38.407 em 2019), e cerca de R$667.425 (R$444.515 em 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

• **Trabalhistas:** A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos;(iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações. • **Cíveis:** Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; e (ix) acidentes com terceiros. Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada. **Fiscais:** Referem-se às discussões relacionadas ao Pis, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento. Inclui no consolidado, a contingência fiscal constituída pela controlada ERO, no montante de R$580.699 (R$572.694 em 2019), em conformidade com os termos e condições de negociações com o Estado de Rondônia para quitação de processos relacionados ao ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de intepretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O prognóstico de perdas adotados pela Companhia e suas controladas são baseados na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. • **Regulatórias:** As controladas EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório. **Perdas possíveis:** A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas possíveis:

Controladora	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**2020**	**2019**
Saldos iniciais -2019 e 2018	**1.127**	**44.192**	**77.531**	**122.850**	**151.708**
Novos processos	59	310	-	**369**	**18.044**
Mudança de prognóstico e valor do pedido	261	15	-	**276**	**(53.221)**
Encerramento	(62)	(306)	-	**(368)**	**(101)**
Atualização monetária	68	1.991	2.176	**4.235**	**6.420**
Saldos finais 2020 e 2019	**1.453**	**46.202**	**79.707**	**127.362**	**122.850**

Consolidado	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Regulatórias**	**2020**	**2019**
Saldos iniciais -2019 e 2018	**224.211**	**2.379.253**	**2.943.398**	**32.302**	**5.579.164**	**7.763.205**
Saldo de combinação de negócios	-	-	-	-	-	**586**
Novos processos	84.082	750.411	1.259.361	-	2.093.854	**743.820**
Mudança de prognóstico e valor pedido	(41.237)	(496.986)	(728.894)	-	(1.267.117)	**(2.065.006)**
Encerramento	(60.728)	(178.380)	(212.318)	(5.442)	(456.868)	**(1.175.317)**
Atualização monetária	9.111	107.475	76.103	884	193.573	**311.876**
Saldos finais 2020 e 2019	**215.439**	**2.561.773**	**3.337.650**	**27.744**	**6.142.606**	**5.579.164**

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis. • **Trabalhistas:** Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal. • **Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede. **Principais processos: Controladas: • Principais processos: EPB:** • Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R$63.282 (R$54.881 em 2019), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma. **EMS:** • Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R$182.600 (R$174.968 em 2019), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente. • Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R$67.795 (R$64.881 em 2019), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM. **EMT:** • Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R$326.806 (R$312.760 em 2019) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação. • Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041 no montante de R$75.637 (R$72.386 em 2019), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços. • Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041 no montante de R$42.863 (R$41.021 em 2019), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos. • Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R$37.021 (R$35.429 em 2019), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais. Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R$30.774 (R$29.451 em 2019), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais. **ETO:** • Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R$36.055 (R$34.505 em 2019) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações. **ESE:** • Auto Monitória 0002682-46.2020.8.25.0036 com montante envolvido de R$53.801, ajuizada pela controlada em fase da Japiaçu Empreendimentos Ltda, com intuito de obter a satisfação do débito oriundo das faturas de energia elétrica, ação recebida em novembro de 2020. **ERO:** • Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R$490.404 (R$469.326 em 2019) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos. • Ação popular 7046547-26.2019.8.22.0001 no montante de R$374.712, movida pelos candidatos do concurso público CERON em 2016 objetivando a convocação dos aprovados para substituição dos empregados terceirizados. Houve uma discussão acerca da competência material, e a controlada não foi citada no processo anteriormente. Nesse interim ocorreu a privatização, o que levou a perda do objeto da ação, fato que foi declarado em sentença. Os autores apelaram da sentença pleiteando o pagamento dos honorários sucumbenciais pela ERO/Energisa. Com base em decisão que negou provimento ao recurso da parte adversa, afastando-se o princípio da causalidade ao caso concreto, bem como pela inexistência de vencidos ou vencedores e afastou a condenação ao ônus sucumbencial, este processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto em novembro de 2020. • Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R$114.456 (R$109.537 em 2019) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel. • Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.41000 no montante de R$53.784 (R$51.472 em 2019) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia. Ação Ordinária 0008746-40.2015.822.0001 no montante de R$50.122 em 2019, ajuizada pela empresa Eletro Cesar Geração de Energia S.A., objetivando discutir questões relacionadas à revisão do contrato de energia. Em novembro de 2020, baseado em sentença reformada no acordão, este processo teve o prognostico alterado de possível para provável. **Rede Energia Participações:** • Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R$46.920 (R$37.462 em 2019), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial. • **Fiscais:** As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (viii) escrituração de documento fiscal, (ix) multa não escrituração CIAP; (x) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (xi) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; e (xii) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. **Principais processos: Controladora:** • Auto de infração 18471.000772.2008-26, no montante de R$62.356 (R$60.555 em 2019), objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE. **Controladas: ETO:** Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R$159.717 (R$155.276 em 2019). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado. **ESE:** • Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R$188.452 (R$192.033 em 2019), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. A redução do valor decorre do desmembramento do processo após vitória parcial no Conselho Administrativo e Recursos Fiscais (CARF). Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional. • Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R$79.848 (R$77.797 em 2019), onde se discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE. O processo teve seu valor pedido corrigido, baseado na reavaliação de assessores jurídicos. • Auto de Infração 201942403, com montante envolvido de R$35.884 (R$34.763 em 2019), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica aos órgão da administração pública direta e sua fundações e autarquias. **EMG:** Execução Fiscal 0087729-97.2016.8.13.0153, com montante envolvido de R$39.634 (R$37.409 em 2019), onde se discute quebra de diferimento do ICMS referente as aquisições de energia elétrica em consequência das saídas isentas e não tributadas para consumidores de baixa renda e órgãos da administração. Em novembro de 2020 o processo teve prognóstico alterado de remoto para possível, tendo como base parecer dos consultores jurídicos. **EMS:** • Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R$51.613 em 2019, lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL. Em dezembro de 2020 o processo administrativo foi encerrado passando a matéria a ser discutida na Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R$72.751. **EMT:** • Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") no montante de R$652.495 (R$633.648 em 2019), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, decorrente do cumprimento de decisões judiciais que suspendem a exigência do imposto. • Destaca-se também processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R$131.910 (R$234.575 em 2019), dentre os os quais vale destacar: execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R$54.023 (R$76.999 em 2019) e auto de infração 011178550.20128130699, discutido no processo 5205023/2012 no valor de R$83.185 (R$80.936 em 2019). Com base no parecer dos assessores jurídicos, esses processos tiveram o prognostico alterado em dezembro de 2020 de possível para remoto em razão da decisão do STF na ADI nº 4.623/MT, que reconheceu que a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 7.098/1998 do Mato Grosso, que vedava a apropriação do crédito do diferencial de alíquota de ICMS. • Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R$118.952 (R$127.462 em 2019), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36 no montante de R$84.306 (R$74.250 em 2019) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016. • Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R$65.369, relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS do Estado do Mato Grosso. **ERO:** • Auto de Infração nº 10240-722.819/2020-12 com valor envolvido de R$340.650 que reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017, recebido setembro de 2020. • Auto de Infração nº 10240-721.054/2020-95 com valor envolvido de R$239.161 referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível, recebido setembro de 2020. • Auto de Infração 20202700100096, com valor envolvido de R$154.480, onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015, recebido em novembro de 2020. • Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R$145.276 (R$132.210 em 2019) onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014. • Auto de Infração 20202700100099, com valor envolvido de R$78.196, onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016, recebido em novembro de 2020. • Ação anulatória nº 0012763-90.2013.8.22.0001, com valor envolvido de R$33.843 (R$33.011 em 2019), onde se discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia no exercício de 2001. • Auto de Infração 2019270010039 3, com valor envolvido de R$32.348 (R$30.732 em 2019) onde se discute questões relacionadas a suposto erro na escrituração contábil do ano de 2014. **EAC:** • Processo administrativo nº 46.743/2018, referente ao Auto de Infração nº 11.314/2018, no montante de R$53.164 em 31 de dezembro de 2019, onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel. Em 28 de junho de ocorreu adesão ao REFIS Estadual de parte do auto de infração, onde foi reconhecido pela empresa o valor de débito parcial referente somente ao objeto de óleo diesel. O processo foi arquivado em fevereiro de 2020, devido a inclusão no Refis. • Auto de Infração nº 39910/2020, no montante de R$59.036, onde se discute questões relacionadas à ICMS, recebido em dezembro de 2020. • Auto de Infração nº 11.314/2018, no montante de R$44.843, onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel, recebido em agosto de 2020. • Auto de Infração 2019/81/33314 (AI 12.097) lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R$33.389 (R$34.469 em 2019) que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por "recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao realmente devido pelo contribuinte". De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019. Baseado em parecer dos auditores jurídicos, em novembro este processo sofreu alteração de valor. **Regulatórias:** Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

29. TAXAS REGULAMENTARES - CONSOLIDADO

Movimentação	**2019**
Saldo inicial - 2019 e 2018	**39.494**
Juros	(1.212)
Amortização no exercício	(38.282)
Saldo Final - 2019 - circulante	-

Refere-se a Quota Reserva Global de Reversão - RGR e a Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO. Os pagamentos foram finalizados no exercício de 2019.

30. INCORPORAÇÃO DE REDES - CONSOLIDADO

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado. O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). No caso da controlada ERO, mensalmente, dentro do Plano de Acompanhamento da ANEEL para a distribuidora privatizada, são encaminhadas as informações sobre a evolução dos ressarcimentos dos consumidores que anteciparam recursos no passado para a construção da rede elétrica. Mediante comunicação prévia à ANEEL, a partir de setembro de 2020, foi iniciada uma segunda fase do Projeto de Incorporação de Redes no estado, com o objetivo de atender a totalidade dos processos em análise. Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	**2020**	**2019**
Saldo em 2019 e 2018	**198.522**	**260.145**
Adição no exercício	24.210	13.445
Atualização monetária e juros	49.221	27.473
Pagamentos/Baixas	(49.220)	(102.541)
Saldo em 2020 e 2019	**222.733**	**198.522**
Circulante	69.955	48.239
Não circulante	152.778	150.283

31. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Participações Empregados	17.156	12.832	130.597	78.728
Salários a pagar	6.589	5.907	43.507	39.718
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	2.863	3.198	28.425	34.538
Provisão fundo de pensão (HSBC)	-	2.000	-	4.000
Prêmio de seguros	71	62	7.557	6.998
Adiantamentos de clientes	5.233	4.733	79.022	149.136
Retenção de caução contratual empreiteiras	314	314	41.147	40.774
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	926	1.684
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.234	1.248
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.166	18.649
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios (1)	-	163.604	163.609	163.604
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (2)	-	-	43.340	40.711
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (3)	-	-	1.053.993	658.796
Obrigações de ressarcimento - CCC (4)	-	-	6.437	146.241
Outras contas a pagar (5)	20.107	2.255	219.815	117.399
Total	**103.026**	**245.598**	**1.900.669**	**1.565.118**
Circulante	79.056	76.739	507.926	454.613
Não Circulante	23.970	168.859	1.392.743	1.110.505

(1) Refere-se a parcela a ser ressarcida a Eletrobrás a serem realizadas pelas controladas ERO e EAC, previstos no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário , correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas Nº219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 as controladas contabilizaram a obrigação de ressarcimento a Eletrobrás no valor total de R$158.633, sendo R$116.248 (ERO) e R$42.385 (EAC), diretamente a conta de transações entre sócios no patrimônio líquido e R$4.976 de atualização em receitas financeiras - outras atualizados correspondentes a 111% da Selic a serem pagos em 60 parcelas mensais. (2) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018. (3) **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - consolidado.** Efeitos do trânsito em julgado das ações que reivindicam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS: Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017 e ESE). Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento. Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a EPB, EBO, ETO, ESS e ESE constituíram no ativo não circulante PIS e de COFINS a recuperar de R$1.065.087 (R$665.780 em 2019) e passivo não circulante de R$1.053.993 (R$658.796 em 2019), líquido de honorários devidos aos advogados consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição. Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pelas controladas aos consumidores na forma que vier a definir a norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL.

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	1.065.087	-	665.780	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (*)	-	1.053.993	-	658.796
Total do ativo e passivo não circulante	**1.065.087**	**1.053.993**	**665.780**	**658.796**

	Consolidado	
	2020	**2019**
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	(315.074)	(520.585)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS - tributos a recuperar	315.074	520.585
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	84.232	145.195
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(84.232)	(145.195)
Resultado apurado	-	-

(*) Deduzidos de R$11.094 (R$6.984 em 2019) referente aos custos incorridos com advogados, consultores e tributos.

(4) Obrigações de ressarcimento - CCC - a controlada ERO possuía registrado o montante de R$146.241 relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível, diferenças de preço de óleo Diesel entre a nota fiscal e tabela ANP e consumo específico de óleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após a finalização da primeira etapa da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, em que foram ajustados os direitos e obrigações de ressarcimento junto à CCC até abril de 2017, a controlada ERO reverteu o montante de R$40.488, em contrapartida ao direito de ressarcimento Reembolso CCC- Custo total de Geração, R$46.177 como redução de outras despesas financeiras e R$53.139, que por se tratar de valores originais, foram levados à créditos da rubrica de custos e despesas operacionais-energia elétrica comprada para revenda no resultado do exercício. Com relação ao consumo específico de óleo Diesel, em face de ainda não ter sido finalizada a segunda etapa da fiscalização da ANEEL foi mantido o montante de R$6.437 (R$6.437 em 2019), no passivo não circulante. (5) Na controladora e no consolidado incluem, R$17.671 referente a parcela de valor de aquisição da combinação de negócios de aquisição da ALSOL a serem pagos nos próximos 4 anos.

32. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1. Capital Social: O capital social é de R$3.363.685 (R$3.363.685 em 2019), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 2019) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.993.938 em 2019) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.567.972 em 2019) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.463.214 (262.473.249 em 2019). A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R$65.723 (R$65.723 em 2019), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido. As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle. Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

32.2. Reserva de Capital:

	2020	2019
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios (1)	307.896	335.817
Custo de captação - aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos (2)	8.042	8.042
Investimento PUT (3)	41.173	62.576
Programa de remuneração variável (ILP) (4)	14.591	4.962
Saldos em 2020 e 2019	**307.828**	**347.523**

(1) Transações entre sócios - inclui desde 2019 o montante R$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias. (2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se a benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023. Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados. (3) Investimento PUT - refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC de R$7.765 que, correspondente a 191.679.293 ações ERO e 14.374.919.056 ações EAC, com registro de R$1.192 no valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - outras participações societárias e R$42.365 na rubrica Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante. (4) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 14).

Transações entre sócios	**2020**	**2019**
Saldo inicial -2019 e 2018	**335.817**	**252.204**
Transações entre sócios - reflexo (1)	-	(6.362)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	(27.921)	132.255
Imposto de renda e contribuição social	-	(42.280)
Saldo final -2020 e 2019	**307.896**	**335.817**

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, incorporada pela Denerge referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 39. (2) O montante de R$27.921 (R$132.255 em 2019) refere-se a ganho apurado com novas aquisições de participações em controladas diretas e indiretas, contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido, nota explicativa nº 18.

32.3. Reserva de lucros - reserva legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **32.4. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros:** O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$899.360 (R$243.258 em 2019), foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária. **32.5. Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil:** Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2007. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R$60.000 e R$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R$62.539 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas. **32.6. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.468.945	455.373
Dividendos prescritos	3.721	1.092
Ajuste efetuado por controladas, líquido de tributos	960	4.082
Reserva legal (5%)	(73.447)	(22.769)
Lucro líquido ajustado	**1.400.179**	**437.778**
Dividendos mínimos obrigatórios 35%	490.063	153.222
Valores pagos em 26/08/2020 correspondem a R$0,056 por ação ordinária e preferencial e R$0,28 por Units e em 2019 são R$0,0432 por ação ordinária e preferencial e R$0,2160 por Units. (*)	101.615	78.389
Dividendos a pagar - correspondem a R$0,2141 por ação ordinária e preferencial e R$1,07 por Units e em 2019 o valor por ação R$0,0412 e R$0,2062 por Units.	388.448	74.833
Dividendos adicionais propostos - correspondem a R$0,0059 por ação ordinária e preferencial e R$0,03 por Units e em 2019 são R$0,0227 por ação ordinária e preferencial e R$0,1573 por Unit.	10.756	41.298
Total dos dividendos	**500.819**	**194.520**
% sobre o lucro líquido ajustado	35,77%	44,43%

(*) O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 13 de agosto de 2020, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do período findo em 30 de junho de 2020, no montante de R$101.615, o que equivale a R$0,056 por ação ordinária ou preferencial e R$0,28 por Units. Esses dividendos foram pagos à partir do dia 26 de agosto de 2020 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 18/08/2020, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **32.7. Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas):** As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições: • O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; • O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; • O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada. Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado) 2020	2019
EPB	SUDENE	197/2012	72.978	63.482
ESE	SUDENE	205/2012	32.041	26.841
EBO	SUDENE	206/2012	6.787	7.647
EMT	SUDAM	114/2014	128.587	123.925
ETO	SUDAM	113/2014	31.369	32.426
Total			**271.762**	**254.321**

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas. **32.8. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**(345.002)**	**(223.572)**
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	72.589	(183.985)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(24.680)	62.555
Saldo final - 2020 e 2019	**(297.093)**	**(345.002)**

32.9. Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2019	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Aumento de Capital	Saldo em 2020
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	2,49%	60.655	15.841	(3.282)	293	3.511	-	77.018
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	180.243	47.532	(9.717)	1.322	222	-	219.602
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	821	193	(126)	(1)	2	-	889
Rede Power do Brasil	0,01%	42	11	(6)	-	-	-	47
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,02%	(172)	(2)	-	-	131	-	(43)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	19	7	(11)	1	-	-	16
Rede Energia Participações S.A	0,43%	13.002	4.918	(929)	52	(1.264)	1.922	17.701
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	4,48%	12.832	(14.177)	-	(79)	(5.665)	-	(7.089)
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	4,91%	50.993	468	-	(19)	(2.166)	-	49.276
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	0,75%	4.301	932	(577)	9	3	-	4.668
Energisa Participações Minoritárias S.A.	14,69%	435.767	80.637	(19.132)	1.239	953	-	499.464
Denerge S/A	0,03%	400	2.390	(38)	2	(2.212)	-	542
Alsol	10,79%	5.059	(221)	-	-	3	-	4.841
Total		**763.962**	**138.529**	**(33.818)**	**2.819**	**(6.482)**	**1.922**	**866.932**

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2018	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Aumento de Capital	Saldo em 2019
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	2,51%	53.853	13.875	(6.067)	(1.026)	20	-	60.655
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	180.407	38.077	(35.832)	(2.488)	79	-	180.243
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	815	187	(169)	(10)	(2)	-	821
Rede Power do Brasil	0,01%	47	11	(15)	(1)	-	-	42
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(144)	(28)	-	-	-	-	(172)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	10	8	(2)	3	-	-	19
Rede Energia Participações S.A	0,43%	24.352	6.341	(3.692)	(312)	(13.687)	-	13.002
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	4,48%	37.790	(34.538)	-	-	46.479	1.262	50.993
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	4,91%	69.577	(6.328)	-	-	(52.163)	1.746	12.832
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	0,75%	4.285	871	(646)	(210)	1	-	4.301
Energisa Participações Minoritárias S.A.	14,69%	298.132	52.661	(96.156)	(5.506)	(73.364)	260.000	435.767
Denerge S/A	0,03%	(9.737)	133	(144)	(14)	9.938	224	400
Alsol	10,79%	-	515	-	-	6	4.538	5.059
Total		**659.387**	**71.785**	**(142.723)**	**(9.564)**	**(82.693)**	**267.770**	**763.962**

33. RECEITA OPERACIONAL

33.1. Receita operacional bruta - controladora

	2020	2019
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	247.100	240.426
Deduções a receita operacional		
PIS	(4.077)	(4.007)
COFINS	(18.780)	(18.456)
ISS	(5.743)	(5.828)
Receita operacional líquida	**218.500**	**212.135**

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

33.2. Receita operacional- consolidada:

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	2020 R$	Nº de consumidores	MWh	2019 R$
Residencial	6.582.927	14.203.903	10.771.782	6.367.668	13.267.489	10.246.645
Industrial	42.167	2.208.324	1.545.710	42.228	2.409.559	1.664.639
Comercial	539.370	5.750.767	4.530.091	535.388	6.381.688	4.973.255
Rural	797.431	3.727.031	2.207.045	787.928	3.423.377	1.916.426
Poder público	71.849	1.453.162	1.057.781	71.019	1.799.965	1.286.874
Iluminação pública	8.112	1.700.834	749.579	7.560	1.734.960	705.525
Serviço público	8.887	1.166.128	623.029	8.680	1.184.800	633.645
Consumo próprio	1.768	41.983	-	1.721	43.161	-
Subtotal	**8.052.511**	**30.252.132**	**21.485.017**	**7.822.192**	**30.244.999**	**21.427.009**
Suprimento de energia a concessionárias	2	3.057.062	856.137	2	2.305.314	1.054.779
Fornecimento não faturado líquido	-	28.016	282.065	-	106.240	204.544
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.262	-	1.604.153	936	-	1.423.268
Energia comercializada com clientes livres	-	5.481.032	1.039.458	-	4.672.213	901.996
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	2.122.081	-	-	2.618.573
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	5.522	-	-	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	110.217	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	117.246	-	-	361.355
Serviços especializados	-	-	117.153	-	-	133.797
Penalidades Regulatórias	-	-	(79.523)	-	-	(81.494)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	(315.074)	-	-	(520.585)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	315.074	-	-	520.585
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	222.606	-	-	232.689
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(11.868)	-	-	4.449
(-) Excedentes de Reativos	-	-	(12.082)	-	-	6.793
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	171.152	-	-	(525.738)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa -renda)	-	-	1.486.868	-	-	1.277.249
Outras receitas operacionais	-	-	221.173	-	-	238.419
Total - receita operacional bruta	**8.053.775**	**38.818.242**	**29.737.375**	**7.823.130**	**37.328.766**	**29.277.688**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	5.190.475	-	-	5.014.399
PIS	-	-	456.293	-	-	440.211
COFINS	-	-	2.101.744	-	-	2.027.592
CPRB	-	-	6.506	-	-	7.177
ISS	-	-	20.208	-	-	20.497
Deduções Bandeiras Tarifárias (2)	-	-	(42.210)	-	-	(17.691)
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	67.142	-	-	63.356
Encargos de consumidor - Procel	-	-	16.782	-	-	15.840
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.481.031	-	-	1.700.545
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	34.108	-	-	31.678
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	33.475	-	-	31.861
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	16.739	-	-	15.932
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	24.874	-	-	23.156
Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**9.407.167**	**-**	**-**	**9.374.553**
Total - receita operacional líquida	**8.053.775**	**38.812.242**	**20.330.208**	**7.823.130**	**37.328.766**	**19.903.135**

(1) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R$1.827.219 refere-se a receita de construção das distribuidoras e R$294.862 refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R$2.122.081 o montante de R$ 2.109.262 refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R$ 282.043 refere-se ao custo de construção das transmissoras. (2) **Bandeiras Tarifárias** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição das distribuidoras aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela Aneel.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram de R$114.892 (R$455.348 em 2019), tendo recebido da CCRBT o montante de R$42.210 (R$17.691 em 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das controladas distribuidoras de energia elétrica no consolidado até 31 de dezembro de 2020 foi de R$157.102 (R$473.039 em 2019).

34. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora

	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total 2020	Total 2019
Pessoal e administradores	103.015	30.175	133.190	117.232
Programa de remuneração variável (ILP)	-	2.525	2.525	1.148
Benefícios pós emprego	1.450	362	1.813	3.464
Material	939	1.332	2.271	2.112
Serviços de terceiros	16.906	43.738	60.644	52.281
Depreciação e amortização	2.268	10.080	12.348	9.735
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	(3.078)	(3.078)	1.835
Outras	2.136	3.277	5.412	4.567
	126.714	**88.411**	**215.125**	**192.374**

Consolidado

	Custo do Serviço: Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total 2020	Total 2019
Energia elétrica comprada para revenda	9.805.819	-	-	-	9.805.819	9.753.391
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	1.458.274	-	-	-	1.458.274	1.136.466
Pessoal e administradores	-	978.659	8.318	369.826	1.356.803	1.461.828
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	9.629	9.629	3.734
Benefícios pós emprego	-	11.742	2.282	(4.006)	10.018	63.717
Material	-	147.570	(931)	51.336	197.975	192.216
Serviços de terceiros	-	529.867	55.547	206.396	791.810	854.532
Depreciação e amortização	-	1.120.059	4.378	104.265	1.228.702	1.157.868
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	-	-	380.390	-	380.390	212.491
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	(3.028)	-	(82.015)	(85.043)	(188.334)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	2.109.262	-	2.109.262	2.603.657
Outras	-	48.871	15.609	157.308	221.788	330.792
	11.264.093	**2.833.740**	**2.574.855**	**812.739**	**17.485.427**	**17.582.358**

35. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA:

Consolidado

	MWH (1) 2020	MWH (1) 2019	Energia elétrica comprada p/ revenda (Reais mil) 2020	Energia elétrica comprada p/ revenda (Reais mil) 2019
Energia de Itaipú - Binacional	3.369.414	3.318.448	1.254.130	966.520
Energia de leilão	18.701.043	18.216.146	3.806.669	3.852.949
Energia bilateral e outros suprimentos	7.214.248	7.210.802	3.980.551	3.903.476
Reembolso CCC	-	-	(1.175.474)	(960.500)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	1.144.332	1.131.195	322.945	260.989
Energia de curto prazo - CCEE	580.107	408.251	1.075.723	1.224.090
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	8.206.667	8.048.533	1.120.372	1.092.376
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	722.670	720.080	247.875	297.643
Energia de Reserva - ERR	-	-	162.075	77.207
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(989.047)	(961.359)
Total	**39.938.481**	**39.053.455**	**9.805.819**	**9.753.391**

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.
(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

36. OUTROS RESULTADOS

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	726	241	34.570	90.150
Sobras físicas (vide item 14 da nota explicativa nº 13)	-	-	87.613	-
Marcação a mercado dos contratos (1)	-	-	-	64.514
Outras	-	3.910	9.482	25.236
Total	**726**	**4.151**	**131.665**	**179.900**
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	-	-	(86.476)	(146.856)
Marcação a mercado dos contratos (1)	-	-	(21.814)	-
Sobras contábeis (2)	-	-	(133.838)	-
Outras	-	(126)	(31.872)	(11.777)
Total	**-**	**(126)**	**(274.000)**	**(158.633)**

(1) Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia nos montantes de perdas em 2020 de R$21.814 e ganho de R$64.514 em 2019. A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue:

	2020	2019
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	452.170	1.395.364
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	(473.984)	(1.330.980)
Outros	-	130
	(21.814)	**64.514**

(2) Sobras Contábeis - as controladas ERO e EAC contabilizaram baixas referente as sobras contábeis de R$93.951 e R$59.990, respectivamente, apuradas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas Nº219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC. Por consequência as controladas reverteram provisões constituídas no exercício de 2018 de R$17.101 e R$3.002, ERO e EAC, respectivamente.

37. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	148.342	163.574	105.399	177.426
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	380.866	340.019
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	33.703	84.867
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.732	3.782	31.084	39.250
Atualização depósito judicial	39	11	27.519	24.406
Comissão de aval	29.363	26.351	-	-
Atualização dos contratos de mútuos	62.425	226.454	-	-
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins (nota explicativa nº 31)	-	-	84.232	145.195

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributos sobre receita financeira - PIS e COFINS	(13.417)	(10.998)	(52.924)	(56.327)
Receita Financeira CCEE	-	-	6.496	21.862
Recuperação de crédito CDE/CCEE	-	-	2.762	14.871
Desconto ICMS Refis	-	-	-	43.124
Indenização à concessão	-	-	11.478	-
Juros Ativos	-	-	17.525	2.512
Variação cambial Energia Itaipu	-	-	6.891	3.030
Outras	219	301	80.219	70.368
Total receitas financeiras	**228.703**	**409.475**	**735.250**	**910.603**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas - juros	(246.561)	(310.847)	(853.995)	(1.009.575)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(202.884)	(96.145)	(1.362.442)	(303.830)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	20.926	7.698
Marcação a Mercado de derivativos	(47.076)	(624.877)	(5.764)	(435.138)
Marcação a Mercado da dívida	1.880	(2.004)	(38.784)	(191.200)
Instrumentos Financeiros Derivativos	110.872	12.844	1.312.367	115.784
Atualização dos contratos de mútuos	(6.658)	(405)	-	-
Atualização PEE e P&D	-	-	(6.509)	(16.673)
Ajuste a valor presente - AVP	(21)	(25)	(5.520)	(13.190)
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	(22)	(43)	(60.250)	(58.750)
Despesas com IOF	-	(90)	(55.351)	(33.860)
Despesas Bancárias	(778)	(474)	(13.921)	(13.620)
Despesas com comissão de aval	(11.212)	(12.307)	(11.211)	(12.307)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(8.386)	(20.620)
Juros e multa	(1.157)	(89)	(124.290)	(62.895)
Juros de incorporação de redes	-	-	(49.221)	(27.473)
Juros s/ Taxas Regulamentares	-	-	-	101
Plano de saúde - Atuário	(291)	(278)	(22.749)	(9.451)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS (nota explicativa nº 31)	-	-	(84.232)	(145.195)
Outras	(1.238)	108	(21.714)	(40.815)
Total despesas financeiras	**(405.146)**	**(1.034.632)**	**(1.391.046)**	**(2.271.009)**
Despesas financeiras líquidas	**(176.443))**	**(625.157)**	**(655.796))**	**(1.360.406)**

38. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Energisa e de suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.
As principais coberturas são:

			Controladora	
Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R$ mil)	2020	2019
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	80	96
Auto - Frota	23/10/2021	Até 360/ veículo	15	30
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	127.494	382	292
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	3	3
	Total		**480**	421

			Consolidado	
Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R$ mil)	2020	2019
Riscos Operacionais	13/03/2022	90.000	5.102	6.658
Responsabilidade Civil Geral	24/01/2022	90.000	3.228	4.262
Auto - Frota	23/10/2021	Até 1.110/ veículo	755	2.126
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2021	10.000	97	133
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2021	1.332	3	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2021	117.056	314	210
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	127.494	2.902	2.311
Transporte Nacional	04/04/2021	Até 2.000/ viagem	164	180
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	346	310
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	25	23
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	30/05/2021	43.950	180	280
Total			**13.116**	**16.495**

(*) Importância Segurada relativa ao mês de novembro/2020 e prêmio anualizado.

39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R$222.606 (R$232.689 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 16.
Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora

		2020		2019	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		18.629	18.629	68.423	68.423
Clientes		25.582	25.582	40.640	40.640
Títulos e créditos a receber		25	25	76	76
Créditos com partes relacionadas		1.277.925	1.277.925	668.380	668.380
		1.322.161	**1.322.161**	**777.519**	**777.519**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.636.327	2.636.327	2.486.362	2.486.362
Instrumentos financeiros derivativos	2	64.986	64.986	35.237	35.237
		2.701.313	**2.701.313**	**2.521.599**	**2.521.599**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		12.643	12.643	17.462	17.462
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		4.989.319	4.954.638	4.323.338	4.261.194
Arrendamentos operacionais		883	883	719	719
		5.002.845	**4.968.164**	**4.341.519**	**4.279.375**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.097.117	1.097.117	1.051.784	1.051.784
		1.097.117	**1.097.117**	**1.051.784**	**1.051.784**

Consolidado

		2020		2019	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.062.102	1.062.102	663.103	663.103
Clientes, consumidores e concessionárias		5.735.842	5.735.842	4.834.041	4.834.041
Títulos de créditos a receber		25.353	25.353	26.573	26.573
Ativos financeiros setoriais		1.272.576	1.272.576	2.088.970	2.088.970
		8.095.873	**8.095.873**	**7.612.687**	**7.612.687**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	5.561.281	5.561.281	2.373.194	2.373.194
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	6.062.396	6.062.396	5.130.960	5.130.960
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.013.198	2.013.198	1.190.770	1.190.770
		13.636.875	**13.636.875**	**8.694.924**	**8.694.924**
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		2.556.802	2.556.802	2.088.174	2.088.174
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		20.339.969	20.314.761	17.188.607	17.098.612
Arrendamentos operacionais		62.576	62.576	52.468	52.468
Passivos financeiros setoriais		1.506.815	1.506.815	1.019.428	1.019.428
Parcelamento de impostos		76.200	76.200	50.967	50.967
Taxas regulamentares (*)		3.438	3.438	3.456	3.456
		24.545.800	**24.520.592**	**20.403.100**	**20.313.105**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (**)	2	1.399.650	1.399.650	1.372.469	1.372.469
		1.399.650	**1.399.650**	**1.372.469**	**1.372.469**

(*) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R$3.438 (R$3.456 em 2019), divulgada na nota explicativa 27.
(**) A Companhia emitiu debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11). Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que reflete elevada probabilidade de conversão, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.
Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** Em 2020, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de "hedge") para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como "hedge accounting". Em 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do "hedge") estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de "hedge" a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de "hedge"; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o "hedge" e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do "hedge". Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado em R$40.110 (R$183.105 em 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Fair Value Option:** A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2020 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de dezembro de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R$1.326 (R$8.095 em 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas. O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas tem como objetivo identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de Risco de Capital:** O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	Consolidado	
	2020	2019
Dívida (a)	20.339.969	17.188.607
Caixa e equivalentes de caixa	(1.062.102)	(663.103)
Dívida líquida	**19.277.867**	**16.525.504**
Patrimônio líquido	6.648.737	5.698.258
Índice de endividamento líquido	**2,90**	**2,90**

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 22 e nº 23.
a) Risco de liquidez: A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		12.643	-	-	-	-	12.643
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	7,30%	1.133.431	801.309	1.794.973	1.647.973	743.327	6.121.013
Instrumentos Financeiros Derivativos		(64.986)	-	-	-	-	(64.986)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	547.963	549.154	-	-	1.097.117
Total		**1.081.088**	**1.349.272**	**2.344.127**	**1.647.973**	**743.327**	**7.165.787**

Consolidado

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.445.104	-	-	-	111.698	2.556.802
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	4,54%	4.318.803	2.344.122	8.793.477	6.854.077	6.548.837	28.859.316
Instrumentos Financeiros Derivativos		(519.281)	(111.594)	(656.627)	(239.375)	(128.215)	(1.655.092)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	545.792	549.154	-	(53.402)	1.041.544
Total		**6.244.626**	**2.778.320**	**8.686.004**	**6.614.702**	**6.478.918**	**30.802.570**

(*) Inclui R$1.192 de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC.
O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia são produzidas majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica. **Exposição a riscos de crédito:**
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	18.629	68.423	1.062.102	663.103
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	2.636.327	2.486.362	5.561.281	2.373.194
Clientes, consumidores e concessionárias	7	25.582	40.640	5.735.842	4.834.041
Títulos de créditos a receber	8	25	76	25.353	26.573
Ativos financeiros setoriais líquidos	12	-	-	(234.239)	1.069.542
Ativo financeiro indenizável da concessão	16	-	-	6.062.396	5.130.960
Instrumentos financeiros derivativos	39	64.986	35.237	2.013.198	1.190.770

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 22, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 28,93% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R$5,1967/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2020 era de 14,12%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de 10,37%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 40,78% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R$6,3779/Euro. A volatilidade do Euro era de 13,62% em 31 de dezembro de 2020. Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2020, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R$20.417.886 (R$17.247.047 em 2019), R$3.780.058 (R$3.745.298 em 2019) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 22 e 23. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em dezembro de 2023) e custo máximo de 4,35% ao ano mais variação cambial. O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante	64.986	15.756	683.965	186.303
Ativo não circulante	-	19.481	1.329.233	1.004.467
Total do ativo	**64.986**	**35.237**	**2.013.198**	**1.190.770**
Passivo circulante	(547.963)	(350.243)	(598.882)	(466.128)
Passivo não circulante	(549.154)	(701.541)	(800.768)	(906.341)
Total do passivo	**(1.097.117)**	**(1.051.784)**	**(1.399.650)**	**(1.372.469)**

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No exercício de 2019, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de R$6.362. A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	Notional (USD)	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Vencimento	Designação
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Itaú BBA	40.000	USD + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,65%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Bocom BBM	15.503	USD + 3,70%	CDI + 0,27%	09/04/2021	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	12/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	17.000	USD + 3,33%	CDI + 2,60%	15/01/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.313	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	USD + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(LIBOR + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	LIBOR + 1,80%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EUR + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EUR + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
EAC					
Resolução 4131 - Bank of America ML	77.045	EURO + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	6.405	EURO + 0,90%	CDI + 0,95%	15/12/2021	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	13.683	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	29.000	(Libor + 0,75%) x 117,65%	CDI + 0,65%	23/03/2023	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
ESOL					
Resolução 4131 - Bocom BBM	5.249	USD + 3,95%	CDI + 0,43%	01/03/2021	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Bocom BBM	6.081	(LIBOR + 0,56%) x 133,33%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	**Notional (BRL)**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**	**Vencimento**	**Designação**
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	195.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	130.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	105.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	70.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a companhia contratou Non Deliverable Foward (NDFs) para sua subsidiária, Alsol Energias Renováveis. Os valores aparecem discriminados abaixo:

		Contratação		
Operação	**Ativo**	**Notional (USD)**	**Valor fixo da operação**	**Vencimento**
ALSOL				
Santander x Alsol	USD @ 5,63	168	945	11/01/2021
Santander x Alsol	USD @ 5,63	27	151	18/01/2021
Santander x Alsol	USD @ 5,64	59	331	20/01/2021
Santander x Alsol	USD @ 5,65	106	601	03/03/2021
Santander x Alsol	USD @ 5,65	139	785	24/03/2021
Santander x Alsol	USD @ 5,66	550	3.111	07/05/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,45	278	1.513	22/02/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,46	1.099	5.999	08/04/2021
XP x Alsol	USD @ 5,39	67	361	05/01/2021
XP x Alsol	USD @ 5,39	23	126	11/01/2021
XP x Alsol	USD @ 5,39	161	866	22/01/2021
XP x Alsol	USD @ 5,39	195	1.053	28/01/2021
XP x Alsol	USD @ 5,39	68	369	11/02/2021
XP x Alsol	USD @ 5,40	284	1.534	04/03/2021
XP x Alsol	USD @ 5,40	602	3.250	11/03/2021
XP x Alsol	USD @ 5,40	168	907	15/03/2021
XP x Alsol	USD @ 5,40	1.125	6.081	20/04/2021
XP x Alsol	USD @ 5,41	665	3.595	30/04/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,33	175	934	25/01/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,3344	156	831	02/02/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,34	41	216	12/02/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,34	657	3.508	12/03/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,36	175	940	24/06/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,38	657	3.534	10/08/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,39	140	755	25/08/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,41	525	2.842	11/10/2021
XP x Alsol	USD @ 5,16	159	818	05/07/2021
XP x Alsol	USD @ 5,16	55	286	15/07/2021
XP x Alsol	USD @ 5,15	630	3.245	06/05/2021
XP x Alsol	USD @ 5,16	2.496	12.875	22/06/2021

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 2020 e 2019. A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Controladora

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Option	**2020**	**2019**	**Descrição**	**2020**	**2019**
Dívida (Objeto de Hedge)	145.600	291.200	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(211.061)	(328.131)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	211.061	328.131
Swap Cambial			**Posição Passiva**		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(146.075)	(292.894)
	145.600	291.200	Posição Líquida Swap	64.986	35.237
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(146.075)**	**(292.894)**

Consolidado

	Valor de referência			Valor justo	
Derivativos	**2020**	**2019**	**Descrição**	**2020**	**2019**
Dívida (Objeto de Hedge)	2.319.714	2.319.714	Taxa Pré-Fixada	(2.912.171)	(2.766.464)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	2.919.736	2.770.972
Swap de Juros			**Posição Passiva**		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(2.338.900)	(2.384.197)
	2.319.714	2.319.714	Posição Líquida Swap	580.836	386.775
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(2.331.335)**	**(2.379.689)**

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Option	**2020**	**2019**	**Descrição**	**2020**	**2019**
Dívida designada para					
"Fair Value Option"	2.760.867	3.318.610	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.782.278)	(3.742.978)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	3.842.393	3.742.978
Swap Cambial	2.760.867	3.318.610	Posição Passiva		
(Derivatkivo)			Taxa de Juros CDI	(2.768.137)	(3.337.056)
			Posição Líquida Swap	1.074.256	405.922
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(2.708.022)**	**(3.337.056)**

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 22 e 23 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F. **Análise de sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue: **a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	**Exposição**	**Risco**	**Cenário I (Provável) (*)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(145.600)		(145.057)	(197.687)	(250.316)
Variação Dívida	-		543	(52.087)	(104.716)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	211.061		210.518	263.148	315.777
Variação - USD e LIBOR	-		(543)	52.087	104.716
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(146.075)		(146.075)	(146.075)	(146.075)
Subtotal	64.986		64.443	117.073	169.702
Total Líquido	**(80.614)**		**(80.614)**	**(80.614)**	**(80.614)**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2020, o que é refletido no valor presente negativo de R$80.614, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R$80.614, em ambos os casos.

Consolidado

Operação	**Exposição**	**Risco**	**Cenário I (Provável) (*)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.760.867)		(2.643.556)	(3.559.798)	(4.476.039)
Variação Dívida	-		117.311	(798.931)	(1.715.172)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	3.842.393	Alta câmbio	3.725.183	4.656.479	5.587.775
Variação - USD e LIBOR	-		(117.210)	814.086	1.745.382
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.768.137)		(2.768.137)	(2.768.137)	(2.768.137)
Subtotal	1.074.256		957.046	1.888.342	2.819.638
Total Líquido	**(1.686.611)**		**(1.686.510)**	**(1.671.456)**	**(1.656.401)**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.
Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2020, o que é refletido no valor presente negativo de R$1.686.510, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R$1.686.510, em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	**Exposição**	**Risco**	**Cenário I (Provável) (*)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.319.714)		(2.319.714)	(2.319.714)	(2.319.714)
Swap Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	2.919.736		2.919.736	2.919.736	2.919.736
Variação - Taxa de Juros CDI	(2.338.900)		(2.338.900)	(2.455.072)	(2.570.860)
Variação	-		-	(116.172)	(231.960)
Subtotal	**580.836**		**580.836**	**464.664**	**348.876**
Total Líquido	**(1.738.878)**		**(1.738.878)**	**(1.855.050)**	**(1.970.838)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,77%, SELIC = 2,76% TJLP = 4,87%, IPCA =4,52%, TR = 0,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário I (Provável) (1)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.351.866	Alta CDI	127.037	158.796	190.556
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.768.137)	Alta CDI	(55.363)	(69.204)	(83.045)
	(9.778.643)	Alta CDI	(195.573)	(244.466)	(293.360)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.281)	Alta TJLP	(58)	(73)	(87)
	(4.790.875)	Alta IPCA	(216.548)	(270.685)	(324.822)
	(486)	Alta SELIC	(13)	(16)	(20)
	(645.069)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(17.984.491)		(467.555)	(584.444)	(701.334)
Total -perdas (2)	**(11.632.625)**		**(340.518)**	**(425.648)**	**(510.778)**

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (2,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2020, Selic 2,76% ao ano, TJLP 4,55% ao ano, TR 0,0% ao ano e IPCA 4,52% ao ano. (2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R$2.433.395.

c) Variação da curva de preço de energia: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da controlada ECOM mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário I (Provável)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Instrumentos financeiros:					
Contratos futuros de energia - Compra	(284.182)	**Alta**	(5.404)	(6.755)	(8.106)
Contratos futuros de energia - Venda	339.755	**PLD**	25.394	31.743	38.091
Total Líquido - Cenário Alta PLD	**55.573**		**19.990**	**24.988**	**29.985**

Instrumentos	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário I (Provável)**	**Cenário II (Deterioração de 25%)**	**Cenário III (Deterioração de 50%)**
Instrumentos financeiros:					
Contratos futuros de energia - Compra	(284.182)	**Baixa**	5.404	6.755	8.106
Contratos futuros de energia - Venda	339.755	**PLD**	(25.394)	(31.743)	(38.091)
Total Líquido - Cenário Baixa PLD	**55.573**		**(19.990)**	**(24.988)**	**(29.985)**
Total			-	-	-

Gerenciamento de risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

40. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

40.1. Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação aposentadoria e plano de saúde:

	Controladora		Consolidado							
	Prêmio Aposentadoria e Plano de Saúde		Plano de Pensão		Plano de Saúde		Prêmio Aposentadoria		Total	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Inergus (1)	-	-	165.816	185.098	53.001	64.310	4.436	4.430	223.253	253.838
Funasa	-	-	120.735	136.480	7.730	5.838	-	-	128.465	142.318
Planos BD-I, OP e R - EMT	-	-	21.865	37.498	118.717	123.018	-	-	140.582	160.516
Planos BD-I, OP e R - ETO	-	-	3.386	5.095	26.930	33.087	597	728	30.913	38.910
Planos BD-I, OP e R - ESS	-	-	15.036	18.567	55.254	60.441	-	-	70.290	79.008
Planos I, II e R - EMS	-	-	3	192	34.211	29.646	-	-	34.214	29.838
Eletros (ERO) (2)	-	-	25.280	30.588	-	-	-	-	25.280	30.588
Plano de saúde -outros	10.169	4.153	-	-	19.037	12.012	-	-	19.037	12.012
Prêmio aposentadoria - outros	3.427	6.660	-	-	-	-	10.381	16.205	10.381	16.205
Total	13.596	10.813	352.121	413.518	314.880	328.352	15.414	21.363	682.415	763.233
Circulante	**1.452**	**2.127**	**31.802**	**36.232**	**29.337**	**32.278**	**1.593**	**3.906**	**62.732**	**72.416**
Não circulante	**12.144**	**8.686**	**320.319**	**377.286**	**285.543**	**296.074**	**13.821**	**17.457**	**619.683**	**690.817**

(1) A controlada ESE firmou com o INERGUS contrato de assunção de dívida em 31 de janeiro de 2016 no montante de R$13.753, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado INERGUS - PSI. O valor da dívida foi parcelado em 287 parcelas de R$85 atualizado pela (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado à taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R$12.162 (R$12.520 em 2019), registrado em empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (vide nota explicativa nº 22). A controlada ERO possui o Plano CD constituído junto a ELETROS em 2011 sem contemplar o serviço passado dos funcionários. Assim foi realizado o pleito administrativo pelos funcionários, onde, por intermédio do Ofício nº 147/2017, o Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica do Ministério de Minas e Energia encaminhou à SEST, documentação relativa à alteração do Regulamento do Plano CD, cuja proposta visava possibilidade de incluir a ação de contribuição extraordinária, de caráter opcional, para custeio de tempo de serviço passado, a ser coberto paritariamente pelo patrocinador e pelos participantes. O pleito apresentou o teor da seguinte forma "Poderá optar pela contribuição extraordinária o participante inscrito no Plano CD até 30 de setembro de 2017, que tenha ingressado no quadro de empregados do patrocinador em data anterior a setembro de 2011". (2) A proposta foi analisada nas diversas instâncias decisórias, com manifestação favorável do Conselho Deliberativo da Eletros, em 10 de outubro de 2017, do Conselho de Administração da ERO, em 13 de outubro de 2017, e da Diretoria Executiva da Eletrobrás em 16 de outubro de 2017. Após solicitar várias informações complementares para subsidiar a análise do pleito, chegou-se a conclusão que, depreende-se que a proposta visa atender uma reivindicação antiga dos empregados, firmada por meio de Acordo Coletivo de Trabalho que, por se tratar de incentivo à aposentadoria, justifica ser agregada ao plano previdenciário e, em contrapartida, excluída do ACT e que o pleito encontrava amparo na legislação em vigor quanto à previsão de tempo de serviço passado - tempo de serviço na empresa anterior à implantação do plano de previdência complementar-, bem como quanto ao custeio por meio de contribuições paritárias de participantes e patrocinador, assim, em 19 de março de 2018, por meio do Ofício nº 22592 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), deu sua posição favorável ao pleito referente ao Ofício nº 147/2017/AEGE/SE-MME, de 31 de outubro de 2017, relativo à proposta de alteração do Regulamento do Plano de Previdência Complementar - CD ERO, instituído na modalidade de Contribuição Definida - CD, patrocinado pela sua controlada Eletrobrás Distribuição Rondônia (EDRO) e administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS. Com base nos cálculos atuários iniciais apresentados no Parecer atuarial emitido pela ELETROS nº 010/2017 no valor de R$90.010, que foi o valor objeto da avaliação e aprovação pela SEST, observadas as condições e recomendações descritas na Nota Técnica nº 4.614/2018-MP, a controlada realizou a provisão do passivo atuarial. Devido à conclusão do prazo de adesões, foi realizado redução da provisão em R$18.236, registrado na rubrica na despesa de pessoal no consolidado na demonstração do resultado do exercício, totalizando o saldo de R$71.774, cujos valores estão classificados no passivo circulante R$16.661 e não circulante R$55.113 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R$25.280 (R$30.588 em 2019), sendo: R$16.661 (R$16.661 em 2019) no circulante e R$8.619 (R$13.927 em 2019) no não circulante. **40.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão:** A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e plano de contribuição definida. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. A Companhia e suas controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. A administração desses planos é realizada por meio das instituições elencadas a seguir: • Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. • INERGUS - Instituto Energipe de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. • A PREVIC aprovou em outubro de 2020 a transferência de gerenciamento dos Planos PSI e PCD para a EnergisaPrev, com data efetiva de transferência ocorrida em 04 de janeiro de 2021, ficando apenas o Plano BD sob administração do Instituto INERGUS. **Os planos de benefício patrocinados pela Companhia e suas controladas são: I. INERGUS: Plano de Benefícios Definido - BD - patrocinadora ESE:** Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desse plano, a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a, até então Secretaria de Previdência Complementar (atual PREVIC) das seguintes alterações dos referidos planos: • Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes. • Criação dos Planos Saldados (PSI) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos do BD; e • Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que migraram concomitantemente para os planos (PSI). Os participantes que optaram pela migração para os planos (PSI) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos

benefícios. Em função de suas características, o plano (PSI) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Tendo em vista o déficit atuarial recorrente que o plano BD apresenta desde 2014, a ESE implementou em 2018 um programa de incentivo a migração de participantes desse plano para o plano CD, mediante aporte de recursos no plano de destino em volume correspondente à recomposição das reservas matemáticas individuais do interessado, incluindo acordos quando da existência de processos judiciais. O programa foi aprovado pela PREVIC sob Portaria nº 915 de 24/09/2018. O programa obteve adesão de 78% dos participantes, correspondendo a 67% das Reservas Matemáticas. A ESE compromete-se a aportar no plano CD de destino R$127,1 milhões através de contrato de financiamento, com prazo de 90 meses, corrigidos por IPCA + 5,78% a.a. ou valorização das quotas, o que for maior. Em sequência a controlada direta ESE, firmou com o INERGUS contrato de financiamento de reservas de migração e outras avenças em 31 de dezembro de 2018 no montante de R$127.118, composto pela parcela do déficit atuarial do Plano BD-1, do valor do incentivo à migração, de R$94.783 que, afeta aos participantes, assistidos e beneficiários que formalizaram a opção pela migração ao PCD INERGUS, e pelo adiantamento ao Plano BD-1 no valor de R$32.335, devido à iliquidez de determinados ativos que deveriam ser transferidos ao Plano PCD. O valor da dívida pago em uma parcela de R$3.000 em janeiro de 2019 e o saldo remanescente parcelado em 89 parcelas mensais e sucessivas de R$1.403 com vencimento no dia 15 de cada mês, atualizado pelo IPCA + 5,78% a.a. ou valorização das quotas, o que for maior, sendo a primeira devida no dia 15 de fevereiro de 2019 e a última com vencimento em 15 de junho de 2026. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R$94.033 (R$110.200 em 2019), registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 22). **II. FUNASA: Plano de Benefícios Definido - BD - patrocinadora EPB:** O plano de benefícios previdenciários mantido pela EPB na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial. Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação 18 de dezembro de 2008 junto a Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar das seguintes alterações dos referidos planos: ✓ Fechamento do Plano de Benefício Definido (PO) para novos participantes; ✓ Criação do Plano Saldado Funasa (PSF) para o qual podiam migrar os participantes ativos; e ✓ Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual podiam migrar todos os participantes ativos que tinham migrado concomitantemente para o plano (PSF). Os participantes que optaram pela migração para o plano (PSF) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora EPB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PSF) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora. Para equacionamento do déficit e das demais insuficiências de reservas matemáticas dos Planos PO e PSF, a EPB aumentou sua contribuição sobre a folha de pagamento dos empregados ativos e inativos, e em 31 de julho de 2015 firmou contrato de assunção de dívida no montante de R$4.994. O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado a taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R$3.143 (R$3.492 em 2019), registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 22). **III. Plano Energisa Sudeste - patrocinadora EMG:** O Plano Sudeste é de contribuição variável e passou a ser administrados pela EnergisaPrev a partir de 03 de junho de 2019. É avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Atualmente a parcela de benefícios concedidos (parte BD do plano) é formada apenas por participantes que permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. **IV. Plano de Benefícios Borborema - patrocinadora EBO:** É um plano na modalidade de benefícios definido que passou a ser administrado pela EnergisaPrev a partir de abril de 2018, mediante Portaria Autorizativa PREVIC Nº 1.138 de 11/12/2017, e está fechado para novas inscrições. **O Plano assegura: I. aos participantes:** • Complementação de Aposentadoria Normal; • Complementação de Aposentadoria Antecipada; • Complementação de Aposentadoria por Invalidez. **II. aos beneficiários:** • Complementação de Pensão por Morte. **V. Plano de Benefícios I - patrocinadora EMS:** Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes são assegurados os seguintes benefícios suplementares: • Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual. O plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos. **VI. Plano de Benefícios II - patrocinadora EMS:** Instituído em 1/5/2002, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Assegura os seguintes benefícios: • Aposentadoria normal ou antecipada; • Aposentadoria por invalidez; • Pensão por morte de ativo; e • Pensão por morte de aposentado. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais. Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante. A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido. Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido. O custeio do plano é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora. **VII. Plano de Benefícios Elétricas BD-I - patrocinadoras EMT, ETO e ESS:** Instituído em 1 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras. **VIII. Plano de Benefícios Elétricas-OP - patrocinadoras EMT, ETO e ESS:** Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante. A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nessa fase considerada Benefício Definido. O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%). **IX. Plano de Benefícios Elétricas-R - patrocinadoras EMT, ETO, ESS e EMT:** Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios: • Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte. Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora. **X. Planos de Contribuição Definida:** Os planos de contribuição definida caracterizam-se por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

São planos nessa modalidade

Plano	Patrocinadoras
Plano INERGUS CD (*)	ESE
Plano FUNASA CD (*)	EPB
Plano Energisa Acre (*)	EAC
Plano Energisa Rondônia (*)	ERO
Plano Energisa CD	a Companhia e suas controladas

(*) Os planos estão fechados para novas adesões.

Migração entre planos das controladas: Em 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos patrocinados pelas controladas, EMT, ETO, ESS, EMS e EPB para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020 e se encerrou em novembro de 2020. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Patrocinadora	Plano	ATIVOS	ASSISTIDOS
EMT	Cemat BD	0%	30%
EMT	Cemat OP	48%	51%
EMT	Cemat OP + R	52%	Não aplicável
EMT	Plano R	Não aplicável	27%
ETO	Elétricas BD	50%	26%
ETO	Elétricas OP	59%	69%
ETO	Elétricas OP + R	38%	Não aplicável
ETO	Plano R	Não aplicável	10%
ESS	Elétricas BD	100%	15%
ESS	Elétricas OP	65%	65%
ESS	Elétricas OP + R	63%	Não aplicável
ESS	Plano R	Não aplicável	38%
EMS	Plano I	Não há	39%
EMS	Plano II	70%	42%
EMS	Plano OP + R	42%	Não há
EPB	Funasa PO (BD)	13%	6%
EPB	Funasa PSI (Saldado)	33%	11%
EPB	Funasa CD	62%	0%

40.2.1. Situação financeira dos planos de benefícios definido- avaliação atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	Consolidado	
	2020	2019
Número Participantes	2.328	5.118
Número Assistidos	1.246	1.485
Número Beneficiários Pensionistas	495	484

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Avaliação atuarial 2020										
	INERGUS-PO	INERGUS-PSI	FUNASA-BD-I	FUNASA-PSF	BORBOREMA	SUDESTE	BD-I	OP	Plano R	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas											
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT Fraca	LIGHT Fraca	LIGHT Fraca	LIGHT Fraca	Não Aplicável	Não Aplicável	LIGHT Fraca	Não Aplicável	LIGHT Fraca	Não Aplicável	LIGHT Fraca
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	Não Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Não Aplicável	Não Aplicável	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Padrão	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas											
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	3,21% a.a.	3,58% a.a.	3,21% a.a.	3,58% a.a.	3,21% a.a.	3,21% a.a.	(*)	3,21% a.a.	(*)	2,82% a.a.	3,21% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	6,31% a.a.	6,69% a.a.	6,31% a.a.	6,69% a.a.	6,31% a.a.	6,31% a.a.	(**)	6,31% a.a.	(**)	5,90% a.a.	6,31% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,88% a.a.	0% a.a.	2,88% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	3,25% a.a.	Não Aplicável	2,88% a.a.	0% a.a.	2,88% a.a.
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário
III - Regime Financeiro de Capitalização	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado

(*) As Taxas Real de Desconto da Obrigação Atuarial entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2020 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano BD-I foram de 2,82% e 3,21% e do Plano R foram de 3,21% e 3,79%.

(**) As Taxas de Rendimento Esperado dos Ativos entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2020 os percentuais da taxa de rendimento dos ativos do Plano BD-I foram de 5,90% e 6,31% e a do Plano R foram de 6,31% e 6,90%.

	Avaliação atuarial 2019										
	INERGUS-PO	INERGUS-PSI	FUNASA-BD-I	FUNASA-PSF	BORBOREMA	SUDESTE	BD-I	OP	Plano R	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas											
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT Média	LIGHT Média	LIGHT Média	LIGHT Média	LIGHT Média	Não Aplicável	LIGHT Média	Não Aplicável	LIGHT Média	LIGHT Média	LIGHT Média
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	Não Aplicável	MI-85 por sexo	Não Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Família média padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Padrão	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas											
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	3,07% a.a.	3,07% a.a.	3,07% a.a.	3,07% a.a.	2,87% a.a.	307% a.a.	2,87% a.a.	2,87% a.a.	3,24% a.a.	2,87% a.a.	3,07% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,00% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	6,07% a.a.	6,07% a.a.	6,68% a.a.	6,68% a.a.	6,47% a.a.	6,68% a.a.	6,47% a.a.	6,47% a.a.	6,85% a.a	6,47% a.a.	6,68% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.	100% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salários	6,92% a.a.	Não Aplicável	6,92% a.a.	Não Aplicável	3,00% a.a.	0% a.a.	3,25% a.a.	Não Aplicável	(*)	Não Aplicável	7,43% a.a.
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	5,73% a.a.	Nula	0% a.a.	0% a.a.	(**)	Nula	Nula
	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário
III - Regime Financeiro de Capitalização	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado

(*) As Taxas de Crescimento Real de Salários entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2019 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano R foram de 3,25% e 6,75%.

(**) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2019 as taxas de rotatividade do Plano R e Plano I foram de 0,00% e nula.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos planos:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão das controladas:

	Consolidado	
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	**2020**	**2019**
Valor justo dos ativos em 2019 e 2018	853.830	640.327
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(14.117)	192.801
Retorno esperado dos ativos do plano	61.419	63.576
Contribuições do empregador	14.163	15.924
Contribuições dos participantes do plano	2.780	1.677
Benefícios pagos	(55.433)	(60.475)
Custo do serviço passado	(339.445)	-
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**523.197**	**853.830**

	Consolidado	
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	**2020**	**2019**
Valor presente das obrigações em 2019 e 2018	1.096.871	887.646
Custo do serviço corrente	2.285	1.708
Custo dos juros	70.320	78.198
Contribuições de participantes	2.774	11.321
(Ganhos)/Perdas atuariais	11.077	147.325
Benefícios pagos	(55.433)	(10.878)
Custo do serviço passado	(337.625)	(18.449)
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	**790.269**	**1.096.871**

	Consolidado	
Posição Liquida dos planos	**2020**	**2019**
Valor justo dos ativos	523.197	853.830
Valor presente das obrigações	(790.269)	(1.096.871)
Posição Líquida	**(267.072)**	**(243.041)**
Limite do Ativo	(59.769)	(139.889)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	**(326.841)**	**(382.930)**
Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras		

	Consolidado	
Movimentação dos Saldos	**2020**	**2019**
Posição líquida em 2019 e 2018	382.930	311.393
Efeito em outros resultados abrangentes (ORA)	(24.763)	55.534
Juros sobre teto do ativo	(9.630)	-
Contribuição do empregador	(9.409)	(15.349)
Impacto decorrente de redução no plano (Encurtamento/curtailment)	(29.303)	-
Transferência de dívida entre planos (BD-CD)	(2.543)	-
Efeito no resultado do exercício	19.559	31.352
Posição líquida em 2020 e 2019	**326.841**	**382.930**
Circulante	**15.141**	**19.572**
Não Circulante	**311.700**	**363.358**

Demonstração das despesas para o exercício de 2021 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	Consolidado
	2021
Custo do Serviço Corrente	301
Custo dos juros	31.586
Retorno dos Ativos do Plano	(16.746)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	**15.141**

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2020						2019					
	Plano I						Plano I					
	BD-I	OP	R	e II	Sudeste	PSI	BD-I	OP	R	e II	Sudeste	PSI
Investimentos:												
Títulos públicos	69,63%	64,74%	72,63%	76,57%	-	69,44%	67,38%	71,29%	70,80%	78,45%	-	74,58%
Créditos privados e depósitos	7,39%	10,56%	6,00%	12,14%	10,08%	-	5,94%	10,30%	7,20%	8,58%	0,55%	2,22%
Fundos de investimento	19,81%	17,70%	20,27%	7,92%	88,41%	23,47%	21,43%	12,66%	17,52%	9,11%	99,12%	15,59%
Investimento imobiliário	2,55%	2,28%	-	1,30%	-	6,30%	4,73%	2,24%	2,24%	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	0,56%	4,70%	1,07%	2,06%	1,26%	0,79%	0,50%	3,07%	2,20%	1,64%	-	0,84%
Outros	0,06%	0,02%	0,03%	0,01%	0,25%	-	0,02%	0,44%	0,04%	2,22%	0,33%	6,77%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

e. Analise de Sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

		2020		
Empresas	**Plano Beneficiário**	**Valor presente das obrigações Atuariais Real**	**Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%**	**Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%**
Energisa Mato Grosso	BD-I	42.830	43.620	42.062
Energisa Mato Grosso	OP	71.884	73.191	70.610
Energisa Mato Grosso	R	37.781	38.639	37.125
Energisa Sul Sudeste	BD	58.381	58.999	57.773
Energisa Sul Sudeste	OP	28.355	28.663	27.853
Energisa Sul Sudeste	R	4.106	4.179	4.034
Energisa Tocantins	BD	5.325	5.460	5.195
Energisa Tocantins	OP	47	47	47
Energisa Tocantins	R	5.162	5.302	5.026
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano I	66.412	68.318	64.582
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano 2	52.400	53.874	50.985
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano R	4	5	4
Energisa Paraíba	PBD I	199.959	203.653	196.460
Energisa Paraíba	PSF	50.098	52.157	48.161
Energisa Sergipe	BD-I	42.110	44.349	41.229
Energisa Sergipe	PSI	115.577	120.038	111.365
Energisa Borborema	BORBOREMA	7.331	7.537	7.133
Energisa Minas	SUDESTE	2.507	2.577	2.439

		2019		
Empresas	**Plano Beneficiário**	**Valor presente das obrigações Atuariais Real**	**Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%**	**Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%**
Energisa Mato Grosso	BD-I	73.102	75.195	71.093
Energisa Mato Grosso	OP	111.681	114.879	108.613
Energisa Mato Grosso	R	60.372	62.067	58.745
Energisa Sul Sudeste	BD	62.222	64.004	60.512
Energisa Sul Sudeste	OP	74.718	76.858	72.665
Energisa Sul Sudeste	R	13.428	13.805	13.066
Energisa Tocantins	BD	12.196	12.545	11.860
Energisa Tocantins	OP	3210	3301	3121
Energisa Tocantins	R	7.540	7.751	7.336
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano I	120.652	123.750	117.685
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano 2	101.969	105.399	98.720
Energisa Mato Grosso do Sul	Plano R	647	668	626
Energisa Paraíba	PBD I	37.915	39.660	36.852
Energisa Paraíba	PSF	122.092	127.242	117.245
Energisa Sergipe	BD-I	218.743	224.305	213.381
Energisa Sergipe	PSI	62.373	64.806	60.076
Energisa Borborema	BORBOREMA	11.499	11.639	10.904
Energisa Minas	SUDESTE	2.512	2.579	2.448

Plano de benefícios e contribuições definidas

As controladas possuem plano de contribuições definidas, conforme segue:

		Contribuição anual			Superávit (Déficit) atuarial	
Empresas	**Plano Beneficiário**	**2020**	**2019**	**% s/folha de pagamento**	**2020**	**2019**
Energisa S/A	CD	2.160	1.856	3,12%	-	-
Energisa MG	CD	899	900	2,81%	14.027	16.421
Energisa NF	CD	61	53	1,11%	-	-
Energisa Soluções	CD	569	436	1,74%	615	2.350
Energisa SE	CD	1.427	1.828	3,44%	-	-
Energisa SE	PS	369	1.015	0,89%	-	-

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual 2020	Contribuição anual 2019	% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial 2020	Superávit (Déficit) atuarial 2019
Energisa SE	BD	1	0,47	0,00%	165.816	185.098
Energisa PB	PS	-	392	0,00%	-	-
Energisa PB	BD	8.070	10.584	13,25%	120.735	136.480
Energisa PB	CD	1.849	1.527	3,04%	-	-
Energisa BO	BD	54	54	0,58%	32	1.432
Energisa BO	CD	254	156	2,70%	-	-
Energisa COM	CD	125	105	4,40%	1	51
Energisa Planejamento	CD	34	32	8,06%	-	11
Energisa MT	BD/CV	4.084	4.174	2,97%	21.865	37.498
Energisa MT	CD	847	765	0,62%	-	-
Sobradinho	CD	-	-	0,00%	-	-
Energisa MS	BD	1.679	2.704	2,01%	3	192
Energisa MS	CD	820	726	0,98%	-	-
Energisa TO	BD	909	1.701	1,34%	3.386	5.095
Energisa TO	CD	1.283	1.030	1,89%	-	-
ESS	BD	751	1.536	1,40%	15.036	18.567
ESS	CD	937	410	1,75%	-	-
ERO	CD	1.320	4.998	0,86%	-	-
ERO	BD	986	140	0,91%	-	-

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R$4.847 (R$1.896 em de 2019) na controladora e R$91.447 (R$54.012 em 2019), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado no consolidado. **40.3. Prêmio e Gratificação de aposentadoria:** A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, ETO, ESE, ECOM, Energisa Planejamento e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação. Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	Controladora 2020	Controladora 2019
Posição líquida em 2019 e 2018	6.660	6.849
Efeito em ORA	(4.683)	(1.626)
Efeito no Resultado do Exercício	1.450	1.437
Posição líquida em 2020 e 2019	**3.427**	**6.660**
Circulante	388	1.634
Não Circulante	3.039	5.026

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Posição líquida em 2019 e 2018	21.363	22.340
Efeito em ORA	(9.179)	(4.473)
Efeito no Resultado do Exercício	3.230	3.496
Posição líquida em 2020 e 2019	**15.414**	**21.363**
Circulante	1.593	3.906
Não Circulante	13.821	17.457

Demonstração das despesas para os exercícios de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

	Controladora 2021
Custo do serviço corrente	204
Juros sobre as obrigações atuariais	184
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**388**

	Consolidado 2021
Custo do serviço corrente (com juros)	760
Juros sobre as obrigações atuariais	833
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**1.593**

40.4. Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. As controladas EMG, ENF e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício. No exercício de 2020 o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego de assistência médico-hospitalar apurou o montante de R$6.016 (R$1.119 em 2019) na controladora e R$13.473 (R$167.550 em 2019) no consolidado, dos quais R$203 (R$131 em 2019) na controladora e R$9.380 (R$6.074 em 2019) no consolidado foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego - despesa de pessoal, R$291 (R$278 em 2019) na controladora e R$22.900 (R$14.496 em 2019) no consolidado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de R$5.522 (R$710 em 2019) na controladora e R$45.753 (R$146.981 em 2019) no consolidado referente ao ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido. As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R$100.814 (R$47.436 em 2019), no consolidado. Inclui R$9.381 (R$6.074 em 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

	Controladora 2020	Controladora 2019
Valor presente das obrigações no início do ano	4.153	3.034
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	203	131
Juros sobre obrigação atuarial	291	278
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	5.522	710
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**10.169**	**4.153**
Circulante	1.064	493
Não Circulante	9.105	3.660

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Valor presente das obrigações no início do ano	328.353	160.803
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	9.380	6.074
Juros sobre obrigação atuarial	22.900	14.495
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(45.753)	146.981
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**314.880**	**328.353**
Circulante	29.337	32.278
Não Circulante	285.543	296.075

Demonstração das despesas para os exercícios de 2021, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Controladora 2021
Custo do serviço corrente (com juros)	361
Juros sobre as obrigações atuariais	703
Valor das obrigações calculadas no final do ano	1.064

	Controladora 2021
Custo do serviço corrente (com juros)	7.576
Juros sobre as obrigações atuariais	21.761
Valor das obrigações calculadas no final do ano	29.337

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:**

	2020 UNIMED CUIABÁ	2020 CNU	2020 SUL AMERICA	2020 HAPVIDA	2020 SÃO FRANCISCO	2020 Auto Gestão	2019 UNIMED CUIABÁ	2019 CNU	2019 SUL AMERICA	2019 HAPVIDA	2019 SÃO FRANCISCO	2019 Auto Gestão
I - VARIÁVEIS ECONOMICAS												
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	4,23%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,39%	3,39%	3,39%	3,39%	3,39%	3,39%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	8,40%	6,91%	6,91%	6,91%	6,91%	6,91%	7,01%	7,01%	7,01%	7,01%	7,01%	7,01%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	8,16%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	7,12%	7,12%	7,12%	7,12%	7,12%	7,12%	7,64%	7,64%	7,64%	7,64%	7,64%	7,64%
Taxa de Rotatividade	9,50%	(*)	(**)	11,50%	11,50%	(***)	10,00%	(*)	(**)	33,00%	33,00%	(***)
Permanência no Plano na aposentadoria	90,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	0,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	0,00%
Fator Envelhecimento	Nulo	Nulo	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	Nulo	Nulo	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS												
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Inválidos	M-85 por sexo LIGHT (Fraca)	M-85 por sexo LIGHT (Fraca)	M-85 por sexo LIGHT (Fraca)	M-85 por sexo LIGHT (Fraca)	M-85 por sexo LIGHT (Fraca)	M-85 por sexo LIGHT (Fraca)	M-85 por sexo LIGHT (Média)	M-85 por sexo LIGHT (Média)	M-85 por sexo LIGHT (Média)	M-85 por sexo LIGHT (Média)	M-85 por sexo LIGHT (Fraca)	M-85 por sexo LIGHT (Fraca)
Entradas de Invalidez	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Método de Financiamento												

(*) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2020 e 2019 as taxas de rotatividade do Plano de Saude "CNU" tiveram as seguintes taxas: 5,5%, 6%, 7,5%, 8%, 8,5%, 9,5%, 10%, 11,5%, 18% e 27,5%.

(**) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2020 e 2019 as taxas de rotatividade do Plano de Saude "Sul América" tiveram as seguintes taxas: 5,5%, 6%, 7,5%, 8%, 8,5%, 9,5%, 10%, 11,5%, 17% e 18%.

(***) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2020 e 2019 as taxas de rotatividade do Plano de Saude "Auto Gestão" tiveram as seguintes taxas: 5,5%, 6% e 18,5% (4%, 5 e 20% em 2019).

41. COMPROMISSOS - CONSOLIDADOS

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

(1) Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2021 a 2031	565.028	254.061	160.032	65.187	148.904

(2) Compra de energia elétrica

	Contrato de compra de energia- reais mil (*) Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2021 a 2031	83.167	85.125	89.174	91.371	702.206
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	376.417	372.737	372.439	376.855	4.554.211
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	722.629	601.058	576.734	569.081	9.433.011
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	487.087	450.227	445.126	427.190	7.058.480
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	115.975	94.658	88.780	86.520	1.423.731
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	2.125.634	2.134.533	2.088.158	2.140.424	21.450.825
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	409.674	410.058	411.678	406.789	6.298.683
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2021 a 2054	1.120.784	1.081.987	1.096.652	1.099.324	14.509.888
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	781.846	813.580	809.512	804.193	10.161.144
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2021 a 2031	567.278	221.977	169.230	102.000	453.846
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2021 a 2054	766.883	591.979	576.125	589.457	7.564.457
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2021 a 2054	283.590	287.573	307.061	310.175	4.822.156
		7.840.964	**7.145.492**	**7.030.669**	**7.003.379**	**88.432.638**

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

(3) Locação de áreas para a implantação de usinas

	Locação de áreas para a implantação de usinas Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Alsol Energias Renováveis S/A	2021 a 2043	3.086	3.086	3.086	3.086	58.628

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de dezembro de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

(4) Aspectos Ambientais

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas Companhia e suas investidas Empresa	Trecho	Licença instalação nº	Data da emissão	Vencimento
EGO I	SE Rio Verde Norte - SE Jataí	703/2018	11/09/2018	11/09/2024
EPA I	SE Santana do Araguaia - SE Xinguara	2891/2018	26/11/2018	01/10/2021
EPA II	SE Serra Pelada - SE Xinguara	2915/2019	06/05/2019	05/05/2022
ETT	SE Dianópolis - SE Palmas, SE Dianópolis - SE Gurupi e SE Dianópolis (TO) - SE Barreiras (BA)	-	-	-

42. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R$311.285 (R$280.399 em 2019), sendo R$283.883 (R$243.103 em 2019) alocados no ativo imobilizado ou intangível e R$27.402 (R$37.296 em 2019) despesas operacionais, no consolidado. (*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

43. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2020 e 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2020	2019
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	735.709	1.023.482
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	222.606	232.689
Remuneração e atualização do ativo de contrato da concessão	115.230	281.229
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	98.195	208.078
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	24.210	13.445
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	-	35.571
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	24.946	68.727
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	399.307	665.780
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	98.195	208.078
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes		
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	-	35.571
Outros investimentos alienados para pagamento de empréstimos	-	33.333
Intangível - CPC 06 (R2)	24.946	68.727
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos com alienação de outros investimentos	-	(33.333)
Combinação de negócios		
Caixa e equivalente de caixa	-	11.739
Clientes, consumidores e concessionárias	-	28.407
Estoques	-	4.703
Tributos a recuperar	-	1.322
Créditos tributários	-	1.956
Outros créditos	-	5.654
Imobilizado, intangível e ativo contratual	-	11.095
Fornecedores	-	12.100
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	116
Arrendamentos operacionais	-	4.831
Impostos de renda e contribuição social diferido	-	1.385
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	2.177
Outros passivos	-	39.299
Tributos e contribuições sociais	-	2.910
Participação de acionistas não controladores	-	266

44. LUCRO POR AÇÃO

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídos pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício - controladora	1.468.945	455.373
Média ponderada em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Lucro líquido básico por ação - R$	**0,81**	**0,25**
Lucro líquido do exercício - consolidado	1.607.474	527.158
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	1.468.945	455.373
Acionistas não controladores	138.529	71.785
Lucro líquido do exercício - controladora	1.468.945	455.373
Média ponderada em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Efeito dilutivo bônus de subscrição conversíveis em ações e programa ILP	0,7938	0,1967
Lucro líquido básico diluído por ação - R$ (*)	**0,8095**	**0,2510**
Lucro líquido do exercício - consolidado	**1.607.474**	**527.158**
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	**1.468.945**	**455.373**
Acionistas não controladores	**138.529**	**71.785**

(*) Potencial efeito diluidor referente a bônus de subscrição e programa de remuneração variável (ILP).

45. RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

No exercício de 2015, a Energisa firmou contratos de compra e venda de seus ativos de geração com compradora São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, e desde aquela data, ocorreram disputas em procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia com as empresas compradoras, quais sejam, o procedimento nº 33/2016/SEC5, que já foi extinto, e o procedimento nº 79/2016/SEC5, em curso perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), com expectativa de encerramento para o ano de 2021. Neste exercício, após as partes apresentarem manifestações acerca dos cálculos de liquidação em tendo a compradora concordando com valor mínimo de liquidação, a Administração procedeu a reversão da incontrovérsia de R$51.480, bem como reconheceu a atualização monetária de R$36.997 contabilizados em operações descontinuadas da demonstração do resultado do exercício, totalizando R$88.477, (vide nota explicativa n° 13 - Outros créditos) na controladora e no consolidado.

46. ATAQUE CIBERNÉTICO

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia e de suas controladas sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novas ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia e suas controladas contrataram consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses não tendo sido identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

47.1. Bandeiras tarifárias: A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Amarela para os meses de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país a serem aplicadas pelas controladas distribuidoras de energia elétrica. **47.2. Constituição da Voltz Capital S.A.:** A Voltz, Fintech do Grupo Energisa, constituída em 2020, disponibilizará serviços financeiros através da sua conta digital, e lançou seu MVP (Minimum Viable Product) em janeiro de 2021, onde as funcionalidades disponíveis incluem transferências, depósitos, cartão na função crédito (físico e virtual) e pagamento de contas (boleto ou Pix). Seu foco inicial está concentrado nas áreas de concessão de atuação da Energisa com o propósito de promover a inclusão digital e financeira dos clientes, principalmente àqueles que são desbancarizados ou precariamente bancarizados. Vale reforçar que a Voltz não é caracterizada como Instituição Financeira ou Instituição de Pagamento, pois todas suas operações são realizadas por agente terceirizado que presta serviço de BaaS (Bank as a Service). **47.3. Operações de cessões de títulos - FIDC:** A Companhia e as suas controladas realizaram no mês de janeiro de 2021, cessão de seus títulos recebíveis, que na sua maioria se encontravam totalmente provisionados, os quais foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico ("FIDC"), o qual possui somente créditos cedidos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos de uma instituição financeira que aportou ao fundo cerca de R$200.000, enquanto a controladora Energisa S/A., fez endereçar o montante de R$68.366, totalizando em R$268.366, dos quais R$264.369 foram pagos à controladora e controladas. Tanto a Energisa quanto a instituição financeira possuem cotas subordinadas do FIDC. A Energisa possui uma outorga de opção de compra das cotas da instituição financeira, e por sua vez possui uma outorga de opção de venda das suas cotas para a Energisa, ambas a partir do 4º ano da data de integralização das cotas do FIDC, sendo as demais características usais para esse tipo de operação.

	Valores Envolvidos - Controladas ESA	ECOM	EMT	EMS	ETO	ESS	EPB	ESE	EMG	ERO	EAC	Total
Efeito Caixa	9.660	257	100.142	27.404	17.778	3.535	146	96	33.790	45.205	26.356	**264.369**
Efeito Ebtida	(64.559)	257	97.825	27.404	14.821	3.535	138	96	33.790	41.267	26.356	**180.930**
Efeito no resultado financeiro	74.219	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**74.219**
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	(88)	(33.261)	(9.318)	(5.039)	(1.202)	(47)	(32)	(11.489)	-	(6.273)	**(66.749)**
Efeito Lucro Liquido	9.660	169	64.564	18.086	9.782	2.333	91	64	22.301	41.267	20.083	**188.400**

47.4. Reajuste tarifário - controlada direta EBO: Em 02 de fevereiro de 2021 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.832/2021 e Nota Técnica nº 06/2021-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2021. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, foi um aumento médio de (5,21%). **47.5. Empréstimos contratados:** Em 02 de fevereiro de 2021 as controlada direta Energisa Minas Gerais e as indiretas Energisa Mato Grosso do Sul e Energisa Tocantins captaram o montante de R$268.406 junto ao Bank of America N.A., com remuneração de 1,83% a.a.. Foi realizado swap para a taxa de CDI + 1,75% a.a., retirando-se o risco cambial da operação, conforme segue:

Controladas	Valor Captado	Vencimentos
Energisa Minas Gerais	100.008	02/02/2024
Energisa Mato Grosso do Sul	84.199	02/02/2024
Energisa Tocantins	84.199	02/02/2024
Total	**268.406**	

Em 11 de fevereiro de 2021 a controlada indireta EPA II obteve a liberação de mais R$77.162 referente à segunda parcela do contrato 128-20/0050-8 de financiamento junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), firmado em 26 de junho de 2020. Em 26 de fevereiro de 2021 a controlada indireta EPA I teve a liberação de R$26.682 referente à quarta parcela do contrato048-1/0002-0 de financiamento junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), firmado em 31 de julho de 2019. Em 04 de março de 2021 a controlada direta ESOL captou junto ao BBM Bank Limited, R$20.000 em moeda estrangeira, com remuneração de 1,74% a.a. e vencimento em 02/01/2024. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,85% a.a., retirando-se o risco cambial da operação. Em fevereiro de 2021 as controladas diretas e indiretas contrataram financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), via repasse direto, e junto ao banco repassador, via repasse indireto, na modalidade FINEM. Os recursos serão destinados ao financiamento dos investimentos de 2020/2021 das controladas, conforme segue.

Controladas	Valor	Prazo Total	Amortização	Carência	Juros	Custo de operação	Financiador
Energisa Mato Grosso	310.994	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Mato Grosso do Sul	255.208	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Tocantins	168.671	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Sul Sudeste	128.732	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Sergipe	101.400	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3% a.a.	BNDES
Energisa Paraíba	154.970	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3,23% a.a.	Banco Repassador
Energisa Minas	69.702	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3,23% a.a.	Banco Repassador
Energisa Rondônia	198.232	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3,23% a.a.	Banco Repassador
Energisa Acre	99.146	14 anos	153 meses	15 meses	Trimestral	TJLP + 3,23% a.a.	Banco Repassador
Total	**1.487.055**						

47.6. Energização da linha de transmissão na controlada EPA II: Em 16 de fevereiro de 2021, a controlada EPA II, energizou a linha de transmissão 230kV Xinguara II - Integradora Sossego, além das ampliações nos pátios de 230 kV das subestações Xinguara e Integradora Sossego. Esse trecho possui 72,3 quilômetros de linha de transmissão e Receita Anual Permitida (RAP) de R$3.110 para o ciclo 2020-2021, que compõe a Função de Transmissão 1 da EPA II e representa 8,61% da RAP total do empreendimento. A obra foi concluída em 29 meses após a assinatura do contrato de concessão e a operação tendo sido antecipada em 25 meses, frente a data prevista de entrada em operação regulatória. Os investimentos totalizaram cerca de R$80.000. A EPA II é um empreendimento que compreende as instalações do lote 19 do leilão ANEEL 02/2018, situado no Pará, que compõe, além destas instalações, a implantação da elevação de tensão para 500 kV na subestação Integradora Sossego, LT 500 kV Integradora Sossego - Serra Pelada, com novo pátio de 138 kV na subestação Serra Pelada para rebaixamento de tensão e conexão do Usuário, que são as instalações das Funções de Transmissão 2 e 3 deste empreendimento. **47.7. Pagamentos de dividendos do exercício de 2020 - Controladora:** O dividendo complementar à antecipação realizada em agosto de 2020 no valor de R$399.204 (R$0,22 por ação ordinária e preferencial ou R$1,10 por Unit) será pago em 30 de março de 2021, com base na posição acionária em 19 de março de 2021. Os dividendos totais do exercício representam 35,77% do lucro líquido da Controladora, ajustado pela reserva legal. **47.8. Pagamentos de dividendos do exercício de 2020 - Controladas:** As subsidiarias abaixo, aprovaram os dividendos intercalares a conta do lucro do exercício de 2020 conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R$)	Data do pagamento
		2,411432326489 ON	
Energisa Mato Grosso	446.561	1,843817009135 PN	Em 26/03/2021
Energisa Mato Grosso do Sul	273.364	422,499599824 ON	A partir de 12/03/2021
Energisa Tocantins	41.652	63,921831200 ON e PN	A partir de 12/03/2021
Energisa Sul Sudeste	95.689	985,342743121 ON	A partir de 12/03/2021
Energisa Paraíba	237.503	258,6724801341 ON	A partir de 12/03/2021
Energisa Sergipe	51.728	264,5798034873 ON	A partir de 12/03/2021
Energisa Borborema	22.840	77,9746158494 ON	A partir de 12/03/2021
Energisa Minas Gerais	34.605	42,2729026504 ON	A partir de 12/03/2021
Energisa Nova Friburgo	8.244	273,7293053526 ON	A partir de 12/03/2021
Rede Energia Participações	669.296	0,3171531231 ON	Em 29/03/2021
Energisa Participações Minoritárias	417.835	0,58580782 ON 2,26874599 PN	(*)

(*) A data de pagamento dos dividendos da controlada Energisa Participações será determinada na AGO.

47.9. Usina UFV Aurora - controlada Alsol: No início de 2021 a controlada ALSOL iniciou a montagem da usina UFV Aurora em Leopoldina, a área da Energisa -MG, com potência de 3,1 MWp e com 100% das cotas alugadas a clientes pessoa jurídica. O investimento previsto neste projeto é de R$ 12.000 com previsão de entrada em operação a plena carga até a terceira semana de março de 2021. A Alsol tem mais 14 projetos em construção que totalizam 43 MWp, e com conexão prevista ao longo do ano de 2021, o que nos leva ao patamar de 73 MWp instalado até o final deste ano.

47.10. Registro da oferta pública de ações - OPA Rede Energia: Em reunião do conselho de administração da Energisa S.A. realizada em 12 de novembro de 2020, foi aprovado o protocolo do requerimento de registro da oferta pública por aumento de participação para a aquisição - pela Energisa S.A. - de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Rede Energia Participações S.A. ("Rede Energia"), participação destinada a 0,43% do capital social da Rede, detidas por acionistas minoritários da Rede Energia ("OPA Rede Energia") na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em cumprimento ao determinado pela CVM no âmbito do Processo CVM nº 19957.0006377/2020-53, tendo sido protocolado junto a CVM e na B3 no dia seguinte aquela data. Em 2 de março de 2021, a Companhia recebeu versão atualizada do laudo de avaliação das ações de emissão da Rede Energia, com preço de R$ 8,42/ação, elaborado pela Técnica Assessoria de Mercado de Capitais e Empresarial Ltda. ("Técnica"), instituição avaliadora indicada e nomeada no âmbito do procedimento de revisão de preço previsto no art. 4º-A da Lei das S.A. e art. 23 e seguintes da ICVM 361/02. Em 8 de março de 2021, a Companhia submeteu à CVM e à B3 a documentação atualizada da Oferta, considerando a versão atualizada do laudo de avaliação divulgado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivan Müller Botelho - Presidente
Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente
Marcilio Marques Moreira - Conselheiro
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Conselheiro
Antonio Jose de Almeida Carneiro - Conselheiro
José Luiz Alqueres - Conselheiro
Luciana de Oliveira Cezar Coelho - Conselheira
Maurício Perez Botelho - Suplente
Pedro Renato Arruda Stevaux - Suplente
Marcelo Silveira da Rocha - Suplente
André da La Saigne de Botton - Suplente

CONSELHO FISCAL

Flavio Stamm - Conselheiro
Carlos Jurgen Temke - Conselheiro
Vania Andrade de Souza - Conselheira
Mario Daud Filho - Conselheiro
Jorge Nagib Amary Junior - Suplente em exercício
Gilberto Lerio - Suplente
Vicente Moliterno Neto - Suplente
Antonio Eduardo Bertolo - Suplente
Gabriel Ricci Sanchez - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo Perez Botelho - Diretor Presidente
Mauricio Perez Botelho - Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Vicente Côrtes de Carvalho - Contador - CRC-MG 042523/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Energisa S.A. ("Companhia"), nos termos do parágrafo 3º do art. 163 da Lei 6.404/76 apreciou (i) o relatório anual da administração e das contas da Diretoria; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) o orçamento de capital da Companhia que considera retenção do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iv) bem como proposta da Diretoria para a destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (v) o Relatório dos Auditores Independeres sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalvas pela Ernst & Young Auditores Independentes em 11 de março de 2021; e, após exame da documentação em questão opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos à Assembleia Geral de Acionistas.

Conselheiros Fiscais:

Jorge Nagib Amary Junior — Flavio Stamm — Vania Andrade de Souza — Carlos Jurgen Temke — Mario Daud Filho

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Energisa S.A.,** Cataguases - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Energisa S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiros individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica:** As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica das controladas envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles interno chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia. Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Administração para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 33, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica:** Os investimentos na infraestrutura das concessões de distribuição de energia elétrica das controladas da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da sua disponibilidade para uso , são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência dos contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2020 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R$933.924 mil, R$6.062.396 mil, R$14.171.278 mil. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pelas controladas da Companhia nos termos dos contratos de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente, respeitando o seu ciclo de revisão tarifaria a cada 4 ou 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) Verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis das controladas. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 16.1, 17 e 20.1 das demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 16.1, 17 e 20.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões para riscos fiscais:** Conforme divulgado na nota explicativa 28, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R$6.142.606 mil em 31 de dezembro de 2020, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R$3.337.650 mil se referem a ações de natureza tributária. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia e suas controladas para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 28 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 28, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A

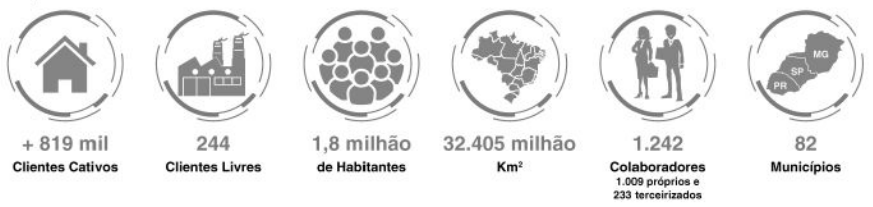
CNPJ/MF 07.282.377/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sul-Sudeste", "ESS" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2020, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 11 de março de 2021.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2020	2019	Acréscimo
Subestações - nº	98	95	+ 3
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.641	2.360	+ 281
Linhas de transmissão - km	545	449	+ 96
Redes de distribuição - km	32.369	31.971	+ 398
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	49.291	48.618	+ 673
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.840	1.797	+ 42,5

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

No Prêmio Abradee - Edição Especial 2020, da Associação Brasileira de Distribuidoras, a Energisa Sul-Sudeste apresentou evolução no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) em relação a 2019: de 80,7% para 84,9% - desempenho melhor que a média nacional de 74,9%. A pesquisa com consumidores foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2020 por telefone por causa do distanciamento social. E no Prêmio Aneel de Ouvidoria, divulgado em julho de 2020, conquistou o terceiro lugar. E no Prêmio Aneel de Ouvidoria, conquistou o segundo lugar na categoria Distribuidoras de Médio Porte, em reconhecimento divulgado em julho de 2020.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques: Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2020	2019	Variação %
Resultados - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	2.782,0	2.735,2	+ 1,7
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.604,0	2.597,4	+ 0,3
Receita Operacional Líquida	1.824,7	1.749,6	+ 4,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.646,8	1.611,8	+ 2,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	211,2	182,5	+ 15,7
EBITDA	269,7	236,6	+ 14,0
EBITDA Ajustado	293,0	257,6	+ 13,7
Resultado financeiro	(23,8)	(9,6)	+ 147,7
Lucro Líquido	124,3	116,1	+ 7,1
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	2.363,4	2.030,4	+ 16,4
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	315,9	169,9	+ 85,9
Patrimônio Líquido	601,7	552,7	+ 8,9
Endividamento Líquido	503,6	573,6	- 12,2
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	819,3	799,8	+ 2,4
Vendas de energia a consumidores cativos - (GWh) [1]	3.352,6	3.417,2	- 1,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) [1]	4.387,6	4.445,5	- 1,3
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%) [2]	16,1	14,7	+ 1,3 p.p.

[1] Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. [2] EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

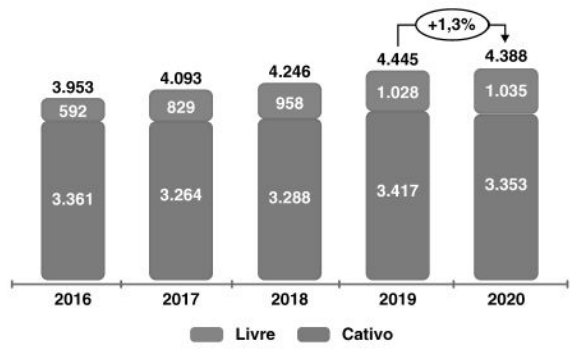
3. Desempenho operacional

3.1. Mercado de energia: Em 2020, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.387,6 GWh, redução de 1,3% em relação ao ano anterior. A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição / Valores em GWh	Trimestre 4T20	Trimestre 4T19	Trimestre Var. %	Exercício 2020	Exercício 2019	Exercício Var. %
Residencial	**437,0**	**399,9**	**+ 9,3**	**1.565,5**	**1.512,3**	**+ 3,5**
Industrial	**327,1**	**324,5**	**+ 0,8**	**1.228,9**	**1.264,4**	**- 2,8**
Cativo Industrial	74,6	86,0	- 13,3	310,1	339,5	- 8,7
Livre Industrial	252,5	238,4	+ 5,9	918,8	925,0	- 0,7
Comercial	**218,4**	**224,8**	**- 2,8**	**771,9**	**846,4**	**- 8,8**
Cativo Comercial	186,4	198,2	- 5,9	668,6	751,9	- 11,1
Livre Comercial	32,0	26,6	+ 20,4	103,3	94,5	+ 9,3
Rural	**97,4**	**88,2**	**+ 10,4**	**356,3**	**332,9**	**+ 7,0**
Cativo Rural	97,4	88,2	+ 10,4	356,3	332,9	+ 7,0
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	**117,6**	**125,9**	**- 6,6**	**465,1**	**489,4**	**- 5,0**
Cativo Outros	112,6	123,7	- 9,0	452,2	480,6	- 5,9
Livre Outros	5,0	2,2	+ 126,4	12,9	8,8	+ 47,1
1 Vendas de energia no mercado cativo	**907,9**	**895,9**	**+ 1,3**	**3.352,6**	**3.417,2**	**- 1,9**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	289,6	267,2	+ 8,4	1.035,0	1.028,3	+ 0,7
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	**1.197,5**	**1.163,1**	**+ 3,0**	**4.387,6**	**4.445,5**	**- 1,3**
4 Fornecimento não faturado	10,9	15,8	- 30,7	3,2	1,7	+ 83,0
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**1.208,5**	**1.178,9**	**+ 2,5**	**4.390,8**	**4.447,2**	**- 1,3**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 819.256 unidades consumidoras cativas, número 2,4% superior ao registrado no fim de 2019 e com 244 consumidores livres.

3.2 Perdas de energia elétrica ("perdas")

A Companhia repete os bons resultados e consolida a trajetória abaixo dos seus limites regulatórios. O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

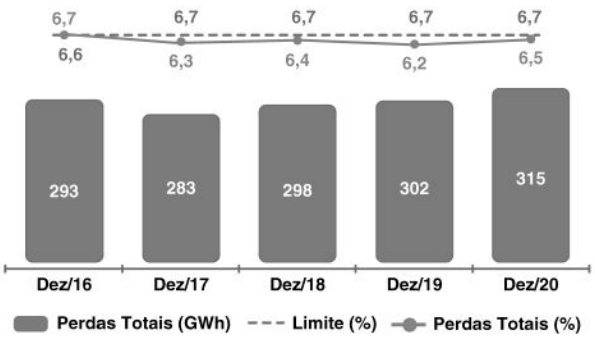
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	
6,24	6,17	6,15	-0,05	0,52	0,32	6,19	6,68	6,47	6,73

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	dez/19	set/20	dez/20	Var. (%)[1]
304,6	298,3	299,3	-2,6	24,9	15,7	302,1	323,2	315,0	- 2,6

[1] Variação dezembro de 2020/dezembro de 2019.

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



3.3 Gestão da Inadimplência

3.3.1 Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

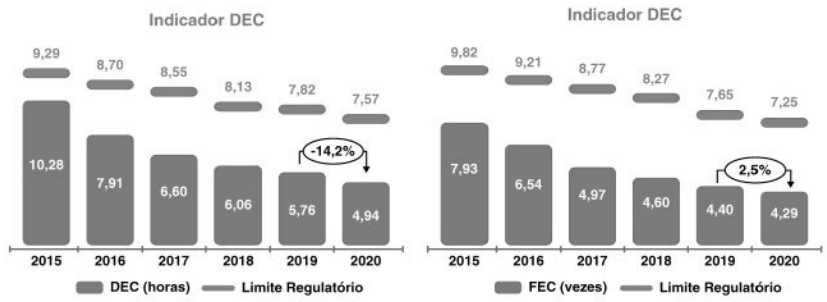
Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%) dez/20	dez/19	Variação em p.p.	Dez /20 (sem PPECLD Covid)	Variação em p.p.
ESS	0,34	0,09	0,24	0,2	0,1

3.3.2. Taxa de Arrecadação: A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%) dez/20	dez/19	Variação em p. p.
ESS	98,97	99,09	- 0,12

3.4 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC: Com prioridade aos investimentos em melhoria da qualidade, a Companhia busca manter os indicadores de fornecimento de energia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC), melhores do que limites regulatórios. Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



4. Desempenho Financeiro

4.1 Receita Operacional: Em 2020, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R$ 2.604,0 milhões contra R$ 2.597,4 milhões registrados em 2019, crescimento de 0,3% (R$ 6,7 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, também apresentou aumento de 2,2% (R$ 35,0 milhões) no período, para R$ 1.646,8 milhões. A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre 4T20	Trimestre 4T19	Trimestre Var. %	Exercício 2020	Exercício 2019	Exercício Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**584,2**	**568,6**	**+ 2,7**	**2.054,7**	**2.109,4**	**- 2,6**
ü Residencial	301,5	275,1	+ 9,6	1.030,2	1.011,9	+ 1,8
ü Industrial	50,2	54,8	- 8,4	195,0	214,0	- 8,9
ü Comercial	128,1	134,7	- 4,9	446,2	501,0	- 10,9
ü Rural	46,8	40,4	+ 15,9	161,9	145,3	+ 11,4
ü Outras classes	57,6	63,7	- 9,5	221,5	237,1	- 6,6
(+) Suprimento de energia elétrica	17,5	2,3	+ 660,7	30,2	82,7	- 63,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	17,7	9,3	+ 91,3	24,2	18,6	+ 29,9
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	74,0	65,2	+ 13,5	267,9	234,2	+ 14,4
(+) Receitas de construção	51,5	37,7	+ 36,5	177,9	137,8	+ 29,1
(+) Constituição e amortização - CVA	22,1	(25,0)	-	70,5	(12,9)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	33,9	36,2	- 6,3	120,4	131,7	- 8,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	2,1	0,9	+ 129,8	2,8	2,1	+ 35,7
(+) Outras receitas	9,3	8,1	+ 14,5	33,4	31,7	+ 5,5
(=) Receita bruta	**812,4**	**703,3**	**+ 15,5**	**2.782,0**	**2.735,2**	**+ 1,7**
(-) Impostos sobre vendas	208,4	193,0	+ 8,0	720,4	723,4	- 0,4
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(1,9)	(3,0)	- 34,9	(7,2)	(5,2)	+ 38,0
(-) Encargos setoriais	61,8	53,4	+ 15,8	244,1	267,4	- 8,7
(=) Receita líquida	**544,1**	**459,9**	**+ 18,3**	**1.824,7**	**1.749,6**	**+ 4,3**
(-) Receitas de construção	51,5	37,7	+ 36,5	177,9	137,8	+ 29,1
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**492,5**	**422,1**	**+ 16,7**	**1.646,8**	**1.611,8**	**+ 2,2**

Foram determinantes para esse desempenho: i) Aumento de 2,7% (R$ 15,6 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T20 em relação ao 4T19 (redução de 2,6% ou R$ 54,7 milhões em 2020 sobre 2019); ii) Crescimento de 660,7% (R$ 15,2 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias em relação ao 4T19 (redução de 63,5% ou R$ 52,5 milhões em 2020 sobre 2019); iii) Acréscimo de 13,5% (R$ 8,8 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) em relação ao 4T19 (aumento de 14,4% ou R$ 33,7 milhões em 2020 sobre 2019); e iv) Crescimento de 129,8% (R$ 1,2 milhão) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T20 em relação ao 4T19 (aumento de 35,7% ou R$ 0,7 milhão em 2020 sobre 2019).

4.2 Despesas operacionais: As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 1.435,6 milhões em 2020 e R$ 427,5 milhões no 4T20, aumentos de 0,4% (R$ 6,3 milhões) e 12,5% (R$ 47,7 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2019. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram redução de 3,1% (R$ 3,1 milhões), totalizando R$ 94,4 milhões no 4T20. No acumulado em 2020, essas despesas totalizaram R$ 284,5 milhões, decréscimo de 6,9% (R$ 21,1 milhões) ante os R$ 305,6 milhões registrados no 2019. A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

continua ...

continuação...

Composição das despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre 4T20	4T19	Var. %	Exercício 2020	2019	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**359,2**	**293,6**	**+ 22,3**	**1.170,1**	**1.141,8**	**+ 2,5**
1.1 Energia comprada	283,7	232,0	+ 22,3	901,1	914,4	- 1,5
1.2 Transporte de potência elétrica	75,6	61,7	+ 22,5	269,0	227,3	+ 18,3
2 Custos e Despesas controláveis	**51,4**	**72,4**	**- 29,1**	**205,1**	**233,8**	**- 12,3**
2.1 PMSO	52,5	71,9	- 27,0	194,8	227,4	- 14,4
2.1.1 Pessoal	33,0	32,5	+ 1,5	89,3	93,5	- 4,5
2.1.2 Fundo de pensão	(12,4)	0,3	-	(9,0)	3,5	-
2.1.3 Material	3,7	4,8	- 23,0	14,7	15,0	- 2,1
2.1.4 Serviços de terceiros	24,6	28,9	- 15,1	88,1	102,3	- 13,9
2.1.5 Outras	3,6	5,4	- 33,0	11,7	13,1	- 10,8
ü Multas e compensações	0,1	0,0	+ 59,2	0,2	0,2	- 25,0
ü Contingências (liquidação de ações cíveis)	1,9	0,8	+ 132,6	3,0	3,2	- 7,3
ü Outros	1,7	4,6	- 63,3	8,5	9,7	- 11,6
2.2 Provisões/Reversões	(1,1)	0,5	-	10,3	6,4	+ 62,1
2.2.1 Contingências	(0,7)	0,3	-	2,5	4,1	- 39,6
2.2.2 Devedores duvidosos	(0,4)	0,2	-	7,8	2,2	+ 251,0
3 Demais receitas/despesas	**16,9**	**13,8**	**+ 22,8**	**60,5**	**53,7**	**+ 12,6**
3.1 Depreciação e amortização	15,4	13,8	+ 11,3	58,5	54,1	+ 8,1
3.2 Outras receitas/despesas	1,6	(0,0)	-	2,0	(0,4)	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**427,5**	**379,9**	**+ 12,5**	**1.435,6**	**1.429,3**	**+ 0,4**
Custo de construção (*)	51,5	37,7	+ 36,5	177,9	137,8	+ 29,1
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**479,1**	**417,6**	**+ 14,7**	**1.613,6**	**1.567,1**	**+ 3,0**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3 Lucro líquido e geração de caixa: A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R$ milhões	Trimestre 4T20	4T19	Var. %	Var. R$	Exercício 2020	2019	Var. %	Var. R$
(=) Lucro Líquido	**41,0**	**33,9**	**+ 21,0**	**7,1**	**124,3**	**116,1**	**+ 7,1**	**8,2**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(21,5)	(17,1)	+ 25,7	(4,4)	(63,1)	(56,8)	+ 11,1	(6,3)
(-) Resultado financeiro	(2,4)	8,8	-	(11,2)	(23,8)	(9,6)	+ 147,7	(14,2)
(-) Depreciação e amortização	(15,4)	(13,8)	+ 11,3	(1,6)	(58,5)	(54,1)	+ 8,1	(4,4)
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**80,4**	**56,1**	**+ 43,3**	**24,3**	**269,7**	**236,6**	**+ 14,0**	**33,1**
(+) Receita de acréscimos moratórios	6,5	5,0	+ 29,4	1,5	23,3	21,0	+ 10,8	2,3
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**86,9**	**61,1**	**+ 42,2**	**25,8**	**293,0**	**257,6**	**+ 13,7**	**35,4**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	16,0	13,3	+ 2,7 p.p.		16,1	14,7	+ 1,3 p.p.	

4.3.1. Dividendos: Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2020, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$ 118,1 milhões (R$ 1.216,269391012 por ação ordinária), já tendo sido pagos R$ 22,4 milhões (R$ 230,926647891 por ação ordinária), em 26 de março de 2020. Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 11 de março de 2021, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 95,7 milhões, equivalente a R$ 985,342743121 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 12 de março de 2021.

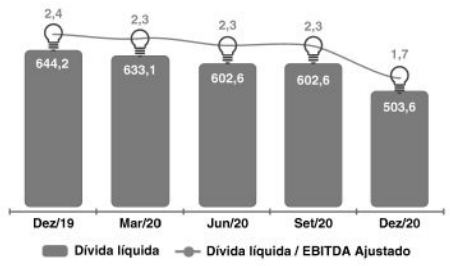
5. Estrutura de capital

5.1. Caixa e Endividamento: A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 366,3 milhões em dezembro, frente aos R$ 299,7 milhões registrados em setembro de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram juntas saldos de R$ 50,4 milhões em dezembro, contra R$ 24,7 milhões em setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 503,6 milhões, contra R$ 602,6 milhões em setembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 2,3 vezes em setembro para 1,7 vezes em dezembro de 2020. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
Circulante	**186,1**	**206,2**	**172,7**
Empréstimos e financiamentos	178,2	190,0	119,6
Debêntures	39,3	40,2	39,0
Encargos de dívidas	1,3	1,2	2,0
Parcelamento de impostos e Benefícios pós emprego	5,3	24,4	24,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(38,0)	(49,5)	(12,3)
Não Circulante	**683,8**	**696,1**	**673,1**
Empréstimos e financiamentos	429,2	448,2	362,8
Debêntures	359,3	327,2	264,5
Parcelamento de impostos e Benefícios pós emprego	65,0	100,7	105,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(169,8)	(180,1)	(59,4)
Total das dívidas	**869,9**	**902,3**	**845,7**
(-) Disponibilidades financeiras	315,9	275,0	169,9
Total das dívidas líquidas	**554,0**	**627,4**	**675,8**
(-) Créditos CDE	24,5	21,0	34,3
(-) Créditos CVA	25,9	3,7	68,0
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**503,6**	**602,6**	**573,6**
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (1)	1,7	2,3	2,2

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alvancagem
Dívida líquida (R$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)



5.2. Cronograma de amortização das dívidas: O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2020, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão
(R$ milhões)

6. Investimentos

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu R$ 201,3 milhões em 2020, ante R$ 159,1 milhões do ano anterior. No quarto trimestre do ano, o valor chegou a R$ 55,7 milhões. Esse crescimento ocorreu mesmo com a revisão estratégica do plano de investimentos do Grupo Energisa para adaptação aos efeitos da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, foram preservados investimentos essenciais para a continuidade das operações, e postergados, de forma prudente, projetos menos prioritários, visando à proteção ao caixa e à gestão de liquidez da Companhia. A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre 4T20	4T19	Var. %	Exercício 2020	2019	Var. %
Ativo Elétrico	48,4	29,0	+ 66,9	176,0	125,6	+ 40,1
Obrigações Especiais	3,8	5,8	- 34,5	13,2	16,5	- 20,0
Ativo não Elétrico	3,5	7,5	- 53,3	12,1	17,0	- 28,8
Total dos Investimentos	**55,7**	**42,3**	**+ 31,7**	**201,3**	**159,1**	**+ 26,5**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações no ano, destacaram-se investimentos em subestações, visando à melhoria na qualidade do fornecimento de energia e flexibilidade operacional: ✓ Construção das novas subestações: SE Presidente Prudente 2 138/11,4 kV 30 MVA; SE Guarapuava 2 138/13,8 kV 30 MVA; SE Extrema 2 138/13,8 kV 30 MVA; SE Nova Urupês 138/34,5/13,8 kV 30MVA (setor de média tensão). ✓ Medição e adequação de malhas de aterramento em subestações; ✓ Instalação do sistema de teleproteção na linha de transmissão Flórida-Tupã; Aquisição de transformador móvel 138x69/34,5x13,8 kV - 30MVA para atendimentos nas regionais Norte e Leste (2º Parte); ✓ Adequações nas subestações: P1, JQM e Assis I; ✓ Construção de Quadrado de Manobra de 88 kV e Setor 138/88 kV 60 MVA na SE P5, interligando os sistemas de 138 kV e 88 kV na região de Presidente Prudente; ✓ Substituição de transformadores da SE Maracaí, SE Martinópolis, SE Paraguaçu Paulista, SE Monte Verde e SE Santo Anastácio; ✓ Instalação de Bancos de Capacitores na SE Cambuí 2, garantindo o atendimento ao aumento de carga previsto para os próximos cinco anos pelo ponto de suprimento CEMIG; ✓ Instalação de Reguladores de Tensão para atendimento de 3 subestações: Parapuã, Inúbia Paulista e Sales; ✓ Construção de 17,18 km de rede média tensão para interligação entre alimentadores e deslocamento de redes em locais de difícil acesso.

7. Gestão de pessoas

A gestão do capital humano é uma das alavancas para a perenidade dos negócios. A Energisa Sul Sudeste busca atrair, reter e capacitar profissionais que compartilhem de seus valores e contribuam para o alcance de seus objetivos e da qualidade dos serviços. A Empresa encerrou 2020 com 1.009 colaboradores próprios e 233 contratados de terceiros, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção. A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, desdobrado em ações de desenvolvimento de colaboradores em todos os níveis, das equipes de campo aos líderes e futuros líderes. No ano, foram investidos R$ 239,9 mil em treinamento e educação, com a média de 58,9 horas por empregado de cargos operacionais, 40,62 em cargos gerenciais e 28,5 horas m áreas administrativas. No ano, com o cenário de pandemia, foi fundamental a Educativa Online, plataforma que compreende o modelo de capacitação por meio de trilhas para incentivar a mentalidade de autodesenvolvimento por meio de educação e treinamento direcionados a todos os negócios do Grupo Energisa. Em 2020, no Programa de Autodesenvolvimento, foram liberados mais de 50 novos cursos, a exemplo de desenvolvimento de sistemas, data analytics e customer experience. Outro destaque de 2020 foi a criação de um grupo de trabalho para gerenciar a efetivação do programa de diversidade da Companhia. O trabalho constou de benchmarking com empresas de referência e construção do cenário de diversidade, como apoio ao posicionamento em relação ao tema.

8. Saúde e segurança

Segurança é um valor inegociável para a Energisa Sul Sudeste, que endereça iniciativas para a prevenção de acidentes, melhoria de indicadores e de uma cultura baseada no comportamento seguro. No ano, efeito de um óbito com empregado próprio, a taxa de gravidade da força de trabalho (próprios e terceiros) passou de 72,97 em 2019 para 1.874,13 em 2020. A taxa de frequência (próprios e terceiros) foi de 6,90, ante 1,99 no ano anterior. A principal iniciativa para gestão de saúde e segurança envolve o projeto Operar Seguro, que tem foco em reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Também são realizados workshops com lideranças e palestras com colaboradores e um Comitê Executivo de Saúde e Segurança garante que diretores e líderes abordem questões estratégicas de saúde e segurança. Todos os colaboradores e contratados de terceiros devem seguir as Regras de Ouro, um conjunto de procedimentos a observar em qualquer tarefa. Em 2020, foi realizado um curso com informações sobre segurança ao conduzir os veículos e a nova telemetria do Grupo, quais as responsabilidades do condutor, detalhes sobre os equipamentos instalados e na frota. Realizados na plataforma de em sino a distância, os cursos contemplaram dados sobre o aplicativo disponível para monitoramento e melhorias no comportamento ao volante, entre outros temas. Está em desenvolvimento um projeto de realidade virtual, cujo objetivo é que eletricistas adquiram conhecimento inicial de forma a mitigar o risco atrelado ao trabalho. E para saúde e qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, há o Programa Viva Energia, com os pilares de Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. O primeiro inclui ginástica laboral, campanhas para a promoção da saúde e prevenção de doenças, assim como monitoramento de exames periódicos. Em Saúde Assistencial são concedidos benefícios a portadores de doenças crônicas e de câncer. E o pilar Qualidade de Vida promove atividades que contribuem para saúde e bem-estar, como musculação e natação, por meio de parceria com academias em todo o território nacional. Em 2020, com o cenário de pandemia, foi dada atenção especial ao aspecto de saúde mental dos colaboradores.

9. Responsabilidade socioambiental

A sustentabilidade está incorporada à estratégia da Energisa Sul Sudeste, pela consciência de seu potencial de impacto sobre a sociedade e o meio ambiente, com o apoio de um modelo de negócio que visa a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Esse direcionamento permite à Companhia captar as oportunidades do setor e contribuir com o desenvolvimento sustentável. Como reforço à sua estratégia, em 2020 o Grupo Energisa passou a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Nações Unidas (ONU) que fornece diretrizes para iniciativas que contribuam para impulsionar a sustentabilidade e a cidadania. Como empresa signatária, tem como compromisso contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030. Também em 2020, o Grupo passou a fazer da Plataforma de Ação pelo Clima, da Rede Brasil do Pacto Global, norteado pelo ODS 7 (energia limpa e acessível) e pelo ODS 13 ação contra a mudança global do clima), por meio do atividades e projetos direcionados para a mitigação e adaptação a esse desafio. **9.1. Eficiência energética:** A Companhia investiu R$ 3,6 milhões em 2020 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 5.010 unidades consumidoras e permitiram economizar 1.681,4 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante um ano aproximadamente 700 residências com consumo médio mensal de 200 kWh. O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica. Como parte do Energia em Foco, que reúne os projetos de eficiência energética que beneficiam órgãos públicos, incluindo iluminação urbana, e instituições de saúde, foram trocadas de 897 lâmpadas por unidades com tecnologia LED em parceria com as prefeituras de Borá, Osvaldo Cruz, Tarumã, Pedrinhas Paulista, Cambuí e Santo Grande, o que deve proporcionar uma economia de 896,73 MWh/ano. Outra iniciativa foi a substituição da iluminação do campus Cedeteg na Universidade Unicentro, que contemplou a troca de 5.463 lâmpadas, que devem proporcionar economia de 324,64 MWh/ano. **9.2. Projetos socioculturais:** Diante dos impactos da pandemia e atenta às demandas da sociedade, o Grupo Energisa criou o Energia do Bem, uma iniciativa de mobilização nacional contou com doação de alimentos e material de limpeza e higiene pessoal para instituições beneficentes. Houve doação de máscaras do tipo N95 a hospitais, assim como de recursos para viabilizar a aquisição de ventiladores pulmonares. Os projetos socioculturais são executados com o apoio da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, que atua na análise técnica e cultural dos projetos patrocinados e é responsável pela gestão de espaços culturais. Em 2020, em razão do distanciamento social devido à Covid-19, esses locais foram fechados para o público a partir de do mês de março. A programação do ano foi toda virtual, com três projetos realizados online: A Escrita da Luz, um concurso de fotografias para estimular pré-adolescentes a enviar fotos captadas por celulares; Galeria Virtual da Usina Cultural Nova Friburgo, com duas mostras coletiva de artistas; e vídeos documentais Pessoas criativas, ideias inspiradoras, que registrou projetos de leopoldinenses sobre folclore, literatura, cinema, música, quadrinhos, teatro e preservação patrimonial. **9.3. Iniciativas ambientais:** A atuação da Energisa Sul Sudeste é orientada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que compreende diretrizes de responsabilidade no convívio com o meio ambiente e uso eficiente de recursos naturais. Os impactos são mitigados por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança (SGMASS), uma ferramenta compatível com as normas ISO 14001 e ISO 45001 e que fornece os subsídios para o adequado monitoramento dos aspectos socioambientais e de saúde e segurança. A Companhia conta com uma área de Meio Ambiente responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos. Em 2020, foi contratada uma plataforma digital para monitorar e atualizar mensalmente a legislação ambiental (federal, estadual e municipal), além da execução de serviços de assessoria para gerenciamento de requisitos legais. A Companhia iniciou em 2020 um projeto-piloto para compostagem de resíduos de poda urbana em Adamantina (SP). Com recursos do Programa de Eficiência Energética, é desenvolvido em parceria com a Prefeitura e o Centro Universitário de Adamantina para a compostagem de resíduos da poda urbana com resíduos orgânicos de merenda escolar das escolas do município, bem como a distribuição de adubo, resultado da compostagem, para agricultores familiares da região. Além disso, é são mantidos convênios com escolas técnicas, para as quais doa resíduos de podas que são triturados e utilizados em projetos para recuperação de pastagens, plantio de café, estudos científicos, compostagem em hortas, etc. A Companhia faz inventario de emissões de gases de efeito estufa (GEE) com o uso de ferramenta de cálculo para

continua ...

continuação...

contabilizar as emissões de CO2 equivalente à planilha do Programa Brasileiro GHG Protocol. São declaradas emissões diretas (combustão estacionária e móvel - escopo 1), de aquisição de e energia (escopo 2) e emissões indiretas (viagens a negócios e deslocamento casa-trabalho - escopo 3). As emissões referentes a 2020 serão publicadas no segundo trimestre de 2021. Os carros da frota são prioritariamente abastecidos com etanol, por ser fonte renovável e menos poluente do que combustíveis fósseis. Para proteger a biodiversidade, são utilizados cabos isolados nas redes em que a arborização pode ser mais afetada pelo contato com a baixa-tensão energizada. De forma a evitar podas indesejáveis e preservar o equilíbrio ecológico, cabos protegidos são instalados redes de média-tensão que têm proximidades com arborização. Nos casos em que há necessidade de corte de vegetação, há ações de reposição florestal para recompor a vegetação, em linha com a legislação ambiental vigente, como forma de compensar a supressão executada durante as obras.

10. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2020 foi de R$ 1.035 mil. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	69.229	41.789
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	246.670	128.144
Consumidores e concessionárias	6	356.906	298.818
Títulos de créditos a receber	7	2.349	2.469
Estoques		8.745	7.556
Tributos a recuperar	8	66.457	106.766
Ativos financeiros setoriais	10	44.227	129.543
Instrumentos financeiros derivativos	34	42.852	20.816
Outros créditos	11	61.449	79.332
Total do circulante		**898.884**	**815.233**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	42.850	35.153
Títulos de créditos a receber	7	-	562
Tributos a recuperar	8	79.519	42.838
Créditos tributários	13	64.259	119.935
Cauções e depósitos vinculados	24	67.144	52.410
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	101.425	62.080
Ativos financeiros setoriais	10	38.680	29.300
Instrumentos financeiros derivativos	34	169.756	59.372
Outros créditos	11	23.317	25.660
		586.950	**427.310**
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	15	17.116	54.620
Investimentos		492	491
Imobilizado	16	15.347	7.455
Intangível	17	844.636	725.304
Total do não circulante		**1.464.541**	**1.215.180**
Total do ativo		**2.363.425**	**2.030.413**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	18	256.282	206.620
Encargos de dívidas	19	1.285	2.020
Empréstimos e financiamentos	19	178.233	119.594
Debêntures	20	39.270	38.993
Impostos e contribuições sociais	22	77.115	76.690
Obrigações estimadas		7.533	7.107
Dividendos		7.253	136
Encargos do consumidor a recolher		13.227	13.363
Contribuição de iluminação pública		7.257	7.885
Encargos setoriais	25	23.621	34.418
Passivos financeiros setoriais	10	48.787	75.324
Instrumentos financeiros derivativos	34	4.874	8.503
Benefícios pós emprego	35	5.304	7.045
Arrendamentos operacionais	21	1.229	1.372
Outros Passivos	26	46.006	21.798
Total do circulante		**717.276**	**620.868**
Não circulante			
Fornecedores	18	5.973	6.106
Empréstimos e financiamentos	19	429.189	362.802
Debêntures	20	359.339	264.488
Impostos e contribuições sociais	22	83.613	78.584
Passivos financeiros setoriais	10	8.251	15.542
Encargos setoriais	25	33.169	32.063
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscaise e regulatórios	24	25.387	21.254
Benefícios pós emprego	35	64.986	71.962
Arrendamentos operacionais	21	2.002	1.198
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	23	29.265	-
Outros Passivos	26	3.312	2.831
Total do não circulante		**1.044.486**	**856.830**
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	27.1	534.717	534.717
Reservas de capital	27.2	662	220
Reservas de lucros	27.3	20.748	14.533
Dividendos adicionais propostos	27.4	88.586	47.465
Outros resultados abrangentes	27.5	(43.050)	(44.220)
Total do patrimônio líquido		**601.663**	**552.715**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.363.425**	**2.030.413**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	28	1.824.737	1.749.610
Custo do serviço de energia elétrica	29	(1.170.055)	(1.141.782)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	29	(359.834)	(321.777)
Lucro bruto		**294.848**	**286.051**
Despesas gerais e administrativas	29	(81.691)	(103.980)
Outras receitas	30	4.769	8.301
Outras despesas	30	(6.755)	(7.907)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**211.171**	**182.465**
Receita financeira	31	55.742	54.151
Despesas financeiras	31	(79.525)	(63.753)
Despesas financeiras líquidas		**(23.783)**	**(9.602)**
Resultados antes dos tributos sobre o lucro		**187.388**	**172.863**
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(8.007)	(42.736)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(55.073)	(14.040)
Lucro líquido do exercício		**124.308**	**116.087**
Lucro líquido básico e diluído ação ordinária - R$	32	**1.281,53**	**1.196,77**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Geração do valor adicionado:			
Receitas		**2.786.740**	**2.746.887**
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28	2.611.252	2.602.579
Outras receitas	30	4.769	8.301
Receitas relativas a construção de ativos próprios	28 e 31	178.532	138.233
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	29	(7.813)	(2.226)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		1.286.408	1.254.661
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros		106.186	124.102
Outros		193.378	154.499
		1.585.972	**1.533.262**
Valor adicionado bruto		**1.200.768**	**1.213.625**
Depreciação, Amortização e Exaustão	29	58.527	54.134
Valor adicionado líquido		**1.142.241**	**1.159.491**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	31	58.460	56.792
Valor adicionado total a distribuir		**1.200.701**	**1.216.283**
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal		**67.126**	**83.476**
Remuneração direta		41.135	56.535
Benefícios		21.588	22.143
FGTS		4.403	4.798
Impostos, taxas e contribuições		**928.974**	**951.823**
Federais		202.439	198.821
Estaduais		482.199	485.317
Municipais		250	300
Obrigações Intra-setoriais		244.086	267.385
Remuneração de capitais de terceiros		**80.293**	**64.897**
Juros	31	80.118	64.154
Aluguéis		175	743
Remuneração de capitais próprios		**124.308**	**116.087**
Reserva legal	27.3	6.215	**5.804**
Dividendos	27.4	29.528	**63.965**
Dividendos adicionais propostos	27.4	88.586	**47.465**
Dividendos prescritos	27.4	(21)	(1.147)
		1.200.701	**1.216.283**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**124.308**	**116.087**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	27.5	1.170	(27.956)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, liquido de impostos		**125.478**	**88.131**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	32	124.308	116.087
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	63.080	56.776
(Receitas) despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		187.124	45.236
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	(2.807)	(2.069)
Amortização e depreciação	29	58.527	54.134
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	29	7.813	2.226
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	24	8.571	9.766
Marcação a mercado de dívidas	31	1.938	10.821
Marcação a mercado de derivativos	31	(1.952)	(10.867)
Instrumentos financeiros derivativos	31	(168.962)	(8.557)
Perda na alienação de bens do intangível	30	2.616	974
Programa de remuneração variável (ILP)		442	129
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(73.111)	(18.938)
Diminuição de títulos de créditos a receber		682	4.505
(Aumento) de estoques		(1.189)	(3.147)
Diminuição (Aumento) de tributos a recuperar		40.544	(28.339)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(11.732)	(10.689)
(Aumento) Diminuição de ativos financeiros setoriais	10	(14.445)	93.810
Recebimentos Despacho nº 2.177 - CONTA COVID		97.396	-
(Aumento) de outros créditos a receber		(2.877)	(38.639)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		47.446	48.660
Aumento de impostos e contribuições sociais		23.206	18.056
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.240)	(64.904)
Aumento de obrigações Estimadas		426	232
(Diminuição) passivos financeiros setoriais	10	(39.593)	(73.701)
(Diminuição) Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(6.075)	(5.631)
Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar		31.341	(16.006)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**363.477**	**179.925**
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(113.991)	(13.274)
Aplicações no intangível e imobilizado	16 e 17	(185.360)	(150.948)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	16 e 17	1.545	4.077
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(297.806)**	**(160.145)**
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	19 e 20	280.836	160.000
Pagamentos de empréstimos - principal	19 e 20	(235.398)	(10.417)
Pagamentos de empréstimos - juros	19 e 20	(27.006)	(32.172)
Pagamentos de parcelamento de impostos	22	(13.239)	(5.701)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		27.678	(11.114)
Pagamento de dividendos		(69.855)	(87.288)
Pagamento por Arrendamento Operacional	21	(1.247)	(1.340)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**(38.231)**	**11.968**
Variação líquida do caixa		**27.440**	**31.748**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	41.789	10.041
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	69.229	41.789
Variação líquida do caixa		**27.440**	**31.748**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

continuação...

ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - CNPJ/MF 07.282.377/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reserva de lucros - Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 janeiro de 2019		**534.717**	91	**8.729**	**23.343**	**-**	**(16.264)**	**550.616**
Dividendos prescritos	27.4	-	-	-	-	1.147		**1.147**
Pagamentos de dividendos	27.4	-	-	-	(23.343)	-	-	**(23.343)**
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	129	-	-	-	-	**129**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	116.087	-	**116.087**
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								**-**
Reserva legal	27.3	-	-	5.804	-	(5.804)	-	**-**
Dividendos	27.4	-	-	-	-	(63.965)	-	**(63.965)**
Dividendos adicionais propostos	27.4	-	-	-	47.465	(47.465)	-	**-**
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos								**-**
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	-	(42.358)	**(42.358)**
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	-	14.402	**14.402**
Saldos em 31 dezembro de 2019		**534.717**	**220**	**14.533**	**47.465**	**-**	**(44.220)**	**552.715**
Dividendos prescritos		**-**	**-**	**-**	**-**	21	**-**	**21**
Pagamento dividendos reserva	27.4	**-**	**-**	**-**	(47.465)	-		**(47.465)**
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	442	-	-	-	-	**442**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	124.308	-	**124.308**
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	27.3	-	-	6.215	-	(6.215)	-	**-**
Dividendos	27.4	-	-	-	-	(29.528)	-	**(29.528)**
Dividendos adicionais propostos	27.4	-	-	-	88.586	(88.586)	-	**-**
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos								
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	-	1.774	**1.774**
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	27.5	-	-	-	-	-	(604)	**(604)**
Saldos em 31 dezembro de 2020		**534.717**	**662**	**20.748**	**88.586**	**-**	**(43.050)**	**601.663**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	**2020**			**2019**		
Receita líquida (RL)			1.824.737			1.749.610
Resultado operacional (RO)			187.388			172.863
Folha de pagamento bruta (FPB)			81.679			80.588
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	12.601	15,43%	0,69%	12.840	15,93%	0,73%
Encargos sociais compulsórios	17.571	21,51%	0,96%	18.293	22,70%	1,05%
Previdência privada	(8.993)	-11,01%	-0,49%	3.502	4,35%	0,20%
Saúde	8.297	10,16%	0,45%	8.369	10,38%	0,48%
Segurança e saúde no trabalho	2.232	2,73%	0,12%	2.517	3,12%	0,14%
Educação	156	0,19%	0,01%	187	0,23%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	420	0,51%	0,02%	694	0,86%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	88	0,11%	0,00%	72	0,09%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	10.475	12,82%	0,57%	9.114	11,31%	0,52%
Outros	978	1,20%	0,05%	869	1,08%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	**43.825**	**53,65%**	**2,38%**	**56.457**	**70,05%**	**3,22%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	199	0,11%	0,01%	330	0,19%	0,02%
Cultura	759	0,41%	0,04%	836	0,48%	0,05%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	28	0,01%	0,00%	102	0,06%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.829	0,98%	0,10%	244	0,14%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**2.815**	**1,51%**	**0,15%**	**1.512**	**0,87%**	**0,09%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	667.317	356,12%	36,57%	666.145	385,36%	38,07%
Total - Indicadores sociais externos	**670.132**	**357,63%**	**36,72%**	**667.657**	**386,23%**	**38,16%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	8.684	4,63%	0,48%	11.156	6,45%	0,64%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	3.923	2,09%	0,21%	12.641	7,31%	0,72%
Total dos investimentos em meio ambiente	**12.607**	**6,72%**	**0,69%**	**23.797**	**13,76%**	**1,36%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2020**			**2019**		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.009			1.028		
Nº de admissões durante o período	91			131		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	233			222		
Nº de estagiários(as)	16			21		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	150			143		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	138			140		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	6,45%			3,33%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	203			192		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,68%			16,67%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	39			35		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2020**			**Metas 2021**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	85,53			85,53		
Número total de acidentes de trabalho	5			4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
s padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 171.444	no Procon 288	na Justiça 574	na empresa 162.872	no Procon 240	na Justiça 398
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,31%	no Procon 100%	na Justiça 9%	na empresa 100 %	no Procon 100%	na Justiça 10%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020:**	**1.200.701**		**Em 2019:**	**1.216.283**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	77% governo 6% colaboradores(as) 10% acionistas 6% terceiros 1% retido			78% governo 7% colaboradores(as) 9% acionistas 6% terceiros 0% retido		
7 - Outras Informações	**2020**			**2019**		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União						
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária						
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)						
7.2 - Programa de eficiência Energética	3.849			15.076		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	5.973			10.642		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**9.822**			**25.718**		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "ESS") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Presidente Prudente - SP, controlada pela Rede Energia Participações S/A ("REDE"). A Companhia é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 82 municípios, sendo 71 municípios no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no Estado do Paraná atendendo a 819.483 consumidores em uma área de concessão de 32.405 km². Em 05 de novembro de 2019, a Companhia obteve o registro de emissor de valores mobiliários na categoria "B". **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015. O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios: I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira; III - Racionalidade operacional e econômica; e IV - Modicidade tarifária. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são: I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço

continua ...

continuação...

Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes aos reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 10, 14, 15, 17.1 e 28 respectivamente. **1.2 Efeitos da COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e de unidades consumidoras que utilizam equipamentos especiais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, inicialmente provocaram queda no consumo e na arrecadação da Companhia, entretanto tem sido observado recuperação das atividades econômicas que tem contribuído na melhoria dos dois fatores. **a) Impactos observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** A pandemia da COVID-19 no Brasil produziu impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia devido a retração do mercado consumidor e ao incremento da inadimplência, agravada pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica. Esses efeitos impactaram diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo na provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD). Por outro lado, a CONTA COVID tem neutralizado, em parte, os efeitos dos eventos no fluxo de caixa da Companhia e contribuído para atenuar as tarifas dos consumidores, enquanto durar a pandemia. A Companhia realizou os cálculos de perdas esperadas com a inadimplência, baseado em suas melhoras estimativas, tendo apurado o montante de R$3.181, reconhecidos a partir de março de 2020 na demonstração do resultado do exercício. A implementação das ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital, tem produzidos efeitos positivos no incremento da arrecadação, que contribuíram na redução das provisões de perdas esperadas. A Companhia segue acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização de seu contas a receber, o qual foi ajustado para considerar as perdas esperadas em 31 de dezembro de 2020. **b) Sobrecontratação de energia elétrica:** O Cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil a níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira. A Companhia segue atenta e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição. Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto 5.163/2004 de modo a reconhecer a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 apurada conforme regulação da Aneel como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL. **c) Equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. Com a publicação da Resolução Normativa nº 885, divulgada no diário oficial em 23 de junho de 2020 foi estabelecido o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos, instaurado a partir de agosto de 2020. A Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial de RTE, referente ao equilíbrio contratual, em suas demonstrações financeiras. **d) Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento e acompanhamento da pandemia:** Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se: **Pessoas:** • Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes; • Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico (Telemedicina) 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público; • Criação de um canal de comunicação "Saúde em Foco" com dicas e orientações sobre os cuidados contra a COVID19 para colaboradores e familiares; • Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19, testagem ampla para todos os casos suspeitos por sintomas ou contato com pessoas testados positivo; • Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e capacitação da liderança e dos colaboradores para desenvolver habilidades para o trabalho remoto. Ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia; • Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações; • Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade; • Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, sinalização dos espaços para garantir o respeito ao distanciamento social. Estabelecimento de monitoramento de temperatura nas entradas das sedes e bases operacionais. Implantação de site responsivo para monitorar casos suspeitos, através de questionário de sintomas; • Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020, aplicada durante o período de abril a agosto de 2020. Em 06 de julho, a MP 936 foi transformada na Lei nº 14.020, publicada no DOU em 07 de julho de 2020, que autoriza a redução de jornada e de salários e a suspensão dos contratos enquanto durar o estado de calamidade pública decretado até 31 de dezembro de 2020. O Decreto nº 10.470 de 24 de agosto de 2020, prorrogou mais uma vez os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, bem como de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais da Lei 14.020/2020. **Sociedade:** O Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos 03 Estados onde a Companhia atua (SP, MG e PR). As principais ações são: • Doação de ventiladores pulmonar; • Doação de máscaras para hospitais e protetores faciais; • Doação de itens de higiene pessoal ao Fundo Social de Presidente Prudente para atender a população em situação de rua. • Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0; • Disponibilidade de carros de som e ações em rádios locais como forma de comunicação mais efetiva quanto a ações de prevenção a pandemia em 223 cidades com baixo IDH; • Doação de R$150 para a Fiocruz na campanha "Unidos contra a COVID-19" no intuito de auxiliar a instituição na produção de testes rápidos para o diagnóstico da doença; • Doação de R$90 para a Unesco com o objetivo de viabilizar o combate a fome distribuindo cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social; e • Doação de R$1.555 para o programa "Estímulo Minas 2020" para viabilizar crédito rápido e barato para micro e pequenos empreendedores no sul do Estado de Minas Gerais; **Financeiras:** • Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde , de forma prudente, diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos, com a redução na ordem de R$27.900, ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento não sofreram impactos relevantes; • Redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019; • Contratação de novos empréstimos com liquidação de outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020; • Revisado o planejamento estratégico, a Companhia sensibilizou suas premissas quanto ao valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras; • Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do PIS e COFINS e da contribuição previdenciária patronal das competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 nos montantes de R$28.136, recolhidos; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020 no montante de R$847, recolhidos; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC dos meses de março a junho de 2020, no montante de R$341, compensados entre os meses de agosto a outubro de 2020; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 31 de julho de 2020 em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE; e • Adesão a CONTA COVID: a Companhia aderiu CONTA COVID implementada através da Resolução Aneel n° 885, de 23 de junho de 2020 que dispôs critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. O principal objetivo da instituição da CONTA COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. Até 31 de dezembro de 2020 foi recebido o montante de R$97.396 de recursos da conta COVID. A Companhia segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021. **2.2 Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 34. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem se ao registro dos efeitos decorrentes de: **I.** Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; **II.** Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos financeiros setoriais; **III.** Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários; **IV.** Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão; **V.** Nota explicativa nº 16 - Imobilizado; **VI.** Nota explicativa nº 17 - Intangível; **VII.** Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; **VIII.** Nota explicativa nº 29 - Custo de energia elétrica comprada para revenda; **IX.** Nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e **X.** Nota explicativa nº 35 - Benefícios-pós emprego.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros:** ***Ativos financeiros*****: Reconhecimento inicial e mensuração** - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas

continua ...

e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - Nota 2.3; • Clientes, consumidores e concessionárias - Nota 6; e • Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota 34. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que A Compnhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2020, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração -** os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *"hedge"* em um *"hedge"* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente -** a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *"hedge"* nas relações de *"hedge"* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *"hedge"* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivo financeiros ao custo amortizado -** após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *"hedge":*** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 34, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de "hedge", do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de "hedge" (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de "hedge" e como determinar o índice de "hedge"). Um relacionamento de "hedge" se qualifica para contabilidade de "hedge" se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de "hedge". • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de "hedge" da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de "hedge" que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os "hedges" que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de "hedge" são registrados conforme descrito abaixo: *"Hedges" de valor justo*: a mudança no valor justo de um instrumento de "hedge" é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de "hedge" atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para "hedges" de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do "hedge", utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de "hedge" for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Consumidores e concessionárias -** inclui o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **d. Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Ativo financeiro indenizável da concessão -** corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa no 14; **g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão; **h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável; **j. Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme indicado na nota explicativa 17.2. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20); **l. Redução a valor recuperável: Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **. Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **. Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: **(i) Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; **(ii) Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e **(iii) Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **n. Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 34; **o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins

continua ...

contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia e suas controladas. **p. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis**; q. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações; **r. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **s. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção corresponde às receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos. As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia; A receita com subvenção governamental somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado dos exercícios em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (nota explicativa nº 11) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras. **t. Benefícios pós-emprego** - plano de suplementação de aposentadoria e pensões e outros benefícios pós emprego- A Companhia patrocina fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia patrocina plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido; **u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e **v. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o Pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras. 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e/ou substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações em suas demonstrações financeiras.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificado de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2020 equivale a 101,9% do CDI (102,5% do CDI em 2019).

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	**23.928**	**14.702**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	**45.301**	**27.087**
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	45.301	-
Operações compromissadas	-	27.087
Total de Caixa e equivalentes de caixa (1)	**69.229**	**41.789**

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados: A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2020 equivale a 86,2% do CDI (110,7% do CDI em 2019).

	2020	2019
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.080	1.016
Fundos de Investimentos (1)	289	286
Fundos de Investimentos Exclusivos (2)	**245.301**	**126.842**
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	2.888	2.798
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	236	314
Operações Compromissadas	-	13.805
Títulos Públicos	32.390	28.449
Fundo Multimercado	787	-
Fundo de Renda Fixa	48.556	23.728
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	57.617	54.050
Letra Financeira (LF)	17.211	42
Letra Financeira (LFS)	43.292	-
Letra Financeira (LTN)	2.005	1.103
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	36.174	2.553
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	4.145	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante (3)	**246.670**	**128.144**

(1) Fundo de Investimentos - são classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 2,6% a 82,3% (92,1% até 95,2% em 2019) do CDI e média ponderada 43,8% (94,2% em 2019) do CDI. (2) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB, NTNF e são remuneradas a 113,5% (105,20% em 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 63,5% (115,7% em 2019) do CDI Fundo Zona da Mata 83,8% e do CDI Fundo Cataguases. (3) Inclui R$1.369 (R$1.304 em 2019) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor.

	2020	2019
Bloqueio judicial credores	289	93
Conselho do consumidor	1.080	1.016
Outros	-	195
Total	**1.369**	**1.304**

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos					Total	
Valores correntes	**Até 60 dias**	**Mais de 60 dias**	**Até 90 dias**	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Há mais de 360 dias**	**PPECLD (2)**	**2020**	**2019**
Residencial	49.490	-	31.490	1.497	129	475	(3.388)	79.693	64.702
Industrial	26.747	-	1.779	118	518	3.391	(3.391)	29.162	31.952
Comercial	32.938	-	6.094	295	345	1.367	(1.712)	39.327	36.440
Rural	10.581	-	2.892	166	153	252	(486)	13.558	10.079
Poder público:	5.703	-	165	1	-	2	(9)	5.862	6.844
Iluminação pública	2.464	-	174	-	-	46	(46)	2.638	3.693
Serviço público	8.761	-	295	-	-	27	(222)	8.861	7.786
Fornecimento não faturado	130.739	-	-	-	-	-	-	130.739	106.564
Arrecadação Processo Classificação	(466)	-	-	-	-	-	-	(466)	162
Valores renegociados:									
Residencial	2.868	4.437	1.692	185	58	849	(2.277)	7.812	1.898
Industrial	870	676	159	18	21	870	(960)	1.654	379
Comercial	1.025	1.717	527	249	139	820	(1.596)	2.881	1.391
Rural	406	553	163	8	7	97	(221)	1.013	177
Poder público:	29	32	-	-	-	9	(9)	61	15
Serviço público	11	3	-	-	-	-	-	14	9
(-) Ajuste a valor presente (1)	(16)	(103)	-	-	-	-	-	(119)	(117)
Subtotal - clientes	**272.150**	**7.315**	**45.430**	**2.537**	**1.370**	**8.205**	**(14.317)**	**322.690**	**271.974**
Suprimento Energia - Moeda Nacional (3)	18.536	-	-	-	-	16.752	-	35.288	28.161
Outros (4)	5	-	19.873	1.811	22	20.375	(308)	41.778	33.836
Total	**290.691**	**7.315**	**65.303**	**4.348**	**1.392**	**45.332**	**(14.625)**	**399.756**	**333.971**
Circulante								356.906	298.818
Não Circulante								42.850	35.153

(1) **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 1,90% a.a. (4,60% a.a. em 2019). (2) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD)**: constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência agravadas pelo cenário da pandemia do COVID-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador ao longo do exercício como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência, quando comparado com o mesmo período de 2019, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias passaram a ter a possibilidade de suspensão da energia a partir de 01 de janeiro de 2021. Outros fatores como as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores, aumento da arrecadação originada pelas medidas adotadas pelas controladas distribuidoras de energia elétrica que vem demonstrar a recuperação gradual das atividades econômicas, contribuíram em muito pelas apurações das perdas no período. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas. Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2020	2019
Saldo inicial- 2019 e 2018	**46.659**	**46.310**
Provisões constituídas no exercício (*)	7.813	2.226
Baixa/reversão de contas de energia elétrica - incobráveis	(2.768)	(1.877)
Saldo final- 2020 e 2019	**51.704**	**46.659**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	14.625	10.142
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 7)	23.014	22.452
Outros créditos a receber (vide nota explicativa nº 11)	14.065	14.065

continua ...

(*) Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R$7.813 (R$2.226 em 2019) cerca de R$3.181 decorre do aumento de inadimplência identificados pelo impacto da COVID-19.

(3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição do saldo da CCEE	**2020**	**2019**
Créditos a vencer	18.536	11.409
Créditos vinculados a liminares (a)	16.752	16.752
Sub-total créditos CCEE	**35.288**	**28.161**
(-) Aquisição de energia CCEE	(63.608)	(41.036)
(-) Encargos de serviços de sistema	(6.220)	(404)
Total créditos CCEE	**(34.540)**	**(13.279)**

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. (4) **Outros: inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar ao consumidores.** A companhia possui R$25.386 (R$17.246 em 2019), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rúbrica de Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER

	2020	**2019**
Valor de aquisição de créditos fiscais (1)	44.034	44.034
(-) Provisão na aquisição de créditos fiscais (1)	(22.633)	(22.633)
(-) Perda no valor recuperável (1)	(21.401)	(21.401)
Prefeitura Municipal Regente Feijó	289	289
(-) Perda Prefeitura Munic. Regente Feijó	(289)	(289)
Prefeitura Municipal Presidente Venceslau	562	562
(-) Perda Prefeitura Municipal Presidente Venceslau	(562)	-
Outros títulos a receber	3.111	3.231
(-) Perda no valor recuperável	(762)	(762)
Total	**2.349**	**3.031**
Circulante	2.349	2.469
Não Circulante	-	562

(1) A Companhia adquiriu em 2003, R$44.034 (R$44.034 em 2019), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A Companhia ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1a Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no montante de R$21.401 (R$21.401 em 2019) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R$22.633 (R$22.633 em 2019).

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	**2019**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	49.849	42.411
Imposto de Renda	28.723	66.650
Contribuição Social	12.322	17.898
Contribuição PIS e COFINS	15.382	11.291
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (1)	29.729	-
Outros	9.971	11.354
Total	**145.976**	**149.604**
Circulante	66.457	106.766
Não Circulante	79.519	42.838

(1) A Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R$29.729, referente a redução do ICMS na base de cálculo das contribuições, após ação judicial da empresa Companhia Força e Luz do Oeste (incorporada em 2017) transitada em julgado no STJ em 05 de maio de 2020 , calculados com base na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic que no exercício foi de R$9.302, contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A Companhia estabelecerá procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado as apurações, conforme nota explicativa nº 23. Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

9. REAJUSTE TARIFÁRIO, REVISÃO TARIFÁRIA E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

9.1 Reajuste tarifário: Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.722 de 07 de julho de 2020 e Nota Técnica nº 114/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 12 de julho de 2020. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 4,87%. **9.2 Revisão tarifária:** A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Resume-se, a seguir, a revisão tarifária em vigor:

Distribuidoras	**Resolução Homologatória**	**Efeito médio para o consumidor (%)**	**Vigência (início)**
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03 de maio de 2016	-0,94%	10 de maio de2016

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

9.3 Bandeiras tarifárias: A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: Bandeira Tarifária Verde; Bandeira Tarifária Amarela; Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2. A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário. A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passou a ser de R$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam: Patamar 1: Com a aplicação de uma tarifa de R$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passou a ser de R$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh); Patamar 2: Com aplicação de uma tarifa de R$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 o acréscimo na tarifa passou a ser de R$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória n°2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima. Em função da pandemia, da COVID-19 a ANEEL, em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulgou medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Contudo, em reunião extraordinária ocorrida em 30 de novembro de 2020, a ANEEL decidiu reativar o sistema de bandeiras para o mês de dezembro de 2020 em razão da queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas associado a retomada do consumo de energia. Em 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2020	**2019**
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Amarela
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 1
Setembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Outubro	Verde	Amarela
Novembro	Verde	Vermelha Patamar 1
Dezembro	Vermelha Patamar 2	Amarela

9.4 Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação: A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia). O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes. Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias. Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL e nem mesmo do Despacho ANEEL nº 2.508/2020 pode ser considerado como conclusivo, uma vez que seu mérito será avaliado pela Diretoria da Agência. Os valores envolvidos de perda da Companhia montam em R$443 (R$443 em 2019) que deverão ser compensados. A Companhia não apresentou excedente ao limite regulatório (100% e 105%) no exercício mantendo-se, portanto, dentro do limite regulatório.

10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

	Saldos em	**Receita Operacional**			**Resultado Financeiro**		**Saldos em**				
Ativo Financeiro Setorial	**2019**	**Adição**	**Amortização**	**Adesão conta COVID (8)**	**Remuneração**	**Tranferência**	**2020**	**Valores em Amortização**	**Valores em Constituição**	**Circulante**	**Não Circulante**
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	87.132	43.064	(59.894)	(77.488)	800	57.806	51.420	-	51.420	24.190	27.230
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.706	-	(1.719)	3.482	-	(3.454)	15	15	-	15	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	-	2.640	1.445	37.364	4	(39.126)	2.327	161	2.166	1.180	1.147
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	16.360	6.952	(6.899)	(15.032)	236	(1.617)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	2.309	2.217	(960)	(1.944)	34	(41)	1.615	-	1.615	760	855
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	25.927	12.866	(17.634)	(21.757)	261	337	-	-	-	-	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	-	17.254	(3.787)	-	93	(8.830)	4.730	4.730	-	4.730	-
Sobrecontratação de energia	1.080	22.730	-	(14.079)	103	273	10.107	-	10.107	4.755	5.352
Exposição de submercados	22.611	9.912	(14.543)	(7.942)	120	-	10.158	4.334	5.824	7.074	3.084
CUSD	-	981	-	-	4	(10)	975	-	975	456	519
Garantias (5)	1.207	1.133	(1.069)	-	22	-	1.293	628	665	941	352
Outros itens financeiros	511	-	(244)	-	-	-	267	-	267	126	141
Total ativo	**158.843**	**119.749**	**(105.304)**	**(97.396)**	**1.677**	**5.338**	**82.907**	**9.868**	**73.039**	**44.227**	**38.680**

	Saldos em	**Receita Operacional**			**Resultado Financeiro**		**Saldos em**				
Passivo Financeiro Setorial	**2019**	**Adição**	**Amortização**	**Adesão conta COVID (8)**	**Remuneração**	**Tranferência**	**2020**	**Valores em Amortização**	**Valores em Constituição**	**Circulante**	**Não Circulante**
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(25.567)	-	-	57.806	32.239	32.239	-	32.239	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	40.679	24.936	(26.846)	-	357	(39.126)	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	3.417	-	-	37	(3.454)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	-	4.259	350	-	-	(1.617)	2.992	65	2.927	1.442	1.550
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	-	49	-	-	(41)	8	8	-	8	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(761)	959	-	3	337	538	94	444	303	235
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	12.040	9.211	(7.000)	-	(111)	(8.830)	5.310	-	5.310	2.498	2.812
Sobrecontração de energia (4)	20.136	4.552	(22.400)	-	(12)	273	2.549	2.549	-	2.549	-
CUSD	1.693	61	(1.718)	-	2	(10)	28	28	-	28	-
Devoluções Tarifárias (7)	12.762	12.182	(12.323)	-	122	-	12.743	5.847	6.896	9.091	3.652
Saldo a compensar (6)	3.556	(233)	(2.721)	-	29	-	631	628	3	629	2
Total passivo	**90.866**	**57.624**	**(97.217)**	**-**	**427**	**5.338**	**57.038**	**41.458**	**15.580**	**48.787**	**8.251**
Saldo líquido	**67.977**	**62.125**	**(8.087)**	**(97.396)**	**1.250**	**-**	**25.869**	**(31.590)**	**57.459**	**(4.560)**	**30.429**
		-	(25.567)	-	-	57.806	32.239	32.239	-	32.239	-

continua ...

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN. Inclui R$16.461 constituídos no segundo semestre referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do Covid-19. (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas. (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. Conforme mencionado na nota 9.4, valores superiores ao limite de 105% estão em discussão e, portanto, ainda não foram reconhecidos. (5) **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004. (6) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada. (7) **Devoluções Tarifárias: r**efere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, atualizadas mensalmente e que estão sendo amortizadas em decorrência da assinatura do Novo Termo Aditivo. (8) **Adesão a conta COVID.**

A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA COVID no valor máximo de R$97.396 destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais todo o montante já foi recebido.

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	97.396

A criação da conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B. O principal objetivo da instituição da CONTA COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente. O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950/2020, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados. De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da CONTA COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

11. OUTROS CRÉDITOS

	2020	2019
Adiantamentos a empregados	1.299	1.441
Adiantamentos a fornecedores	2.612	2.615
Dispêndios a reembolsar	239	239
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	21.768	30.384
Alienação de Bens e Direitos	4.714	5.371
Banco Daycoval S/A (1)	11.988	11.988
(-) Provisão para perdas (1)	(11.988)	(11.988)
Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa (2)	36.035	38.264
(-) AVP - Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa (2)	(12.090)	(12.640)
Despesas pagas antecipadamente	4.556	4.014
Baixa Renda - tarifa social (3)	5.118	4.332
Subvenção CDE - descontos tarifários (4)	19.422	29.921
Ordens de alienação e desativações em curso (5)	(521)	(1.200)
Outros créditos a receber (6)	1.614	2.251
Total	**84.766**	**104.992**
Circulante	61.449	79.332
Não Circulante	23.317	25.660

(1) **Banco Daycoval S/A - refere-se ao valor transferido** para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medidas judicial para recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da Companhia. (2) **Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA - refere-se a créditos a receber oriundos** de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A, realizada em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber da Celpa é de R$36.041 entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA. O saldo será atualizado com uma taxa de juros capitalizados de 6% a.a. até agosto de 2019, após esse período o recebimento dos juros será efetuado semestralmente. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. (3) **Subvenção Baixa Renda** -referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se a provisões agosto e setembro de 2020.

A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

	2020	2019
Saldo inicial- 2019 e 2018	**4.332**	**4.446**
Subvenção Baixa Renda	31.526	19.213
Ressarcimento realizados pela CCEE	(30.740)	(19.327)
Saldo final- 2020 e 2019	**5.118**	**4.332**

(4) **Subvenção CDE - descontos tarifários:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do exercício, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

	2020	2019
Saldo inicial- 2019 e 2018	**29.921**	**20.359**
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	88.861	112.470
Ressarcimento realizados pela CCEE	(99.360)	(102.908)
Saldo final- 2020 e 2019	**19.422**	**29.921**

(5) **Ordens de alienação e desativação em curso:** refere-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído, o que ocorrerá nos próximos exercícios. (6) **Outros créditos:** inclui R$2.077 (R$2.077 em 2019) referente a provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (99,25% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas: • Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE); • QMRA Participações S/A; e • Rede Power Holding de Energia S/A. A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70,01% no capital social. A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (85,31%) que por sua vez possui participação direta na Rede Energia Participações S/A de 29,57% e na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A com 39,83%. Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição Receita/ (Despesa)	Serviços contratados (Despesa)	Debentures - despesas financeiras	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a pagar (Forne-cedores)	Saldo a receber/ (pagar) - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A (1 e 2)	-	(27.087)	(15.071)	(242.779)	(2.774)	-
Energisa Mato Grosso do Sul (3)	6.884	-	-	-	-	216
Energisa Soluções Construções S/A (4)	-	(20.966)	-	-	(1.586)	-
Energisa Soluções S/A (4)	-	(11.200)	-	-	(1.011)	-
Multi Energisa Serviços S/A (5)	-	(3.601)	-	-	(612)	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A (6)	(133)	-	-	-	-	(16)
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	-	(109)	-	-	-	-
2020	**6.751**	**(62.963)**	**(15.071)**	**(242.779)**	**(5.983)**	**200**
2019	**6.224**	**(62.841)**	**(16.141)**	**(212.185)**	**(8.601)**	**178**

(1) **Energisa S/A -** refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL. (2) **Energisa S/A - Debêntures:** (i) Em 19 de julho de 2017 a Companhia efetuou a 1ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foi na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R$96.000 (R$91.821em 2019); e (ii) em 31 de outubro de 2017 a Companhia fez a 3ª emissão de Debêntures de 1ª série incentivada com vencimento em 15 de outubro de 2022 e remuneração de IPCA mais 4,4885% ao ano, 2ª série com vencimento em 15 de outubro de 2024 e remuneração de IPCA mais 4,7110% ao ano, 3ª série com vencimento em 15 de outubro de 2027 e remuneração de IPCA mais 5,1074% ao ano e 4ª série com vencimento em 15 de outubro de 2022 e remuneração de 107,75% CDI. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R$85.224 (R$120.364 em 2019), e (iii) 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 6ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foi na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A, com vencimentos e condições conforme nota explicativa n°20. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado é de R$61.555. (3) **Energisa Mato Grosso do Sul - refere-se** a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição; (4) **Energisa Soluções S/A e Energisa Soluções Construções e Linhas e Redes S/A -** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. (5) **Multi Energisa S/A -** refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. (6) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A -** refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

Remuneração dos administradores

	2020	2019
Remuneração Anual (1)	4.128	6.057
Remuneração da Diretoria	1.356	2.240
Outros Benefícios (2)	1.136	952

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2020 foi aprovado na AGE de 29 de abril de 2020. (2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes, relativas ao mês de dezembro foram de R$69 e R$2 (R$69 e R$2 em 2019), respectivamente. A remuneração média anual de 2020 foi de R$17 (R$17 em 2019).

Programa de Remuneração Variável (ILP): A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. O 1 º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 10.325 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 8.476 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2020. A partir do exercício de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2 º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas (a)	10.325	8.476
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco (b)	8,2%	7,7%
Volatilidade (c)	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R$44,25	R$54,97

(a) Inclui redução de 4.645 opções, referente a redistribuição de opções de ações outorgadas. (b) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022). (c) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram contabilizados R$442 (R$129 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de custos e despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula ao final de 31 de dezembro de 2020 em R$662 (R$220 em 2019).

13. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2020	2019
Ativo		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	30.228	32.764
Contribuição social sobre base negativa	11.688	12.578
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	68.363	72.769
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	24.610	26.197
Total	**134.889**	**144.308**

continua ...

	2020	2019
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	51.934	17.921
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	18.696	6.452
Total	**70.630**	**24.373**
Total líquido - ativo não circulante	**64.259**	**119.935**

As diferenças temporárias são como segue:

	2020		2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	120.911	30.228	131.057	32.764
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	129.866	11.688	139.753	12.578
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	25.387	8.632	21.254	7.226
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	22.133	7.525	49.831	16.943
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	50.570	17.194	45.525	15.479
Marcação a mercado - dívida	26.865	9.134	24.927	8.475
Ajuste a valor presente	119	40	117	40
Provisão ajuste atuarial	70.790	24.069	79.007	26.862
Marcação a mercado - derivativo	(207.734)	(70.630)	(71.685)	(24.373)
Parcela de VNR do ativo financeiro	63.153	21.472	56.181	19.102
Outras adições temporárias	14.431	4.907	14.236	4.839
Total - Ativo não Circulante	**316.491**	**64.259**	**490.203**	**119.935**

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realizações de créditos fiscais
2021	22.510
2022	20.281
2023	17.805
2024	11.614
2025	7.868
2026 e 2027	19.607
2028 a 2030	35.204
Total	**134.889**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

	2020	2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	187.388	**172.863**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas Ajustes:	(63.712)	(58.773)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	(1.266)	(861)
Lei do Bem	1.732	1.410
Outras exclusões permanentes [1]	166	1.448
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(63.080)**	**(56.776)**
Alíquota efetiva	**33,66%**	**32,84%**

[1] Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela companhia e a Aneel. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$2.807 (R$2.069 em 2019).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação	2020	2019
Ativo financeiro custo corrigido - 2019 e 2018	**62.080**	**45.348**
Adições no exercício [1]	36.561	14.700
Baixas no exercício	(23)	(37)
Receitas de ativo financeiro indenizável da concessão [2]	2.807	2.069
Ativo financeiro custo corrigido - não circulante - 2020 e 2019	**101.425**	**62.080**

[1] Adições no exercício: refere-se s transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção. [2] Receita Operacional: ativos financeiros indenizável da concessão estão demonstrados e classificados a Valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo

15. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2019	Adição	Transferências [1]	Baixas (2)	Saldos em 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	96.836	187.326	(190.381)	(36.761)	57.020
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	42.216	13.117	(15.229)	(200)	39.904
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**54.620**	**174.209**	**(175.152)**	**(36.561)**	**17.116**

	Saldos em 2018	Adição	Transferências [1]	Baixas [2]	Saldos em 2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	84.052	156.918	(129.434)	(14.700)	96.836
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	38.046	16.495	(12.325)	-	42.216
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**46.006**	**140.423**	**(117.109)**	**(14.700)**	**54.620**

[1] O montante de R$175.152 (R$117.109 em 2019) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão. [2] As baixas no montante de R$36.561 (R$14.700 em 2019) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

16. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,57%	16.614	-	1.880	-	18.494
Móveis e utensílios	6,25%	7.376	-	55	-	7.431
Total do imobilizado em serviço		**23.990**	**-**	**1.935**	**-**	**25.925**
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(11.797)	-	-	(1.686)	(13.483)
Móveis e utensílios		(6.007)	-	-	(104)	(6.111)
Total Depreciação acumulada		**(17.804)**	**-**	**-**	**(1.790)**	**(19.594)**
Subtotal Imobilizado		**6.186**	**-**	**1.935**	**(1.790)**	**6.331**
Imobilizado em curso		1.269	10.181	(2.434)	-	9.016
Total Ativo Imobilizado		**7.455**	**10.181**	**(499)**	**(1.790)**	**15.347**

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2019
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,56%	15.830	-	784	-	16.614
Móveis e utensílios	6,25%	7.251	-	125	-	7.376
Total do imobilizado em serviço		**23.081**	**-**	**909**	**-**	**23.990**
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(10.385)	-	-	(1.412)	(11.797)
Móveis e utensílios		(5.910)	-	-	(97)	(6.007)
Total Depreciação acumulada		**(16.295)**	**-**	**-**	**(1.509)**	**(17.804)**
Subtotal Imobilizado		**6.786**	**-**	**909**	**(1.509)**	**6.186**
Imobilizado em curso		-	2.178	(909)	-	1.269
Total Ativo Imobilizado		**6.786**	**2.178**	**-**	**(1.509)**	**7.455**

17. INTANGÍVEL

	2020	2019
Intangível - contrato de concessão	832.052	715.491
Intangível - direito	3.100	2.490
Intangível - software	9.484	7.323
Total	**844.636**	**725.304**

17.1 INTANGÍVEL - CONTRATO DE CONCESSÃO

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2020
Intangível Em Serviço						
Custo	4,53%	1.838.573	190.381	(14.128)	-	2.014.826
Amortização Acumulada		(880.321)	-	12.606	(73.272)	(940.987)
Subtotal		**958.252**	**190.381**	**(1.522)**	**(73.272)**	**1.073.839**
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,88%	413.985	15.229	-	-	429.214
Amortização Acumulada		(171.224)	-	-	(16.203)	(187.427)
Subtotal		**242.761**	**15.229**	**-**	**(16.203)**	**241.787**
Total Ativo Intangível - Contrato de concessão		**715.491**	**175.152**	**(1.522)**	**(57.069)**	**832.052**

[1] Transferências originadas do ativo contratual infraestrutura em construção; [2] O montante de R$1.522 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. [3] A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$3.745 (R$3.663 em 2019).

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Transferências [1]	Baixas [2]	Amortização [3]	Saldos em 2019
Intangível Em Serviço						
Custo	4,56%	1.734.249	124.791	(20.467)	-	1.838.573
Amortização Acumulada		(827.612)	-	16.427	(69.136)	(880.321)
Subtotal		**906.637**	**124.791**	**(4.040)**	**(69.136)**	**958.252**
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	401.660	12.325	-	-	413.985
Amortização Acumulada		(155.512)	-	-	(15.712)	(171.224)
Subtotal		**246.148**	**12.325**	**-**	**(15.712)**	**242.761**
Total Ativo Intangível - Contrato de concessão		**660.489**	**112.466**	**(4.040)**	**(53.424)**	**715.491**

[1] Transferências originadas do ativo contratual infraestrutura em construção; [2] O montante de R$4.040 referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. [3] A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$3.663 (R$3.615 em 2018).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,53% (4,63% em 2019). O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2020	2019
Contribuição do consumidor [1]	407.178	393.488
Participação da União - recurso CDE [2]	10.926	10.926
Participação do Governo do Estado [2]	3.352	3.352
Reserva para reversão	6.529	7.102
Receitas de Ultrapassagem de Demanda [3]	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(187.427)	(171.224)
Total	**281.891**	**284.977**
Alocação:		
Contas a receber do ativo financeiro indenizável da concessão	200	-
Infraestrutura - Intangível em serviço	241.787	242.761
Infraestrutura - Ativo contratual - infraestrutura em construção	39.904	42.216
Total	**281.891**	**284.977**

[1] As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. [2] A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. [3] **Receitas de Ultrapassagem de Demanda:** a Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA) - devoluções tarifárias conforme determina a Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016.

17.2 Intangível - Direito de uso: Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Direito de Uso - Imóveis						
Custo	25,13%	3.646	2.047	(8)	-	5.685
Amortização Acumulada		(1.156)	-	-	(1.429)	(2.585)
Total direito de uso		**2.490**	**2.047**	**(8)**	**(1.429)**	**3.100**

	Taxa média de depreciação (%)	Adoção inicial	Adição	Amortização	Saldos em 2019
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	32,32%	3.232	414	-	3.646
Amortização Acumulada		-	-	(1.156)	(1.156)
Total direito de uso		**3.232**	**414**	**(1.156)**	**2.490**

17.3 Intangível - Software

	Taxa média de Amortização	Saldos 2019	Adição	Transferência	Amortização	Saldos 2020
Intangível - software						
Custo	20,00%	27.742	-	565	-	28.307
Amortização Acumulada		(20.419)	-	-	(1.984)	(22.403)
Em curso		-	3.646	(66)	-	3.580
Total		**7.323**	**3.646**	**499**	**(1.984)**	**9.484**

	Taxa média de Amortização	Saldos 2018	Transferência	Amortização	Saldos 2019
Intangível - software e outros					
Custo	19,92%	23.099	4.643	-	27.742
Amortização Acumulada		(18.711)	-	(1.708)	(20.419)
Total		**4.388**	**4.643**	**(1.708)**	**7.323**

continua ...

18. FORNECEDORES

	2020	2019
CCEE [1]	63.608	41.036
Contratos bilaterais e CCEARs (leilão) [2]	157.992	130.834
Uso do sistema de transmissão/distribuição [2]	4.923	3.658
Encargos de serviços do sistema [3]	6.220	404
Materiais, serviços e outros [4]	29.512	36.794
Total	**262.255**	**212.726**
Circulante	256.282	206.620
Não Circulante	5.973	6.106

[1] CCEE: em 2020 a conta CCEE foi incrementada principalmente pela alta do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), muito próximo ao valor/teto de novembro/20, altamente influenciada pela deterioração das condições hidrológicas e aumento do consumo de energia. O PLD além de precificar as operações de compra e venda de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Além disso, novembro/20 apresentou elevada diferença de PLDs entre os submercados, impactando o aumento da despesa no MCP pela compra de energia a preços maiores para as distribuidoras dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Sul e venda a preços menores no submercado Nordeste. [2] **Contratos bilaterais -** corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC). [3] Encargos de serviços do sistema: a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. O bimestre relativo aos meses de novembro e dezembro/20 foi o pior histórico em termos de Energia Natural Afluente. Com isso, foram acionadas todas as termelétricas disponíveis no sistema, independentemente de preço, e importada energia da Argentina e do Uruguai para impedir redução dos armazenamentos dos reservatórios. [4] Materiais, serviços e outros: refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos da dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensurada ao custo							
Moeda nacional							
CDI	-	40.000	-	(1.310)	1.982	-	40.672
Total do custo	**-**	**40.000**	**-**	**(1.310)**	**1.982**	**-**	**40.672**
Mensurada ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	370.281	-	(200.450)	(8.908)	76.858	-	237.781
Euro	110.774	122.972	-	(2.574)	95.197	-	326.369
Gastos com captação.	(261)	-	-	-	104	-	(157)
Marcação a mercado.	3.622	-	-	-	-	420	4.042
Total a valor justo	**484.416**	**122.972**	**(200.450)**	**(11.482)**	**172.159**	**420**	**568.035**
Total	**484.416**	**162.972**	**(200.450)**	**(12.792)**	**174.141**	**420**	**608.707**
Passivo Circulante	121.614						179.518
Passivo Não circulante	362.802						429.189

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensurada ao custo .							
Moeda nacional							
CDI	12.040	-	(10.417)	(1.778)	155	-	-
Total do custo	**12.040**	**-**	**(10.417)**	**(1.778)**	**155**	**-**	**-**
Mensurada ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	308.580	50.000	-	(13.898)	25.599	-	370.281
Euro	-	110.000	-	(588)	1.362	-	110.774
Gastos com captação.	(366)	-	-	-	105	-	(261)
Marcação a mercado.	4.436	-	-	-	-	(814)	3.622
Total a valor justo	**312.650**	**160.000**	**-**	**(14.486)**	**27.066**	**(814)**	**484.416**
Total	**324.690**	**160.000**	**(10.417)**	**(16.264)**	**27.221**	**(814)**	**484.416**
Passivo Circulante	14.076						121.614
Passivo Não circulante	310.614						362.802

A composição de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total 2020	Total 2019	Encargos	Vencimento	Amortização do principal	TIR (Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
CCB ITAÚ 101120030007400	40.672	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	6,77%	A
Total em Moeda Nacional	40.672	-					
Loan Citi - 4131 (1 e 3)	35.654	27.663	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1 e 3)	35.656	27.663	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Merrill lynch Loan (1, 3 e 5)	-	120.883	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	30,31%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1, 3 e 5)	-	64.834	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	30,48%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	102.546	79.656	Libor + 1,20% a.a. 0,87%	ago/21	Final	30,41%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	155.944	110.774	Pré a.a. 2,1964%	jun/22	Final	41,65%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	63.925	49.582	Pré a.a. 0,7257%	dez/22	Final	31,13%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	170.425	-	Pré a.a.	jan/23	Final	29,66%	A
Custo de captação incorrido na contratação .	(157)	(261)					
Marcação à Mercado de Dívida [2]	4.042	3.622					
Total em Moeda Estrangeira	**568.035**	**484.416**					
Total	**608.707**	**484.416**					

(*) A = Aval Energisa S/A. [1] Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). [2] Em 31 de dezembro de 2020 estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 34- Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos). [3] Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide Nota Explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. [4] As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do "hedge" cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 34 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. [5] Em 17 de janeiro e em 16 de março de 2020 a Companhia efetuou a liquidação dos contratos no valor R$201.140. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2020	2019
US$ x R$	28,93%	4,02%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%
EURO x R$	40,78%	2,06%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	258.259
2023	170.930
Total	**429.189**

20. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Divida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	105.987	60.000	(34.948)	(4.847)	4.684	-	-	130.876
IPCA	179.852	60.000	-	(9.367)	19.090	-	-	249.575
Gastos com captação	(3.663)	-	-	-	1.134	(2.136)	-	(4.665)
Marcação a mercado	21.305	-	-	-	-	-	1.518	22.823
Total do custo	**303.481**	**120.000**	**(34.948)**	**(14.214)**	**24.908**	**(2.136)**	**1.518**	**398.609**
Passivo Circulante.	38.993							39.270
Passivo Não circulante	264.488							359.339

	Saldos em 2018	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixados					
CDI	106.300	(7.087)	6.774	-	105.987
IPCA	173.130	(8.821)	15.543	-	179.852
Gastos com captação	(4.773)	-	1.110	-	(3.663)
Marcação a mercado	9.670	-	-	11.635	21.305
Total do custo	**284.327**	**(15.908)**	**23.427**	**11.635**	**303.481**
Passivo Circulante	3.763				38.993
Passivo Não circulante	280.564				264.488

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2020	Total 2019	Emissão	Nº de Títulos Emitidos/circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	50.586	48.383	15/06/2017	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	10,12%
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	45.414	43.437	15/06/2017	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	10,18%
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	9.798	9.373	15/10/2017	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	9,01%
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	1.827	1.748	15/10/2017	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,23%
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.403	3.256	15/10/2017	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,63%
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	70.196	105.987	15/10/2017	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%
Debêntures 4ª Emissão Série Única	76.992	73.655	15/09/2018	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,60%
Debêntures 5ª Emissão	60.680	-	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a.	fev / 25	Final	3,92%
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.056	-	11/10/2020	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	54.499	-	11/10/2020	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%
Custos de captação incorridos na contratação	(4.665)	(3.663)						
Marcação à Mercado de Dívida+	22.823	21.305						
Total	**398.609**	**303.481**						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou a 5ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R$60.000, com vencimento em fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,15% ao ano. Os recursos foram utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A. Em 11 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 6ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R$60.000 sendo: R$6.880 referente a 1ª Série com vencimento em 11/10/2027 e remuneração de IPCA mais 4,2297% ao ano; R$53.120 referente a 2ª Série com vencimento em 11/10/2030 e remuneração de IPCA mais 4,4744% ao ano. Os recursos serão para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Companhia. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A. **Condições de covenants:** As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 até dez/20;4,0 de março/21 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2022	98.224
2023	27.918
2024	80.819
2025	88.224
Após 2025	64.154
Total	**359.339**

21. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas Demonstrações financeiras do exercício. Bem como, a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações das obrigações por arrendamento são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 2020
Arrendamento operacional - Imóveis	4	8,89%	2.570	2.047	(1.247)	(131)	(8)	3.231
Total			**2.570**					**3.231**
Passivo Circulante			1.372					1.229
Passivo Não circulante			1.198					2.002

continua ...

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Adoção inicial em 01/01/2019	Adição	Amorti-zação	Juros	Saldos em 2019
Arrendamento operacional -							
Imóveis	4	8,89%	3.232	414	(1.340)	264	2.570
Passivo Circulante							1.372
Passivo Não circulante							1.198

Em 31 de dezembro de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2020
2023	767
2024	291
Após 2024	944
Total	**2.002**

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2020	2019
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS [1]	103.190	85.104
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	323	185
Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSSL	826	66
Contribuições ao PIS e a COFINS	10.584	11.581
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.506	1.695
PIS e COFINS sobre atualização efeitos da redução do ICMS	433	-
Outros	6.588	6.126
Parcelamento de impostos [2]	37.278	50.517
Total	**160.728**	**155.274**
Circulante	77.115	76.690
Não Circulante	83.613	78.584

[1] Inclui: (i) R$37.043 (R$34.486 em 2019) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; e (ii) R$25.386 (R$17.246 em 2019), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. O valor referente ao ICMS incidente sobre a TUSD são contabilizados, em contrapartida, a rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante. [2] Parcelamento de Impostos. A Companhia possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS. Os parcelamentos estaduais são corrigidos de índice próprio do Estado e possuem 29 parcelas a serem liquidadas.

Descrição	2020	2019
ICMS		
Principal	14.458	22.213
Multa	19.844	24.612
Juros	2.976	3.692
Total	**37.278**	**50.517**
Circulante	17.313	17.313
Não Circulante	19.965	33.204

Os saldos dos impostos parcelados estão assim programados:

	2020
2021	17.313
2022	15.373
Após 2023	4.592
Total	**37.278**

23. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Em maio de 2020 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia de Força e Luz do Oeste, empresa incorporada pela Companhia em 2017. Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a Companhia constituiu Tributos a recuperar de PIS e de COFINS no ativo não circulante de R$29.729 e passivo não circulante de R$29.265, que estão líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição. Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL. O resumo dos impactos são como segue:

	2020	
	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	29.729	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (*)	-	29.265
Total do ativo e passivo não circulante	**29.729**	**29.265**
Demonstração do resultado do exercício		**2020**
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos		(20.427)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS - tributos a recuperar		20.427
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS		9.302
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS		(9.302)
Resultado apurado		-

(*) Deduzidos de R$464, referente aos custos com advogados e tributos.

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS E REGULATÓRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória. **Perdas Prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2020	2019
Saldo final -2019 e 2018	**10.398**	**6.561**	**187**	**4.108**	**21.254**	**16.224**
onstituições de provisões	5.154	6.595	1.517	-	13.266	14.081
Reversões de provisões	(3.053)	(636)	(998)	(8)	(4.695)	(4.315)
Pagamentos realizados	(3.105)	(2.970)	-	-	(6.075)	(5.631)
Atualização monetária	402	373	57	805	1.637	895
Saldo final -2020 e 2019	**9.796**	**9.923**	**763**	**4.905**	**25.387**	**21.254**
Cauções e depósitos vinculados (*)					(3.319)	(2.526)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R$67.144 (R$52.410 em 2019). Deste total, R$43.845 (R$38.407 em 2019) corresponde aos depósitos referente ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontra-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais, e R$19.980 (R$11.477 em 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto. • **Trabalhistas:** Nas ações trabalhistas discute-se principalmente de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, ações relacionadas a ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando verbas rescisórias e vinculo empregatício. • **Cíveis:** Nos processos cíveis discute-se principalmente indenizações (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica por falta de pagamento, irregularidades no aparelho de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica. • **Fiscais:** Ação ordinária de natureza fiscal envolvendo discussão sobre IUEE. • **Regulatórias:** Processos de contingencias regulatórias junto à ANEEL, referente a susposto descumprimento de preceito regulatório. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. **Perdas Possíveis:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2020	2019
Saldo final -2019 e 2018	**26.404**	**45.770**	**56.620**	**2.882**	**131.676**	**143.887**
Novos processos	5.991	22.423	9.669	-	38.083	22.253
Mudança de prognóstico e valor pedido	518	(33.563)	1.467	-	(31.578)	1.349
Encerramento	(3.111)	(4.115)	(21.571)	-	(28.797)	(42.067)
Atualização Monetária	1.241	1.419	1.481	86	4.227	6.254
Saldo final -2020 e 2019	**31.043**	**31.934**	**47.666**	**2.968**	**113.611**	**131.676**

Seguem os comentários de nossos consultores juridicos referentes às ações consideradas com risco possivel: • **Trabalhistas:** Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, sobreaviso, verbas rescisórias, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais. • **Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede e danos elétricos. • **Fiscais:** As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à Subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização, (iii) saldo negativo de IRPJ e (iv) CSLL. • **Regulatórias:** Processos de contingências regulatórias decorrente de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

25. ENCARGOS SETORIAIS

	2020	2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT [1]	663	580
Ministério de Minas e Energia - MME [1]	312	270
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL [1]	878	3.140
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D [1]	18.680	23.840
Programa de Eficiência Energética - PEE [1]	36.257	38.651
Total	**56.790**	**66.481**
Circulante	23.621	34.418
Não circulante	33.169	32.063

[1] Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida obrigações especiais.

26. OUTROS PASSIVOS

	2020	2019
Salários a pagar	708	641
Participações empregados	8.247	5.896
Entidade seguradora	714	752
Retenção de caução contratual empreiteiras	2.824	2.292
Adiantamentos de consumidores	28.163	6.089
Incorporação de redes	3.241	3.417
Taxas - Faturamento	1.561	1.559
Repasse - Doação	243	298
Outras contas a pagar	3.617	3.685
Total	**49.318**	**24.629**
Circulante	46.006	21.798
Não circulante	3.312	2.831

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado é de R$534.717 (R$534.717 em 2019) está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2019) todas nominativas sem valor nominal. **27.2 Reserva de Capital:** Refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R$662 (R$220 em 2019). (vide nota explicativa nº12) **27.3 Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com a o artigo 193 da Lei 6.404/76. **27.4 Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	124.308	116.087
Dividendos prescritos	21	1.147
Reserva legal (5%)	(6.215)	(5.804)
Lucro líquido ajustado	**118.114**	**111.430**
Dividendos obrigatórios (25%)	**29.528**	**27.858**
. Valores pagos em 25 de março de 2020 - correspondem a R$230,926647891 por ação ordinária [1]	22.425	-
. Dividendos a pagar - correspondem a R$73,14069991 por ação ordinária	7.103	-
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R$912,202043208 (R$488,768169536 em 2019) por ação ordinária [2]	88.586	47.465
. Valores pagos em 26 de junho de 2019 - R$305,904647417 por ação ordinária	-	29.707
. Valores pagos em 21 de agosto de 2019 - R$207,767364074 por ação ordinária	-	20.177
. Valores pagos em 13 de novembro de 2019 - R$145,00 por ação ordinária	-	14.081
Total dos dividendos	**118.114**	**111.430**
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

[1] O Conselho de Administração aprovou em 25 de março de 2020, a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço intermediário levantado pela Companhia até 29 de fevereiro de 2020. [2] Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

27.5 Outros resultados abrangentes: Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2020	2019
Saldo inicial - 2019 e 2018	**(44.220)**	**(16.264)**
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	1.774	(42.358)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(604)	14.402
Saldo final - 2020 e 2019	**(43.050)**	**(44.220)**

28. RECEITA OPERACIONAL

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de Consu-midores	MWh	R$	Nº de Consu-midores	MWh	R$
Residencial	697.446	1.565.452	1.030.173	679.385	1.512.316	1.011.929
Industrial	3.968	310.075	194.974	4.024	339.454	214.008
Comercial	61.982	668.640	446.176	61.592	751.896	501.036
Rural	46.905	356.259	161.880	46.060	332.862	145.271
Poder público	6.874	97.195	62.385	6.736	122.230	77.368
Iluminação pública	664	184.989	67.775	636	191.332	72.079
Serviço público	1.237	166.266	91.319	1.202	163.175	87.677
Consumo próprio	180	3.703	-	176	3.910	-
Subtotal	**819.256**	**3.352.579**	**2.054.682**	**799.811**	**3.417.175**	**2.109.368**
Suprimento de energia a concessionárias	-	199.546	30.181	-	261.710	82.704
Fornecimento não faturado líquido	-	3.150	24.175	-	1.721	18.614
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	227	-	267.876	181	-	234.154
Receita de construção de infraestrutura [1]	-	-	177.939	-	-	137.833

continua ...

	2020			2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de Consumidores	MWh	R$	Nº de Consumidores	MWh	R$
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos ..	-	-	(20.427)	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	20.427	-	-	-
Penalidades regulatórias	-	-	(1.287)	-	-	(1.530)
Receita de Ativo Financeiro Indenizável da Concessão	-	-	2.807	-	-	2.069
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	70.499	-	-	(12.923)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	120.387	-	-	131.683
Outras receitas operacionais	-	-	34.720	-	-	33.213
Total - receita operacional bruta	**819.483**	**3.555.275**	**2.781.979**	**799.992**	**3.680.606**	**2.735.185**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	481.573	-	-	484.712
PIS	-	-	42.592	-	-	42.576
COFINS	-	-	196.183	-	-	196108
ISS	-	-	20	-	-	20
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT [2]	-	-	(7.212)	-	-	(5.227)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	6.468	-	-	6.361
Encargos de consumidor - Procel	-	-	1.617	-	-	1.590
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	225.954	-	-	249.565
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	3.234	-	-	3.183
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos - FNDCT	-	-	3.234	-	-	3.183
Ministério das Minas e Energisa - MME	-	-	1.617	-	-	1.590
Taxa de Fiscalização ação dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.962	-	-	1.914
Total - deduções receita operacional	**-**	**-**	**957.242**	**-**	**-**	**985.575**
Total - receita operacional líquida	**819.483**	**3.555.275**	**1.824.737**	**799.992**	**3.680.606**	**1.749.610**

[1] **Receita de construção de infraestrutura -** está representada pelo mesmo montante em custo de construção de infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. [2] **Bandeira tarifária -** a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram de R$16.163 (R$49.751 em 2019), tendo sido recebido à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R$7.212 (R$5.277 em 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$23.375 (R$54.978 em 2019).

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
Natureza do gasto	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda	901.094	-	-	-	901.094	914.439
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	268.961	-	-	-	268.961	227.343
Pessoal e administradores	-	74.576	10	14.258	88.844	93.341
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	-	442	442	129
Benefício pós-emprego	-	1.064	-	(10.056)	(8.992)	3.502
Material	-	8.880	12	5.799	14.691	15.003
Serviços de terceiros	-	32.597	-	55.470	88.067	102.343
Amortização e depreciação	-	53.478	-	5.049	58.527	54.134
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	7.813	-	-	7.813	2.226
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis. fiscais e regulatórios	-	-	-	2.496	2.496	4.135
Custo de construção	-	-	177.939	-	177.939	137.833
Outros	-	3.465	-	8.233	11.698	13.111
	1.170.055	**181.873**	**177.961**	**81.691**	**1.611.580**	**1.567.539**

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH [2]		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2020	2019	2020	2019
Energia de Itaipú - Binacional	772.059	772.651	287.374	225.060
Energia de Leilão	1.453.001	1.567.515	276.057	320.341
Energia Bilateral	586.260	587.404	131.380	126.299
Cotas de Angra Resolução Normativa nº530/2012	144.323	145.154	40.787	33.576
Energia de curto prazo - CCEE [1]	20.237	53.527	79.469	133.567
Cotas Garantia Física Resolução Homologatória nº 1410/2013	939.587	900.437	128.772	122.336
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	80.716	80.816	31.396	37.848
Energia de reserva - ERR	-	-	17.658	8.619
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(91.799)	(93.207)
Total	**3.996.184**	**4.107.504**	**901.094**	**914.439**

[1] Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, e Encargos de Serviços do Sistema-ESS. [2] Informações fora do escopo dos auditores independentes.

30. OUTROS RESULTADOS

	2020	2019
Ganho na desativação/alienação de bens/direitos	1.403	6.933
Outros	3.366	2.096
	4.769	**9.029**
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(4.019)	(7.907)
Outros	(2.736)	(728)
	(6.755)	**(8.635)**
Total	**(1.986)**	**394**

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	4.535	7.173
Juros ativos	2.127	2.173
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	23.305	21.033
Juros de energia vendida - CCEE	412	440
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	1.677	2.941
Juros Selic s/impostos a recuperar	3.571	592
Atualização depósito judicial	3.002	2.633
Recuperação de crédito CDE/CCEE	2.762	14.871
(-) Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(2.718)	(2.641)
Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota explicativa 23)	9.302	-
Outras	7.767	4.936
Total receitas financeiras	**55.742**	**54.151**
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(27.865)	(31.861)
Encargos de dívidas, juros - Variação Cambial	(171.184)	(18.787)
Marcação a mercado da dívida	(1.938)	(10.821)
Juros e Multas	(17.483)	(14.371)
Ajuste a valor presente	487	(67)
Instrumentos financeiros derivativos	168.962	8.557
Despesas Bancárias/IOF	(2.646)	(1.847)
Atualização saldo à aplicar de P&D e PEE	(818)	(2.365)
Marcação a mercado derivativos	1.952	10.867
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(427)	(1.111)
Variação monetária de provisão para riscos	(1.637)	(895)
Transferência para ordens em curso	593	400
Variações Monetárias	(7.941)	-
AVP Celpa	(2.047)	-
Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota explicativa 23)	(9.302)	-
Despesa Financeira plano de saúde - Atuário	(4.236)	(1.452)
Outras	(3.995)	-
Total despesas financeiras	**(79.525)**	**(63.753)**
Despesas financeiras líquidas	**(23.783)**	**(9.602)**

32. LUCRO POR AÇÃO

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	124.308	116.087
Média ponderada de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico por ação ordinária [*] - R$	**1.281,53**	**1.196,77**

[*] A Companhia não possui instrumento diluidor

33. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 2020	Prêmio Anual 2019
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	485	633
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	305	315
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2021	Até R$360 / veículo	47	136
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	51.372	153	119
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	32	30
Transporte Nacional	04/04/2021	Até R$ 2.000/viagem	13	5
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	3	4
			1.022	**1.242**

[*] Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2021 e projeção de prêmio anualizado.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R$2.807 (R$2.069 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

		2020		2019	
ATIVO	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		69.229	69.229	41.789	41.789
Consumidores e concessionárias		399.756	399.756	333.971	333.971
Títulos de crédito a receber		2.349	2.349	3.031	3.031
Ativos financeiros setoriais		82.907	82.907	158.843	158.843
		554.241	**554.241**	**537.634**	**537.634**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	246.670	246.670	128.144	128.144
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	101.425	101.425	62.080	62.080
Instrumentos financeiros derivativos	2	212.608	212.608	80.188	80.188
		560.703	**560.703**	**270.412**	**270.412**

		2020		2019	
PASSIVO	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		262.255	262.255	212.726	212.726
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.007.316	1.006.393	787.897	786.572
Arrendamento operacional		3.231	3.231	2.570	2.570
Passivos financeiros setoriais		57.038	57.038	90.866	90.866
		1.329.840	**1.328.917**	**1.094.059**	**1.092.734**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.874	4.874	8.503	8.503
		4.874	**4.874**	**8.503**	**8.503**

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. ***"Hedge Accounting":*** Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de *"hedge"*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *"hedge accounting"*. Em 31 de dezembro de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *"hedge"*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *"hedge"* de valor justo. Em tais designações de *"hedge"* a Companhia documentou: (i) a relação de *"hedge"*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *"hedge"* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *"hedge"*. Os contratos de *"swap"* são designados e efetivos como *"hedge"* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *"hedge"* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *"hedge"* foi impactado em R$1.518 (R$11.635 em 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *"swap"* de taxa de juros era reconhecido no resultado. ***Fair Value Option:*** A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *"swap"* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*"Fair Value Option"*) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *"swaps"* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como *"Fair Value Option"* foi impactado em R$420 (R$814 em 2019) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *"swap"* de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar

continua ...

riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de Risco de Capital:** O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2020	2019
Dívida (*)	1.007.316	787.897
Caixa e equivalentes de caixa	(69.229)	(41.789)
Dívida líquida	**938.087**	**746.108**
Patrimônio líquido	601.663	552.715
Índice de endividamento líquido	1,56	1,35

(*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e 20.

a) Risco de liquidez: A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		256.282	-	-	-	5.973	262.255
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	3,16%	91.343	145.033	537.825	207.515	93.654	1.075.370
Instrumentos Financeiros Derivativos		(17.179)	(20.799)	(147.890)	(20.933)	(933)	(207.734)
Total		**330.446**	**124.234**	**389.935**	**186.582**	**98.694**	**1.129.891**

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	69.229	41.789
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	246.670	128.144
Consumidores e concessionárias	6	399.756	333.971
Títulos de crédito a receber	7	2.349	3.031
Ativos financeiros setoriais	10	**82.907**	158.843
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	101.425	62.080
Instrumentos financeiros derivativos	34	212.608	80.188

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 28,93% sobre 2019, cotado a R$5,1967/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2020 era de 17,28%, enquanto em 2019 era de 10,37%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo 31 de dezembro de 2020 com alta de 40,78% sobre 2019, cotado a R$6,3779/Euro. A volatilidade do Euro era de 16,27% em 31 de dezembro de 2020. Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2020, excluídos os efeitos dos custos a apropriar, de R$1.012.138 (R$791.821 em 2019), R$568.192 (R$484.677 em 2019) estão representados em moedas estrangeiras. Os empréstimos em moeda estrangeira têm vencimento de longo prazo (último vencimento em janeiro de 2023) e custo máximo de 2,19% ao ano mais variação cambial. Em 31 de dezembro de 2020, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras se apresentam conforme segue.

	2020	2019
Ativo circulante	42.852	20.816
Ativo não circulante	169.756	59.372
Total do ativo	**212.608**	**80.188**
Passivo circulante	4.874	8.503
Total do passivo	4.874	**8.503**

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.) Ponta Ativa	Ponta Passiva	Vencimento	Designação
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%) (LIBOR + 1,20%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	19.704	x 117,65%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EURO + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,584%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EUR + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao *"Notional"* de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.) Ponta Ativa	Ponta Passiva	Vencimento	Designação
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como *"fair value hedge":*

Fair Value Option	Valor de referência 2020	2019	Descrição	Valor justo 2020	2019
Dívida designada para "Fair Value Option"	405.972	443.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(568.963)	(484.269)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	568.963	484.269
Swap Cambial (Derivativo)			**Posição Passiva**		
			Taxa de Juros CDI	(407.080)	(446.029)
			Posição Líquida Swap	161.883	38.240
	405.972	443.000	**Posição Líquida Dívida + Swap**	**(407.080)**	**(446.029)**

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value hedge"	Valor de referência 2020	2019	Descrição	Valor justo 2020	2019
Dívida (Objeto de "hedge") (1)	164.832	164.832	Taxa Pré-Fixada	(211.727)	(201.676)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	212.034	201.956
Swap de Juros (Instrumento de "hedge")			**Posição Passiva**		
			Taxa de Juros CDI	(166.183)	(168.511)
	164.832	164.832	Posição Líquida Swap	45.851	33.445
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(165.876)**	**(168.231)**

(1) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas também foram obtidas na BM&F. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(405.972)		(393.686)	(532.855)	(672.024)
Variação Dívida	-		12.286	(126.883)	(266.052)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	568.963	Alta Câmbio	556.677	695.846	835.015
Variação - USD e LIBOR			(12.286)	126.883	266.052
Posição Passiva	(407.080)		(407.080)	(407.080)	(407.080)
Subtotal	**161.883**		**149.597**	**288.766**	**427.935**
Total Líquido	**(244.089)**		**(244.089)**	**(244.089)**	**(244.089)**

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R$244.089 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R$244.089 em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II Deterioração de 25%	Cenário III Deterioração de 50%
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(164.832)		(164.832)	(164.832)	(164.832)
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa Pré	212.034		212.034	212.034	212.034
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(166.183)		(166.183)	(172.036)	(177.868)
Variação	-		-	(5.853)	(11.685)
Subtotal	**45.851**		**45.851**	**39.998**	**34.166**
Total Líquido	**(118.981)**		**(118.981)**	**(124.834)**	**(130.666)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,77% ao ano e TJLP = 4,87% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	291.971	Alta CDI	5.839	7.299	8.759
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(407.080)	Alta CDI	(8.142)	(10.178)	(12.213)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(171.548)	Alta CDI	(3.431)	(4.289)	(5.147)
	(272.398)	Alta IPCA	(12.312)	(15.390)	(18.468)
Subtotal (**)	**(851.026)**		**(23.885)**	**(29.857)**	**(35.828)**
Total (Perdas)	**(559.055)**		**(18.046)**	**(22.558)**	**(27.069)**

(*) Considera o CDI de 30 de dezembro de 2021 (2,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2020, IPCA 4,52% ao ano e TR 0,0 ao ano. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$161.112.

Gerenciamento de risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

continua ...

35. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

35.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, um plano de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. A administração dos 4 planos previdenciários é feito pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são: **a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:** Instituído em 01 agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro 1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras. **b. Plano de Benefícios Elétricas-R:** Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios: • Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora. **c. Plano de Benefícios Elétricas-OP:** Instituído em 01 de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante. A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido. O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%). **d. Plano Energisa CD:** O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2020 o plano possuía 756 (129 em 2019) participantes, sendo ativos 652 (129 em 2019), 1 autopatrocinado, 6 BPD, 97 assistidos. Em 2019 não havia nenhum participante autopatrocinado, BPD ou assistido. A contribuição da patrocinadora para os planos Benefícios Elétricas-OP e Energisa CD durante o exercício de 2020 foi de R$1.688 (R$1.945 em 2019). **Migração entre planos:** Em 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Elétricas BDI / Elétricas OP / Plano R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020 e se encerrou em novembro de 2020. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Plano	Ativos	Assistidos
Elétricas BD	100%	15%
Elétricas OP	**65%**	**65%**
Elétricas OP + R	**63%**	**Não aplicável**
Plano R	**Não aplicável**	**38%**

35.1.1 Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2020, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício pós emprego, apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2020			2019		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Número participantes	-	(*)	256	2	(*)	737
Número assistidos	155	22	2	78	43	5
Número beneficiários pensionistas	85	3	5	25	6	5
Total	**240**	**25**	**263**	**105**	**49**	**747**

(*) No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2020			2019		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	BD-I
I - Premissas Biométricas						
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo LIGHT	BR-EMS 2015 por sexo Não	BR-EMS 2015 por sexo LIGHT	BR-EMS 2015 por sexo LIGHT	BR-EMS 2015 por sexo Não	BR-EMS 2015 por sexo LIGHT
Tábua de Entrada em Invalidez	(Fraca) MI-85	Aplicável Não	(Fraca) MI-85	(Média) MI-85	Aplicável Não	(Média) MI-85
Tábua de Mortalidade de Inválidos	por sexo Família Média	Aplicável Não	por sexo Família Média	por sexo Família Média	Aplicável Não	por sexo Família Média
Composição Familiar (Ativos)	Padrão Família	Aplicável Família	Padrão Família	Padrão Família	Aplicável Família	Padrão Família
Composição Familiar (Assistidos)	Real		Real	Real		Real
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	3,21%	3,21%	3,79%	2,87%	2,87%	3,24%
Expectativa de Inflação Futura	3,00%	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	6,31%	6,31%	6,90%	6,47%	6,47%	6,85%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	5,97%	Não Aplicável	5,97%	3,25%	Não Aplicável	3,25%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos fundos de benefícios definido:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2020				2019			
	BD-I	OP	R		BD-I	OP	R	
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2019 e 2018	**47.640**	**77.753**	**9.443**	**134.836**	**41.620**	**54.188**	**8.067**	**103.875**
Ganhos/(Perdas) dos ativos	39.800	3.589	1.338	**44.727**	3.472	22.213	920	**26.605**
Retorno esperado dos ativos do plano	2.969	4.890	637	**8.496**	3.605	4.712	741	**9.058**
Contribuições do empregador	131	-	384	**515**	15	-	409	**424**
Contribuições dos participantes do plano	288	-	30	**318**	71	-	-	**71**
Benefícios pagos	(11.594)	(5.142)	(2.034)	**(18.770)**	(1.143)	(3.360)	(694)	**(5.197)**
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(34.931)	(52.415)	(6.650)	**(93.996)**	-	-	-	**-**
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**44.303**	**28.675**	**3.148**	**76.126**	**47.640**	**77.753**	**9.443**	**134.836**

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2020				2019			
	BD-I	OP	R		BD-I	OP	R	
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2019 e 2018	**62.222**	**74.718**	**13.428**	**150.368**	**50.929**	**59.414**	**11.323**	**121.666**
Custo do serviço corrente	74	-	245	**319**	41	-	200	**241**
Custo dos juros	3.909	4.695	896	**9.500**	4.445	5.184	1.023	**10.652**
Contribuições de participantes	288	-	30	**318**	71	-	-	**71**
(Ganhos)/Perdas atuariais	49.218	5.915	861	**55.994**	7.879	13.480	1.576	**22.935**
Benefícios pagos	(11.594)	(5.142)	(2.034)	**(18.770)**	(1.143)	(3.360)	(694)	**(5.197)**
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(45.736)	(51.831)	(9.320)	**(106.887)**	-	-	-	**-**
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	**58.381**	**28.355**	**4.106**	**90.842**	**62.222**	**74.718**	**13.428**	**150.368**

Posição Liquida dos planos	2020				2019			
	BD-I	OP	R		BD-I	OP	R	
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos	44.303	28.675	3.148	76.126	47.640	77.753	9.443	134.836
Valor presente das obrigações	(58.381)	(28.355)	(4.106)	(90.842)	(62.222)	(74.718)	(13.428)	(150.368)
Posição Liquida	**(14.078)**	**320**	**(958)**	**(14.716)**	**(14.582)**	**3.035**	**(3.985)**	**(15.532)**
Limite do Ativo	**-**	**(320)**	**-**	**(320)**	**-**	**(3.035)**	**-**	**(3.035)**
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	**(14.078)**	**-**	**(958)**	**(15.036)**	**(14.582)**	**-**	**(3.985)**	**(18.567)**

Valor líquido reconhecido no balanço:

Movimentação dos Saldos	2020	2019
Posição líquida em 2019 e 2018	**18.567**	**17.791**
Efeito em ORA	8.941	(163)
Contribuição do empregador	(515)	(424)
Impacto decorrente de redução do plano (encurtamento/curtailment)	(12.975)	-
Transferência da dívida do plano	(500)	-
Efeito no resultado do exercício	1.518	1.363
Posição líquida em 2020 e 2019	**15.036**	**18.567**
Circulante	971	1.518
Não Circulante	14.065	17.049

Demonstração das despesas para o exercício de 2021 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	2021
Custo do Serviço Corrente	**35**
Custo dos juros	3.838
Retorno dos Ativos do Plano	(2.902)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	**971**

d. Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Planos

	2020			2019		
Elétricas	BD-I	R	OP	BD-I	R	OP
Títulos Públicos	61,56%	55,96%	72,63%	59,28%	74,10%	60,88%
Créditos Privado e Depósitos	9,14%	15,31%	6,00%	7,39%	6,62%	8,93%
Fundos de investimentos	23,79%	17,39%	20,27%	23,52%	18,48%	14,62%
Investimento imobiliário	5,09%	4,55%	0,00%	9,46%	0,00%	8,94%
Empréstimos financiamentos	0,35%	6,74%	1,07%	0,31%	0,77%	6,47%
Outros	0,07%	0,05%	0,03%	0,04%	0,03%	0,16%
Total dos Investimentos	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

e. Análise de sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2020			2019		
	BD-I	R	OP	BD-I	R	OP
Valor Presente das Obrigações Atuariais Real	58.381	28.355	4.106	62.222	74.718	13.428
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Redução de 0,25%	58.999	28.663	4.179	64.004	76.858	13.805
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Aumento de 0,25%	57.773	27.853	4.034	60.512	72.665	13.066

35.2 Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. O saldo atuarial do plano de benefício de saúde pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2020 é de R$55.254 (R$60.441 em 2019), tendo sido apurado no exercício uma redução no montante de R$5.187 (R$44.591 em 2019) dos quais R$1.292 (R$618 em 2019) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego - custos e despesa de pessoal, R$4.521 (R$1.452 em 2019) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R$10.715 (R$42.521 em 2019) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R$9.212 (R$8.792 em 2019). Inclui R$1.292 (R$618 em 2019). Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2020	2019
Valor presente das obrigações no início do ano	60.441	15.850
Custo do serviço corrente bruto	1.292	618
Juros sobre obrigação atuarial	4.236	1.452
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(10.715)	42.521
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**55.254**	**60.441**
Circulante	4.333	5.528
Não Circulante	50.921	54.913

Demonstração das despesas para os exercícios de 2021, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2021
Custo do serviço corrente (com juros)	515
Juros sobre as obrigações atuariais	3.818
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**4.333**

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2020		2019	
	SULAMERICA	CNU	SULAMERICA	CNU
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	3,80%	3,80%	3,39%	3,39%
Expectativa Real de Inflação Futura	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	6,91%	6,91%	7,01%	7,01%
Taxa de Crescimento de Benefícios	3,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	7,12%	7,12%	7,64%	7,64%
Taxa de Rotatividade	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	Nulo	3,00%	0,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Média)	LIGHT (Média)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

36. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Contrato de compra de energia (*)

Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
2021 a 2054	781.846	813.580	809.512	804.193	10.161.144

continua ...

continuação...

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 31 de dezembro de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

37. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: 1. Cruzetas: a Companhia vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas (ecológicas), feitas de polietileno e fibra natural, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2020, foram utilizadas 9.386 (11.212 em 2019) cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 7.260 peças no montante de R$1.075 (R$784 em 2019) e em expansão de rede o valor de R$292 (R$488 em 2019) para 2.126 peças. 2. Redes isoladas/protegidas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Nas redes de média tensão próximas a arborização são usados cabos protegidos (rede compacta). Em 2020, foram acrescidos 282 km de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta, correspondendo a 13% de redes protegidas e isoladas. Até o mês de dezembro de 2020 o total investido em redes isoladas/compactas foi de R$3.274 (R$10.259 em 2019). 3. A Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010. Dentre estas ações, destacam-se o recolhimento, descarte e destinação correta dos papeis e papelões, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), toners e lâmpadas. Em 2020 os papéis e papelões foram destinados à reciclagem, com peso aproximado de 5.157 kg (5.427,37 kg em 2019). Quanto aos resíduos perigosos e EPI's o descarte foi realizado por empresa especializada e devidamente licenciada. Em 2020 foram coletados 523 baterias e pilhas (1.768 em 2019) e 638 lâmpadas (449 em 2019). O custo para o descarte foi em torno de R$24 (R$54 em 2019). 4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao poder público municipal para obtenção das autorizações de poda de árvores em áreas urbanas. Durante o ano de 2020, foram realizados treinamentos de poda com as equipes próprias e terceirizadas que executam esta atividade. Tanto os treinamentos quanto as reciclagens são realizados anualmente, com todos os colaboradores que executam atividades que implicam em intervenção na vegetação. 5. A Companhia mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático responsável pela informação quanto às descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia. Durante o ano de 2020 os custos com este projeto foram irrelevantes, por estarem ainda embutidos no projeto de P&D que desenvolveu este programa. A partir de 2020 serão realizados os custos de manutenção do projeto. 6. Para compensação ambiental das supressões de vegetação previamente autorizadas, relacionadas à construção de novo empreendimento de distribuição, conforme previsto em lei, foram implantados projetos para plantios de mudas de árvores nativas em áreas do estado de São Paulo. Durante o ano de 2020 foi dada continuidade ao monitoramento de 25.675 mudas de espécies nativas, em uma área de 15,40 ha, além da doação de 250 mudas. Foi investido um valor total de R$133 (R$449 em 2019) em Projetos de Compensação Ambiental, Ecológica e Financeira. 7. Para manter suas redes e linhas de distribuição afastadas da vegetação a Companhia mantem um amplo programa de poda e limpeza de faixas. Os serviços em áreas urbanas são realizados pelas equipes próprias, dentre as diversas atividades de manutenção que estas equipes realizam. Neste caso são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos galhos cortados junto à população. Para a realização desta manutenção na área rural, são contratadas empresas especializadas. Em 2020 a Companhia desembolsou aproximadamente R$7.779 (R$8.146 em 2019) para a realização destes serviços essenciais para a operação confiável e segura do sistema elétrico de distribuição. 8. A Companhia mantém um amplo programa de acompanhamento e descontaminação de suas instalações incluindo PCBS (bifenilas policloradas) eventualmente existentes em transformadores bem como quando da ocorrência de eventuais vazamentos de óleo mineral isolante ao solo. Em 2020 os serviços foram suspensos devendo ser retomados em 2021 (R$1.166 em 2019). 9. Em 2019 a Companhia iniciou a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), integrando a Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho e o Meio Ambiente, conforme diretrizes das normas ISO 9001, 45001 e 14001, respectivamente. Em dezembro de 2019 foi realizada a auditoria interna. Em fevereiro de 2020, a Companhia passou por auditoria externa conduzida pela Fundação Vanzolini, com o objetivo de pleitear a certificação das Normas ISO 14001 e 45001. O escopo da certificação definido de forma estratégica pela alta direção foi: "Manutenção de Redes e Linhas na Distribuição de Energia Elétrica". A Companhia foi certificada no ano de 2020 e em março de 2021 está prevista a primeira auditoria externa de manutenção, para avaliação da continuidade e eficácia do Sistema de Gestão Ambiental e Saúde e Segurança do Trabalho, onde ambos são integrados ao Sistema de Gestão da Qualidade, compondo o SGI da Energisa Sul-Sudeste. O valor investido em 2020 foi de R$29 (17 em 2019). 10. Na contratação de serviços e fornecedores são avaliados aspectos relacionados à conduta ambiental e social. São contratados somente serviços e empresas que atuem em conformidade com o Código de Conduta das empresas do Grupo Energisa. Os parceiros e clientes são informados sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente visando sempre preservar a vida. Todos os terceirizados passam por reuniões de "Integração" com á área de meio ambiente e o SESMT da Energisa Sul-Sudeste. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes investidos nos projetos acima descritos e práticas totalizaram R$12.607 (R$23.797 em 2019), sendo R$8.684 (R$11.156 em 2019) alocados no ativo intangível e R$3.923 (R$12.641 em 2019) em despesas operacionais.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

38. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2020	2019
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	36.561	14.700
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	2.807	2.069
Atividades Operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	12.445	10.362
Adição/baixas - arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	2.039	3.646
Tributos a recuperar - PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	29.729	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	12.445	10.362
Liquido - Intangível - CPC 06 (R2)	2.039	3.646

39. ATAQUE CIBERNÉTICO

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novos ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia contratou consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses não tendo sido identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

40.1 Operações de cessões de títulos - FIDC: A Companhia realizou no mês de janeiro de 2021, cessão de seus títulos recebíveis, que na sua maioria se encontravam totalmente provisionados, os quais foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico ("FIDC"), o qual possui somente créditos cedidos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos de uma instituição financeira que, conjuntamente com a controladora Energisa S/A aportaram recursos no fundo. Os efeitos apurados em janeiro de 2021 impactaram o caixa em mais R$3.535 e com efeito no lucro líquido do período de R$2.333. **40.2 Bandeiras tarifárias:** A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira amarela para os meses de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país. **40.3 Empréstimos Contratados:** (Em fevereiro de 2021 a companhia contratou junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) financiamento via repasse direto para financiamento dos investimentos de 2020/2021 no valor de R$128.732 milhões com prazo de 14 anos, 153 Meses de amortização e 15 Meses de carência, sendo juros pagos trimestralmente com taxa de TLP mais 3,00% a.a. **40.4 Pagamento de dividendos do exercício 2020:** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2021, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2020, no montante de R$96.689, equivalentes a R$ 985,342743121 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 12 de março de 2021, com base na posição acionária da Companhia m 11 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivan Müller Botelho - Presidente
Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente
Marcelo Silveira da Rocha - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Gabriel Alves Pereira Junior - Diretor Presidente
Maurício Perez Botelho - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Rodrigo Brandão Fraiha - Diretor Técnico e Comercial
Fernando Cezar Maia - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem designação específica

Vicente Cortês de Carvalho
Contador - CRC-MG 042523/O-7 "S" SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.
Presidente Prudente - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica:** As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia. Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Administração para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 28, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica:** Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2020 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R$17.116 mil, R$101.425 mil, R$832.052 mil. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) Verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 14,15 e 17.1 das demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14, 15 e 17.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões para riscos fiscais:** Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R$113.611 mil em 31 de dezembro de 2020, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R$ 47.666 mil se referem a ações de natureza tributária. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na

continua ...

ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - CNPJ/MF 07.282.377/0001-20

nota explicativa 24 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatos. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 28.201.130/0001-01

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Transmissão de Energia S/A ("Energisa Transmissão", "ETE" ou "Companhia") apresenta os resultados do exercício de 2020. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 11 de março de 2021.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Energisa Transmissão de Energia S/A foi constituída, em 9 de maio de 2017, para atuar na área de serviços públicos de transmissão de energia elétrica do Grupo Energisa. Incialmente, constituída sob a denominação social de Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A, teve a sua denominação social alterada para Energisa Empreendimentos de Energia II S/A em 31 de julho de 2017 e em 18 de julho de 2018 passou a ser denominada Energisa Transmissão de Energia S/A.

Em 16 de novembro de 2018, a ETE realizou aumento do seu capital social no montante de R$ 32,0 milhões, mediante capitalização pela controladora Energisa S/A de:

(i) 6.627.693 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
(ii) 9.305.153 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; e
(iii) 999 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A.

As referidas participações são decorrentes das aquisições pela Energisa S/A de dois lotes no Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizadas em 24/04/2017, um lote no Leilão de Transmissão nº 002/2018, adquirido em 28/06/2018 e um lote no Leilão de Transmissão nº 004/2018, adquirido em 20/12/2018. Esses projetos representam 1.343 km de extensão de linhas de transmissão, capacidade de transformação de 4.294 MVA e Receita Anual Permitida (RAP) da ordem de R$ 184,3 milhões.

O lote nº 004/2018 foi adquirido em dezembro de 2018 em função das sinergias a serem exploradas com a área de concessão da Energisa Tocantins, onde está parcialmente localizado. Assim como nos demais projetos, o fornecedor de EPC foi contratado na modalidade "full turnkey", e a engenharia do proprietário, operação e manutenção estão sob a responsabilidade da Energisa Soluções, subsidiária da controladora Energisa S/A.

No ano de 2020, apesar das dificuldades oriundas da pandemia, conseguimos entregar 2 projetos, Goiás I (13/03/2020) e Pará I (12/11/2020), com antecipações de prazo de 17 e 16 meses, respectivamente. Os investimentos nesses dois lotes representaram R$594,6 milhões, dos quais R$ 111,8 milhões foram em 2020. Esses projetos representam uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R$ 95,6 milhões.

Em 19/10/2020 duas linhas da Energisa Tocantins Transmissora (ETT) obtiveram suas licenças de instalação, e suas obras foram iniciadas, com investimentos realizados de R$ 33,3 milhões no exercício de 2020. O investimento total estimado da ETT é de R$ 627,4 milhões e RAP de R$ 66,3 milhões. Em 15/12/2020 a terceira linha no trecho entre Dianópolis (TO) e Barreiras (BA) recebeu a licença de instalação do IBAMA concluindo o licenciamento ambiental do projeto.

Adicionalmente, a Companhia sagrou-se vencedora do lote 11 no leilão de transmissão de dezembro de 2020. Esse projeto, denominado Energisa Amazonas (EAM), compreende a aquisição de ativos existentes e a construção, revitalização e modernização de subestações e linhas de transmissão. A finalidade desse empreendimento é atender à região metropolitana de Manaus e Presidente Figueiredo. O investimento estimado pela Aneel para o projeto é de R$ 882 milhões, dos quais, R$ 257,0 milhões representam a aquisição de ativos existentes, e o restante para as revitalizações e construções. Sua RAP total é de R$ 63,0 milhões.

Os cinco lotes somados possuem uma Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 261,9 milhões e investimento total estimado de R$ 2.501 milhões.

Em 16 de fevereiro de 2021, a Energisa Pará II (EPA II) teve um trecho de 72,3 km em 230 kV energizado do total de 139 km. Os investimentos dessa etapa totalizaram R$ 80,0 milhões, 20% do investimento total estimado, e sua RAP é de R$ 3,1 milhões, 8,6% da receita total do empreendimento. Esta operação foi antecipada em 25 meses, frente a data prevista de entrada em operação regulatória.

Segue abaixo quadro resumo dos projetos de transmissão:

Lote	Nome	Data do Leilão	UF	Extensão (Km)	Emissão de Licença Ambiental	Entrada em Operação (Aneel)	Avanço Físico	Antecipação Estimada	Investimentos estimados pela Energisa (R$ milhões)	RAP proposta Ciclo 20-21 (R$ milhões)
3	Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	Abr/17	GO	136 (CD)	13/09/2018	mar/20	100%	17 meses	254,4	42,3
26	Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	Abr/17	PA	296 (CD)	02/10/2018	nov/20	100%	16 meses	340,2	53,3
19	Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	Jun/18	PA	139 (CD/CS)	06/05/2019	mar/23	73%	12 meses	396,7	36,9
4	Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	Dez/18	BA/TO	772 (CS)	19/10/2020 15/12/2020	mar/24	12%	14 meses	627,4	66,3
11	Energisa Amazonas Transmissora (EAM)	Dez/20	AM	418 (CD / CS)	-	Mar/26	-	12/18 meses	882,2	63,0
Total		-	-	**1.761**	-	-	-	-	**2.500,9**	**261,9**

Notas: Dados de investimento e receita anual permitida (RAP) atualizados para dezembro/2020. Dados de avanço físico atualizados para fevereiro/2021. CD – Circuito duplo / CS – Circuito Simples. Os dados da EGO I e da EPA I são realizados e não previstos. As antecipações de EPA II e ETT podem sofrer alterações dependendo da duração dos efeitos da pandemia de Covid-19. O investimento total da Energisa Amazonas Transmissora não considera otimizações e tem como base os valores estimados pela Aneel para o leilão de dezembro de 2020.

Em 2020, as transmissoras da ETE concretizaram investimentos consolidados que totalizaram R$ 282,1 milhões, contra R$ 364,2 milhões em 2019.

Investimentos Valores em R$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %
EPA I	77,9	151,4	- 48,5	-	-	-	0,1	0,6	- 83,3	78,0	152,0	- 48,7
EPA II	137,1	73,6	+ 86,3	-	-	-	-	-	-	137,1	73,6	+ 86,3
EGO I	33,8	123,3	- 72,6	-	-	-	0,8	-	-	33,8	124,1	- 72,8
ETT	33,3	15,9	+ 109,4	-	-	-	-	-	-	33,3	15,9	+ 109,4
Total Distribuidoras	**282,1**	**364,2**	**- 22,5**	**0,0**	**0,0**	**-**	**0,1**	**1,4**	**- 92,9**	**282,2**	**365,6**	**- 22,8**

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2020, a Energisa Transmissão de Energia S/A apresentou receita operacional líquida consolidada de R$ 506,1 milhões, geração de caixa (EBITDA) de R$ 215,7 milhões e lucro líquido de R$ 175,5 milhões.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro Resultados – R$ milhões			
Descrição	**2020**	**2019 (reapresentado)**	**Var. %**
Receita Operacional Bruta	529,2	633,8	- 16,5
Receita Operacional Líquida	506,1	626,0	- 19,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	215,6	256,7	- 16,0
EBITDA	215,7	256,7	- 16,0
Resultado financeiro	(18,8)	(13,6)	+ 38,1
Contribuição social e imposto de renda	(21,4)	1,3	-
Lucro Líquido	175,5	244,5	- 28,2
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
	31/12/2020	**31/12/2019**	**Var. %**
Ativo Total	1.494,6	1.027,1	+ 45,5
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	87,8	25,7	+ 241,5
Patrimônio Líquido	462,9	344,6	+ 34,3

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R$ 148,4 milhões em dezembro de 2020, frente aos R$ 25,7 milhões registrados em dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 613,1 milhões, contra R$ 367,5 milhões em dezembro de 2019.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R$ milhões	13/12/2020	31/12/2019
Circulante	**(2,0)**	**13,4**
Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	0,7	12,6
Encargos de dívidas	1,3	0,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(4,0)	0,5
Não Circulante	**763,4**	**379,8**
Empréstimos e financiamentos	400,8	131,1
Debêntures	446,9	289,5
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	-	0,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(84,3)	(40,8)
Total das dívidas	**761,5**	**393,2**
(-) Disponibilidades financeiras	148,4	25,7
Total das dívidas líquidas	**613,1**	**367,5**

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

4. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 2020 foi de R$ 126 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2020 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2020	2019
Receita líquida (RL)	506.085	628.935
Resultado operacional (RO)	196.891	243.039
Folha de pagamento bruta (FPB)	3.852	3.506

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	76	1,97%	0,02%	77	2,20%	0,01%
Encargos sociais compulsórios	831	21,57%	0,16%	692	19,74%	0,11%
Previdência privada	126	3,27%	0,02%	127	3,62%	0,02%
Saúde	82	2,13%	0,02%	135	3,85%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	735	19,08%	0,15%	744	21,22%	0,12%
Outros	97	2,52%	0,02%	470	13,41%	0,07%
Total - Indicadores sociais internos	**1.947**	**50,54%**	**0,39%**	**2.245**	**64,04%**	**0,35%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	51	0,03%	0,01%	38	0,02%	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)	44.233	22,47%	8,74%	7.663	3,15%	1,22%
Total - Indicadores sociais externos	**44.284**	**22,50%**	**8,75%**	**7.701**	**3,17%**	**1,23%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.404	2,74%	1,07%	5.541	2,14%	0,86%
Total dos investimentos em meio ambiente	**5.404**	**2,74%**	**1,07%**	**5.541**	**2,14%**	**0,86%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2020	2019
Nº de empregados(as) ao final do período	8	7
Nº de admissões durante o período	1	1
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%	0,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	3	3
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	50,00%	50,00%

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	1,80			1,80		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) segue as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa % -	no Procon % -	na Justiça % -	na empresa % -	no Procon % -	na Justiça % -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020:**	**258.490**		**Em 2019:**	**274.720**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	17% governo 0% acionistas 68% retido	1% colaboradores (as) 14% terceiros		3% governo 0% acionistas 89% retido	0% colaboradores (as) 8% terceiros	

7 - Outras Informações	2020	2019
7) Investimentos sociais		
7.1 - Programa Luz para Todos	-	-
7.1.1 - Investimento da União	-	-
7.1.2 - Investimento do Estado	-	-
7.1.3 - Investimento do Município	-	-
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-	-
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-	-
7.2 - Programa de eficiência Energética	-	-
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-	-
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-	-

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2020	2019	01/01/2019 (reapresentado)	2020	2019	01/01/2019 (reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	6.1	15	58	2	631	23.067	120
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	97.240	-	247.769	147.761	2.595	247.769
Contas a receber	7	-	-	-	10.288	-	-
Tributos a recuperar	8	2.065	128	-	4.682	2.226	10.721
Instrumentos financeiros derivativos	24	6.687	26	-	6.687	26	-
Dividendos a receber		11.060	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	11	-	-	-	87.063	-	-
Outros créditos		-	-	-	2.635	25	42
Total do circulante		**117.067**	**212**	**247.771**	**259.747**	**27.939**	**258.652**
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Instrumentos financeiros derivativos	24	84.320	40.845	749	84.320	40.845	749
Tributos a recuperar	8	-	1.149	-	-	1.149	-
Cauções e depósitos Vinculados		-	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	11	-	-	-	1.357.582	957.074	323.266
		84.320	**41.994**	**749**	**1.441.902**	**999.068**	**324.015**
Investimentos	12	937.277	605.023	101.578	-	-	-
Imobilizado	13	-	-	-	215	82	88
Intangível	14	-	-	-	38	53	69
Total do não circulante		**1.021.597**	**647.017**	**102.327**	**1.442.155**	**999.203**	**324.172**
Total do ativo		**1.138.664**	**647.229**	**350.098**	**1.701.902**	**1.027.142**	**582.824**

		Controladora			Consolidado		
	Nota	2020	2019	01/01/2019 (reapresentado)	2020	2019	01/01/2019 (reapresentado)
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	15	-	-	-	35.804	28.001	54.579
Encargos de dívida	16	210	-	-	1.319	213	-
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	-	-	-	-
Debêntures	17	748	12.639	90	748	12.639	90
Impostos e contribuições sociais	18	30	1	-	14.957	5.720	4.439
Obrigações estimadas		-	-	3	302	206	93
Benefícios pós-emprego		-	-	-	1	11	14
Encargos setoriais		-	-	-	241	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		2.655	522	-	2.655	522	-
Outras contas a pagar		2.573	9	10	5.847	973	572
Total do circulante		**6.216**	**13.171**	**103**	**61.874**	**48.285**	**59.787**
Não circulante							
Empréstimos e Financiamentos	16	161.683	-	-	400.847	131.127	-
Debêntures	17	446.899	289.466	250.490	446.899	289.466	250.490
Impostos e contribuições sociais	18		-	-	51.812	35.352	28.430
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	-	-	-	43.767	30.172	30.575
Benefícios pós-emprego		-	-	-	3	87	81
Partes relacionadas	9		-	-	172.460	148.027	-
Outras contas a pagar		-	-	-	374	29	24
Total do não circulante		**608.582**	**289.466**	**250.490**	**1.116.162**	**634.260**	**309.600**
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital							
Capital social	19.1	32.706	32.656	31.993	32.706	32.656	31.993
Reservas de capital	19.2	28.088	27.924	27.856	28.088	27.924	27.856
Reservas de lucros	19.3	24.124	24.114	18.817	24.124	24.114	18.817
Reserva especial de dividendos	19.5	435.466	259.945	5.861	435.466	259.945	5.861
Lucros acumulados		-	-	14.899	-	-	14.899
Outros resultados abrangentes	19.7	7	(97)	(55)	7	(97)	(55)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	3.475	50	134	3.475	50	134
		523.866	344.592	99.505	523.866	344.592	99.505
Adiantamentos destinados a futuro aumento de capital de controlador indireto em controladas		-	-	-	-	-	113.928
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	5	4
Total do patrimônio líquido		**523.866**	**344.592**	**99.505**	**523.866**	**344.597**	**213.437**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.138.664**	**647.229**	**350.098**	**1.701.902**	**1.027.142**	**582.824**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019 (reapresentado)	Consolidado 2020	Consolidado 2019 (reapresentado)
Receita de infraestrutura, operação e manutenção ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		-	-	394.746	570.666
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		-	-	111.339	55.317
Receita operacional líquida	20	-	-	506.085	625.983
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	21	-	-	(284.878)	(366.987)
Lucro bruto		**-**	**-**	**221.207**	**258.996**
Despesas gerais e administrativas	21	(251)	(190)	(3.082)	(2.270)
Outras despesas		(2.561)		(2.479)	
Equivalência Patrimonial		192.466	254.489	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**189.654**	**254.299**	**215.646**	**256.726**
Receita Financeira	22	1.260	5.360	2.374	6.346
Despesa Financeira	22	(15.383)	(15.177)	(21.129)	(19.925)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(14.123)	**(9.817)**	**(18.755)**	**(13.579)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**175.531**	**244.482**	**196.891**	**243.147**
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	-	-	(7.763)	(49)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	-	-	(13.595)	1.394
Lucro líquido do exercício		**175.531**	**244.482**	**175.533**	**244.492**
Lucro atribuível a:					
Acionistas da controladora		**-**	**-**	**175.531**	**244.482**
Acionistas não controladores		**-**	**-**	**2**	**10**
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R$	26	**5,37**	**7,99**	**5,37**	**7,99**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019 (reapresentado)	Consolidado 2020	Consolidado 2019 (reapresentado)
Geração do valor adicionado:					
Receitas					
Remuneração de construção da infraestrutura	18	-	-	543.143	587.417
Atualização monetária	18	-	-	1.344	48.347
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais e serviços de terceiros		199	151	3.573	650
Outros custos operacionais		52	39	284.824	366.976
		251	**190**	**288.397**	**367.626**
Valor adicionado bruto		**(251)**	**(190)**	**256.090**	**268.138**
Amortização e depreciação	21	-	-	(35)	(32)
Valor adicionado líquido		**(251)**	**(190)**	**256.055**	**268.106**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	189.905	254.489		-
Receitas financeiras	22	1.321	5.627	2.435	6.614
Valor adicionado a distribuir		**190.975**	**259.926**	**258.490**	**274.720**
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal					
Remuneração direta		-	-	1.109	734
Benefícios		-	-	164	173
FGTS		-	-	195	162
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		61	267	44.551	7.325
Obrigações Intra-setoriais		-	-	501	-
Estaduais		-	-	12	6
Remuneração de capitais de terceiros		-		-	-
Juros	22	15.383	15.177	36.425	21.838
Remuneração de capitais próprios					
Reserva Legal		10	5.297	10	5.297
Reserva especial de dividendos		175.521	239.185	175.521	239.185
Lucros retidos		-	-		-
Participação não controladores		-	-	2	-
		-	-	-	-
		190.975	**259.926**	**258.490**	**274.720**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019 (reapresentado)	Consolidado 2020	Consolidado 2019 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	25	175.531	244.482	175.534	244.492
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes		105	(42)	105	(42)
		175.636	**-**	**175.639**	**-**
Total de outros resultados abrangentes do exercício		**6**	**244.440**	**9**	**244.450**
Atribuível a:					
Acionistas controladores		**-**	**-**	175.636	259.339
Acionistas não controladores		**-**	**-**	**3**	**10**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019 (reapresentado)	Consolidado 2020	Consolidado 2019 (reapresentado)
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		175.531	244.482	175.534	244.492
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10	-	-	21.358	(1.453)
Pis e Cofins diferido		-	-	22.535	7.984
Equivalência patrimonial		(192.466)	(254.489)	-	-
Despesas (receitas) com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		59.366	16.534	63.184	17.465
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	-	(117.246)	(55.842)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	11	-	-	(115.739)	(196.112)
Amortização e depreciação	15	-	-	35	32
Marcação a mercado das dívidas	24	5.237	32.416	5.237	32.416
Marcação a mercado de derivativos	24	(5.237)	(32.416)	(5.237)	(32.416)
Instrumentos financeiros derivativos	24	(45.453)	(7.184)	(45.453)	(7.184)
Programa de remuneração variável - ILP		-	-	156	55
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante					
Diminuição de consumidores e concessionárias		-	-	29.988	-
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar	8	(788)	(1.277)	(1.307)	7.346
(aumento) diminuição de outros créditos		-	-	(2.610)	17
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante					
(Diminuição) aumento de fornecedores		-	-	(3.034)	13.692
Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais		29	(2)	(4.655)	1.320
Aumento de obrigações estimadas		-	-	96	113
Aumento de Encargos do Consumidor		-	-	241	-
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		2.564	(1)	5.283	380
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais		**(1.217)**	**(1.937)**	**28.366**	**32.305**
Atividades de investimentos					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(95.919)	253.396	(142.912)	251.724
Aumento de capital em controladas		(150.580)	(248.930)	-	-
Aplicações no imobilizado		-	-	(146)	(10)
Aplicações em linhas de transmissão de energia	11 e 28	-	-	(268.736)	(422.125)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		**(246.499)**	**4.466**	**(411.794)**	**(170.411)**
Atividades de financiamento					
Novos empréstimos e financiamentos e debentures	16	270.745	-	372.732	130.956
Pagamento de empréstimos - juros		(29.234)	-	(34.122)	(511)
Recebimento por liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		2.687	-	2.687	-
Custo de emissão de debentures		-	(3.052)	-	(3.052)
Aumento de capital com subscrição de ações	19	-	529	-	529
Partes relacionadas		-	-	16.220	33.081
Recursos destinados a futuro aumento de capital		3.475	50	3.475	50
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**247.673**	**(2.473)**	**360.992**	**161.053**
Variação líquida do caixa		**(43)**	**56**	**(22.436)**	**22.947**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	6	58	2	23.067	120
Caixa mais equivalentes de caixa finais	6	15	58	631	23.067
Variação líquida do caixa		**(43)**	**56**	**(22.436)**	**22.947**
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		175.531	244.482	175.534	244.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Outras reservas de capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2019 - reapresentado		**31.993**	**27.856**	**1.234**	**17.583**	**5.861**	**14.899**	**(55)**	**134**	99.505	113.932	213.437
Aumento de capital conforme AGE e AGO de 30/04/2019	19.1	134	-	-	-	-	-	-	(134)	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 24/05/2019	19.1	529	-	-	-	-	-	-	-	529	-	529
Transações com investimentos	19.2	-	13	-	-	-	-	-	-	13	-	13
Programa de remuneração variável (ILP)	19.2	-	55	-	-	-	-	-	-	55	-	55
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	244.482	-	-	244.482	10	244.492
Proposta de destinação do lucro líquido:										-	-	-
Reserva legal	19.3	-	-	5.297			(5.297)	-		-	-	-
Reserva especial de dividendos	19.5	-	-			254.084	(254.084)	-		-	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	-	-	-	-	-	-	-	50	50	(113.937)	(113.887)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	19.6	-	-	-	-	-	-	(42)	-	(42)	-	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**32.656**	**27.924**	**6.531**	**17.583**	**259.945**	**-**	**(97)**	**50**	**344.592**	**5**	**344.597**
Aumento de capital conf. AGOE de 28/04/2020	19.1	50	-	-	-	-	-	-	(50)	-	-	-
Transações com investimentos	19.2	-	7	-	-	-	-	-	-	7	(7)	-
Programa de remuneração variável (ILP)	19.2	-	156	-	-	-	-	-	-	156	-	**156**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	175.531	-	-	175.531	2	**175.533**
Proposta de destinação do lucro líquido:										-	-	-
Reserva legal	19.3	-	-	10			(10)	-	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos	19.4	-	-			175.521	(175.521)	-	-	-	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	3.475	3.475	-	**3.475**
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	19.6	-	-	-	-	-	-	105	-	105	-	**105**
Saldos em 31 dezembro de 2020		**32.706**	**28.087**	**6.541**	**17.583**	**435.466**	**-**	**8**	**3.475**	**523.866**	**-**	**523.866**
Saldos em 01 de janeiro de 2019 - reapresentado		**31.993**	**27.856**	**1.234**	**17.583**	**5.861**	**14.899**	**(55)**	**134**	99.505	113.932	213.437
Aumento de capital conforme AGE e AGO de 30/04/2019	19.1	134	-	-	-	-	-	-	(134)	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 24/05/2019	19.1	529	-	-	-	-	-	-	-	529	-	529
Transações com investimentos	19.2	-	13	-	-	-	-	-	-	13	-	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Transmissão de Energia S/A ("Companhia" ou "ETE"), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM na categoria "B", cujo objeto social é a participação no capital social de outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, em especial naquelas que tem como objetivo principal a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

A Companhia, através de suas controladas, possui o direito de explorar concessões e/ou autorizações de transmissão de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Transmissão de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A ("EGO I") (*)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	13/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I") (**)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianápolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Em construção

(*) **Início de operação:** A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão. (**) **Início de operação:** A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

Leilão de Transmissão Nº 001/2020 - Em 17 de dezembro de 2020, a Energisa S.A. (controladora da ETE) sagrou-se vencedora do lote 11, de ativos de transmissão, conforme informações abaixo:

Lote	Local (UF)	Extensão	Investimento Estimado Aneel (R$ mil)	RAP[1] Máxima (R$ mil)	RAP Proposta (R$ mil)	Deságio	Benefício Fiscal Aplicável
11	AM	33 km novos e 385 km existentes	888.315	119.712,58	63.000	47,37%	SUDAM

O lote contratado representa incorporação de ativos em serviço designado da empresa Amazonas Geração e Transmissão (AmGT) pela Portaria MME no. 776 de 15 de dezembro de 2016 e a revitalização e continuidade da prestação do serviço público de transmissão das instalações existentes e a expansão e reforço do sistema para atendimento à região metropolitana de Manaus e à região de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, como segue: **(i) Novos Empreendimentos:** - LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.; e **(ii) Empreendimentos Existentes Incorporados e que serão Revitalizados:** - Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4. O contrato de concessão será celebrado ao final do mês de março de 2021, quando a Companhia espera ter atendido a determinadas condições precedentes necessárias para a consumação da transação. O prazo de exploração da concessão será de 30 anos a partir da assinatura do contrato. **Transmissão de energia elétrica:** Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço, como segue. As controladas deverão realizar o licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar estes prazos. As obrigações das controladas, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos: I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão; II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico; IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória; V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. **1.2. Efeitos da COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produtos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia e suas controladas não apresentaram oscilações significativas. Adicionalmente, a Companhia segue monitorando as obras em andamento das controladas, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possível atrasos e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. **Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento da pandemia:** Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia e suas controladas adotaram medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se: **Pessoas:** • Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia e suas controladas além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes; • Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público; • Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19; • Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho; • Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações; • Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade; • Reforço na higienização dos ambientes de trabalho; e • Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020. **Negócios**: • Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020. Diante dos cenários de incertezas, a Companhia e suas controladas optaram por postergar investimentos na ordem de R$7.800 ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. Para as obras em andamento nas controladas, onde atualmente estão sendo construídas linhas de transmissão nos Estados do Pará e de Tocantins, não são esperados atrasos na entrada em operação conforme prazos previstos nos respectivos contratos de concessão; • Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas demonstrações financeiras; • Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do Pis e Cofins das competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020 no montante de R$11 na Companhia e consolidado e da contribuição previdenciária de R$148 no consolidado, recolhidos; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020, no valor total de R$60 no consolidado, recolhidos; e • Um dos efeitos da pandemia originada pela COVID-19 no Setor Elétrico foi a redução de demanda no segmento de consumo. Uma das ações da ANEEL, que demandou apoio do segmento de transmissão para garantir que, mesmo com a redução em seus fluxos de caixa os usuários do sistema de transmissão continuassem honrando seus contratos e cumprindo suas obrigações quanto aos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão-EUST, foi autorizar o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a deduzir os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - EUST-RB do segmento consumo, estabelecido na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão - AMSE nos meses de abril, maio e junho de 2020. Os Despachos ANEEL nº 1.106/2020, nº 1.414/2020 e nº 1.761/2020, estabeleceram os valores mensais de dedução dos EUST do segmento consumo. A controlada EGO, apurou um impacto e/ou efeito em seus fluxos de caixa, no montante de R$1.599, mesmo que de forma temporária, uma vez que apenas antecipa a devolução das sobras financeiras que se daria ao longo do Ciclo Tarifário 2020/2021. A Companhia e suas controladas seguem comprometidas com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como são orientados pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A Companhia e suas controladas avaliaram suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluíram que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2021. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 23. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board

- IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem se ao registro dos efeitos decorrentes de: **I.** Nota explicativa nº 10 - Créditos tributários; **II.** Nota explicativa nº 11 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); **III.** Nota explicativa nº 13 - Imobilizado; **IV.** Nota explicativa nº 14 - Intangível; **V.** Nota explicativa nº 18 - Impostos e contribuições sociais; **VI.** Nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e **VII.** Nota explicativa nº 26 - Benefícios-pós emprego.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Principais mudanças nas politicas contábeis:** Em 01 de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta as transmissoras de energia elétrica quanto ao atendimento aos aspectos relevantes do CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os principais assuntos relevantes neste Ofício referem-se a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 - SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica especifica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional. Desde a implementação do CPC 47 e CPC 48, em 01 de janeiro de 2018, as controladas transmissoras de energia elétrica vem adotando como política contábil, em consenso com o mercado de transmissão de energia elétrica, os requerimentos contidos nestes Pronunciamentos, como a taxa aplicada para a remuneração dos contratos de concessão que é definida no momento inicial de cada projeto e não sofre alterações posteriores. Outrossim, cada projeto possui atribuição de margens distintas para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção. No entanto, para fins de cumprimento literal ao Ofício Circular 04 da CVM, e em consonância com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, a Administração adequou suas práticas contábeis e optou pela reapresentação dos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2019 e saldos de abertura, para seguir as orientações do regulador, com as seguintes alterações: a) Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2019: ajuste por reconhecimento do ganho na infraestrutura da construção no momento de sua ocorrência.

	Controladora			Consolidado		
Balanço patrimonial	**Divulgado 01.01.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 01.01.2019**	**Divulgado 01.01.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 01.01.2019**
Ativo						
Concessão do serviço público - ativo de contrato	-	-	-	307.292	15.974	323.266
Investimentos	86.679	14.899	101.578	-	-	-
Total do não circulante	87.428	14.899	102.327	308.198	15.974	324.172
Ativo Total	335.199	14.899	350.098	566.850	15.974	582.824
Passivo						
Impostos e contribuições diferidos	-	-	-	29.500	1.075	30.575
Lucros acumulados	-	14.899	14.899	-	14.899	14.899
Patrimônio Líquido	84.606	14.899	99.505	198.538	14.899	213.437
Passivo Total	335.199	14.899	350.098	566.850	15.974	582.824

b) Rubricas que compõem a receita operacional líquida, incluindo os efeitos tributários correspondentes, e equivalência patrimonial, foram ajustados em consequência dos efeitos sobre o reconhecimento da margem de construção e operação e manutenção e determinação da taxa de desconto do ativo contratual pela metodologia da taxa implícita ao invés da taxa WACC regulatória. Bem como, a segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão. Estes efeitos alteraram, a demonstração do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e demonstração dos valores adicionados do exercício de 2019.

	Controladora			Consolidado		
Demonstração do Resultado do Exercício	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**
Receita operacional líquida	-	-	-	641.798	(641.798)	-
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas	-	-	-	-	570.666	570.666
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	-	-	-	-	55.317	55.317
Receita líquida total	-	-	-	641.798	(15.815)	625.983
Equivalência Patrimonial	269.388	(14.899)	254.489	-	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	269.198	(14.899)	254.299	272.541	(15.815)	256.726
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	259.381	(14.899)	244.482	258.962	(15.815)	243.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente	-	-	-	429	916	1.345
Lucro líquido do exercício	259.381	(14.899)	244.482	259.391	(14.899)	244.492

	Controladora			Consolidado		
Demonstração do Resultado Abrangente	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**
Lucro líquido do exercício	259.381	(14.899)	244.482	259.391	(14.899)	244.492
Total de outros resultados abrangentes do exercício	259.339	(14.899)	244.440	259.349	(14.899)	244.450

	Controladora			Consolidado		
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	198.538	14.899	213.417	198.538	14.899	213.417
Lucro líquido do exercício	259.381	(14.899)	244.482	259.381	(14.899)	244.482
Outros itens não afetados	(113.322)	-	(113.322)	(113.322)	-	(113.322)
Total do patrimônio líquido	344.597	-	344.597	344.597	-	344.597

	Controladora			Consolidado		
Demonstração do Valor Adicionado	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**
Remuneração de construção da infraestrutura	-	-	-	599.359	(11.942)	587.417
Atualização monetária	-	-	-	52.328	(3.981)	48.347
Valor adicionado bruto	-	-	-	284.061	(15.923)	268.138
Valor adicionado líquido	-	-	-	284.029	(15.923)	268.106
Resultado de equivalência patrimonial	269.388	(14.899)	254.489	-	-	-
Valor adicionado a distribuir	274.825	(14.899)	259.926	290.643	(15.923)	274.720
Impostos, taxas e contribuições - Federais	267	-	267	8.349	(1.024)	7.325
Remuneração de capitais próprios - Reserva especial de dividendos	254.084	(14.899)	239.185	-	(14.899)	(239.185)

	Controladora			Consolidado		
Demonstração dos Fluxos de Caixa	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**	**Divulgado 31.12.2019**	**Ajustes**	**Reapresentado 31.12.2019**
Lucro líquido do exercício	259.381	(14.899)	244.482	259.391	(14.899)	244.492
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(429)	(1.024)	(1.453)
Resultado de equivalência patrimonial	(269.388)	14.899	(254.489)	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	-	-	-	(267.927)	15.923	(252.004)

3.2. Principais politicas contabeis: a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros**: ***Ativos financeiros*:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. **Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:**

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2020, compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração -** os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente -** a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo de contrato, intangível e imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge:*** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 23 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: *Hedges de valor justo:* a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **c. Ativo de contrato da concessão -** corresponde aos contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e as controladas. No qual, as características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente estão atendidas de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica. Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo de contrato. O valor do ativo contratual de suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 11% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, , registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. **d. Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço; **e. Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável; Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado na nota explicativa nº12. **f. Intangível** - os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas, cuja amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos. A amortização de softwares está sendo realizada à taxa de 20% a.a. (nota explicativa nº13); **g. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso em sua totalidadede acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20), atendendo o período de construção e deliberação do seu contrato de concessão quanto a capitalização dos juros; **h. Empréstimos e financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **i. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. No consolidado o imposto de renda e a contribuição social das controladas diretas EPA I, EPA II e EGO I foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2020, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia e suas controladas. **j. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **k. Reconhecimento de receita** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços; O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são: **• Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento. **• Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 11% ao ano; **• Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e **• Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão. **l. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; **m. Benefícios pós-emprego** - a Companhia patrocina plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. **n. Lucro por ação** - o lucro por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável; o. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/ CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.3. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2020
IFRS 3/ CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; FRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

A Companhia e suas controladas avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou até o momento qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa Transmissão de Energia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a Energisa Transmissão de Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas. Especificamente, a Energisa Transmissão de Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Energisa Transmissão de Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa Transmissão de Energia e das controladas.

		% de participação	
	Ramo de atividade	2020	2019
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A [1]	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A [2]	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A [3]	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A [3]	Transmissão de energia	100	99,90

[1] Em operação a partir de março de 2020. [2] Em operação a partir de novembro de 2020. [3] Em fase pré-operacional.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas atuam no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

6.1. Caixa e equivalentes de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída, por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 65,0% do CDI (99,4% em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	15	58	596	473
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	-	-	35	22.594
Compromissadas	-	-	35	22.594
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante [1]	15	58	631	23.067

[1] As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

6.2. Aplicações no mercado aberto (avaliadas ao valor justo por meio do resultado): A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, CDB´s, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 104,6% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI.

	Controladora	Consolidado	
Descrição	2020	2020	2019
1). Avaliadas ao valor justo por meio do resultado			
Fundos de Investimentos Exclusivos [1]	**97.240**	**147.761**	**2.595**
Certificados de Depósitos Bancário (CDB's)	791	791	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	65	65	-
Títulos públicos	26.754	45.818	1.251
Fundo de Renda Fixa	11.545	11.545	-
Letra financeira do Tesouro (LFT)	31.879	50.823	1.183
Letra financeira (LF)	13.939	23.802	-
Letra financeira (LTN)	428	733	49
Nota do tesouro nacional (NTNB)	8.551	8.551	112
Nota do tesouro nacional (NTNF)	3.289	5.632	-
Mantidas até o vencimento			
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	**97.240**	**147.761**	**2.595**

(1) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Títulos Públicos, Fundo de renda fixa, LFT, LF, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 89,5% (105,2% em 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 89,5% do CDI Fundo FI Energisa.

7. CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO

	Consolidado
	2020
Clientes [1]	10.157
Receita com partes relacionadas e demais clientes	131
Total - Circulante	**10.288**

(1) Valor referente a Receita Anual Permitida (RAP) das controladas Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A e Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, que iniciaram suas operações em 13 de março e 02 de novembro de 2020, respectivamente.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	-	1.573
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.062	1.277	2.593	1.679
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL	-	-	131	96
Contribuições ao PIS e a COFINS	3	-	1.370	27
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	255	-
Outros	-	-	333	-
Total	**2.065**	**1.277**	**4.682**	**3.375**
Circulante	2.065	128	4.682	2.226
Não circulante	-	1.149	-	1.149

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

9. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), e possui o controle direto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A. A Energisa Transmissão de Energia S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário, direta ou indiretamente, das seguintes empresas: • Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB); • Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO); • Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE); • Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF); • Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO); • Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC); • Energisa Serviços Aéreos S/A; • Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda; • Energisa Soluções S/A (ESO); • Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; • Energisa Geração Usina Maurício S/A; • Parque Eólico Sobradinho Ltda; • Alsol Energia Renováveis S.A; • Rede Energia Participações; • Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e • Voltz Capital S/A. As controladas da Rede Energia Participações S/A, são: • Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS); • Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT); • Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO); • Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS); • Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER); • Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE);e • QMRA Participações S/A. Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	Mútuo [1] - Débito com partes relacionadas	
	Aportados por controlador indireto	
Controladas	2020	2019
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	51.352	39.712
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	102.552	92.515
Energisa Tocantins Transmissora de Energia I S/A	16.490	14.092
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	2.066	1.708
	172.460	**148.027**

[1] Os contratos de mútuos firmados pelas controladas com a controladora indireta Energisa S/A a partir de dezembro de 2019, possuem prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,4084% a.a. (CDI + 0,6051% a.a. em 2019). Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Atualização de mútuos [*]	2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	98
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	4.893
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	2.436
Energisa Tocantins Transmissora de Energia I S/A	786
Total	**8.213**

[*] Referem-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmado com a controladora indireta, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais compõem os respectivos saldos de cada contrato.

Condição dos contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021

	Recursos destinados a futuro aumento de capital [*]	
	2020	2019
Energisa S/A	3.475	50

(*) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na controladora Energisa na rubrica investimentos.

	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Receita) [1]	Saldo a receber Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição [1]	Serviços Contratados [2]	Saldo a pagar (fornecedores) - Serviços Contratados [2]
• Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S•A	133	16	-	-
• Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	17	2	-	-
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	82	10	-	-
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	311	39	-	-
• Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	84	10	-	-
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	177	21	-	-
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	158	19	-	-
• Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	29	3	-	-
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	111	9	-	-
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	13	2	-	-
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	(5.020)	(136)
• Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	-	-	(4.473)	(500)
• Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	-	-	(3.934)	(307)
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	-	(2.196)	(369)
2020	**1.115**	**131**	**(15.623)**	**(1.312)**
2019	**-**	**-**	**(9.352)**	**(895)**

(1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição pela controlada Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A; (2) Refere-se a contratos serviços de gerenciamento de obras e foram capitalizados na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica prestado pela Energisa Soluções S/A, devidamente homologados pela Aneel. **Remuneração dos administradores:**

	Consolidado	
	2020	2019
Remuneração Anual [a]	1.606	1.353
Remuneração da Diretoria	534	889
Outros Benefícios [b]	307	261

[a] Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 29 de abril de 2020. Para o exercício de 2019 foi aprovado na AGO/E de 30 de abril de 2019. [b] Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuída a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2020, foram de R$49 e R$49 no consolidado (R$45 e R$45 em 2019). A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$49 no consolidado (R$45 em 2019). **Programa de Remuneração Variável (ILP):** As Controladas ofereceram aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo: (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das Controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, as Controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas. O 1 º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 3.536 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 3.104 units e período de aquisição do direito (*vesting*) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2020. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as Controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. **Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:** Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	3.536	3.104
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco [a]	8,2%	7,7%
Volatilidade [b]	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R$44,25	R$54,97

[a] Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022. [b] Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Devido às características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da controladora, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados. No exercício de 2020, foram reconhecidos pelas controladas EPA I e EGO I R$156 (R$55 em 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de custos e despesas operacionais - Programa de incentivo de longo prazo (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2020 monta em R$233 (R$77 em 2019).

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	2020	2019
Ativo		
Prejuízos fiscais	164	42
Base negativa da contribuição social	50	25
Total - ativo não circulante	**214**	**67**
Passivo		
Imposto de Renda	32.339	22.234
Contribuição Social	11.642	8.005
Total - passivo não circulante	**43.981**	**30.239**
Total líquido - passivo não circulante	**(43.767)**	**(30.172)**

	Consolidado			
	2020		2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	657	164	167	42
Base negativa da contribuição social	561	50	278	25
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(129.359)	(43.981)	(88.941)	(30.239)
Total passivo não circulante	**(128.141)**	**(43.767)**	**(88.496)**	**(30.172)**

A expectativa de realização das diferenças temporárias são como segue:

Exercícios	Consolidado
2022	214
Total	**214**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como, a compensação dos créditos tributários registrados, são como segue:

	Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	175.531	244.482
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(59.681)	(83.124)
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(5.757)	(3.402)
Equivalência patrimonial	65.438	86.526
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**-**	**-**
Alíquota efetiva	-	-

	Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	196.891	243.147
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(66.943)	(82.670)
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(7.640)	13.746
Efeito do regime tributário - lucro presumido [1]	53.173	70.328
Outras adições	52	(59)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(21.358)**	**1.345**
Alíquota efetiva	**10,81%**	**0,60%**

[1] Nas controladas EGO, EPA I e EPAII a apuração do imposto de renda e da contribuição social são efetuadas pelo Lucro Presumido, gerando efeitos no período de R$11.113, R$33.359 e R$8.701, respectivamente, enquanto, a companhia e a controlada ETT realiza as operações com base no lucro real.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO DE CONTRATO) - CONSOLIDADO

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das controladas de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos de contrato, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados nos contratos da concessão. As controladas adotaram o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, mensurando os ativos da concessão como ativo de contrato e os saldos referente aos ativos financeiros passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras como ativo de contrato. Ademais, conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, as controladas passaram a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o período findo em 31 de dezembro de 2020 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada pelas controladas para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

A seguir a movimentação do ativo de contrato ocorrida no período:

	Controladas				
Descrição	**EGO I**	**EPA I**	**EPA II**	**ETT**	**Consolidado**
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia	LT 500 kV, Serra Pelada; LT 230 KV Sossego - Xinguara II	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II; LT 230 KV Dianópolis - Gurupi; LT 230 KV Dianópolis - Palma	-
Margem de construção	67,38%	67,27%	21,97%	51,03%	-
Margem de operação e manutenção	11,39%	9,99%	10,30%	9,50%	-
Taxa de remuneração	8% a 11%	8% a 11%	8% a 11%	8% a 11%	-
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	-
Custos incorridos até 31/12/2020	255.912	318.257	213.477	49.169	**836.815**
RAP Anual	36.703	46.320	33.515	62.854	**179.392**
Ativo de contrato 01/01/2019 - Reapresentado	**166.480**	**153.198**	**3.588**	**-**	**323.266**
Receita de remuneração do ativo de contrato	26.666	26.637	2.247	393	**55.943**
Receita das margens da obrigação de performance de construção	40.846	35.057	5.061	10.570	**91.534**
Receita de operação e manutenção	-	-	-	-	**-**
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	38.647	61.366	8.564	(4.100)	**104.477**
Receita de construção da infraestrutura	130.209	157.816	76.370	17.459	**381.854**
Recebimento RAP	-	-	-	-	**-**
Ativo de contrato 31/12/19 - Reapresentado	**402.848**	**434.074**	**95.830**	**24.322**	**957.074**
Receita de remuneração do ativo de contrato	46.208	52.478	15.077	3.683	**117.246**
Receita das margens da obrigação de performance de construção	42.092	81.468	12.186	18.929	**154.675**
Receita de operação e manutenção	4.496	1.026	-	-	**5.522**
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(20.311)	(32.007)	13.181	(5.321)	**(44.458)**
Receita de construção da infraestrutura	35.091	80.869	142.180	36.722	**294.862**
Recebimento RAP	(33.375)	(6.901)	-	-	**(40.276)**
Ativo de contrato 31/12/20	**477.049**	**610.807**	**278.454**	**78.335**	**1.444.645**
Circulante	38.084	48.979	-	-	**87.063**
Não Circulante	438.965	561.828	278.454	78.335	**1.357.582**

12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2020	2019
Participação em controladas	937.277	605.023
Total	**937.277**	**605.023**

Participação em controladas:

2020

	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A	100	128.361	128.361	502.220	163.768	338.452	46.570	46.570	338.452
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	121.938	121.938	630.998	227.407	403.591	104.400	104.400	403.591
Energisa Pará II Transmissora de Energia S/A	100	90.722	90.722	298.868	150.534	148.334	32.485	32.485	148.334
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	100	529	529	79.471	32.571	46.900	9.014	9.011	46.900
Total								**192.466**	**937.277**

2019

	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício (reapresentado)	Equivalência Patrimonial (reapresentado)	Investimentos
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A	100	70.151	70.151	417.926	127.131	290.795	111.613	111.613	290.795
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	75.000	57.824	444.617	176.263	268.354	125.583	125.583	268.354
Energisa Pará II Transmissora de Energia S/A	100	1.995	1.995	96.091	55.848	40.243	12.186	12.186	40.243
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	99,90	1	1	26.301	20.665	5.637	5.107	5.107	5.631
Total								**254.489**	**605.023**

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldos em 2019	Subscrição/	Outros Resultados abrangentes	Ganho/ Perda aquisição de ações [1]	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2020
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	290.795	12.069	-	78	(11.060)	46.570	338.452
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	268.354	30.654	105	78	-	104.400	403.591
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	40.243	75.606	-	-	-	32.485	148.334
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	5.631	32.251	-	7	-	9.011	46.900
Total	**605.023**	**150.580**	**105**	**163**	**(11.060)**	**192.466**	**937.277**

(1) Refere-se a parcela reflexa sobre a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas EPA I e EGO I, no valor de R$156 e Ganho referente a transações entre sócios de R$7 na controlada ETT.

Controladas	Saldos em 2018 (reapresentado)	Subscrição/ Aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisição de ações [1]	Outros Resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial (reapresentado)	Saldos em 2019
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	48.604	115.980	32	56	126.123	290.795
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	50.884	106.670	32	(98)	110.866	268.354
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	2.090	25.752	8	-	12.393	40.243
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	528	(4)	-	5.107	5.631
Total	**101.578**	**248.930**	**68**	**(42)**	**254.489**	**605.023**

[1] No exercício de 2019 foi apurado ganho reflexo de R$55 (R$22 em 2018) sobre a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas EPA I e EGO I e inclui também um ganho de R$13 (R$2 em 2018) referente as transações com sócios das empresas EPA I, EPA II e EGO I.

13. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

13.1. **Imobilizado:** Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação e Amortização	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Depreciação	Saldos em 2020
Em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	14,23%	24	-	145	-	169
Veículos	14,29%	88	-	-	-	88
Móveis e utensílios	6,25%	1	-	8	-	9
Total do imobilizado em serviço		**113**	**-**	**153**	**-**	266
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(4)	-	-	(8)	(12)
Veículos		(27)	-	-	(12)	(39)
Total Depreciação acumulada		**(31)**	**-**	**-**	**(20)**	(51)
Subtotal Imobilizado		**82**	-	**153**	**(20)**	**215**
Imobilizado em curso		-	146	(146)	-	-
Total do Imobilizado		**82**	**146**	**7**	**(20)**	**215**

O montante de R$7 refere-se às reclassificações do intangível.

	Taxa Média de Depreciação e Amortização	Saldos em 2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2019
Em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	16,04%	14	-	10	-	24
Veículos	14,29%	88	-	-	-	88
Móveis e utensílios	6,25%	1	-	-	-	1
Total do imobilizado em serviço		**103**	**-**	**10**	**-**	**113**
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(1)	-	-	(3)	(4)
Veículos		(14)	-	-	(13)	(27)
Total Depreciação acumulada		**(15)**	**-**	**-**	**(16)**	**(31)**
Subtotal Imobilizado		**88**	-	**10**	**(16)**	82
Imobilizado em curso		-	10	(10)	-	-
Total do Imobilizado		**88**	**10**	**-**	**(16)**	**82**

14. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

14.1. Intangível - Outros Intangíveis - Software

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transferências [1]	Amortização	Saldos em 2020
Em Serviço						
Custo:	20,00%	78	-	-	-	78
Amortização Acumulada		(25)	-	-	(15)	(40)
Em curso		-	7	(7)	-	-
Total		**53**	**7**	**(7)**	**(15)**	**38**

[1] O montante de R$7 refere-se às reclassificações para o imobilizado.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2018	Amortização	Saldos em 2019
Em Serviço				
Custo:	20,00%	78	-	78
Amortização Acumulada		(9)	(16)	(25)
Total		**69**	**(16)**	**53**

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2020	2019
Materiais	19	20.313
Serviços	35.785	7.688
Total	**35.804**	**28.001**

Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à construção de Linhas de Transmissão das controladas. Tendo em vista a entrada em operação da EGO I, ocorrida em março de 2020 e EPAI em novembro de 2020, no final de 2019, ocorreu uma aceleração no processo de inspeção de equipamentos e materiais no final do ano de 2019, fato este que provocou a variação dos saldos.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

Controladora

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	-	135.000	(2.192)	30.131	-	162.939
Marcação a mercado	-	-	-	-	(1.046)	(1.046)
Total ao valor justo	-	135.000	**(2.192)**	30.131	(1.046)	161.893
Total	-	135.000	**(2.192)**	30.131	(1.046)	161.893
Circulante	-					210
Não circulante	-					161.683

Consolidado

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo							
Moeda Nacional							
BASA - CCB	132.830	103.590	(4.888)	11.666	-	-	243.198
Gastos com captação	(1.490)	-	-	168	(1.603)	-	(2.925)
Total do custo	131.340	103.590	(4.888)	11.834	(1.603)	-	240.273
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	135.000	(2.192)	30.131	-	-	162.939
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(1.046)	(1.046)
Total ao valor justo	-	135.000	(2.192)	30.131	-	(1.046)	161.893
Total	131.340	238.590	(7.080)	41.965	(1.603)	(1.046)	402.166
Circulante	213						1.319
Não circulante	131.127						400.847

Consolidado

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Saldos em 2019
Energisa Pará I						
Mensuradas ao custo						
Moeda Nacional						
BASA - CCB 048-19/0002-0	-	132.488	(511)	853	-	132.830
Gastos com captação	-	-	-	42	(1.532)	(1.490)
Total do custo	-	**132.488**	**(511)**	**895**	**(1.532)**	**131.340**
Circulante	-					213
Não circulante	-					131.127

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total 2020	Total 2019	Encargos Financeiros anuais	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (1)	Garantias (*)
Energisa Transmissão							
ETE X CITIBANK LOAN 56417 (2)	162.939	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	29,81%	A
Marcação à Mercado de Dívida (3)	(1.046)	-					
Total em Moeda Estrangeira	161.893	-					
Total Energisa Transmissão	161.893	-					
Energisa Pará I							
BASA - CCB 048-19/0002-0 (4)	168.174	132.830	IPCA + 1,8854% a.a.	jul/39	Mensal a partir de 2023	6,41%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.362)	(1.490)	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	166.812	131.340					
Total EPA I	166.812	131.340					
Energisa Pará II							
BASA - CCB 128-20/0050-8 (4)	75.024	-	IPCA + 1,6834% a.a.	jul/40	Mensal a partir de 08/24	6,20%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.563)	-	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	73.461	-					
Total EPA II	73.461	-					
Em Moeda Nacional	240.273	131.340					
Em Moeda Estrangeira	161.893	-					
Energisa Consolidada	402.166	131.340					

(*) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis, S = Seguro

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020;

(2) Em fevereiro de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto ao Citibank, no montante de R$135.000, o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de Covenants da avalista Energisa S/A:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	4,25x até dez/20; 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas; (3) Esta operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). (4) Em julho de 2019, a controlada Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A e em junho de 2020 a controlada Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. O descumprimento desse índice pode implicar em vencimentos antecipados da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício.

Moeda/indicadores	2020	2019
US$ x R$	28,93%	4,02%
IPCA	4,52%	4,31%

A Companhia e suas controladas tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos: Em 31 de dezembro de 2020, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	161.683	166.610
2024	-	12.246
2025	-	14.967
2026	-	14.967
Após 2026	-	192.057
Total	161.683	400.847

17. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado							
IPCA	271.780	140.000	(27.042)	30.013	-	-	414.751
Gastos com captação	(2.677)	-	-	543	(4.255)	-	(6.389)
Marcação a mercado	33.002	-	-	-	-	6.283	39.285
Total do custo	**302.105**	**140.000**	**(27.042)**	**30.556**	**(4.255)**	**6.283**	**447.647**
Circulante	12.639						748
Não circulante	289.466						446.899

Controladora e Consolidado

	Saldos em 2018	Encargos, atualização monetária e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós-fixado					
IPCA	250.041	21.739	-	-	271.780
Gastos com captação	(47)	422	(3.052)	-	(2.677)
Marcação a mercado	586	-	-	32.416	33.002
Total do custo	**250.580**	**22.161**	**(3.052)**	**32.416**	**302.105**
Circulante	90				12.639
Não circulante	250.490				289.466

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total 2020	Total 2019	Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	81.840	82.022	15/12/2018	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a.	dez / 25	Final	9,44%
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	55.788	56.025	15/12/2018	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a.	dez / 28	Anual após dez/26	9,66%
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	133.371	133.733	15/12/2018	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a.	dez / 25	Final	9,50%
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	58.924	-	15/10/2020	57.400 / 57.400	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	84.828	-	15/10/2020	82.600 / 82.600	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%
Custo de captação incorrido na contratação	(6.389)	(2.677)						
Marcação à Mercado de Dívida	39.285	33.002						
Total	**447.647**	**302.105**						

Em 15 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a 2ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R$140.000 sendo: R$57.400 referente a 1ª Série com vencimento em 15 de outubro de 2027 e remuneração de IPCA mais 4,23% ao ano; R$82.600 referente a 2ª Série com vencimento em 15 de outubro de 2030 e remuneração de IPCA mais 4,47% ao ano, os recursos serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de transmissão de energia elétrica, de titularidade da emissora e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A. Condições de *covenants:* As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

(*) Para 2ª emissão de Debêntures da Companhia, o limite é de 4,25x até o vencimento. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas. Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora e Consolidado
2025	241.442
2026	20.989
2027	79.519
2028	49.291
Após 2028	55.658
Total	**446.899**

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	260	201
Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	-	-	4.111	1
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	2.304	114
Contribuições ao PIS e a COFINS (*)	27	-	57.855	35.320
Encargos Sociais	-	-	1.510	2.095
Imposto sobre serviços - ISS	-	-	323	2.841
Tributos retidos na Fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	3	1	406	500
Total	**30**	**1**	**66.769**	**41.072**
Circulante	30	1	14.957	5.720
Não circulante	-	-	51.812	35.352

(*) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social: O capital social é de R$32.706 (R$32.656 em 2019), representando 32.706.674 (32.656.674 em 2019) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país. Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$50, mediante a emissão de 50.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,00 por ação, passando o capital social da Companhia de R$32.656 para R$32.706. As ações foram integralmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa S/A mediante a capitalização do saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC da Energisa S/A registrados até 2019.

19.2. Reserva de Capital

	2020	2019
Ganho/Perda com investimentos	27.855	27.847
Programa de remuneração variável (ILP) (*)	233	77
Total	**28.088**	**27.924**

(*) Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada (Incentivo de Longo Prazo) vide nota explicativa nº 9. **19.3. Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **19.4. Reserva Especial de dividendos:** A parcela destinada aos dividendos calculados sobre o lucro líquido ajustado apurado no exercício findo em 2020 no montante de R$175.521 (R$254.084 em 2019) serão destinados a reversa especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. Desta forma em que pese a Companhia possuir recursos registrados em aplicações financeiras, tais recursos têm origem na 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, que prevê a destinação destes recursos para investimento, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos projetos de transmissão de sociedades controladas da Companhia que se encontram em fase de construção.

19.5. Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2020	2019 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	175.531	244.482
Reserva legal - 5%	(10)	(5.297)
Lucro líquido ajustado	175.521	239.185
Dividendos obrigatórios (25%) - destinados a reserva especial de dividendos - calculados a razão de R$5,366525229 por ação ordinária (em 2019 R$1,945115415)	43.880	63.521
Total dos dividendos	**43.880**	**63.521**
% sobre o lucro líquido ajustado	**25%**	**25%**

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

19.6. Outros resultados abrangentes: Refere-se a contabilização - do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação nos exercícios de 2020 e 2019:

	2020	2019
Saldo em - 2019 e 2018	**(97)**	**(55)**
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	159	(64)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(54)	22
Saldo em - 2020 e 2019	**8**	**(97)**

20. RECEITA OPERACIONAL-CONSOLIDADA

	Consolidado	
Descrição	**2020**	**2019 (Reapresentado)**
Receita de construção da infraestrutura	294.862	381.854
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	(44.458)	104.477
Receita das margens da obrigação de performance da construção	154.675	91.534
Receita de operação e manutenção	5.522	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	117.246	55.943
Outras receitas	1.344	-
Total de receita operacional bruta	**529.191**	**633.808**
Deduções da receita operacional		
Pis corrente	(51)	(1.213)
Pis diferido	(3.969)	(323)
Cofins corrente	(236)	(2.452)
Cofins diferido	(18.348)	(3.837)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(396)	-
Taxa de fiscalização	(106)	-
Dedução da receita	**(23.106)**	**(7.825)**
Receita operacional líquida	**506.085**	**625.983**

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora			
		Total	
	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	2020	2019
Serviços de terceiros	199	199	151
Outras despesas	52	52	39
	251	**251**	**190**

Consolidado					
	Custo do Serviço		Despesas Operacionais	Total	
	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativas	2020	2019
Pessoal e administradores	-	-	1.797	1.797	1.412
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	156	156	55
Benefícios pós emprego	-	-	126	126	127
Material	5	-	22	27	17
Serviços de terceiros	2.783	-	763	3.546	617
Depreciação e amortização	-	-	35	35	32
Custo de construção da infraestrutura	-	282.041	-	282.041	366.938
Outras	49	-	183	232	59
	2.837	**282.041**	**3.082**	**287.960**	**369.257**

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita de aplicações financeiras	1.321	5.627	2.254	6.550
Juros Selic s/ impostos a recuperar	-	-	26	10
Tributos s/receita Financeira	(61)	(267)	(61)	(267)
Outras receitas financeiras	-	-	155	53
Total receita financeira	**1.260**	**5.360**	**2.374**	**6.346**
Encargos de dívidas - juros	(18.597)	(13.388)	(30.431)	(14.283)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(42.090)	(8.773)	(42.090)	(8.773)
Marcação a mercado dívidas	(5.237)	(32.416)	(5.237)	(32.416)
Marcação a mercado derivativos	5.237	32.416	5.237	32.416
Instrumentos financeiros derivativos	45.453	7.184	45.453	7.184
Transferências para ordens em curso	-	-	15.296	1.905
Atualização de mútuos	-	-	(8.213)	(1.009)
Despesas Bancárias/IOF	(142)	-	(959)	(4.405)
Outras despesas financeiras	(7)	(200)	(185)	(544)
Total despesa financeira	**(15.383)**	**(15.177)**	**(21.129)**	**(19.925)**
Resultado financeiro	**(14.123)**	**(9.817)**	**(18.755)**	**(13.579)**

23. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Consolidado				
		Importância	Prêmio Anual	
Ramos	**Data de Vencimento**	**Segurada**	**2020**	**2019**
Auto - Frota	23/10/2021	Até 1.110 / veículo	1	2
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	1.860	7	5
Riscos Operacionais	13/03/2022	50.000	151	-
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	13	-
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	5	-
			177	**7**

(*) Importância Segurada relativa ao mês janeiro/2021 e projeção de prêmio anualizado.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
		2020		2019	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		15	15	58	58
		15	**15**	**58**	**58**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		97.240	97.240	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	91.007	91.007	40.871	40.871
		188.247	**188.247**	**40.871**	**40.871**
Passivo					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.		609.540	608.276	302.105	301.101
		609.540	**608.276**	**302.105**	**301.101**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.655	2.655	522	522
		2.655	**2.655**	**522**	**522**

Consolidado					
		2020		2019	
	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		631	631	23.067	23.067
Contas a receber		10.288	10.288	-	-
		10.919	**10.919**	**23.067**	**23.067**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	147.761	147.761	2.595	2.595
Instrumentos financeiros derivativos	2	91.007	91.007	40.871	40.781
		238.768	**238.768**	**43.466**	**43.376**
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores		35.804	35.804	28.001	28.001
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		849.813	848.549	433.445	432.441
		885.617	**884.353**	**461.446**	**460.442**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.655	2.655	522	522
		2.655	**2.655**	**522**	**522**

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "*swap*" (instrumento de "*hedge*") para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como "*hedge accounting*". Em 31 de dezembro de 2020 as operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de "hedge") para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI designadas como "hedge accounting" assim como as dívidas (objeto do "hedge") estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de "hedge" a Companhia documentou: (i) a relação de "hedge"; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o "hedge" e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do "hedge". Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado positivamente em R$6.283 (negativo R$32.416 em 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado do período. **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no período, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como "*Fair Value Option*" foi impactado em R$1.046 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "*swap*" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia não possuía avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição em 31 de dezembro de 2020. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data das informações trimestrais, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de capital:** O índice de endividamento no final do exercício findo de 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Controladora	
	2020	**2019**
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	609.540	302.105
Caixa e equivalentes de caixa	(15)	(58)
Dívida líquida	**609.525**	**302.047**
Patrimônio líquido	523.866	344.592
Índice de endividamento - líquido	**1,16**	**0,88**
	Consolidado	
	2020	**2019**
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	849.813	433.445
Caixa e equivalentes de caixa	(631)	(23.067)
Dívida líquida	**849.182**	**410.378**
Patrimônio líquido	523.866	344.597
Índice de endividamento - líquido	**1,62**	**1,19**

a) Risco de liquidez: A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	1,01%	3.685	19.212	181.347	368.000	257.868	830.112
Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.156)	(2.876)	(27.210)	(43.680)	(13.430)	(88.352)
Total		**2.529**	**16.336**	**154.137**	**324.320**	**244.438**	**741.760**

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		35.804	-	-	-	-	35.804
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	4,60%	7.025	21.451	195.304	430.573	587.355	1.241.708
Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.156)	(2.876)	(27.210)	(43.680)	(13.430)	(88.352)
Total		**41.673**	**18.575**	**168.094**	**386.893**	**573.925**	**1.189.160**

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído pela controladora no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	6	15	58	631	23.067
Contas a receber	7	-	-	10.288	-
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	97.240	-	147.761	2.595
Instrumentos financeiros derivativos	24	91.007	91.007	91.007	40.781

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº16, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos *swaps* dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com alta de 28,93% sobre 2019, cotado a R$5,1967/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2020 era de 14,12%, enquanto em 2019 foi de 10,37%. Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 excluídos os efeitos dos custos a apropriar, montam em R$859.127 (R$458.941 em 2019), dos quais R$161.893 estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo. O empréstimo em dólar norte americano tem vencimento de longo prazo (vencimento em fevereiro de 2023) e custo máximo de 0,60% ao ano mais libor. No balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

Controladora e consolidado	**2020**	**2019**
Ativo circulante	6.687	26
Ativo não circulante	84.320	40.845
Passivo Circulante	2.655	522

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida nos instrumentos descritos a seguir:

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	**Notional (USD)**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**	**Vencimento**	**Designação**
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option

		Custo Financeiro (% a.a.)			
Operação	**Notional**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**	**Vencimento**	**Designação**
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

	Valor de referência			Valor justo	
Fair Value Hedge	**2020**	**2019**	**Descrição**	**2020**	**2019**
Dívida (Objeto de Hedge) *	250.000	250.000	Taxa Pré-Fixada	(312.093)	(306.264)
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	312.093	306.264
			Posição Passiva		
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	250.000	250.000	**Taxa de Juros CDI**	(250.195)	(265.915)
			Posição Líquida Swap	61.898	40.349
			Posição Líquida Dívida + Swap	**(250.195)**	**(265.915)**

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "*fair value hedge*":

	Valor de referência		Valor justo
Fair Value Option	**2020**	**Descrição**	**2020**
Dívida designada para **"Fair Value Option"**	135.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBO	(161.888)
		Posição Ativa	
		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	161.888
Swap Cambial (Derivativo)	135.000	Posição Passiva	
		Taxa de Juros CDI	(135.434)
		Posição Líquida Swap	26.454
		Posição Líquida Dívida + Swap	(135.434)

O valor justo dos derivativos contratados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

				Cenário II	Cenário III
			Cenário I (Provável)	(Deterioração de	(Deterioração de
Operação	**Exposição**	**Risco**	**(*)**	**25%)**	**50%)**
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	135.000		155.476	120.123	84.770
Variação Dívida	-		20.476	(14.877)	(50.230)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	161.888		141.412	176.765	212.118
Variação - USD e LIBOR		Alta Câmbio	(20.476)	14.877	50.230
Posição Passiva	(135.434)		(135.434)	(135.434)	(135.434)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	26.454		5.978	41.331	76.684
Total Líquido	**161.454**		**161.454**	**161.454**	**161.454**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R$161.454, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente negativo de R$161.454 em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras intermediárias):

				Cenário II	Cenário III
			Cenário I	(Deterioração de	(Deterioração de
Operação	**Exposição**	**Risco**	**(Provável) (*)**	**25%)**	**50%)**
Dívida Moeda Local - IPCA	250.000		250.000	250.000	250.000
Swap de Juros	-		-	-	-
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	312.093		312.093	312.093	312.093
	-	Alta CDI	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(250.195)		(250.195)	(267.809)	(285.359)
				-	-
Variação - CDI + TJLP	-		-	17.614	35.164
Subtotal	61.898		61.898	44.284	26.734
Total Líquido	**311.898**		**311.898**	**294.284**	**276.734**

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (IPCA = 4,52%) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

				Cenário II	Cenário III
			Cenário I	(Deterioração de	(Deterioração de
Instrumentos	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**(Provável) (*)**	**25%)**	**50%)**
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	147.796	Alta CDI	2.956	3.695	4.434
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(135.434)	Alta CDI	(2.709)	(3.386)	(4.064)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(697.234)	Alta IPCA	(31.515)	(39.394)	(47.273)
Subtotal (**)	(832.668)		(34.224)	(42.780)	(51.337)
Total - (Perdas)	**(684.872)**		**(31.268)**	**(39.085)**	**(46.903)**

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (2,0% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2020 e IPCA 4,52% ao ano. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$26.459.

Gerenciamento dos riscos de liquidez: O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.As controladas são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia e controladas conseguirem cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios.

25. LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	175.531	244.482
Média ponderada em milhares de ações ordinárias	32.694	32.447
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$ (*)	**5,37**	**7,99**

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

26. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO - CONSOLIDADO

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora do plano de benefícios previdenciários aos seus empregados. O plano é administrado pela EnergisaPrev, de modalidade de contribuição definida, aberto ao ingresso de novos participantes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas de patrocínio dos planos foram de R$120 (R$89 em 2019). **b) Plano de saúde:** As controladas EGO I e EPA I, mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado. As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício de 2020 as controladas EGO I e EPA I procederam o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) tendo apurado o montante de R$4 (R$98 em 2019) referente as perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes líquido de tributos. No exercício de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R$77 (R$96 em 2019) no consolidado, inclui R$3 (R$5 em 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

	2020	2019
Valor presente da obrigação no início do ano	97	95
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	3	5
Juros sobre obrigação atuarial	8	(15)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(105)	13
Valor das obrigações calculadas no final do ano	4	98
Circulante	1	11
Não circulante	3	87

Demonstração das despesas para o exercício de 2021 no consolidado, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2021
Custo do serviço corrente (com juros)	1
Valor das obrigações calculadas no final do ano	1

27. MEIO AMBIENTE (*)

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R$5.405 (R$5.541 em 2019) alocados no ativo imobilizado ou intangível, no consolidado. Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. As licenças espedidas para as controladas são como segue:

Licenças expedidas controladas

Empresa	Trecho	Licença instalação nº	Data da emissão	Vencimento
EGO I	SE Rio Verde Norte - SE Jataí	703/2018	11/09/2018	11/09/2024
EPA I	SE Santana do Araguaia - SE Xinguara	2891/2018	26/11/2018	01/10/2021
EPA II	SE Serra Pelada - SE Xinguara	2915/2019	06/05/2019	05/05/2022
ETT	SE Dianópolis - SE Palmas, SE Dianópolis - SE Gurupi e SE Dianópolis (TO) - SE Barreiras (BA)	-	-	-

(*) Informações não fazem parte do escopo dos auditores independente.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO

Em 2020 e 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2020	2019
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	487.571	281.229
Atividades Operacionais		
Aquisição de infraestrutura fornecedores à prazo	2.161	12.998
Atividades de Investimentos		
Aquisição de infraestrutura em curso à prazo	2.161	12.998
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	-	114.036

29. ATAQUE CIBERNÉTICO

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia e de suas controladas sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novas ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia e suas controladas contrataram consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses e até o momento não foi identificado "captura" de informações seja operacional ou financeira da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das demonstrações financeiras ora apresentadas.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Empréstimos contratados: Em 11 de fevereiro de 2021 a controlada EPA II obteve a liberação de mais R$77.162 referente à segunda parcela do contrato 128-20/0050-8 de financiamento junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), firmado em 26 de junho de 2020. Em 26 de fevereiro de 2021 a controlada EPA I teve a liberação de R$26.682 referente à quarta parcela do contrato048-1/0002-0 de financiamento junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), firmado em 31 de julho de 2019. **Energização de linha de transmissão:** Em 16 de fevereiro de 2021, a controlada Energisa Pará Transmissora de Energia II, energizou a linha de transmissão 230kV Xinguara II - Integradora Sossego, além das ampliações nos pátios de 230 kV das subestações Xinguara e Integradora Sossego. Esse trecho possui 72,3 quilômetros de linha de transmissão e Receita Anual Permitida (RAP) de R$3.110 para o ciclo 2020-2021 e compõe a Função de Transmissão 1 da controlada e representa 8,61% da RAP total do empreendimento. A obra foi concluída em 29 meses após a assinatura do contrato de concessão e a operação foi antecipada em 25 meses, frente a data prevista de entrada em operação regulatória. Os investimentos totalizaram cerca de R$80.000.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivan Müller Botelho - Conselheiro
Ricardo Perez Botelho - Conselheiro
Marcelo Silveira da Rocha - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Geraldo César Mota - Diretor Presidente
Maurício Perez Botelho - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
Gabriel Mussi Moraes - Diretor de Transmissão
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor sem designação específica
Vicente Côrtes de Carvalho - Contador - CRC-MG 042523/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Energisa Transmissão de Energia S/A. -** Cataguases - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Energisa Transmissão de Energia S/A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**: Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota explicativa n° 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia registra o montante de R$ 1.444.645 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que as controladas possuem o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de cada uma de suas concessões que se encontram em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (*IFRS15 - Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos contratos de concessão verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (v) leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ativo de contrato, identificamos ajustes que foram registrados pela administração tendo em vista a sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos, que estão mencionados nas notas explicativas n° 3.2, n° 11, n° 21 e n° 22 às demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas n° 3.2, n° 11, n° 21 e n° 22, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC - 1RJ 101.080/O-0